

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

INGRID FONSECA CASAZZA

**PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL BRASILEIRO: CIÊNCIA,
POLÍTICA E CONSERVACIONISMO NA TRAJETÓRIA DO BOTÂNICO
PAULO CAMPOS PORTO
(1914-1961)**

Rio de Janeiro
2017

INGRID FONSECA CASAZZA

**PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL BRASILEIRO: CIÊNCIA,
POLÍTICA E CONSERVACIONISMO NA TRAJETÓRIA DO
BOTÂNICO PAULO CAMPOS PORTO
(1914-1961)**

Tese de doutorado apresentada no curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Dra. Dominichi Miranda de Sá

Rio de Janeiro
2017

INGRID FONSECA CASAZZA

**PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL BRASILEIRO: CIÊNCIA,
POLÍTICA E CONSERVACIONISMO NA TRAJETÓRIA DO
BOTÂNICO PAULO CAMPOS PORTO
(1914-1961)**

Tese de doutorado apresentada no curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Profa.Dra. Dominichi Miranda de Sá (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde- Fiocruz)- orientadora

Prof. Dr. Rafael Winter Ribeiro (Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ)

Profa. Dra. Alda Heizer (Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Robert Wegner (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde- Fiocruz)

Profa. Dra. Magali Romero Sá (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde- Fiocruz)

Suplentes

Profa. Dra. Heloisa Maria Bertol Domingues (Programa de Pós-Graduação em História-UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins/MCTi)

Profa. Dra. Lorelai Brilhante Kury (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde- Fiocruz)

Rio de Janeiro
2017

C386p Casazza, Ingrid Fonseca.

Proteção do patrimônio natural brasileiro: ciência, política e conservacionismo na trajetória do botânico Paulo Campos Porto (1914-1961) / Ingrid Fonseca Casazza. – Rio de Janeiro: [s.n.], 2017.

219 f .

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2017.

Bibliografia: 218-234 f.

1. Proteção Ambiental - História. 2. Conservação de Recursos Naturais. 3. Política Ambiental. 4. Parques Nacionais. 5. Biografia. 6. Brasil.

CDD 333.72

À minha mãe, por tudo.

À Sabrina, por existir.

AGRADECIMENTOS

Com a escrita desta tese concluo uma longa jornada de formação acadêmica. Agradeço imensamente à minha orientadora, Dominichi Miranda de Sá, não apenas pela orientação durante o doutorado, mas pelos quase doze anos em que acompanhou e orientou minha profissionalização, da iniciação científica até a defesa desta tese. Meu sincero agradecimento pelo incentivo, apoio, disponibilidade, sugestões e críticas. Obrigada pelo respeito, carinho e amizade, sempre presentes nessa parceria de muitos anos, que estará sempre marcada em minha trajetória profissional.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo, aos quais devo meus conhecimentos nesta área. Um agradecimento especial para Nísia Trindade Lima, minha primeira orientadora na Casa de Oswaldo Cruz, responsável pelo contato inicial que tive com a História das Ciências e cuja trajetória e dedicação me servem de inspiração. Ao Gilberto Hochman pelas observações que fez durante a discussão dos projetos em disciplina do curso de doutorado. Foram fundamentais para que a temática do patrimônio fosse explorada de maneira adequada em minha pesquisa. Ao Robert Wegner pela conversa que conduziu minha aproximação com a temática patrimonial e pela indicação das primeiras leituras que fiz sobre o campo. À Magali Romero Sá agradeço por todas as sugestões, desde a elaboração do projeto. Magali foi uma das principais incentivadoras para que eu seguisse analisando a trajetória do botânico Paulo Campos Porto. À ela agradeço também pela participação na banca da qualificação do projeto, na banca de defesa da tese e por todas as vezes que esteve disponível para conversas e se mostrou interessada no andamento da pesquisa.

Ao José Augusto Drummond agradeço a participação na banca de qualificação do projeto e os comentários que carreguei comigo durante os anos que se seguiram e que foram importantes no processo de elaboração da tese. À Alda Heizer por todo o apoio, incentivo e interesse que demonstrou desde os tempos da pesquisa de mestrado quando comecei a estudar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Obrigada Alda por ter sido um importante contato com esta instituição e por sua constante disponibilidade para conversas, compartilhamento de fontes e por sua participação na banca da defesa da tese.

Também agradeço aos meus colegas de turma com os quais compartilhei as alegrias, as ansiedades e angústias do doutorado. Aos amigos que fiz durante todo o período em que estive vinculada à Casa de Oswaldo Cruz. Em especial às queridas Tamara Rangel Vieira, Carolina Arouca e Vanessa Mello, pelo estímulo, pela troca de experiências, pelos momentos

agradáveis, pelas palavras acalentadoras, pela companhia nas viagens e, principalmente, pela amizade de vocês. Agradeço também ao Paulo Chagas, à Maria Cláudia e ao Sandro Hilário da Secretaria do PPGHCS. Obrigada pela ajuda, disponibilidade e gentileza de vocês durante todos esses anos.

A todos os profissionais dos arquivos e bibliotecas que frequentei durante a realização da pesquisa, nas cidades do Rio de Janeiro, Itatiaia e Salvador. Em especial, à Maria da Penha Fernandes e Rosana Simões Medeiros da Biblioteca João Barbosa Rodrigues do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro por todo o auxílio e atenção que sempre me dispensaram durante as pesquisas que realizei na instituição. À toda a equipe do Parque Nacional de Itatiaia que permitiu e tornou possível a realização da pesquisa documental na instituição. No que se refere ao PNI, faço ainda um agradecimento muitíssimo especial ao Léo Nascimento, diretor de Pesquisa Científica, por todo o apoio que me deu e por ter sido fundamental no meu contato com a instituição. Ao Léo agradeço também pelas conversas, pela recepção amistosa e pelo convite para participar do Sarau de Pesquisas realizado no PNI e organizado por ele. Agradeço também ao Instituto Campo Bello, em Itatiaia, e ao seu idealizador, Marcos Cotrim de Barcellos. Ao Marcos, pela troca de informações, pela indicação de fontes e pelo convite para a palestra que apresentei no Instituto no âmbito das comemorações dos 80 anos do PNI.

Sou especialmente grata à minha família por todo o apoio para que eu pudesse realizar este trabalho e passar pelos momentos mais difíceis do processo que conduziu a esta realização profissional e pessoal. Aos meus irmãos pelo carinho, pela torcida e por compreenderem minhas muitas ausências. Aos meus pais, pelo incentivo e pela presença constante. Por terem estado sempre ao meu lado, tanto nos dias quentes de Salvador, quanto nas noites frias de Itatiaia! Ao Keyvin, pelo amor, companheirismo e paciência durante estes anos do doutorado e, principalmente, na fase final de escrita da tese. Obrigada também por me passar a tranquilidade que eu precisava para encerrar mais este ciclo!

Um agradecimento especial reservo para Sabrina, a flor mais linda, que encheu minha vida de alegria e coloriu os dias mais cinzentos e solitários deste processo de escrita da tese. Que você cresça compreendendo, respeitando, interagindo e vivendo na natureza da qual faz parte!

Por fim, agradeço à Capes, agência financiadora desta pesquisa e que possibilitou a sua realização.

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar a trajetória profissional do botânico Paulo Campos Porto para compreender a política de gestão da natureza brasileira implementada pelo governo de Getúlio Vargas nas décadas de 1930 e 1940. Essa política fazia parte do projeto desenvolvimentista varguista e contou com ampla participação de técnicos e cientistas que trabalhavam em instituições científicas federais e/ou detinham cargos na burocracia estatal em seu processo de elaboração e implementação.

Em sua vida pública, Campos Porto ocupou uma série de funções voltadas à produção do conhecimento sobre a flora nacional e à proteção do mundo natural. Durante a Era Vargas circulou por instituições que participavam do projeto político de gestão da natureza: Ministério da Agricultura, Instituto de Biologia Vegetal, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Parque Nacional de Itatiaia, Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia. A política varguista de gestão da natureza foi de inspiração conservacionista e nacionalista e teve duas frentes de ação: planos de ocupação do território e legislação protecionista de uso dos recursos naturais. A inclusão da natureza no aparato legal do patrimônio nacional decorre dessa política e do seu entendimento como um bem público fundamental para os planos de desenvolvimento.

As principais fontes documentais utilizadas na elaboração desta tese foram a legislação referente à natureza durante a década de 30, Constituições Federais de 1934 e 1937, Diário Oficial da União, Relatórios do Ministério da Agricultura, Anais da Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica e Relatório da Primeira Conferência de Proteção à Natureza, Diário Oficial do Estado da Bahia, Jornais, Documentação da Secretaria de Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia, Atas das reuniões do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Atas das reuniões do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, periódicos (*Rodriguésia*, *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, *Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal* e *Boletim do Ministério da Agricultura*) e os artigos científicos de Paulo Campos Porto.

Palavras-chave: Paulo Campos Porto; patrimônio natural; conservacionismo; Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil; parques nacionais.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the professional trajectory of the botanist Paulo Campos Porto to understand the Brazilian nature management policy implemented by Getulio Vargas' government in the 1930s and 1940s. This policy was part of Vargas' developmental project and had in its elaboration and implementation process a large participation of technicians and scientists who worked in federal scientific institutions and/or held positions in the state bureaucracy.

In his public life, Campos Porto occupied a series of positions aimed at producing knowledge about the national flora and protection of the natural world. During Vargas Era, he had access to institutions that participated in the political project of nature management: Ministry of Agriculture, Institute of Plant Biology, Botanical Garden of Rio de Janeiro, Itatiaia National Park, Council of Inspection of Artistic and Scientific Expeditions in Brazil and Secretariat of Agriculture of Bahia State. Vargas' nature management policy was inspired by conservatism, nationalism and had two action fronts: plans of occupation for the territory and protectionist legislation on natural resources' use. The inclusion of nature in the legal apparatus of national patrimony derives from this policy and its understanding as a fundamental public asset for development plans.

The main documentary sources used in this thesis elaboration were the legislation on nature during the 30s, 1934 and 1937 Federal Constitutions, Union Official Journal, Ministry of Agriculture Reports, The First South American Botany Meeting Annals and The First Conference on Protection of Nature Report, Official Gazette of Bahia State, Newspapers, Bahia State Secretariat of Agriculture's Documentation, Minutes of the Consultative Council of the National Historical and Artistic Patrimony Service, Minutes of the Council of Inspection of Artistic and Scientific Expeditions in Brazil, periodicals (*Rodriguésia*, *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, *Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal e Boletim do Ministério da Agricultura*) and the scientific papers by Paulo Campos Porto.

Keywords: Paulo Campos Porto; natural patrimony; Conservatism; Botanical Garden of Rio de Janeiro; Council of Inspection of Artistic and Scientific Expeditions in Brazil; national parks.

LISTA DE ABREVIATURAS

CFEACB- Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil.

CNAEE- Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

DNPM- Departamento Nacional da Produção Mineral.

IBV- Instituto de Biologia Vegetal.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

JBRJ- Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

MAIC- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

ODS- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

PNI- Parque Nacional de Itatiaia.

SEMEAR- Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional/UFRJ.

SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SUMÁRIO

Introdução:	1
Capítulo 1- O protecionismo da natureza	17
1.1- Aproveitamento econômico da natureza e conservacionismo	18
1.2- A Era Vargas: Desenvolvimentismo e regulação da exploração dos recursos naturais.....	37
1.3 – Cientistas na política de Estado	61
Capítulo 2- “Um homem de Vargas”	69
2.1- Capital familiar e linhagem de botânicos	74
2.2- Na propaganda da agenda governamental: o Brasil nacional e panamericano.....	85
2.3- As coisas da natureza: esforço de guerra e marco nacional	101
2.4- O burocrata orgânico	108
Capítulo 3 – Um parque nacional para o Brasil.....	115
3.1- “Não terá um dia o Brasil o seu parque nacional”?.....	121
3.2- Preserve the wilderness!.....	126
3.3- A criação do Parque Nacional de Itatiaia	132
Capítulo 4- A natureza como patrimônio nacional	154
4.1- A construção da ideia de patrimônio nacional no Brasil	157
4.2- As atividades do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil.....	161
4.3- A criação do SPHAN e a inclusão da natureza na política oficial para o patrimônio.....	189

4.4– A proteção do patrimônio natural	196
Considerações Finais	205
Referências	211

INTRODUÇÃO

(...) Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça.

Marc Bloch¹

Escrever esta tese mudou meu modo de pensar a natureza. E o modo de me pensar na natureza. Na verdade, me fez refletir sobre os seres humanos enquanto mais uma espécie que ocupa o planeta em interação com muitas outras e com os elementos e fatores que compõem o meio abiótico. É certo que no campo das ideias podemos estabelecer mil entendimentos sobre a inter-relação entre humanos e não humanos e sobre a agência dos atores. No entanto, penso que nossa visão de natureza é na imensa maioria das vezes antropocêntrica, norteada pelos usos que dela fazemos e pelas necessidades materiais de nossa existência (biológicas e/ou culturais). Mesmo nossa preocupação em preservar o mundo natural, por mais ecologicamente informada que seja, surge centrada em nós mesmos e em como isto nos afetará.

Os homens têm extraído um conjunto extraordinariamente diverso de recursos do mundo natural e isso só cresce com o passar do tempo. Para satisfazer a mais básica das condições de nossa existência, a alimentação, precisamos de recursos naturais. Mas não paramos por aí. Dependendo da forma com que cada sociedade está organizada, a extração de recursos ocorre de diversas maneiras, em variados graus de intensidade e seguindo diferentes propósitos. Há sociedades em que é feita primordialmente através da agricultura para a produção de alimentos, de matérias-primas para as indústrias, e há, incontestavelmente, a geração de riquezas que será distribuída de maneira desigual entre grupos de indivíduos.²

A agricultura capitalista, principalmente dos séculos XVIII e XIX, fez com que os sistemas agroecológicos, entendidos como os ecossistemas reorganizados para propósitos agrícolas, fossem racional e sistematicamente reformados a fim de intensificar a produção de alimentos e fibras e a acumulação da riqueza pessoal. Quase simultaneamente à ascensão da agricultura capitalista ocorreu a da ciência moderna, que tanto na prática quanto na teoria, teve o seu desenvolvimento fomentado pela aplicação aos problemas agrícolas. De acordo com Worster, a “revolução agrícola” que teve início na Inglaterra durante o séc. XVIII foi

¹ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

² Worster, Donald. *Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história*. *Ambiente & Sociedade* - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 200, pág.27. Esse artigo foi originalmente publicado em *Journal of American History*, em Março de 1990.

parte capitalista, parte científica. A ciência se aliava então à agricultura para resolver problemas como o declínio da fertilidade do solo e o baixo rendimento das colheitas implantando um sistema agrícola inspirado na biologia³.

Meu interesse acerca destas reflexões e mesmo sobre as questões que desenvolvi ao longo desta tese, e que são desdobramentos do tema mais amplo sobre os usos históricos dos recursos naturais, surgiram durante minha pesquisa de mestrado. Nesta ocasião analisei a produção científica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ), uma instituição historicamente representativa da aliança entre ciência e Estado. Desde sua criação em 1808 teve como objetivo o desenvolvimento de trabalhos nos quais os recursos florestais do país fossem utilizados para promover o crescimento econômico. Concluí que, durante o período do recorte cronológico daquela pesquisa, 1915-1931, a instituição seguiu as diretrizes de um projeto político no qual a ciência deveria colaborar com o fomento da agricultura no país. Estavam entre as preocupações da direção do JBRJ a realização de pesquisas sobre espécies e variedades vegetais silvestres e a sua exploração industrial, estudos relacionados aos tipos de solo e às espécies melhor adaptáveis, observações meteorológicas e estudos de seleção para aperfeiçoamento dos vegetais. Também eram realizadas explorações e pesquisas científicas com objetivos especulativos, no sentido de focar a investigação de todos os produtos fornecidos pela flora brasileira que pudessem ser de grande valor econômico.

Além de ser acionada para o aumento e a diversificação da produção agrícola, a ciência era vista como parte central do projeto republicano de ocupação, exploração e conhecimento do território. Com este propósito, o Ministério da Agricultura, ao qual era subordinado o JBRJ, centralizou a administração e direcionou as atividades de uma série de instituições científicas funcionando como um importante articulador das demandas estatais e da produção de conhecimento científico. A ideia era promover a otimização da produção e a racionalização das técnicas agrícolas, bem como produzir conhecimento sobre a natureza brasileira e suas potencialidades.

Com a chegada dos anos de 1930 a aplicação do conhecimento científico para um melhor aproveitamento dos recursos naturais continuou sendo uma meta e uma das principais bandeiras erguidas pelo Ministério da Agricultura. Isso deveria ocorrer não apenas a partir da agricultura, mas também através de outras frentes que adquiriram maior importância no novo projeto político como a industrialização e a produção de energia. A palavra chave passou a ser desenvolvimento e o caminho para alcançá-lo continuava sendo a exploração racional, porém,

³ Ibidem, pág.36.

intensa do mundo natural que levaria ao crescimento econômico do país. O conhecimento do território foi considerado fundamental para a sua administração e ocupação. Os estudos acerca da configuração natural do território, embora fossem anteriores ao governo Vargas, foram intensificados e reelaborados durante este período. A política varguista de ocupação territorial tinha como importante meta a integração das fronteiras entendidas como espaços ricos em recursos naturais disponíveis.

Esses planos de conhecimento, ocupação e integração do território nacional contaram com a efetiva participação da ciência e foram elaborados por instituições técnico-científicas federais. Neste sentido, técnicos e cientistas que ocupavam postos da burocracia estatal exerceram papéis centrais neste planejamento.

Este projeto político implantado nos anos 30 era fortemente nacionalista e buscou proteger e regulamentar a exploração dos recursos naturais do país. Nesse momento a natureza foi também incluída legalmente no patrimônio da nação e o governo brasileiro criou uma legislação voltada para o seu controle, implementando medidas que visavam à sua proteção, com fundação concomitante de órgãos destinados à fiscalização e à aplicação dessa legislação. Uma característica desta política de proteção à natureza foi a ampla participação de cientistas no seu processo de elaboração, implementação e fiscalização. Mas, quais eram os sentidos desta proteção? O que significava a inclusão da natureza no patrimônio nacional? Como um governo que tinha o crescimento econômico e o desenvolvimento industrial como principais metas protegeu a natureza? E como os cientistas que participaram da criação desta política de proteção atuavam também em projetos de intensificação dos usos da natureza? Era só discurso? A proteção da natureza foi um ideal que se perdeu ou foi derrotado pela maré desenvolvimentista? Ou, na verdade, a defesa e a nacionalização das riquezas fazia parte do projeto desenvolvimentista?

Como via de acesso para análise de minhas questões, que articulavam ciência, aproveitamento dos recursos naturais e proteção à natureza, selecionei a trajetória profissional do botânico Paulo Campos Porto. Meu primeiro contato com essa trajetória ocorreu também durante minha pesquisa de mestrado. Além deste botânico ter estado entre os que mais se destacaram nas atividades científicas realizadas durante o período de meu recorte cronológico na dissertação, despertaram meu interesse a sua atuação em diferentes órgãos que capitaneavam os projetos do Ministério da Agricultura, bem como o seu envolvimento em iniciativas conservacionistas. Dentre as quais está o trabalho que realizou nas terras da região de Itatiaia desde 1914 e que contribuiu para que Porto se tornasse uma figura fundamental para a criação do primeiro parque nacional brasileiro em 1937.

Paulo Campos Porto era neto de João Barbosa Rodrigues, o diretor de maior prestígio na história do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Nasceu em 9 de janeiro de 1889 e ocupou, em sua vida pública, uma série de cargos e funções voltados à produção do conhecimento acerca da flora nacional e à proteção da natureza brasileira. Em 1914, com o cargo de naturalista viajante, passou a fazer parte dos quadros do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, instituição da qual viria a ser diretor por duas vezes (1933/1938 e 1951/1958). Além de ter estado à frente deste estabelecimento científico, foi também diretor do Instituto de Biologia Vegetal (IBV), propôs e presidiu o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFEACB) e foi Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, onde se envolveu na criação do Parque de Monte Pascoal. Participou ainda do Conselho Florestal Federal (CFF) e da Comissão Organizadora do Parque Nacional de Itatiaia (PNI). Como mencionei acima, teve uma participação importante na constituição da Reserva Florestal de Itatiaia, no estabelecimento da Estação Biológica de Itatiaia e na consequente determinação desta localidade para ser o primeiro parque nacional do Brasil.

A vida pública do botânico Paulo Campos Porto foi exemplar no que se refere à atuação de cientistas na criação e implantação da política voltada para a natureza do governo Vargas e no empenho pela defesa do mundo natural. Mas, como analisar a concepção histórica de natureza e socialmente construída, e que deu origem a uma determinada política de gestão dos recursos naturais, através da trajetória de um indivíduo? Mais ainda, como compreender essa política conduzindo a pesquisa a partir de um indivíduo? Além de outros aspectos que serão discutidos mais adiante, esta escolha foi feita, pois importantes autores mostraram que estudos de cunho biográfico e a análise de trajetórias profissionais podem ser utilizados como recursos privilegiados para a elucidação de processos sociais mais amplos⁴.

O primeiro passo foi refletir sobre a relação entre indivíduo e sociedade e buscar superar um olhar dicotômico sobre este par conceitual. O lugar do indivíduo na história precisava ser reavaliado para que os destinos individuais não fossem compreendidos como partículas de uma totalidade homogênea que, somadas, expressariam uma formação social. Contexto e existência individual não deveriam ser concebidos como dimensões intercaladas e sim relacionados, para a compreensão de um processo, inteligível apenas a partir da sua integração. Só assim seria possível evitar a simplificação da realidade que pretendi compreender.

⁴ BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: M.M. FERREIRA e J. AMADO (orgs.), *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996; LEVI, G. 1996. Os usos da biografia. In: M.M. FERREIRA e J. AMADO (orgs.), *Usos & abusos da história oral*, 1996, op.cit., LORIGA, Sabina. *O pequeno X*. Da biografia à história. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

Apresentarei brevemente dois trabalhos que trataram da relação entre indivíduo e sociedade, pois estes facilitaram a discussão sobre esta articulação na compreensão de questões sociais mais amplas que ultrapassam em muito a dimensão de uma única existência humana. Em *Galileu, Cortesão - A Prática da Ciência na Cultura do Absolutismo*⁵ Mario Biagioli analisa como um matemático, Galileu Galilei, praticava e legitimava sua ciência numa sociedade baseada na cultura do Absolutismo e regida pelas regras e etiquetas da corte. Trata-se de um trabalho que estuda a carreira de um indivíduo inserido num sistema social no qual o mecenato, enquanto “uma instituição sem paredes”, nas palavras do próprio autor, exercia a função de manter uma rede de interdependência entre os sujeitos. É um estudo que parte de um olhar micro, analisando a carreira científica de um Galileu cortesão, pretendendo alcançar reflexões que permitam pensar a dimensão macro daquela sociedade e estabelecer relações entre cultura da corte, absolutismo político, legitimação da ciência e o desenvolvimento de instituições científicas.

É interessante notar que o autor não estabelece uma distinção entre o Galileu cientista e o Galileu cortesão, portanto, entre a individualidade do sujeito e a posição ocupada por este. Desta maneira, deixa transparecer que o papel social ocupado por Galileu, o de cortesão, teria sido essencial para configurar a ciência que produziu. Galileu se movimentou pelas possibilidades que o seu contexto de homem da corte lhe oferecia. Biagioli concebe a realidade social na qual este indivíduo estava inserido como determinante na construção de sua carreira científica, porém, não como uma estrutura rígida que limitava totalmente suas ações e existia fora dele enquanto sujeito social. Assumindo e negociando papéis sociais e códigos culturais existentes, Galileu teria construído para si uma identidade socioprofissional original, a de “filósofo novo” ou “astrônomo filosófico”. As práticas cotidianas de Galileu e suas atividades científicas se enquadravam na cultura cortesã e em seus códigos de comportamento compartilhados por outros cortesãos, patronos, matemáticos e filósofos. Neste estudo, que busca relacionar a cultura da corte e do absolutismo à prática e legitimação da ciência, a carreira de Galileu não é apresentada como radicalmente diferente das de outros matemáticos. No entanto, também são consideradas suas singularidades e escolhas individuais que fazem com que esta seja tomada como objeto de estudo para o alcance das questões propostas pelo autor. Contudo, ao afirmar que não pretende defender que as estratégias de legitimação social e cognitivas analisadas na carreira de Galileu eram as únicas disponíveis

⁵ BIAGIOLI, Mario. *Galileu cortesão. A prática da ciência na cultura do Absolutismo*. Porto: Porto Editora, 2005.

para a legitimação da nova ciência, o autor mostra que não pensa a estrutura social como algo que aprisiona o indivíduo e suas ações.

A segunda obra a ser comentada é *Mozart, Sociologia de um Gênio*⁶. Neste livro o sociólogo Norbert Elias analisa a vida de Wolfgang Amadeus Mozart, um homem que não conseguiu viver plenamente, alcançando um estado de felicidade inserido na sociedade à qual pertencia. Era uma artista que pretendia ser livre para exercer na plenitude o seu extraordinário talento musical. No entanto, nasceu, foi criado e desenvolveu suas habilidades numa sociedade que compreendia a sua arte como arte de artesão que teria como função o mero entretenimento da aristocracia cortesã.

Seu sonho de estabelecer-se enquanto um artista autônomo não encontrava correspondência na realidade material e no reconhecimento do público. A melhor possibilidade de sobrevivência que lhe era apresentada era a de produzir arte de entretenimento para uma audiência cortesã submetendo seu talento musical e sua criatividade ao gosto de um patrono. As pressões sociais atuantes sobre Mozart não eram compatíveis com os seus anseios de realização pessoal. Uma outra faceta motivadora de seus trágicos conflitos individuais é o fato de ter sido um representante de valores burgueses numa sociedade onde o equilíbrio de forças ainda era muito favorável a uma aristocracia de corte. Deste modo, podemos ver que, nesta análise, o sociólogo considerou subjetividades e idiosincrasias. Porém, o próprio conflito pessoal percebido por Elias foi construído em diálogo com a sua dimensão social. Era um conflito entre uma individualidade e uma sociedade que a mantinha sobre controle.

O sociólogo Pierre Bourdieu alertou para o risco de analistas de histórias de vida serem seduzidos pela “ilusão biográfica”. Este texto foi escrito pelo autor em fins da década de 1980 quando as biografias ganhavam terreno dentre as ciências humanas e sociais e pretendia apresentar os limites do empreendimento biográfico. Segundo o autor, um relato dessa natureza acabava por ser excessivamente ordenado e coerente, pois tanto o biógrafo quanto o biografado tendiam a reconstruir a trajetória de uma vida de maneira linear atribuindo-lhe um sentido que explicava todo o desenrolar daquela existência individual. A alternativa apontada por Bourdieu foi a de compreender os acontecimentos biográficos como movimentos orientados por uma estrutura social que oferecia um determinado campo de possibilidades para as ações do sujeito individual⁷.

⁶ ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

⁷ BOURDIEU, P. A ilusão biográfica, op.cit., 1996.

Contudo, segundo Sabina Loriga, ao buscar fugir da “ilusão biográfica” e quebrar o excesso de coerência do discurso histórico⁸, Pierre Bourdieu teria reforçado os laços normativos; o que não deixava de ser uma forma de também enclausurar a existência individual em busca de algum sentido. Ainda que a trajetória individual fosse condicionada pelas estruturas sociais, a conexão entre os acontecimentos era explicada a partir de uma significação anterior a eles⁹. A autora propôs um caminho diferente do apontado pelo sociólogo: a utilização do indivíduo para apreender as discontinuidades e as ausências de coerência e de unidade de sentido no tempo histórico. Loriga argumenta que através do “eu” seria possível se interrogar tanto sobre o que aconteceu como também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas¹⁰.

No que se refere à relação entre o caso individual e o movimento geral da história, Sabina Loriga considera o indivíduo, a um só tempo, como caso particular e totalidade; fator revelador da pluralidade, da tensão e da ambiguidade de uma história humana e heterogênea. Isso porque o indivíduo, com suas paixões, incertezas, incoerências e desvios, traria para a análise a complexidade presente em uma realidade histórica que se queira analisar. Neste sentido, o contexto histórico é compreendido como um “tecido conjuntivo atravessado de campos elétricos de intensidade variável” no qual o indivíduo representa uma figura singular que se situa no cruzamento de experiências sociais diversas¹¹.

Ao buscar mostrar a significação histórica geral de uma vida, Loriga destaca alguns pontos que foram fundamentais para a minha compreensão da trajetória do botânico Paulo Campos Porto como um bom fio condutor para elaboração de respostas às minhas questões de pesquisa. Sua argumentação contrária ao enraizamento da pessoa em seu ambiente¹² ajudou a pensar as diferenças entre Paulo Campos Porto e outros naturalistas conservacionistas do período e com os quais o botânico compartilhava muitas ideias e esferas de atuação como espaços institucionais, congressos científicos, comissões técnicas de auxílio governamental, etc. Embora não seja um propósito central de minha pesquisa, a análise geracional foi importante pano de fundo na tese, tendo como principal contraponto o grupo de cientistas

⁸ Ibidem.

⁹ LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In REVEL, Jacques. Jogos de Escala. *A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 225-249.

¹⁰ LORIGA, Sabina. *O pequeno X*. Da biografia à história. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

¹¹ Ibidem.

¹² LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*, op.cit., 1998.

conservacionistas do Museu Nacional, que ficou bastante conhecido por sua atuação em prol da proteção à natureza nos anos de 1930.¹³

Diferentemente de seus pares, que atuavam principalmente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, Porto não foi um cientista de muitas publicações, nem sequer na área da botânica. Pouco elaborou reflexões sobre a sua atividade científica, seus propósitos e suas limitações. Não esteve envolvido em debates sobre o papel social dos cientistas e intelectuais na primeira metade do século XX, como muitos homens de ciência fizeram nos anos de 1930¹⁴. Embora tenha apontado alguns problemas do país e proposto soluções em algumas de suas poucas falas, não se debruçou sobre a sociedade em que vivia, nem dissertou ou publicou obras sobre os males do Brasil; verdadeiro topos da produção intelectual do período. Porém, atuou em projetos de ação estatal em prol de um país moderno, desenvolvido e civilizado. Entendia o seu papel enquanto elite intelectual, econômica e social à qual cabia conduzir as mudanças e transformações que levariam o país a um futuro grandioso. A serviço das propostas de transformação da sociedade brasileira pelo Estado varguista esteve o seu labor técnico.

Pensando no grupo de cientistas conservacionistas que, nas primeiras décadas do século XX, manteve a questão da conservação da natureza em pauta e, que, sobretudo na década de 30, participou da elaboração de legislação para a proteção do mundo natural, a atuação de Paulo Campos Porto não pode ser considerada um caso típico, representativo da maioria. Contudo, Sabina Loriga mostrou que, numa perspectiva elaborada na década de 1990

¹³ DUARTE, Regina Horta. Coleções de aranhas, redes científicas e política: a teia da vida de Cândido de Mello Leitão (1886-1948). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 5, p. 417-433, 2010; DUARTE, Regina Horta. Nação, Natureza e Território - Cândido de Mello Leitão e a Biologia no Brasil. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, MT, v. 1, n.1, p. 141-156, 2000; DUARTE, Regina Horta. *A Biologia Militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil, 1926-1945*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010; LIMA, Nísia Trindade Lima; SÁ, Dominichi Miranda de. (Org.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008; FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. . Frederico Carlos Hoehne: viagens, ciência e proteção à natureza. *Orquidario* (Rio de Janeiro), v. 26, p. 41-50, 2012. FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. . Cândido de Mello Leitão: as ciências biológicas e a valorização da natureza e da diversidade da vida. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 14, p. 1265-1290, 2007; FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. . Alberto José Sampaio: Um Botânico Brasileiro e o seu Programa de Proteção à Natureza. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 33, p. 129-159, 2005; FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. . Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. Nº 3, p. 1033-1059, 2005; CAPANEMA, Carolina Marotta.. Representações sobre natureza, território e sociedade: Alberto Sampaio e a fitogeografia no Brasil. *Revista Alpha* (Patos de Minas), Patos de Minas, v. 5, n.5, p. 242-251, 2004; SILVA, Valéria Mara da. *Educando homens para educar plantas: orquidofilia e ciência no Brasil (1937-1949)*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, 2013.

¹⁴ SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*, Coleção História e Saúde, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. e SOUZA, Letícia Pumar Alves de. *A ciência e seus fins: internacionalismo, universalismo e autonomia na trajetória do fisiologista Miguel Ozório de Almeida (1890-1953)*, Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

pela micro-história, não é necessário que o indivíduo analisado represente o caso típico. Segundo a autora, são justamente as vidas que se afastam da média que ajudam a refletir melhor sobre o equilíbrio entre a especificidade do destino pessoal e o conjunto do sistema social. Apenas um grande número de experiências permitiria levar em consideração duas dimensões fundamentais na história: os conflitos e as potencialidades. Assim seria possível caminhar na direção da desejada reconstituição de um tecido social e cultural mais vasto¹⁵. Considero que são justamente as “diferenças”, entre Paulo Campos Porto e os outros cientistas conservacionistas que se destacaram no período analisado, que ajudam a compreensão mais abrangente da concepção de natureza que, sendo uma visão estratégica de Estado, originou a política de proteção à natureza do período.

Os cientistas aqui utilizados como contraponto atuaram principalmente seguindo os propósitos educativos do Museu Nacional, no que se refere à causa da conservação da natureza, mesmo tendo participado de comissões acionadas pelo Ministério da Agricultura para a elaboração de pareceres técnicos sobre projetos que tinham outros fins. Por outro lado, Paulo Campos Porto circulou por diferentes instituições subordinadas ao Ministério da Agricultura, e que, embora tivessem preceitos conservacionistas, apresentavam diferentes formas de manejo da natureza. A circulação por estes órgãos permite a visualização do quanto era complexa a concepção acerca do mundo natural que originou a política de proteção da natureza que pretendo analisar.

Ressalto que as ideias apresentadas por Porto eram comuns entre os cientistas que participavam do movimento conservacionista da primeira metade do século XX no Brasil. Para Alberto Sampaio¹⁶ (botânico do MN que participou de algumas iniciativas de proteção à natureza com Porto), por exemplo, o patrimônio natural brasileiro era a maior fonte de riqueza da nação e deveria obedecer a um programa de exploração racional. Em seu programa de proteção à natureza, esta desempenhava um papel estratégico, pois seu uso seria um meio de

¹⁵ LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”. In REVEL, Jacques. Jogos de Escala. A experiência da microanálise, 1998, op.cit., pág.248.

¹⁶ Alberto José de Sampaio (1881- 1946), natural de Campos dos Goitacazes, Rio de Janeiro, nasceu a 05 de fevereiro de 1881. Terminou o curso primário e o secundário em sua cidade natal. Em 1903, mudou-se para o Rio de Janeiro, iniciando seus estudos médicos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Interrompeu o curso no final do segundo ano para prestar concurso do Museu Nacional abria para o cargo de Assistente da Seção de Botânica. Classificado em primeiro lugar, foi nomeado e iniciou sua carreira de naturalista em janeiro de 1905. Interessado pela homeopatia, posteriormente concluiu seus estudos médicos, formando-se médico homeopata pela Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano. Exerceu a clínica médica por algum tempo, porém, absorvido pela carreira de naturalista, abandonou a clínica para se dedicar à botânica. No Museu Nacional ocupou o cargo de chefe e professor da Seção de Botânica de 1912 até 1941, ano de sua aposentadoria. Para mais informações sobre a obra de Alberto Sampaio consultar: CAPANEMA, Carolina Marotta. A natureza no projeto de construção de um Brasil Moderno e a obra de Alberto José de Sampaio, op.cit., 2006.

elevação da nação a um nível de modernização e desenvolvimento superiores¹⁷; tipo de pensamento que poderia resumir toda a política voltada para a natureza elaborada e constituída durante o governo Vargas. Contudo, se essas ideias presentes nos discursos de homens como Sampaio não se destacavam ou eram ofuscadas por seus modos de atuação, ficavam evidentes na atuação de Porto.

Partindo destas reflexões compreendi que indivíduos podem ser o foco de uma análise na medida em que estejamos atentos para o lugar que estes devem ocupar em nosso trabalho, auxiliando na compreensão de totalidades que almejamos alcançar. Portanto, meu trabalho de pesquisa partiu da análise de uma trajetória individual. Quando iniciei a elaboração do projeto para esta tese o objetivo central era analisar a trajetória de Paulo Campos Porto visando compreender a participação de cientistas na criação de medidas de proteção à natureza no Brasil na década de 1930; período que teria sido profícuo em realizações neste sentido, segundo interpretações correntes.

Porém, com o andamento da pesquisa percebi que, durante a Era Vargas, a participação dos referidos cientistas no projeto governamental teria ultrapassado o envolvimento na mera proposição intelectual de medidas de “proteção”. Estes homens de ciência teriam participado de toda a política de gestão da natureza, que era na realidade uma política protecionista de nossos recursos naturais. A aproximação destes com o governo estava relacionada com a identificação do conservacionismo com os ideais desenvolvimentistas. O projeto de desenvolvimento varguista tinha como um de seus pilares o ideal de que na diversidade e potencialidade dos recursos naturais do país estava a sua maior riqueza. Assim cabia à ciência revelar este potencial cujo aproveitamento deveria ser exclusividade da nação, sob os auspícios do Estado, e orientar o manejo racional, portanto, eficiente e duradouro, destes recursos naturais. Considerando a trajetória de Paulo Campos Porto como reveladora desta dupla tarefa desempenhada pela ciência, continuei com o objetivo principal de compreendê-la como uma via de acesso privilegiado para a interpretação da política para a natureza que foi originada neste contexto.

No que se refere à existência de trabalhos sobre a trajetória do botânico Paulo Campos Porto, estes não são conhecidos no âmbito da História das Ciências. Posso apontar apenas algumas rápidas referências a esse naturalista em obras dedicadas à realização de panoramas

¹⁷ CAPANEMA, Carolina Marotta. A natureza no projeto de construção de um Brasil Moderno e a obra de Alberto José de Sampaio. Dissertação de Mestrado em História das Ciências. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

acerca da história da botânica no Brasil como, por exemplo, o trabalho de Eliana Nogueira¹⁸. Além destes, ainda é possível mencionar uma sucinta biografia do botânico publicada em *Vultos da botânica no Brasil*¹⁹. O reduzido número de trabalhos sobre o JBRJ e seus pesquisadores é algo que já foi constatado²⁰. Botânicos como Alberto Löefgren²¹, Geraldo Kuhlmann²², Paulo Campos Porto e Adolpho Ducke²³, que tiveram suas trajetórias

¹⁸ NOGUEIRA, Eliana. *Emergência, institucionalização e estado atual da botânica brasileira: as relações nacionais e internacionais*, Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), São Paulo, Unicamp, 1999.

¹⁹ NOMURA, Hitoshi. *Vultos da Botânica Brasileira*. 1ª. Ed. Mossoró, RN: Fundação Guimarães Duque, 1992.

²⁰ CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde)- Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

²¹ Johan Alberto Constantin Löefgren (1854-1918). Nascido em Estocolmo, Suécia, formado em filosofia e ciências naturais na Uppsala Universitet (Suécia). Chegou ao Brasil em 1874 integrando a expedição comandada pelo naturalista Anders Fredrik Regnell (1807-1884). Löfgren auxiliou Regnell na expedição dirigida pelo naturalista Hjalmar Monsén, realizada entre os anos de 1874 e 1877, e que explorou a botânica das regiões de São Paulo e de Minas Gerais. Löfgren permaneceu no Brasil após o término dos trabalhos da expedição. Trabalhou como engenheiro-arquiteto da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em torno de 1877 e 1880. Em 1880, realizou, como botânico, estudos sobre a flora algológica presente na região de São Paulo. Foi nomeado ajudante-botânico, em julho de 1886, pelo Presidente da Província de São Paulo, Antonio de Queiroz Telles. Sua missão era iniciar estudos sobre a flora e a fauna da província, principalmente o estudo da vegetação dos campos com referência especial às plantas forrageiras, têxteis e medicinais. Coordenou o serviço botânico e meteorológico da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, chefiada pelo geólogo e naturalista norte-americano Orville Adelbert Derby. Löfgren incentivou a preservação das florestas de São Paulo e a formação de florestas artificiais, tendo inclusive, apresentado à Câmara dos Deputados uma proposta de regulamentação e de proteção das matas no Estado. Em 1901, apresentou ao Presidente do Estado de São Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves, um documento a ser submetido à Câmara dos Deputados, que propunha a proteção e regulamentação da exploração das matas, incluindo a proposição de uma legislação florestal. Neste mesmo ano, foi indicado para chefiar uma comissão responsável pela elaboração do primeiro Código Florestal do país. Esta iniciativa não obteve resultado, mas suas ideias subsidiaram a elaboração do primeiro Código Florestal brasileiro, criado em 1934. Entre os anos de 1910 e 1913, chefiou a seção de botânica da Inspeção de Obras Contra as Secas, então sob a direção do engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa. Foi chamado para estudar as condições da flora e do solo da região nordeste do país flagelada pelas secas. O propósito era conseguir o seu aproveitamento agrícola e apurar as possibilidades de reflorestamento. Foi convidado em 1913, por John Christopher Willis, então diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, para assumir a chefia da seção de botânica e de fisiologia vegetal daquela instituição. Foi efetivado neste cargo, através de concurso, em 2 de janeiro de 1918, ano em que veio a falecer. Nesta instituição foi o primeiro pesquisador a realizar trabalhos sobre a anatomia de madeiras, organizou o herbário e colaborou de forma expressiva com a publicação Arquivos do Jardim Botânico, em cujas páginas podemos encontrar alguns de seus artigos. Para mais informações sobre a trajetória de Löfgren consultar: CORREA FILHO, Virgílio. Alberto Löfgren. Revista Brasileira de Geografia, v.12, n.2, abril-junho de 1950, p.288-290 e Verbete Alberto Löfgren do Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930), consultado em 11/06/2017 em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/lofgalb.htm>. Sobre sua atuação em atividades de conservação da natureza ver: DEAN, Warren. A ferro e fogo, op.cit., 1996, sobretudo capítulo 10 do livro, e SAMPAIO, Alberto José. Biogeografia Dinâmica. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.

²² João Geraldo Kuhlmann (1882- 1958). Nasceu em Santa Catarina. Autodidata, sem formação acadêmica, começou a interessar-se pela botânica por volta de 1907, influenciado por seu cunhado Frederico Carlos Hoehne, na época jardineiro-chefe do Museu Nacional. Participou de viagens da Comissão Rondon e ingressou no JBRJ no ano de 1919. Foi diretor da instituição entre 1944 e 1951. Para mais informações sobre sua trajetória ver: CASAZZA, Ingrid Fonseca. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, op.cit., 2011.

²³ Adolpho Ducke (1876-1959)- Nasceu em Trieste, na Itália. Após a perda do pai, ainda jovem emigrou para o Brasil, tendo-se radicado em São Paulo por curto período de tempo. Ao retornar à Europa, iniciou-se no estudo de entomologia. Em 1899, Emílio Goeldi, diretor do Museu Paraense, em uma viagem à Europa, contratou diversos técnicos para completar o quadro de servidores do referido museu que encontrava-se em fase de

profissionais vinculadas à instituição, a despeito de sua importância para a história da botânica no Brasil, têm merecido poucos estudos por parte da historiografia das ciências.

A contribuição deste trabalho para o preenchimento desta lacuna é o primeiro fator que destaco como justificativa para a sua realização. Além disso, através do estudo da trajetória de um botânico é possível fazer uma compreensão mais geral acerca da atuação da ciência botânica na história da promoção do debate ambiental, e, isto, a partir do entendimento de que um ator e suas obras refletem as expectativas e demandas do grupo sócio-profissional ao qual pertenceram. Uma vez que a trajetória profissional de Porto foi dedicada quase integralmente ao JBRJ (mais de 45 anos), esta tese conta muito da própria história institucional.

A análise da trajetória de Paulo Campos Porto proposta neste trabalho também visa colaborar com a historiografia ambiental brasileira que tem produzido importantes trabalhos sobre a atuação dos intelectuais dedicados a promover a proteção da natureza nacional em diferentes momentos da história²⁴. Além disso, também estabelecerá diálogo com os estudos acerca do surgimento de políticas ambientais, da elaboração de leis e medidas protecionistas relativas à utilização do meio ambiente e sobre a criação de parques nacionais e reservas naturais.

Ainda seria profícuo fazer uma articulação entre este propósito e alguns argumentos apresentados por José Augusto Drummond em um ensaio no qual este aborda as razões para estudos em história ambiental brasileira. O autor aponta a institucionalização da questão ambiental no Brasil como um dos campos merecedores de análises históricas. Drummond ressalta que o país já se encontra em uma terceira geração de leis, órgãos e políticas ambientais que teriam passado por transformações e recebido as mais diversas configurações de acordo com os contextos políticos, sociais e econômicos nos quais estavam inseridas. Sendo assim, além de o tema ser fértil para a realização de estudos, apresenta muitas fontes e

remodelação. Dentre estes, estava Ducke. No Museu Paraense trabalhou com o botânico Jacques Huber. Ingressou no JBRJ em 1918. Ducke foi essencialmente um pesquisador de campo e figura como um dos maiores estudiosos da flora amazônica no período, região para a qual realizou muitas viagens científicas. Para mais informações sobre sua trajetória ver: CASAZZA, Ingrid Fonseca. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, op.cit., 2011.

²⁴PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009; DUARTE, Regina Horta. *A Biologia Militante*, op.cit. 2010.

tópicos a serem analisados na busca de um melhor entendimento das relações da sociedade brasileira com sua natureza ao longo do tempo²⁵.

O recorte cronológico da pesquisa compreende o período entre os anos de 1914 e 1961. O marco inicial, no ano de 1914, se refere ao início das pesquisas realizadas por Paulo Campos Porto na região de Itatiaia, bem como dos esforços do botânico na constituição da Reserva Florestal que originaria a Estação Biológica e, posteriormente, o PNI. O marco final da pesquisa, em 1961, se refere ao ano em que Porto saiu do cargo de diretor do JBRJ, anos após sua aposentadoria compulsória, e encerrou sua segunda gestão à frente da instituição, pouco antes de sua morte.

A pesquisa de fontes documentais foi realizada nos seguintes acervos: Biblioteca João Barbosa Rodrigues do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Biblioteca do Parque Nacional de Itatiaia, Arquivo do Parque Nacional de Itatiaia, Instituto Campo Belo, Arquivo Público do Estado da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, Arquivo do Museu Nacional/ SEMEAR, Arquivo Documental do Setor de Acervo e Memória do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e Arquivo do Itamaraty.

As principais fontes documentais utilizadas na elaboração desta tese foram as seguintes: legislação referente à natureza durante a década de 30, Constituições Federais de 1934 e 1937, Diário Oficial da União, Relatórios do Ministério da Agricultura, Anais da Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica e Relatório da Primeira Conferência de Proteção à Natureza, Diário Oficial do Estado da Bahia, Jornais, Boletim da Agricultura, Comércio e Indústria da Bahia, Atas das reuniões do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), periódicos (Rodriguésia, Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal e Boletim do Ministério da Agricultura) e os artigos científicos de Paulo Campos Porto.

A tese está estruturada em quatro capítulos. Optei por uma narrativa que não segue propriamente uma ordem cronológica. Priorizei uma estruturação a partir de recortes temáticos e, em alguma medida, seguindo a atuação de Paulo Campos Porto em órgãos específicos.

²⁵ DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar a história ambiental no Brasil? Ensaio temático. *Varia História*, v.26,n.1, p.13-32, 2002.

No primeiro capítulo procuro discutir o que a historiografia consagra como “medidas de proteção à natureza criadas pelo governo Vargas”. Defendo que estas iniciativas que buscavam regulamentar (e garantir) a exploração da natureza brasileira, como os códigos florestal, de caça e pesca, de água e de minas, foram medidas protecionistas de inspiração conservacionista e nacionalista. Apresento, por meio de um diálogo entre a historiografia das ciências no Brasil e a história ambiental, uma tradição de aliança entre Ciência e Estado para o aproveitamento econômico da natureza brasileira. Nesta articulação, desde fins do século XVIII, homens de ciência foram acionados para alavancar o empreendimento agrícola no Brasil. Recorro a esta reflexão para mostrar que foi principalmente a partir dessa aproximação entre Ciência e Estado, e seus desdobramentos, que o conservacionismo se configurou enquanto experiência histórica no Brasil e se estabeleceu como principal forma de pensamento sobre a natureza no país.

Apresento também uma problematização sobre a participação de cientistas como Paulo Campos Porto na política de gestão da natureza desenvolvida na Era Vargas evitando o entendimento de suas práticas como a de precursores do pensamento ambientalista da atualidade. A política varguista era regida por um projeto de desenvolvimento apoiado no nacionalismo e no intervencionismo estatal que incluía o controle dos recursos naturais que deveriam ser explorados para promover o crescimento econômico, sobretudo a partir do ideal de industrialização. A compreensão desta complexidade esclarece o caráter protecionista e conservacionista da gestão dos recursos naturais. Partindo desta argumentação demonstro que não se tratou de uma política de proteção à natureza que fracassou; neste sentido os cientistas não foram “perdedores”. Foram atores fundamentais na elaboração desta política gerada por um projeto de desenvolvimento.

Analiso, no segundo capítulo, a participação de Paulo Campos Porto no aparelho estatal durante os dois governos varguistas. Busco compreender e demonstrar o prestígio político-administrativo do botânico, que fez com que, durante a Era Vargas, tenha ocupado um importante cargo na administração pública: o de diretor do Instituto de Biologia Vegetal do Ministério da Agricultura. Este alto cargo burocrático, embora pareça ter afastado Porto de suas atividades científicas, garantiu a sua circulação por alguns órgãos de perfil técnico-científico. Como diretor do Instituto de Biologia Vegetal, assumia concomitantemente a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e da Estação Biológica de Itatiaia. Em consequência da direção do JBRJ, assumiu cadeira no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, no Conselho Florestal Federal e na Comissão Organizadora do Parque Nacional de Itatiaia.

No início dos anos de 1940 Paulo Campos Porto chegou a ser Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, onde promoveu a criação do Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, em homenagem ao presidente Getúlio Vargas. Com a saída de Vargas do poder, Porto sai de cena brevemente. Retorna ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro para assumir pela segunda vez a direção da instituição quando a presidência da República é novamente ocupada por Getúlio Vargas, em 1951. Ocupou este cargo até 1961, poucos anos antes de sua morte. Busco compreender a aproximação de Porto com o governo varguista e como as instituições que administrou colaboraram com o projeto político deste período. Além disso, o início de sua carreira como naturalista viajante, as pesquisas realizadas e o envolvimento de longa data, inclusive afetivo, com o JBRJ também são objetos de análise neste capítulo. A passagem pela Secretária de Agricultura da Bahia e a criação do Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal também são abordados.

No terceiro capítulo busco reconstruir o cenário que abrigou a criação do primeiro parque nacional brasileiro. Abordo o envolvimento de Paulo Campos Porto com as terras que constituiriam o PNI, em 1937, apresentando sua participação no processo de compra da área pelo governo federal (1908), na realização de estudos sobre a região (ao menos desde 1914), no estabelecimento da Reserva Florestal de Itatiaia (a partir de 1914), na organização e direção da Estação Biológica (1927) e, enfim, na criação do Parque Nacional de Itatiaia, às vésperas do Estado Novo. Desse modo, realizo uma análise do processo de constituição do Parque Nacional de Itatiaia, primeira área protegida do país.

Por fim, no quarto capítulo, parto do empenho de Paulo Campos Porto em contribuir para a defesa da natureza enquanto patrimônio nacional e de sua constante argumentação em prol desta causa. Sendo a questão do patrimônio nacional tema característico deste período da história do Brasil, analiso os seus significados e suas origens. No Brasil, a defesa do patrimônio nacional apareceu de maneira institucionalizada em dois órgãos durante os anos de 1930: o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFEACB), presidido por Paulo Campos Porto, e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Analiso a questão do patrimônio nacional nos dois órgãos buscando, em especial, compreender a definição de patrimônio natural e o que envolvia a sua proteção.

Uma das maiores dificuldades que enfrentei ao realizar esta pesquisa não chegou a ser uma novidade para mim. Foi antes a continuidade de um desafio que já havia aceitado durante o mestrado quando resolvi estudar o JBRJ. Nesta ocasião concluí que o JBRJ é uma instituição bicentenária, mas que, a despeito da importância que tem para a história científica

do Brasil, parece ter negligenciado por um longo período o seu acervo documental. Christiane Assis Pacheco se dedicou a entender as razões pelas quais a instituição não possuía um acervo documental próprio que reunisse informações e dados sobre a sua história. A autora apontou como uma das causas o tipo de cultura institucional que privilegiava o resultado científico, o que fazia com que os botânicos preservassem apenas plantas e informações históricas contidas no herbário e as publicações científicas²⁶.

É verdade que, nesta pesquisa de doutorado, os obstáculos foram ainda maiores com a inclusão de uma nova instituição, o PNI, com perfil semelhante ao JBRJ, e que tampouco, ou menos ainda, tem como tradição conservar seus documentos administrativos ou quaisquer registros que possam conservar sua história. Soma-se a isso o fato desta pesquisa atual ser focada em um único botânico, do próprio JBRJ, que assim como outros colegas de instituição não deixaram um arquivo pessoal.

²⁶PACHECO, Christiane Assis. *Semeando memórias no jardim: documentos e memórias do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CAPÍTULO 1 – O PROTECIONISMO DA NATUREZA

Ao historiador cabe estabelecer fatos, muitas vezes descontínuos e heterogêneos, torná-los inteligíveis, integrá-los numa totalidade significativa. Isso implica que a verdade dos fatos não coincide sempre com sua significação.

Sabina Loriga²⁷

A Era Vargas, sobretudo os anos de 1930, costumam ser apontados como o momento da história do Brasil no qual foram concretizadas medidas de proteção à natureza que já eram discutidas há décadas. A partir desta perspectiva é possível reunir uma série de decretos e iniciativas que buscavam regulamentar (e garantir) a exploração da natureza brasileira, como os códigos florestal, de caça e pesca, de água e de minas, em chave da coexistência harmônica de ideias conservacionistas e preservacionistas no contexto nacional dos anos 30 e 40. Porém, o que se convencionou chamar de “medidas de proteção à natureza criadas pelo governo Vargas” foram medidas protecionistas de inspiração conservacionista e nacionalista geradas no âmbito do projeto desenvolvimentista do período.

Desde o século XIX havia um debate norte-americano entre conservacionistas e preservacionistas. Embora as ideias que nortearam as discussões sobre a natureza nos Estados Unidos tenham tido uma importante influência em nosso contexto nacional, os intelectuais que lá estiveram preocupados com a degradação ambiental se dividiram em posições mais fortemente demarcadas. O grupo dos conservacionistas denunciava o uso irracional da natureza enquanto recurso e argumentava o seu uso cauteloso de modo a garantir o não esgotamento e a possibilidade de utilização pelas futuras gerações. Por outro lado, os preservacionistas preocupados com aspectos de fruição estética, transcendência espiritual e manutenção da *wilderness*, defendiam que algumas áreas, selecionadas a partir de seus atributos especiais, deveriam ser reservadas enquanto parques naturais livres da presença humana. Desta concepção preservacionista derivou a perspectiva de natureza intocada e o conceito de parques nacionais que tornaram a experiência norte-americana uma inspiração para muitos países no mundo, inclusive O Brasil.²⁸

²⁷ LORIGA, Sabina. *O pequeno X*, op.cit., 2011.

²⁸ DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994; NASH, Roderick. *Wilderness and the American Mind*. 4th ed. New Haven: Yale University Press, 2001; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*, op. cit., 2009.

Porém, no Brasil das primeiras décadas do século XX, não existiu este dualismo entre conservacionistas e preservacionistas e os grupos que estavam envolvidos com a questão da proteção da natureza apresentavam ideias e projetos de atuação que transitarium facilmente entre os dois polos de disputa norte-americanos. Os conservacionistas do país não enxergavam contradições entre o pensamento de conservação da natureza e propostas de inspiração preservacionista ou mesmo destes com o desenvolvimentismo amparado no aproveitamento e manejo dos recursos naturais. Estavam imbuídos também de uma visão protecionista que significava que a exploração da natureza deveria ser promovida e regulada de modo a assegurar ao Estado os privilégios de sua utilização enquanto recurso gerador de benefícios e riquezas para o país.

Proponho neste capítulo aprofundar um diálogo entre a História das Ciências e a História Ambiental e apresentar uma tradição de aliança entre Ciência e Estado para o aproveitamento econômico da natureza brasileira. Isto para mostrar que foi principalmente a partir dessa relação que o conservacionismo se configurou enquanto experiência histórica no Brasil e se estabeleceu como principal forma de pensamento sobre a natureza no país. Ao menos desde fins do século XVIII homens de ciência foram acionados para alavancar o empreendimento agrícola no Brasil. Estes deveriam analisar as formas pelas quais seria aproveitada a maior potencialidade encontrada em terras brasileiras: a abundância e diversidade de seus recursos naturais. Nesta aproximação com a natureza brasileira passaram a constatar os seus usos inadequados e se tornaram os maiores divulgadores dos efeitos destrutivos acarretados pela exploração irracional e imprevidente destes recursos que poderiam provocar até a sua escassez. Por outro lado, reforçaram a ideia de que a introdução de técnicas científicas poderia promover o melhor aproveitamento do mundo natural. Racionalmente se tornaria possível produzir mais e explorar ao máximo sem esgotar. Essa chave de pensamento se tornou duradoura, como veremos. Resguardadas as especificidades de cada contexto histórico e os diferentes arranjos institucionais de cada época, este caminho da utilização racional dos recursos naturais brasileiros foi estabelecido como o meio ideal de promover o crescimento econômico no país. E garantiu o papel da ciência, e dos cientistas, como uma das molas propulsoras do projeto desenvolvimentista da Era Vargas.

1.1- Aproveitamento econômico da natureza e conservacionismo

Nas últimas quatro décadas empreendeu-se importante renovação nos estudos sobre a História das Ciências no Brasil, já bem reconhecida pela historiografia atinente. Uma de suas

contribuições mais significativas, que ampliou as possibilidades de objetos de estudo ao reconhecer a produção de ciência no país antes da criação de universidades no século XX, foi a identificação das peculiaridades locais que configuraram as práticas de produção do conhecimento científico no Brasil²⁹. Sob esta perspectiva, que promoveu um esforço de contextualização da produção do conhecimento no Brasil, o processo de institucionalização das ciências passou a ser compreendido a partir da implantação, desenvolvimento e consolidação de atividades científicas em um determinado espaço-tempo histórico. Nestas análises, a dinâmica entre a atividade científica e os interesses econômicos, políticos e sociais, bem como o perfil aplicado do conhecimento produzido e a atuação do Estado como principal promotor da ciência foram destacadas como características particulares de uma tradição de exercício da atividade científica existente no Brasil, ao menos, desde o século XVIII³⁰.

Outra importante característica apontada como conformadora das peculiaridades locais e temporais da prática científica no Brasil foi a valorização das ciências naturais como instrumento de intervenção na realidade brasileira. Constituída a partir da influência exercida pela cultura europeia do iluminismo, conformou uma geração de intelectuais brasileiros formados nas principais universidades europeias, sobretudo em Coimbra³¹, em fins do século XVIII. Ao retornarem às terras brasileiras, estes buscaram adaptar o ideário iluminista ao contexto local e estiveram especialmente voltados para a corrente de pensamento que estabelecia relações pragmáticas entre os intelectuais e a sociedade. Os sábios e cientistas eram exaltados como homens práticos e de ação aos quais caberiam construir a felicidade dos homens com inventos e descobertas úteis ao bem-estar, à saúde e ao proveito da sociedade³².

Maria Odila Silva Dias analisou a influência da mentalidade ilustrada europeia sobre os intelectuais brasileiros de fins do século XVIII e como esta contribuiu para a elaboração de características que foram conformadoras da prática científica no Brasil. Orientados pelo ideal

²⁹ DANTES, Maria Amélia M. *Espaços da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001; FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. *Ciência & Tecnologia no Brasil: um tema sempre atual*. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz. *Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 110-121.

³⁰ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997; FIGUEIRÔA, Sílvia. *As Ciências Geológicas no Brasil: Uma História Social e Institucional, 1875-1934*, São Paulo: HUCITEC, 1997.

³¹ Sob influência de uma ideologia iluminista de crença “no poder da razão, única e universal e na função pragmática da ciência a serviço do progresso material” a Universidade de Coimbra passou por uma reforma. Entre os anos de 1768 e 1772 foram introduzidas disciplinas científicas e criados os novos cursos de Matemática e Filosofia. A Universidade passou a formar naturalistas e no final do século XVIII os cursos de ciências naturais eram os que mais atraíam os estudantes. DANTES, Maria Amélia M. “Fases da implantação da ciência no Brasil”, *Quiju*, México, 2 (5): 265-75, 1988.

³² DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil, in: *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 39-126; Dantes, Maria Amélia M. “Fases da implantação da ciência no Brasil”, op.cit., 1988.

de que os estudos científicos deviam servir ao fomento do progresso material e das condições de vida, esses estudiosos foram atraídos pelas ciências naturais, em detrimento das pesquisas em ciências puras. Assim, buscando ser úteis, os ilustrados brasileiros voltaram seus estudos principalmente para a agricultura. A autora ressalta que, além das marcas da cultura europeia iluminista na obra e formação destes estudiosos, influenciava também sua identificação com os interesses materiais da elite rural brasileira e sua incidência como política de Estado³³.

Dias demonstrou que o estímulo inicial para as ciências naturais do Brasil neste período esteve relacionado à política econômica da Coroa Portuguesa. Havia uma preocupação em superar as oscilações da mineração, a crise do açúcar que enfrentava a concorrência estrangeira e os inconvenientes de um sistema fiscal sobrecarregado. Além disso, a conjuntura internacional de fins do século XVIII, com a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, apresentava novas perspectivas a serem aproveitadas. Assim, a política da Coroa era de fomento da produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal e de incremento da agricultura com a introdução de novas técnicas rurais³⁴. Neste sentido, eram apresentados pedidos de estudo de exemplares da flora brasileira e solicitados levantamentos acerca de produtos comercialmente interessantes e até então desconhecidos ou não explorados. Em troca eram oferecidas promessas de privilégios fiscais, monopólios e preços especiais.

Esta política de Estado promovia o estímulo aos estudos científicos de finalidade prática, principalmente de mineralogia e história natural. Eram incentivados os projetos de modernização apoiados em preceitos científicos e os estudiosos eram aproveitados pela Coroa. Muitos desses, inclusive, participaram ativamente da vida pública, sobretudo a partir da acumulação de interesses científicos e ocupações administrativas ou cargos políticos. Suas carreiras de homens públicos, em consonância com as diretrizes oficiais que ajudavam a moldar, foram fortemente marcadas pela preocupação em fomentar o progresso técnico e científico e em zelar pela conservação e boa aplicação dos recursos minerais e vegetais do Brasil³⁵.

Faz parte deste mesmo contexto iluminista, que se desenvolveu em Portugal na segunda metade do século XVIII, a realização de “viagens filosóficas” ao interior do Brasil. Estas eram viagens realizadas por homens de ciência com o intuito de realizar um inventário do mundo e promover a intensiva utilização de produtos naturais. O estudo de Lorelai Brilhante Kury demonstra como Domenico Vandelli, professor da Universidade de Coimbra,

³³ DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil, in: A Interiorização da Metrópole e outros estudos, op.cit., 2005.

³⁴ Ibidem, pág.49.

³⁵ Ibidem, pág.60.

foi um importante articulador destas viagens nas quais seus discípulos desempenhavam uma missão científica que interessava ao Estado e que, no caso de Portugal, tinha como principal foco o reconhecimento das riquezas dos territórios ultramarinos e a especulação acerca da natureza brasileira. O propósito destas viagens era realizar estudos de história natural e produzir informações sobre o Brasil. A autora destaca ainda que, nestas viagens exploratórias, os naturalistas, a partir de sua proximidade com a concepção filosófica de “economia da natureza”, tiveram a percepção da necessidade de preservação das matas e da racionalização da exploração das riquezas naturais³⁶.

O trabalho de Ângela Domingues também nos mostra como a atividade científica promovida no Brasil na segunda metade do século XVIII fazia parte do projeto de fomento econômico da Coroa portuguesa. De acordo com a autora, homens de ciência atuaram na construção de uma rede de informações que tinha como propósito o conhecimento dos territórios e das potencialidades dos domínios lusitanos. Assim, amostras minerais, da flora e da fauna eram enviadas às instituições da Corte, como o Jardim Botânico da Ajuda, o Arsenal Real do Exército e o Hospital Real Militar de Lisboa. Informações sobre a aplicação que esses produtos podiam ter na agricultura, na indústria, no comércio ou na farmácia, bem como textos e relatórios sobre as missões científicas realizadas, circulavam pelo Império com o objetivo de colaborar para o incremento das indústrias e manufaturas, do comércio ou contribuir para a cura de doenças. Esperava-se que, além da aclimação e da cultura de novas espécies, fosse promovida a racionalização da agricultura e a introdução de novas técnicas que rentabilizariam e tornariam mais produtivas as atividades agrícola, mineralógica e industrial³⁷.

A Corte portuguesa depositava as esperanças nos dotes naturais do Brasil e, neste sentido, empregou esforços para descobrir e catalogar estes recursos. Neste contexto foram promovidas uma série de práticas científicas a partir de missões exploratórias e foram instaladas instituições voltadas para a investigação do mundo natural como uma escola de medicina, um laboratório de análises químicas e uma academia militar cujas funções incluíam engenharia civil e mineração. Além destas, foram criados um jardim botânico e um museu de história natural. Com a proclamação da independência o processo de consolidação e institucionalização das atividades científicas seguiu ocorrendo atrelado ao projeto político de

³⁶ KURY, Lorelai B. A filosofia das viagens: Vandelli e a história natural. In: *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008, pp. 73-82.

³⁷ DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.

desenvolvimento do potencial econômico do Brasil, pois a ciência continuou a ser acionada para colaborar com este projeto.

Buscando uma maior compreensão das relações entre ciência e sociedade os trabalhos de História das Ciências produzidos no âmbito da renovação historiográfica já mencionada propuseram pensar as instituições científicas como mediadoras entre a produção científica e as demandas político-sociais³⁸. Alguns trabalhos elaborados sob esta perspectiva deixaram claro como instituições científicas criadas ao longo do século XIX refletiram a valorização das ciências naturais como instrumento de conhecimento e intervenção na realidade brasileira e a crença no seu poder para promover a modernização. Refiro-me à Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, à Comissão Científica de Exploração, Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e ao Museu Paraense³⁹. Estas instituições surgiam com o propósito de aplicação da ciência na resolução de demandas práticas colocadas pelos problemas que impediam a expansão da economia, sobretudo o desenvolvimento da agricultura. De modo geral, o principal obstáculo apontado era o mau uso dos recursos naturais ocasionado pela exploração inadequada e pela falta de técnicas.

Segundo Heloísa Maria Bertol Domingues, com a criação do Estado Nacional e o aprofundamento da política econômica baseada na produção agrícola, aumentou o investimento estatal nas ciências naturais durante o século XIX. Novas demandas, como a necessidade de combater pragas agrícolas, por exemplo, requisitavam uma maior especialização dos conhecimentos sobre a terra e seus produtos, o que fortalecia ainda mais as relações entre as ciências naturais e a agricultura brasileira⁴⁰. Os trabalhos de Heloisa Maria Bertol Domingues, Begonha Bediaga e Bruno Capilé mostraram que instituições como a

³⁸ LOPES, Maria Margaret. O Brasil descobre a pesquisa científica: as ciências naturais e os museus no século XIX, op.cit.,2007.

³⁹ BEDIAGA, Begonha. *Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas (1860 a 1891)*. Tese (doutorado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2011; FIGUEIRÔA, Sílvia. *As Ciências Geológicas no Brasil: Uma História Social e Institucional, 1875-1934*, 1997, op.cit.; KURY, Lorelai Brilhante. *A Comissão Científica de Exploração (1859-1861). A ciência imperial e a musa cabocla*. IN: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, pág. 29-54. SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: O museu paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde)- Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005; CAPILÉ, Bruno. *A mais santa das causas: a Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (1869-1891)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. (História, Dissertação de mestrado); DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. *A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império*. IN: DANTES, Maria Amélia. *Espaços da Ciência no Brasil*, op.cit., 2001; DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. *Ciência um caso de política: Ciências Naturais e agricultura no Brasil Império*. Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

⁴⁰DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. *Ciência um caso de política*, 1995, op.cit.

Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA) fizeram parte de uma política governamental que ambicionava diversificar e aperfeiçoar a agricultura do país⁴¹.

Segundo Domingues, a SAIN, criada em 1825, tinha como objetivo prestar “auxílio” ao Estado através da aplicação de conhecimentos científicos com o fim de desenvolver e aperfeiçoar a produção. Nesta associação eram desenvolvidas atividades que relacionavam o conhecimento produzido e os objetivos do Estado de formar os alicerces econômicos da nação, até aquele momento restritos às atividades agrícolas. A SAIN prestava serviços de difusão de conhecimentos e de correspondência direta com os agricultores, facilitando a diversificação de culturas agrícolas. Funcionava também como órgão de consultoria do Estado e concedia licença para o desenvolvimento de novas espécies, para o fabrico de máquinas e para a exploração de minérios⁴².

De acordo com a autora, a SAIN manteve-se, durante todo o período do governo imperial, ligada à função atribuída à ciência, que era a de estar a serviço do progresso e da transformação do país⁴³. Em 1833 teve início a publicação do periódico da SAIN, *O Auxiliador*, com o propósito de divulgar os conhecimentos científicos a favor da agricultura em substituição aos conhecimentos tradicionais. *O Auxiliador* funcionava como um grande difusor de conhecimento, circulava em diversas províncias do Império, publicava cartas, memórias, relatos e traduções de renomados periódicos internacionais, divulgava novas ideias e técnicas, além de abordar assuntos políticos como o fim da escravidão⁴⁴.

Begonha Bediaga analisou a trajetória do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), instituição de caráter privado criada em 1860 por membros do Estado, proprietários rurais e homens de ciência. O IIFA tinha como objetivo o melhoramento e a modernização da agricultura no Brasil, buscando alternativas às formas tradicionais de produção agrícola, desde o uso de equipamentos agrícolas e o preparo do solo, até a mudança do tipo de mão de obra. Faziam parte do projeto experimentações tecnocientíficas com vistas a melhorar e aumentar a produção agrícola, a pesquisa de variedades de vegetais que melhor se adaptassem ao solo e clima do país e a implantação do ensino agrícola. O Instituto era constituído pela Fazenda Normal, que funcionava como espaço para a prática de experimentações tecnocientíficas, o

⁴¹DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império, op.cit., 2001. BEDIAGA, Begonha. Marcado pela própria natureza, op.cit., 2011; CAPILÉ, Bruno. *A mais santa das causas*, op.cit., 2010. (História, Dissertação de mestrado).

⁴²DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império, op.cit., 2001.

⁴³Ibidem.

⁴⁴Ibidem.

Asilo Agrícola, que acolhia órfãos desvalidos oriundos da Santa Casa de Misericórdia e ensinava-lhes o ofício da lavoura e as primeiras letras, e pelo Jardim Botânico, que adicionou à sua atribuição anterior, de pesquisa e espaço de lazer, a função de produzir mudas e sementes em grande escala e distribuí-las aos agricultores. De acordo com a análise realizada por Bediaga a trajetória do IIFA revela que, a partir da segunda metade do século XIX, o Estado imperial, segmentos dos proprietários rurais e homens das ciências buscaram sintonizar o país com uma lavoura baseada em princípios científicos e atenta à conservação da natureza para as futuras gerações.

O processo de incorporação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro ao IIFA, em 1861, também foi abordado por Bediaga. Segundo a autora, a esta altura a instituição já contava 53 anos de existência, e desde a década de 1830 enfrentava problemas de falta de verbas que dificultavam a plena execução de suas atividades. A incorporação ao recém-criado IIFA teria sido a solução encontrada pelo governo para superar as dificuldades daquela instituição e permitir-lhe implementar os projetos almejados. Assim, governo e IIFA assinaram um contrato estabelecendo a cessão do Jardim Botânico, suas benfeitorias e terrenos adjacentes, bem como subvenção anual de 12 contos de réis, a título de auxílio para a manutenção daquele bem público. A consignação foi justificada com o argumento de que o IIFA colaboraria na redução de gastos do governo em atividades como a distribuição de sementes e mudas, além de conservar e melhorar as benfeitorias e o arboreto do Jardim Botânico e franqueá-lo à visitação pública, nos domingos e dias de festas. Bediaga mostrou ainda que não havia um consenso entre os membros do IIFA em relação à implantação da Fazenda Normal e da Escola de Agricultura — os motivos da incorporação do Jardim Botânico. No entanto, a Fazenda Normal foi estabelecida em 1864 nos terrenos adjacentes ao Jardim Botânico⁴⁵. Até fins do século XIX, novas diretrizes foram impostas às atividades da instituição. Buscavam-se alternativas em outros ramos das ciências para enfrentar os então recentes problemas de esgotamento dos solos litorâneos e o aparecimento de pragas nas lavouras que causavam grandes prejuízos aos produtores. As práticas que se realizavam no JB visavam à resolução de alguns dos problemas vividos pelos grandes produtores agrícolas do litoral do país, demonstrando a união de interesses econômicos e conhecimentos científicos na política administrativa do Jardim Botânico⁴⁶.

⁴⁵ BEDIAGA, Begonha. Mercado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas (1860 a 1891) op.cit., 2011.

⁴⁶ DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império, op.cit., 2001.

A dissertação de mestrado de Bruno Capilé teve como foco de análise o periódico *Revista Agrícola* (1869-1891), publicação do IIFA que, segundo o autor, seguia o propósito de animar, facilitar e dirigir os progressos e desenvolvimento da agricultura brasileira. Este trabalho teve como objetivo a compreensão dos conhecimentos técnicos e científicos coadjuvantes do processo de modernização da agricultura brasileira no século XIX e investigar de que forma a *Revista Agrícola* participou deste cenário. Capilé identificou padrões de crescente especialização dos conhecimentos científicos, e decrescente esforço na vulgarização para o leitor leigo e concluiu que a revista contribuiu para rebaixar o paradigma vigente de fertilidade permanente do solo sem intervenções, através da publicação de conhecimentos técnicos e científicos, além de focalizar outros assuntos de interesse do agricultor com a pretensão de animar a produção agrícola e a pecuária nacional⁴⁷.

Os primeiros anos republicanos assistiram a um renovado e crescente interesse pela ampliação do conhecimento científico acerca da natureza brasileira, sobretudo (mas não somente) de aplicação imediata. Instituições como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Instituto de Manguinhos passaram por reformas que, implementadas respectivamente por Ladislau de Souza Neto, João Barbosa Rodrigues e Oswaldo Cruz, buscaram equipar as instituições e transformá-las em importantes centros de pesquisa sobre o mundo natural⁴⁸. Como parte deste contexto ocorreu o recrudescimento das relações entre ciência e agricultura, tema que se tornou de grande importância na agenda republicana.

A partir de trabalhos que se ocuparam das novas configurações da relação entre ciência e agricultura no século XX é possível afirmar que a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) em 1906, e sua implementação em 1909, centralizou a subordinação e modificou as atribuições de diversos órgãos científicos já existentes ou recém-criados. Assim, esta pasta ministerial passou a funcionar como um espaço de incentivo às atividades científicas durante a Primeira República. O conhecimento científico para um melhor aproveitamento dos recursos naturais na agricultura era a principal bandeira erguida pelo ministério, pelos estabelecimentos a ele subordinados e pelos cientistas e técnicos que trabalhavam nestas repartições. O Brasil era considerado um país cujos recursos de seu território seriam capazes de assegurar posição estável entre os grandes centros de

⁴⁷ CAPILÉ, Bruno. A mais santa das causas: a *Revista Agrícola* do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (1869-1891), op.cit., 2010.

⁴⁸ HEIZER, A.L. O Jardim Botânico de Barbosa Rodrigues na Exposição Nacional de 1908. *Fênix* (Uberlândia), V.4, p.03-16, 2007.

produção agrícola do mundo, caso fossem explorados de modo mais racional, com o emprego de máquinas modernas e de técnicas como processos de irrigação⁴⁹.

Com o advento da República e a passagem para o século XX, a pauta de discussões que associava a questão da destruição dos recursos naturais e o fomento da agricultura racional também permaneceu. Este tipo de pensamento era fortalecido pela continuidade do entendimento da natureza como o símbolo da riqueza nacional. Ela era a fonte de recursos que, então, levaria o progresso ao país. Como a ciência ainda exercia um papel de instrumento fundamental no manejo destes recursos, os cientistas continuaram a ser protagonistas nas denúncias de seu uso inadequado e na propaganda das ideias de conservação da natureza.

Vanessa Pereira da Silva e Mello mostrou que no MAIC o propósito de promover a modernização da agricultura, através da aplicação de preceitos científicos no campo e da diversificação da produção, esteve associado ao postulado de conservação da natureza brasileira. Para isto a pasta ministerial elaborou uma rede de propaganda que funcionava por meio da distribuição de revistas como *A Lavoura* e a *Revista Florestal*, analisadas pela autora no período entre os anos de 1897 e 1932. Através destes periódicos o ministério divulgava os preceitos de ciência no campo e de proteção à natureza. *A Lavoura* era o boletim oficial da Sociedade Nacional de Agricultura⁵⁰ e seus colaboradores defendiam que o atraso da lavoura seria superado através da diversificação agrícola e do uso de técnicas e máquinas, como arados, charruas e tratores. Sustentavam também o argumento da necessidade da difusão do ensino agrícola, que auxiliaria na prática da agricultura racional, e da proteção à natureza por meio da criação de hortos florestais e de um código florestal. *A Revista Florestal*, órgão de propagação das ideias e ações do Serviço Florestal do Brasil⁵¹, tinha o lema “Órgão de defesa das florestas e assistência às indústrias de madeira e subprodutos florestais” e publicava artigos que tratavam do “problema florestal brasileiro”. Seus articulistas condenavam a derrubada e a queimada das matas, e o extermínio de animais pelo uso da espingarda. Os

⁴⁹ RIBEIRO, Rafael Winter. *A Invenção da Diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005; SILVA, André Felipe Cândido da. *Ciência nos cafezais: a campanha contra a broca do café em São Paulo (1924-1929)*. Dissertação de mestrado- Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006; WELTMAN, Wanda Latmann. *A Educação do Jeca: Ciência, Divulgação Científica e Agropecuária na Revista Chácaras e Quintais (1909-1948)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008; BHERING, Marcos Jungmann. *Positivismo e modernização: políticas e institutos científicos de agricultura no Brasil (1909-1935)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 2008; CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

⁵⁰ Associação criada em 1897, por proprietários rurais oriundos de diversos estados brasileiros. No período mencionado era um órgão vinculado ao Ministério da Agricultura como um dos canais de comunicação com os agricultores.

⁵¹ Órgão de caráter científico subordinado ao MAIC.

textos publicados ressaltavam a importância das florestas para a sobrevivência humana e defendiam o reflorestamento, a realização de estudos científicos sobre a fauna e a flora nacionais, e a criação de parques florestais e de leis que regulassem a relação homem/mundo natural no país⁵².

As duas revistas, de acordo com a análise realizada por Mello, defendiam a proteção dos recursos naturais devido ao seu caráter utilitário, pois esta era importante para o incremento econômico do país e para a sobrevivência humana. Os principais colaboradores destas revistas eram cientistas que compartilhavam o projeto do MAIC de promover a formação de um agricultor progressista (com noções de agricultura racional)⁵³ e a contribuição destes foi fundamental para a veiculação destas ideias. Nas páginas de *A Lavoura* e da *Revista Florestal* escreveram a favor da exploração inteligente do mundo natural e da regulamentação de sua exploração, discutiram as práticas inaceitáveis em relação à conservação da natureza e apresentaram propostas para deter a sua destruição. Segundo a autora, nas primeiras décadas do século XX, setores agrários e cientistas foram aliados em campanhas tanto para a educação da população rural quanto para a criação de leis de âmbito nacional e de regulação de exploração dos recursos naturais brasileiros. O MAIC funcionou como um espaço privilegiado para estas alianças⁵⁴.

Uma vez que os homens de ciência foram chamados para colaborar, com a introdução de técnicas científicas no manejo dos recursos naturais desde o século XIX, foram os que primeiramente, e de forma mais sistemática, constataram e denunciaram os efeitos pouco lucrativos e devastadores do seu mau uso. E foi justamente nestes relatos e denúncias que localizamos as primeiras ideias conservacionistas acerca da natureza brasileira. Assim, desde seus primórdios, o conservacionismo brasileiro esteve associado ao empenho estatal em racionalizar e promover a exploração econômica da natureza. Através de um diálogo entre a História das Ciências e a História Ambiental torna-se possível compreender como, no Brasil, a atuação de homens de ciência em prol da proteção da natureza surgiu intrinsecamente relacionada ao ímpeto de fomentar sua exploração.

A História Ambiental se constituiu enquanto campo específico da historiografia na década de 1970. Esta disciplina histórica surgiu em um momento de crescente preocupação com a sobrevivência do mundo natural e de eclosão de movimentos ambientalistas em escala

⁵²MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. *O "agricultor progressista": ciência e proteção à natureza nas revistas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1897-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.

⁵³Ibidem, pág.83.

⁵⁴Idem.

global⁵⁵. Porém, é preciso não reduzir o aparecimento da disciplina como sendo apenas uma resposta às discussões ambientais fomentadas pela sociedade contemporânea, pois as produções científicas foram influenciadas ao mesmo tempo em que influenciaram as ações públicas.^{56 57}

Donald Worster, um dos fundadores da História Ambiental, relacionou o surgimento das preocupações com o mundo natural, a partir do séc. XVIII, à influência de alguns cientistas. Os indivíduos destacados pelo autor participaram de momentos de mudança significativa no pensamento ecológico e, segundo ele, melhor revelavam o significado destas transformações. Isso porque seus trabalhos ao mesmo tempo expressavam e influenciavam o surgimento de novos entendimentos sobre a relação entre homens e natureza⁵³. Worster demonstrou também que a História Ambiental pode e deve ser feita a partir de diferentes escalas, incluindo a do indivíduo, a partir de estudos biográficos. As biografias ambientais, segundo o autor, como experiências singulares com a natureza, permitem a compreensão de como esta pode afetar políticas e ideias coletivas. Neste sentido, Worster demonstra que, embora os pensadores ambientais e cientistas que analisa tenham vivenciado a natureza de maneiras próprias, suas experiências influenciaram uma multidão de outras pessoas⁵⁸.

A partir das obras de dois pioneiros da História Ambiental brasileira, Warren Dean e José Augusto Pádua, pudemos ver que os naturalistas, na passagem do século XVIII para o XIX, estiveram envolvidos nas tentativas de investigar e racionalizar o uso dos recursos florestais brasileiros e empregaram a ciência em prol da política colonial. Assim, falaram sobre as vantagens da transferência de espécies argumentando que a aclimação de plantas tropicais de interesse econômico era mais proveitosa que a conquista das regiões que as produziam. Apontaram também as falhas cometidas nos esforços de domesticação, aprimoramento e comercialização de espécies nativas brasileiras, explicando os poucos sucessos alcançados neste sentido. Além disso, apresentaram muitas críticas aos métodos agrícolas costumeiros, que consideravam os principais responsáveis pela destruição das

⁵⁵ CARSON, Rachel. *Silent Spring*. Cambridge, Massachusetts: Riverside Press, 1962. DUNLAP, Thomas R. *DDT: Scientists, Citizens, and Public Policy*, Princeton, N.J., 1981; PERKINS, John. *Insects, Experts, and the Insecticide Crisis: The Quest for New Pest Management Strategies*. New York, 1982; MILLER, Richard. *Under the Cloud: The Decades of Nuclear Testing*, New York, 1986.

⁵⁶ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, vol. 24 (68), 2010.

⁵⁷ WORSTER, Donald. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*. (1977). 2nd ed., New York: Cambridge University Press, 1994. WORSTER, Donald. *Para fazer história ambiental*. Estudos históricos, v.4, n.8, 1991.

⁵⁸ WORSTER, Donald. *A river running west: the life of John Wesley Powell*. New York: Oxford University Press, 2001; WORSTER, Donald. *A passion for nature: The life of John Muir*. New York: Oxford University Press, 2008; WORSTER, Donald. *Living in Nature: Biography and Environmental History*. In: MYLLYNTAUS, Timo. *Thinking though the Environment*. Cambridge, The White Horse Press, 2011.

florestas. No entanto, é preciso ressaltar que as acusações apresentadas por estes homens dos séculos XVIII e XIX eram feitas, sobretudo, aos caboclos e não aos grandes fazendeiros⁵⁹.

Warren Dean, ao analisar a história de devastação da Mata Atlântica brasileira, localizou o surgimento de um interesse científico sistemático pela floresta trezentos anos após a chegada dos primeiros europeus. Este movimento teria sido fortalecido pelo patrocínio dado pelo rei que acreditava que o conhecimento a ser produzido poderia vir a ter aplicações comerciais e mesmo fortalecer os laços coloniais. De modo geral, os naturalistas a serviço da Coroa apontaram que o manejo irracional e imprevidente dos recursos florestais causava prejuízos, pois não permitia o melhor, mais lucrativo e duradouro uso destas riquezas. Ao acionar as ciências naturais, a Coroa esperava que esta concorresse para a ampliação de suas receitas através do aumento de exportações e que auxiliasse na melhoria das defesas imperiais por meio da manufatura de material bélico⁶⁰. Estes homens de ciência cumpriram suas funções no empreendimento colonial e a serviço deste esteve sua percepção acerca da destruição do mundo natural. As ideias que defenderam se aproximavam do que mais tarde se configuraria como conservacionismo e, segundo Dean, não é difícil discernir nos seus esforços o começo desta forma de pensar a natureza no Brasil⁶¹.

José Augusto Pádua analisou a existência do que denominou de “crítica ambiental” oitocentista, configurada nas relações entre sociedade e natureza no Brasil monárquico. Na década de 1820, durante o processo de construção do Brasil enquanto Estado independente e unificado, cresceu a importância do conhecimento empírico do território brasileiro. O quadro acerca da variedade e riqueza natural do país, traçado a partir de instituições e políticas de origem colonial, era até então relativamente limitado. Assim o conhecimento concreto que passou a ser produzido chocava-se com as imagens superficiais e idealizadas da natureza e permitia perceber o contraste entre uma cultura de elogio da natureza e uma prática econômica devastadora. Segundo o autor, esta crítica ambiental esteve relacionada a componentes básicos do Brasil oitocentista e fermentou a reflexão sobre o escravismo, atraso tecnológico e concentração fundiária⁶².

Pádua destacou como grupo crucial na produção destas novas leituras da natureza os egressos da Universidade de Coimbra pós-reforma iluminista, representantes de um

⁵⁹ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*, op.cit., 2004.

⁶⁰ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*, op.cit., 1996.

⁶¹ *Ibidem*, pág.135.

⁶² PÁDUA, José Augusto. "Natureza e Sociedade no Brasil Monárquico". In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. III, p. 313-365; PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*, op.cit., 2004.

iluminismo luso-brasileiro. Estes eram motivados pelo desejo de progresso autônomo através do conhecimento mais sistemático e profundo da natureza local. Esta busca em substituir afirmações genéricas pelo conhecimento da diversidade espacial concreta teria sido influenciada pela cultura iluminista (natureza como sistema, visão fisiocrática, economia da natureza), pelo naturalismo científico e pela cultura romântica em voga na Europa e que conduzia a novos olhares para a natureza⁶³.

O autor elencou como temas comuns nos textos dos integrantes desse grupo a perspectiva de uma natureza rica, vasta e pouco conhecida; a visão das práticas exploratórias como ignorantes, improdutivas e destrutivas dos recursos naturais; o debate sobre as tecnologias e práticas produtivas empregadas na agricultura e a ideia da devastação como o preço do atraso. Além disso, esses homens acreditavam que era tarefa do acadêmico promover o conhecimento dos locais, a exploração inteligente e a conservação da natureza. O antropocentrismo, o cientificismo e a visão utilitária da natureza eram características da crítica ambiental que produziram. No entanto, estes críticos tiveram uma repercussão bastante limitada, pois falavam aos seus pares ou dirigiam-se essencialmente ao Estado. Quando direcionavam propostas aos fazendeiros estas eram de reforma voluntária de suas práticas produtivas. A literatura crítica que produziram não atendeu aos interesses da elite social e política e a discussão travada por essa intelectualidade raramente passou do plano das ideias para a concretização.

Assim, como vemos, a destruição da natureza era discutida no Brasil desde fins do século XVIII, sendo uma questão presente no pensamento político brasileiro. Muitos destes pensadores associaram o escravismo com práticas devastadoras e com o atraso técnico no cultivo da terra. Estes críticos da questão ambiental no Brasil Monárquico argumentavam que a agricultura brasileira precisava de estrumeação, cultivo intensivo, rotação de culturas, aclimação de espécies úteis, uso do arado e de máquinas⁶⁴.

A partir dos comentários acerca dos trabalhos de Warren Dean e José Augusto Pádua é possível perceber que estes apresentaram relações entre prática científica e proteção dos recursos naturais, entendida aqui como expressão da preocupação com o uso imprevidente e irracional da natureza. Esta é uma das características da historiografia ambiental no Brasil. Importantes trabalhos têm sido produzidos sobre a atuação dos intelectuais e cientistas que estiveram empenhados em promover a proteção da natureza nacional em diferentes momentos da história. Existe uma tendência, na interface entre a História Ambiental, a História das

⁶³ Ibidem.

⁶⁴ Ibidem.

Ciências e a História Política, de realização de estudos de trajetórias e biografias de cientistas e intelectuais envolvidos em questões de proteção à natureza no século XX; período no qual eclodiram uma série de leis e outras iniciativas em torno deste tema⁶⁵.

José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond abordaram as ideias e discursos de um grupo de cientistas e escritores que, segundo eles, durante a Primeira República contribuíram para a formação de um pensamento brasileiro sobre a questão da proteção à natureza e dos usos dos recursos naturais. Faziam parte deste grupo analisado por Franco e Drummond homens como Orville Derby, Hermann von Ihering, Alberto Löefgren e Edmundo Navarro de Andrade, técnicos e cientistas contratados pelo governo paulista durante os primeiros anos republicanos para otimizar a utilização dos recursos naturais. Estes estimularam e modernizaram os estudos nos campos da geologia e da biologia e atuaram na criação de uma série de instituições científicas⁶⁶.

De acordo com Franco e Drummond, durante os estudos que realizavam na busca da produção de conhecimento sobre a natureza brasileira, muitas vezes motivados pelo propósito de destacar e melhor aproveitar suas potencialidades, estes cientistas da Primeira República se depararam cada vez mais com os efeitos negativos dos usos imprevidentes da natureza. Deste modo, construíram um discurso que reforçava e legitimava as preocupações com o mundo natural a partir de sua associação com o desenvolvimento da ciência e o empenho na construção de um projeto de nação. Embora muitas ideias apresentadas por estes cientistas

⁶⁵FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Frederico Carlos Hoehne: a atualidade de um pioneiro no campo da proteção à natureza do Brasil. *Ambient. soc.* [online], v.8, n.1, p.141-166, 2005. FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940; op. cit.; 2009; DUARTE, Regina Horta. Nação, natureza e território: Cândido de Mello Leitão e a biologia no Brasil. *Territórios e Fronteiras*, 1(1):141-156, 2000; DUARTE, Regina Horta. Biologia e sociedade no Brasil dos anos 1930: práticas de escrita e divulgação científica em Cândido de Mello Leitão. In: FIGUEIREDO, B.G. & CONDE, M.L.L. (Orgs.). *Ciência, História e Teoria*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005. DUARTE, Regina Horta. A Biologia militante, op.cit., 2010; CAPANEMA, Carolina Marotta. A natureza no projeto de construção de um Brasil Moderno e a obra de Alberto José de Sampaio, op.cit., 2006; PEREIRA, Elenita Malta. Um protetor da natureza: Trajetória e memória de Henrique Luiz Roesler. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011; PEREIRA, Elenita Malta. A ética do convívio ecossustentável: Uma biografia de José Lutzenberger. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016; LIGNANI, Leonardo. Toxicologia dos agrotóxicos: ciência, ambientalismo e saúde internacional na trajetória de Waldemar Ferreira de Almeida (1939-1991). Tese de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS/Fiocruz); GORGES, Júlia Lima. Ciência, turismo e proteção à natureza: a experiência do Parque Nacional de Itatiaia (1943-1957). Dissertação de Mestrado em conclusão no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS/Fiocruz), Rio de Janeiro, 2017.

⁶⁶FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Preocupações com a proteção à natureza e com o uso dos recursos naturais na primeira república brasileira. *Textos de História*, Brasília, 12 (01/02): 145-165, 2004. (<http://www.red.unb.br/index.php/tetos/article/viewFile/6028/4987>)

não tenham sido efetivadas por eles, teriam inspirado cientistas que, sobretudo na Era Vargas, aprofundaram a preocupação com a natureza brasileira e concretizaram medidas para a sua proteção⁶⁷.

Mesmo tendo um perfil um pouco diferente dos demais, os autores incluíram o jurista, escritor e pensador político Alberto Torres no grupo de intelectuais cujas ideias conservacionistas teriam influenciado a geração seguinte de protetores da natureza⁶⁸. Segundo José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond as ideias de Torres ajudaram a formar um ambiente político-intelectual mais favorável ao debate em torno da proteção à natureza e do uso racional dos recursos naturais. A permanência de discussões presentes no pensamento de Torres nas décadas de 30 e 40 entre os cientistas simpáticos ao conservacionismo teria se dado principalmente pela associação que este apresentava entre as preocupações com o mundo natural e as ideias de construção da nação e da sua identidade, questões que, na época, eram candentes nesse meio.

Franco e Drummond também analisaram como um grupo de cientistas envolvidos com questões de proteção à natureza participou da formulação de políticas públicas voltadas à conservação do patrimônio natural brasileiro durante o governo Vargas. Os autores mostraram que estes homens de ciência, atuantes em órgãos do governo, estavam inseridos no contexto político intelectual da época e relacionaram o tema da proteção da natureza com a construção de um Estado nacional forte e uma identidade de nação. A análise parte do pensamento que elaboraram em torno da questão da proteção à natureza e das estratégias de ação às quais recorreram quatro representantes deste grupo: Cândido de Mello Leitão⁶⁹,

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Alberto Torres utilizava o termo “conservação” no sentido que este era empregado e discutido nos EUA e defendia que o progresso estava atrelado ao uso previdente dos recursos naturais e no investimento na saúde e educação da população. As riquezas inexploradas deveriam ser conservadas e reservas destinadas às gerações futuras. Já as riquezas em produção deveriam ser protegidas e exploradas racionalmente.

⁶⁹ Cândido Mello Leitão (1885-1948) nasceu em Campina Grande, no Estado da Paraíba. Formou-se em medicina em 1908 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Por algum tempo dedicou-se à medicina, principalmente, à pediatria. Iniciou sua carreira como zoólogo em 1913, na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, aprovado em concurso público como professor de zoologia geral. Foi diretor desta instituição entre 1916 e 1919. Em 1929 foi eleito membro titular da Academia Nacional de Medicina. Consagrou-se como um eminente zoólogo do país, foi um especialista em aracnídeos e tinha interesse também pela distribuição geográfica dos animais, pela conformação dos seus habitats e por suas formas de comportamento. Foi admitido no Museu Nacional em 1931. Foi presidente da Academia Brasileira de Ciências, entre 1943 e 1945, e desenvolveu atividades junto ao Ministério da Agricultura, nos anos 1930-1940. Informações sobre o naturalista consultadas em: FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940, op.cit., 2009; DUARTE, Regina Horta. A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil - 1926-1945, op.cit., 2010.

Armando de Magalhães Corrêa⁷⁰, Alberto José Sampaio, Frederico Carlos Hoehne⁷¹. Para os autores foi o fato de vincular questões pontuais, como a criação de reservas naturais, a um projeto mais amplo de construção da nacionalidade, e de terem conseguido espaço no governo para institucionalizar parte de suas propostas, que garantiram o êxito deste grupo ao participarem da aprovação de uma série de leis, decretos e regulamentos, visando à conservação da natureza⁷².

Este grupo de cientistas discutia a questão da proteção do patrimônio natural brasileiro em encontros científicos e em eventos, como a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. Este evento ocorreu entre os dias 8 e 15 de abril de 1934 no Rio de Janeiro e teria refletido a mobilização e o tipo de pensamento presentes nas organizações da sociedade civil e instituições públicas preocupadas com a conservação da natureza. A conferência foi organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores tendo recebido o apoio do Museu Nacional e o patrocínio de Getúlio Vargas, chefe do governo provisório.

José Luiz de Andrade Franco estabeleceu vínculos entre as propostas apresentadas neste evento e uma ideia de construção da nacionalidade. O autor apresentou o ambiente político-intelectual brasileiro desta época como caracterizado por um intenso nacionalismo aliado ao desejo de modernização da sociedade e das instituições do Estado. Neste sentido, estavam sendo debatidos temas como trabalho, indústria, educação, saúde, patrimônio histórico e proteção à natureza. Franco destaca que os participantes da conferência, de modo geral, pleitearam uma interferência do Estado no sentido de garantir o equilíbrio entre progresso e conservação da natureza. Solicitaram o estabelecimento de leis, a fiscalização do

⁷⁰ Armando Magalhães Corrêa (1889-1944) nasceu no Rio de Janeiro e foi escultor, desenhista, professor e escritor. Escreveu o livro *O Sertão Carioca*, coletânea de textos sobre a cidade do Rio de Janeiro que escreveu para o jornal carioca *Correio da Manhã*, do qual era colaborador assíduo. Era um naturalista autodidata e trabalhou por muitos anos como conservador na Seção de História Natural do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Desenhava plantas e animais, uma habilidade muito valorizada pelos estudiosos da botânica e da zoologia naquela época pois eram limitadas as possibilidades de registro fotográfico de espécimes raros e paisagens agrestes. Foi professor do Museu Nacional e da Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro. Para mais informações: FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*, op.cit., 2009.

⁷¹ Frederico Carlos Hoehne (1882-1959), filho de imigrantes alemães, nasceu em Juiz de Fora, MG. Era autodidata e sua iniciação em botânica veio através de seu pai, que era proprietário de um orquidário. Foi contratado pelo Museu Nacional em 1907 para chefiar o Horto Botânico do Museu e recebeu convite para participar da Comissão Rondon com apenas poucos meses servindo à instituição. Sua carreira combinou uma extensa experiência de campo com a formação de coleções de plantas, sobre as quais produziu publicações numerosas e influentes, tendo ainda administrado institutos de pesquisa no país e participado de organizações da comunidade científica. Para mais informações sobre este naturalista consultar: SÁ, Dominichi Miranda de, SÁ, Magali Romero, LIMA, Nísia Trindade. *Telégrafos e inventário do território no Brasil*, op.cit., 2008; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*, op.cit., 2009; SILVA, Valéria Mara da. *Educando homens para educar plantas*, op.cit., 2013.

⁷² FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*, op.cit., 2009.

seu cumprimento e que punições fossem imputadas aos infratores. Esperavam que o Estado atuasse também promovendo uma educação que garantisse a conscientização da importância da proteção à natureza e, que, por outro lado, despertasse o amor pelas plantas e pelos animais⁷³.

A perspectiva do uso econômico da natureza não apareceu de forma negativa. Comprovando esta afirmativa, Franco aponta que alguns conferencistas sugeriam a possibilidade de hortos florestais que fossem ao mesmo tempo jardins e áreas voltadas para a produção de madeira em larga escala. A necessidade de reposição dos recursos utilizados foi defendida e a ideia de silvicultura esteve bastante presente. A sugestão de criação de hortos florestais e jardins botânicos nos principais municípios do país esteve integrada à visão do desenvolvimento da silvicultura como conhecimento científico e como prática econômica. Havia ainda uma percepção entre os protetores da natureza de que determinadas áreas deveriam ser mantidas como reservas, sem interferência humana, além da que estivesse relacionada ao culto estético, à pesquisa científica, e ao próprio cuidado da área. Segundo Franco, estas perspectivas diferenciadas apareciam justapostas sem que isso gerasse uma discussão maior ou que fossem apontados os possíveis aspectos contraditórios e isso não significava que a concepção de proteção à natureza no Brasil fosse desprovida de coerência. Ambas visões convergiam na elaboração de um projeto comum de feição nacionalista e cientificista que era fundado na percepção das riquezas naturais (tanto estéticas quanto econômicas) como “fontes da nacionalidade”⁷⁴.

Regina Horta Duarte também analisou a atuação de cientistas na política de governo de Getúlio Vargas. A autora relacionou a participação de Edgard Roquette-Pinto⁷⁵, Alberto José Sampaio e Cândido de Mello Leitão, todos do Museu Nacional, na construção de políticas públicas entre os anos de 1920 e 1940. Seguindo a análise realizada, estes

⁷³ FRANCO, José Luiz de Andrade. “A primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional”, em Revista Varia História, Belo Horizonte, nº 26, pp. 77-96, 2002.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Edgard Roquette- Pinto (1884-1954) nasceu em 1884, no Rio de Janeiro e viveu grande parte da infância no interior de Minas Gerais. Retornou ao Rio de Janeiro em 1896, onde concluiu o curso secundário. Em 1905 formou-se em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tendo realizado treinamento especializado no campo da antropologia física. No mesmo ano foi aprovado em concurso público para o cargo de assistente de antropologia física e etnografia do Museu Nacional, instituição da qual foi diretor entre 1926 e 1935. Foi membro fundador da Associação Brasileira de Educação, sócio-fundador da Academia Brasileira de Ciências e participou da organização da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Em 1912 participou de uma das expedições da Comissão Rondon e em 1917 publicou Rondônia, que era o relato desta viagem. Para saber mais sobre vida e obra de Roquette- Pinto: LIMA, Nísia Trindade, SÁ, Dominichi Miranda de (orgs.) Antropologia Brasileira: Ciência e Educação na obra de Edgard Roquette-Pinto. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

personagens buscavam apoio governamental aos seus projetos ao mesmo tempo em que participavam da mobilização em prol da construção da nação que dependia da superação de obstáculos como a miséria, a doença, o analfabetismo e a destruição das riquezas naturais. Duarte destaca a importância atribuída à biologia entre os anos de 1920 e 1940 tanto como estudo científico e objeto de aprendizagem, através da educação escolar e da exposição museológica, como por sua aplicação na saúde, na agricultura e na valorização dos recursos naturais. Esta valorização fazia parte de um contexto no qual os saberes sobre a natureza ganhavam um *status* de conhecimento indispensável à nação⁷⁶.

Segundo Duarte, no início do período republicano, a ideia da natureza como um patrimônio nacional e da necessidade de sua proteção já estava presente no discurso de cientistas como Hermann Von Ihering, diretor do Museu Paulista, e Emílio Goeldi, diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. As argumentações apresentadas por eles assumiam dimensões políticas na medida em que apontavam a importância destas questões para a nação brasileira⁷⁷. No entanto, a autora ressalta que, embora os temas e ideias, que pautavam as ações dos atores estudados, não fossem absolutamente inéditas, havia uma novidade relacionada ao contexto da República pós-1930 e ao processo de constituição de um Estado forte e centralizado. Enquanto Goeldi e Von Ihering escreviam em revistas científicas ou dirigiam cartas às autoridades declarando sua indignação, Roquette-Pinto, Sampaio e Mello Leitão puderam apresentar suas críticas por meio de um texto publicado no Diário Oficial como um projeto do Ministério da Educação e Saúde Pública, no caso, o anteprojeto do Código de Caça e Pesca. Assim, o texto dos cientistas do Museu Nacional possuía caráter oficial e se estabelecia desde o lugar dos poderes públicos⁷⁸.

De modo geral, os trabalhos sobre este grupo de cientistas dos anos 30 e 40 apontam para um sucesso limitado das medidas de proteção à natureza que estes teriam ajudado a concretizar. A insuficiência destas medidas costuma ser explicada pela hegemonia do desenvolvimentismo na articulação política do Estado, o que teria causado a frustração destes cientistas e a percepção de que os imperativos da ciência não eram ouvidos. Porém, acredito que um aprofundamento do diálogo entre a História das Ciências e a História Ambiental, bem como o olhar para novos atores históricos como o que proponho neste trabalho, auxiliem na complexificação deste quadro e no maior entendimento das relações entre prática científica e proteção à natureza.

⁷⁶DUARTE, Regina Horta. A Biologia militante, op.cit., 2010.

⁷⁷Ibidem, pág.26.

⁷⁸Ibidem.

Cientistas e técnicos participaram ativamente do projeto político varguista de desenvolvimento. A rigor, a ciência foi historicamente acionada para auxiliar na tarefa de estimular e diversificar as atividades produtivas nacionais. Como vimos, as atividades científicas eram fundamentais para conhecer e garantir a exploração intensiva e racional das possibilidades de aproveitamento econômico do território nacional e de suas fontes de recursos naturais. Os arranjos entre ciência, Estado e manejo dos recursos naturais foram fortalecidos e reconfigurados no pós-30, e, ainda durante o governo provisório, foi iniciado no Ministério da Agricultura um processo de reformas que deixou claro a importância atribuída ao conhecimento técnico-científico no projeto de governo.

Como procurei demonstrar até aqui, as ideias de proteção à natureza no Brasil foram motivadas por um viés conservacionista e surgiram a partir do desejo de uma intervenção científica na realidade brasileira. Assim, a história do conservacionismo no Brasil se desenvolveu atrelada à valorização das ciências, principalmente das ciências naturais como ferramenta para a resolução de problemas que levavam ao atraso e impediam o crescimento econômico. Mesmo a partir da década de 1930, quando o plano de desenvolvimento passou a ser, prioritariamente, via industrialização, os projetos continuaram dependentes da promoção do melhor aproveitamento de nossos recursos naturais. E os cientistas estiveram na linha de frente para a sua efetivação, operando em prol da utilização racional das riquezas naturais do país. Propósito este intimamente associado às premissas do conservacionismo.

A partir dos argumentos de Sabina Loriga apresentados na introdução, uma trajetória de vida pode ser entendida como possibilidade de compreensão da complexidade de realidades históricas específicas⁷⁹. Sendo assim, utilizo a análise da trajetória do botânico Paulo Campos Porto para problematizar a atuação dos cientistas que participaram do projeto de desenvolvimento varguista. Através dela desvio da compreensão de suas atuações como a de românticos protetores da natureza que teriam sofrido ao ver seus ideais serem engolidos pela onda desenvolvimentista, ou como ambientalistas *strictu sensu*, defendendo a desaceleração do crescimento econômico. Tampouco, no entanto, foram desenvolvimentistas vorazes, usando o conservacionismo como mera retórica civilizatória. Paulo Campos Porto é, pois, exemplo rico das especificidades históricas do conservacionismo da ocasião, tanto no que se refere à gestão da natureza, quanto na conjugação entre proteção e desenvolvimento. É esse sentido de época na apropriação do mundo natural que pretendo compreender na tese.

⁷⁹LORIGA, Sabina. "A biografia como problema", op.cit., 1998. LORIGA, Sabina. O pequeno X, op.cit., 2011.

1.2- A Era Vargas: Desenvolvimentismo e regulação da exploração dos recursos naturais

A década de 1930 inaugurou um novo período na história política do país. A Revolução de 1930 trouxe ao poder Getúlio Dornelles Vargas que, em novembro deste mesmo ano, assumiu o cargo de Chefe do Governo Provisório. Esse processo político, que culminaria com a ascensão de Vargas à presidência da República, teve início quando os paulistas se recusaram a dar continuidade à rotina de revezamento da política do café com leite que ordenava a sucessão presidencial. Até então, as elites paulistas, ligadas principalmente à cafeicultura, e as elites mineiras, representantes da pecuária nacional, se alternavam na indicação de um político que ocuparia o cargo de presidente durante o mandato seguinte. As elites paulistas indicaram outro representante de São Paulo para substituir o então presidente Washington Luis, nascido no Rio, mas com carreira política integralmente desenvolvida em São Paulo. Era conhecido como o “Paulista de Macaé”.

Vargas, que já havia sido convidado para participar de uma articulação em torno de uma candidatura de oposição, acabou sendo escolhido como o candidato que representaria a Aliança Liberal. O paraibano João Pessoa era o candidato a vice-presidente. A candidatura de Vargas recebeu o apoio do Rio Grande do Sul, da Paraíba e de Minas Gerais. Embora o candidato da Aliança Liberal tenha entrado na disputa com a intenção de respeitar o resultado das eleições, seus aliados não. Após a derrota de Vargas em um processo eleitoral marcado por fraudes, um movimento revolucionário foi deflagrado em 3 de outubro de 1930 e ganhou fôlego com o assassinato de João Pessoa. A revolução foi desencadeada simultaneamente em Belo Horizonte, no Nordeste e em Porto Alegre, onde teve adesão imediata do exército. O movimento teve o aval de grande parte da população, de militares e das polícias estaduais, além do apoio decisivo dos jovens militares do tenentismo. Como representante do principal estado rebelde, Getúlio Vargas passou a responder oficialmente pelo movimento⁸⁰.

Interessante notar que a Aliança liberal não apresentava proposições inovadoras do ponto de vista da economia. O próprio Vargas havia sido ministro da fazenda de Artur Bernardes em 1926, cargo que ocupou por menos de um ano, tendo seguido a política convencional como típico representante do pacto político que privilegiava os interesses dos cafeicultores. Ao chegar ao poder em 1930, tinha a tarefa de administrar a política do café que estava em crise. E assim o fez, lançando medidas que impediram a quebra do setor cafeeiro durante a crise e permitiram o incentivo à transferência de investimentos da agricultura para a

⁸⁰ D’Araujo, Maria Celina. A Era Vargas. São Paulo: Moderna, 1997.

indústria. Em 1933 foi criado o Conselho Nacional do Café que representava a federalização da política cafeeira⁸¹. Deste modo, devemos pensar que a política econômica do governo provisório e do governo constitucional não representaram uma ruptura radical em relação ao passado. As mudanças e inovações foram acontecendo lentamente conforme as circunstâncias foram favorecendo-as⁸².

A Era Vargas foi definida como o conjunto de políticas econômicas e sociais introduzidas no país a partir de 1930 que marcaram o processo de industrialização, urbanização e organização da sociedade brasileira. Embora a política de governo não tenha sido exatamente homogênea durante os quinze anos em que Getúlio Vargas esteve no poder, alguns aspectos foram fortemente característicos deste período.

O modelo e o ideal de desenvolvimento da Era Vargas eram apoiados em um discurso nacionalista e numa política intervencionista voltada para a industrialização. A centralização administrativa e a forte ingerência estatal definiam a política industrial e comercial, estabeleciam as prioridades econômicas, permitiam o controle de preços, a fixação dos salários, as cotas de exportação, a fixação do câmbio e etc, ou seja, regulavam todo o planejamento da economia nacional. Outras peças fundamentais na composição da Era Vargas foram: a participação dos militares, o corporativismo sindical e o autoritarismo político⁸³.

Importante destacar que o autoritarismo político do Estado era justificado por uma ideologia que legitimava o poder instituído, sobretudo durante o Estado Novo, quando o

⁸¹ Ibidem.

⁸² ABREU, Marcelo de Paiva. Principais mudanças e inovações na política econômica entre 1930 e 1937. In.: Szmrecsányi, Tamás; Granziera, Rui G. (orgs.). Getúlio Vargas e a economia contemporânea, 2 edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP Editora Hucitec, 2004, pág.64.

⁸³ ABREU, Marcelo P. 1990. "Crise, crescimento e modernização autoritária, 1930-1945". In: ABREU, Marcelo P. *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus. CAMARGO, Áspasia. "A Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política" In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1988; CARVALHO, José Murilo de. "Forças Armadas e política. 1930-1945". *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1988; D'ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*, 1997, op.cit., D'ARAÚJO, Maria Celina (org.), *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Editora FGV, 1999. DELGADO, Lucília, FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano- o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003; FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano, vol.3: Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1981 (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III); FONSECA, Cristina Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): Dualidade Institucional de um bem público*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007 (Coleção História e Saúde). GOMES, Angela de Castro (coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; IGLÉSIAS, Francisco. *Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo*. IN.; SZMRECSÁNYI, Tamás; Granziera, Rui G. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*, 2 edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP Editora Hucitec, 2004; LEVINE, Robert. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo: um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*. Coleção Temas Brasileiros, 24. Rio de Janeiro-Brasília: CPDOC/FGV-Universidade de Brasília, 1983; VIANNA, Luiz Werneck. *O Estado Novo e a "ampliação autoritária" da República*. IN: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*, Rio de Janeiro, Museu da República, 2001.

pensamento autoritário revelou sua mais poderosa faceta. Neste sentido, uma outra característica conformadora deste período foi a contribuição de intelectuais na organização político-ideológica do regime. A ideologia política era fruto de um projeto cultural no qual conceitos como nação, povo e cultura ganhavam novos significados, eram aglutinados em torno do Estado e ajustados aos objetivos do regime⁸⁴.

Desde os primeiros anos de governo foram criadas várias instituições importantes com funções regulatórias, de controle, coordenação e supervisão que começavam a sinalizar o futuro da centralização e intervenção estatal na economia. Em 1932 foi criado o Instituto do Cacau, responsável pelas políticas relativas a esse produto, em 1933 foi a vez da cana de açúcar, com a criação do Instituto do açúcar e do álcool, por meio do qual o governo passou a exercer rígido controle sobre o preço e produção destes produtos. Também fizeram parte do planejamento da economia a criação da carteira de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil em 1937, do Instituto do Mate em 1938 e o do Pinho em 1941. Esses dados ajudam a fortalecer o argumento de controle sobre os recursos naturais para todo o período. Embora a industrialização só tenha recebido atenção especial do governo de 1934 em diante, a partir daí alguns recursos naturais foram geridos, controlados e cuidados de acordo com sua importância como matéria-prima para a indústria em expansão. Assim, durante a Era Vargas a presença do Estado foi obrigatória nos grandes empreendimentos econômicos que envolviam as riquezas naturais.

O empenho industrial do período foi amplo. Além do crescimento contínuo de atividades tradicionais, como as têxteis e as alimentares, ocorreu uma diversificação da indústria, sobretudo durante o período da Segunda Guerra Mundial quando as dificuldades de importação exigiram iniciativas. Esse foi o caso da industrialização do álcool-motor, para substituir a gasolina, e do uso do carvão vegetal, para produzir gasogênio. A produção de cimento também cresceu durante este período. Assinale-se ainda o uso industrial crescente dos óleos vegetais. As dificuldades de importar deram relevância às plantas oleaginosas, sobretudo do Nordeste para a fabricação de tintas, vernizes, óleos de todo tipo, medicamentos, alimentação. Assim se tornaram importantes estudos sobre o babaçu, a carnaúba, a mamona, o amendoim, o coco, a linhaça, o dendê, o caroço de algodão, a oiticica, o gergelim e as palmeiras. O interesse pela borracha da Amazônia também foi retomado. Outro setor que

⁸⁴ MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001; OLIVEIRA, Lucia Lippi. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.), *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*, op.cit., 1999; VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi, VELLOSO, Monica Pimenta, GOMES, Angela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1982.

ganhou força foi o de material elétrico. Anteriormente dependente da produção estrangeira, o Brasil passou a exportar manufaturados para os Estados vizinhos. Com este impulso à diversificação da indústria foram criados órgãos de assistência técnica e de incentivo a atividades específicas como, por exemplo, os que citarei a seguir, criados a partir de 1940: Conselho Nacional de Gasogênio, Instituto Nacional do Sal, Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico, Comissão de Combustíveis e Lubrificantes e Comissão de Indústria de Material Elétrico⁸⁵.

No que se refere a áreas consideradas estratégicas como siderurgia, petróleo, comunicações e tecnologia havia uma concepção por parte do governo de que os empresários brasileiros não tinham visão de longo prazo e não eram sensíveis aos interesses nacionais. Estes visavam apenas ao lucro rápido e sem risco e por isso o Estado teria de tomar para si a tarefa de desenvolver o país. Algumas áreas de desenvolvimento não interessariam ao capital privado devido à exigência de grandes investimentos, sem retorno em curto prazo. Assim, não bastava o incentivo; cabia ao Estado explorar estas frentes e abrir caminho para o empresário privado⁸⁶. Sobre a implantação desta indústria de base, um bilhete postal de Getúlio Vargas trazia o seguinte dizer: “Ferro, carvão e petróleo são os esteios da emancipação política. Possuindo-os e explorando-os, poderemos povoar e cultivar o enorme território que nos legaram os nossos antepassados”⁸⁷.

Os primeiros anos da Era Vargas foram marcados por constantes reformas no aparelho administrativo que visavam à centralização do exercício do poder. O aspecto centralizador esteve presente não só na organização e formação do Estado, o que acarretava modificações na máquina estatal, mas também nas ações de governo propriamente ditas, denotando uma política que buscava o controle, sobretudo, das esferas da produção nacional. Os empreendimentos do governo estavam especialmente voltados para o aproveitamento e defesa das riquezas nacionais. Sendo que a agricultura, a pecuária e a indústria extrativa constituíam a base de tal riqueza. Neste sentido, em consonância com o perfil centralizador e controlador da política de governo, as ações governamentais seguiam em prol da nacionalização, ou melhor, estatização dos recursos naturais. Eram apontados como importantes recursos naturais as terras cultiváveis, a água como fonte de energia hidráulica, as plantas nativas de valor econômico e as reservas minerais, por exemplo⁸⁸.

⁸⁵ IGLÉSIAS, Francisco. Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo, op.cit., 2004.

⁸⁶ D’Araujo, Maria Celina. A Era Vargas, 1997, op.cit., pág.10.

⁸⁷ Arquivo Getúlio Vargas- CPDOC/FGV apud D’Araujo, Maria Celina. A Era Vargas, 1997, op.cit.,pág.52.

⁸⁸ SCHWARTZMAN, Simon (org.). Estado Novo, op.cit., 1983.

O plano de desenvolvimento varguista apostava na utilização intensa e racional do mundo natural como caminho para o crescimento econômico. Neste sentido, o conhecimento e integração do território eram fundamentais e uma importante frente de trabalho foi a ocupação das fronteiras, entendidas então como espaços vazios e com disponibilidade de recursos naturais. As políticas de ocupação territorial, modernização das regiões tidas como atrasadas e de expansão da autoridade estatal deveriam contribuir para a exploração das potencialidades econômicas de diferentes regiões do território. Contudo, para a realização de um bom planejamento era necessário o conhecimento das diferenças naturais e potencialidades geoeconômicas. O território deveria ser dividido e organizado por meio da reunião de características comuns de aspectos demográficos, produtivos, disponibilidade de infraestrutura e bases fisiográficas⁸⁹. Assim, foram promovidas pelo Estado diversas iniciativas para a elaboração de um novo mapa do Brasil, para a localização da nova capital federal no interior do país, determinações de limites estaduais, estudos sobre relevo, programas de colonização dirigida, monitoramento do processo de ocupação humana, dimensionamento de bacias hidrográficas, estabelecimento de padrões espaciais de cobertura vegetal e indução da expansão da fronteira agrícola, com políticas como a Marcha para o Oeste⁹⁰.

Os estudos da configuração natural do território realizados durante a Era Vargas e que atravessaram governos posteriores, não foram uma novidade deste período tendo em vista que umas das principais metas do projeto republicano, desde sua fase inicial, foram a ocupação, exploração e conhecimento do território⁹¹. Contudo, principalmente a partir da segunda metade da década de 1930, foram criadas instituições federais encarregadas do conhecimento e da elaboração dos planos de ocupação e integração do território nacional, como, por exemplo, o Conselho Nacional de Geografia, criado em 1937. Estes planos receberam

⁸⁹ SILVA, Sandro Dutra e, TAVARES, Giovana Galvão, SÁ, Dominichi Miranda de, FRANCO, José Luiz de Andrade . A construção simbólica do Oeste brasileiro (1930-1940). In: SILVA, Sandro Dutra e, SÁ, Dominichi Miranda de, SÁ, Magali Romero. *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*, 1ª.ed.- Rio de Janeiro: Mauad X, 2015; SÁ, Magali Romero, SÁ, Dominichi Miranda de. A ecologia do Planalto Central do Brasil: as pesquisas de Henrique Pimenta Veloso nos anos 1940. In: SILVA, Sandro Dutra e, SÁ, Dominichi Miranda de, SÁ, Magali Romero. *Vastos sertões*, op.cit., 2015; ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945).*/ Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2007.

⁹⁰ SÁ, Magali Romero, SÁ, Dominichi Miranda de. A Ecologia do Planalto Central, op.cit., 2015.

⁹¹ Sobre este projeto republicano ver: SÁ, Dominichi Miranda de, SÁ, Magali Romero, LIMA, Nísia Trindade. “Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915)”. *História, ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 15, p. 779-810, 2008; RIBEIRO, Rafael Winter. *A Invenção da Diversidade*, op.cit., 2005; CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, op.cit., 2011; ARANHA, Patrícia Marinho. *O esquadrinhamento do noroeste do Brasil: o saber geográfico e os engenheiros militares da Comissão Rondon (1907-1915)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2011.

também forte incremento por meio de órgãos ligados à produção agrícola como a Diretoria de Estatística de Produção e o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, no Ministério da Agricultura. Órgãos como os mencionados acima eram incumbidos de realizar estudos da base física do território e orientavam a regionalização do Brasil a partir de indicações fitogeográficas, com referências a aspectos climatológicos e à cobertura vegetal predominante⁹².

Desta política de gestão do território e dos recursos naturais fizeram parte antigas instituições científicas, órgãos e departamentos técnicos recém-criados no seio do aparato estatal e uma série de dispositivos legais com características conservacionistas inaugurados durante a década de 1930. Nesse conjunto de leis e decretos que buscavam regulamentar e nacionalizar a exploração/posse/propriedade de recursos naturais se encontravam o Código Florestal de 1934, o Código de Caça e Pesca e os Códigos de Minas e Águas. Todos estes costumam ser apontados, sobretudo na área de Direito Ambiental, mas, também na Geografia e mesmo por trabalhos de cunho historiográfico, como frutos da preocupação e de uma política de proteção à natureza inaugurada pelo governo Vargas. Contudo, prefiro inseri-los num quadro mais complexo no qual representavam tanto a concretização de ideias conservacionistas, discutidas há décadas no país, quanto eram marcados por um caráter fortemente desenvolvimentista e protecionista, no sentido de priorização dos interesses nacionais no aproveitamento econômico desses recursos naturais.

O Código de Águas, por exemplo, tinha o fim prático de fomentar a produção de energia para a industrialização que se pretendia impulsionar. Passava a servir como um instrumento legal através do qual o governo poderia fiscalizar e controlar a produção de energia hidráulica. Com intuito semelhante, o Código de Caça e Pesca propagava a organização racional da pesca transformando esta atividade numa fonte de riquezas. Por sua vez, com a implantação do Código de Minas era pretendido o incremento da indústria mineira e o Código Florestal visava à conservação, nacionalização e classificação de nossas florestas.

O Código Florestal de 1934⁹³, o primeiro do país, concretizou uma importante reivindicação dos conservacionistas brasileiros e se tornou um marco do governo de Getúlio Vargas. Foi inaugurado pelo decreto 23793 de 23 de janeiro de 1934, transformando, ao menos no papel, as florestas nacionais em um bem de interesse comum a todos os habitantes do país. Sendo o carvão e a lenha a base da nossa matriz energética na ocasião, embora

⁹² SÁ, Magali Romero, SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ecologia do Planalto Central*, op.cit., 2015, pág.200.

⁹³ Decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

tenham sido logo superados, o decreto do Código Florestal foi parte de um esforço de exercer controle sobre as fontes de minério e de energia. Este código regulamentou ainda a exploração florestal e definiu uma série de infrações e penalidades, bem como atribuiu poderes fiscalizadores que visavam garantir o fiel cumprimento dos princípios legais que objetivavam a proteção da natureza.

As florestas nacionais foram classificadas em quatro diferentes tipos: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. As florestas protetoras eram as que serviam para a conservação do regime das águas, para evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais, para fixar dunas, auxiliar a defesa das fronteiras, assegurar condições de salubridade pública, proteger sítios que, por sua beleza, merecessem ser conservados e proteger espécies raras da fauna endêmica. As florestas remanescentes seriam as que constituiriam os parques nacionais, estaduais ou municipais, as que abrigassem espécies cuja conservação fosse considerada necessária por motivo de interesse biológico ou estético e as que o poder público reservasse para pequenos parques ou bosques de gozo público. As florestas modelo seriam as artificiais, constituídas apenas por uma ou por limitado número de essências florestais endêmicas e exóticas cuja disseminação na região fosse de algum interesse. As florestas de rendimento seriam todas as demais. Esta classificação tinha um efeito muito útil e representativo, pois na prática dividia as florestas entre as que poderiam ser exploradas e as que estavam protegidas. Apenas as florestas protetoras e remanescentes seriam consideradas de conservação perene e inalienáveis⁹⁴.

O Código Florestal de 1934 aludia à existência de parques nacionais, estaduais ou municipais. Estes seriam monumentos públicos naturais que perpetuariam a composição florística primitiva de trechos do país devido às suas circunstâncias peculiares⁹⁵. Embora o termo “circunstâncias peculiares” não seja explicado no próprio decreto, a partir da inclusão dos “parques nacionais, estaduais e municipais” na categoria “florestas remanescentes”, concluo que o mesmo englobava tanto aspectos estéticos como biológicos. Mesmo com o amparo legal do Código Florestal de 1934, a criação do primeiro parque nacional brasileiro só se deu alguns anos após a publicação de seu decreto.

Paulo Campos Porto não fez parte da comissão convocada para elaborar um anteprojeto do Código Florestal, mas participou do Conselho que foi instituído por ocasião do lançamento desta lei. A comissão do anteprojeto foi composta por Augusto de Lima, sócio da Sociedade Nacional de Agricultura e deputado; José Marianno Filho, formado em medicina,

⁹⁴ Ibidem, arts. 3,4,5,6,7 e 8.

⁹⁵ Ibidem, art.9.

escritor e crítico de arte e arquitetura, diretor da Escola Nacional de Belas Artes, e Luciano Pereira da Silva, bacharel em ciências jurídicas e sociais, político e consultor jurídico do MAIC.

Neste Código Florestal foi estabelecida a criação do Conselho Florestal Federal (CFF), do qual Campos Porto foi membro entre os anos de 1934 e 1938. Eram atribuições do CFF orientar as autoridades florestais sobre a aplicação dos recursos oriundos do Fundo Florestal⁹⁶, também estabelecido pelo código, promover e zelar pelo cumprimento desta legislação, resolver os casos omissos na mesma, bem como propor ao governo a sua emenda ou qualquer alteração. O Conselho deveria ainda acompanhar a ação das autoridades florestais, emitir pareceres quando lhe fossem solicitados e promover a cooperação dos poderes públicos, instituições, empresas e sociedades particulares, na obra de conservação das florestas e de plantio. Ações voltadas para a difusão da educação florestal e da proteção à natureza também seriam incumbências do CFF. Uma importante atuação deste órgão, provavelmente ligada à participação de Campos Porto, foi a emissão de um parecer favorável à escolha das terras da Estação Biológica de Itatiaia para a criação de um parque nacional.

Alguns dias antes do Código Florestal de 1934 ser assinado, o governo já havia decretado o Código de Caça e Pesca e ambos apresentam uma característica em comum: a preocupação com a conservação da natureza. O decreto nº 23.672, de 2 de janeiro de 1934, inaugurou o primeiro Código de Caça e Pesca do país e sua execução ficou a cargo do Serviço de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura. A primeira parte deste código referia-se à pesca e colocava todos os serviços desta natureza sob a subordinação do Ministério da Agricultura, incluindo a administração, a direção e a fiscalização do pessoal e material respectivos, bem como a fiscalização e execução dos dispositivos legais aplicáveis. De acordo com o código, as águas nas quais era exercida a pesca foi classificada em pesca marítima (pesca em alto mar, pesca costeira e pesca litorânea) e em pesca interior (exercida nos rios, ribeirões, igarapés, lagos, lagoas e lagoas de água doce, canais sem ligação com o mar, açudes ou quaisquer depósitos de água doce, naturais ou artificiais)⁹⁷.

⁹⁶ O Fundo Florestal, também instituído no Ministério da Agricultura, seria constituído de recursos oriundos de doações e contribuições das empresas, companhias, sociedades, institutos e particulares, interessados na conservação das florestas. Decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934, art.98.

⁹⁷ Decreto nº 23.672 de 2 de janeiro de 1934. Acessado em 24/01/2014 no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>

Segundo esta lei, o domínio público das águas abrangia todos os animais e vegetais que nelas se encontrassem, e seu objetivo era a defesa e conservação das espécies da fauna e flora aquáticas existentes em cada localidade. Quanto aos interesses locais, é interessante mencionar que, ao menos no papel, a lei previa as diferenças regionais. Em cada localidade, região ou zona, a pesca ficaria subordinada, além das disposições do código, às instruções formuladas pelo Serviço de Caça e Pesca, previamente aprovadas pelo ministro da agricultura, e de acordo com as condições locais, natureza da região, interesse dos pescadores e das indústrias da pesca. Essa instrução era coerente com a regionalização como estratégia de administração do território.

O 7º artigo do código é especialmente condizente com a política nacionalista que vigorava no período, e facultava apenas aos brasileiros o exercício e exploração da pesca e indústrias correlatas. No entanto, para efeito desta lei, eram consideradas brasileiras as pessoas jurídicas constituídas na República, com sede no Brasil e tendo a administração composta em sua maioria por brasileiros. Sendo que, nas embarcações destinadas à realização da atividade pesqueira, as tripulações deveriam ser compostas de dois terços de brasileiros natos. Além disso, o comando das embarcações de pesca de mais de 200 toneladas brutas só poderia ser exercido por brasileiro nato que possuísse, no mínimo, carta de 2º piloto ou de mestre de pesca, diplomado pelas escolas profissionais⁹⁸.

Dentre os deveres do pescador estava o de “zelar por todos os meios e modos pela defesa e conservação da fauna e flora aquáticas”⁹⁹. Posso citar ainda outros preceitos estabelecidos por este código para a regulamentação da caça e pesca e que estavam em consonância com a questão da conservação da natureza: proibição da pesca com dinamite ou qualquer tipo de explosivo; veto à utilização de meios de pesca que prejudicassem a criação ou procriação das espécies da fauna aquática; proibição da coleta de ovos e larvas de qualquer espécie da fauna aquática que não fossem destinados para fins científicos licenciados; proibição da coleta, pesca, venda e compra de espécies da fauna aquática e animais silvestres que não tivessem o tamanho determinado pelas instruções do Serviço de Caça e Pesca;

⁹⁸ Como exemplo da centralização administrativa instituída pela política de gestão da natureza que inclui este Código de Caça e Pesca: segundo os artigos 12, 18 e 21, os pescadores profissionais licenciados deveriam se registrar na Colônia Cooperativa de Pescadores da localidade em que residiam. Esta colônia, por sua vez, estaria inscrita na Federação das Colônias Cooperativas de Pescadores de seu Estado e teria um representante junto à Confederação das Cooperativas de Pescadores do Brasil. As Colônias Cooperativas de Pescadores ficavam, pelo código, obrigadas a remeter quinzenalmente a estatística do pescado às Federações e estas à Confederação que, posteriormente, enviaria os números ao Serviço de Caça e Pesca seguindo modelos fornecidos pelo mesmo. Decreto nº 23.672 de 2 de Janeiro de 1934, arts. 12, 18 e 21.

⁹⁹ Decreto nº 23.672 de 2 de Janeiro de 1934, art. 23.

obrigação por parte dos exploradores de parques naturais de moluscos¹⁰⁰ de promover o seu repovoamento, a colheita de algas, esponjas e plantas aquáticas só seria permitida em épocas determinadas pelo Serviço de Caça e Pesca, dentre outras. Tratava-se de clara concepção conservacionista de garantir a futura exploração dos mesmos recursos através da organização e otimização da produção pesqueira.

Neste sentido, a reprodução das espécies da fauna aquática também poderia ser protegida através da proibição de qualquer sistema de pesca, temporária ou definitiva, em qualquer zona, local ou região necessária para garantir a desova. A pesca do pirarucu e da tartaruga, por exemplo, só seria permitida de março a outubro para a primeira espécie e de outubro a dezembro para a segunda, resguardando assim os seus respectivos períodos de procriação e desova. A pesca de indivíduos jovens destas duas espécies ficava expressamente proibida¹⁰¹. Foram apresentadas ainda preocupações sanitárias como o impedimento de práticas de pesca em áreas de despejo de esgotos e proibição do lançamento de detritos tóxicos, resíduos e produtos de origem oleosa nas águas utilizadas para pesca, bem como a utilização de substâncias venenosas ou entorpecentes nesta prática¹⁰².

O Código de Caça e Pesca buscou ainda regulamentar a pesca da baleia. A pesca desta espécie foi condicionada a uma licença especial obtida na Capitania dos Portos e foi acertada a forma pela qual a divisão dos produtos baleeiros deveria ser feita. Além disso, toda a embarcação devidamente licenciada deveria fornecer à autoridade encarregada da fiscalização da pesca informações minuciosas acerca de seu produto. Deveriam ser fornecidas o máximo possível de informações sob o ponto de vista biológico de cada baleia capturada, espécie, sexo, existência ou não de feto, comprimento, conteúdo do estômago e data e lugar da captura. Segundo o artigo 96 do Código de Caça e Pesca, não seria permitido capturar ou matar os filhotes de baleias nem as fêmeas acompanhadas de filhotes. Vale notar que a preocupação em regulamentar a pesca desta espécie de mamífero aquático provavelmente tenha relação com a forma predatória pela qual esta era realizada. Há registros de denúncias acerca deste tema desde fins do século XVIII. Foi comum no Brasil empregar na pesca de baleias a técnica de matar os filhotes para, desnordeando a fêmea, capturá-la com maior

¹⁰⁰ Todo o capítulo VII do título I do Código (do art.63 ao 80) trata da exploração de moluscos e crustáceos. O art.63 assegura que a exploração dos campos naturais de moluscos seria permitida desde que os interessados seguissem às prescrições do código. Estas começavam a partir do momento da descoberta do que é designado como “jazida de moluscos” e da comunicação, em dez dias, ao Serviço Caça e Pesca.

¹⁰¹ Decreto nº 23.672 de 2 de Janeiro de 1934, arts. 114 e 115.

¹⁰² *Ibidem*, art.24.

facilidade. Organizar este ramo da indústria pesqueira seria uma forma de obter lucro sem comprometer a existência da espécie e com a manutenção desta atividade econômica¹⁰³.

A segunda parte do Código de Caça e Pesca apresentava as disposições gerais referentes à caça em todo o território nacional com o propósito de assegurar a conservação das várias espécies zoológicas. Segundo o artigo 127 seria fixado anualmente pelo poder executivo as datas de início e encerramento, para cada espécie e região, do período de caça no território nacional, de acordo com as indicações apresentadas pelo Serviço de Caça e Pesca. De acordo com o decreto, a prática da caça ficaria condicionada à obtenção de uma licença, que seria paga e teria a validade de um ano, e ficaria proibida em todo o território nacional a caça de animais úteis à agricultura, de pássaros canoros de ornamentação e outros de pequeno porte. Não seria permitida a venda de animais silvestres, incluindo aves canoras e de ornamentação, a comercialização de caça viva ou morta e de seus derivados durante o período de proteção e a destruição de ninhos e caça de filhotes. A caça em zonas interditas por ato do Serviço de Caça e Pesca também ficaria proibida, bem como a venda, transporte, exportação de peles, penas e chifres das espécies nacionais protegidas. A coleta de ninhos e ovos só seria permitida caso fosse destinada para fins de interesse científico. Durante o ano todo era permitida a caça de animais daninhos e nocivos à agricultura, ao homem, à criação doméstica e à pesca. Animais silvestres e seus produtos poderiam ser comercializados quando procedentes de parques de criação, de refúgio e reserva. Estes deveriam ser registrados no Serviço de Caça e Pesca, que ficaria responsável pela fiscalização. Porém, esta permissão para a comercialização de tais espécies só seria concedida para a realização em feiras semestrais regulamentadas¹⁰⁴.

O Código de Caça e Pesca apresentava uma regulamentação especial para licenças de caça destinadas aos cientistas nacionais ou estrangeiros. A licença para cientistas brasileiros ficaria condicionada à apresentação de uma requisição, por parte do departamento governamental ou instituição científica nacional à qual pertencia, constando a natureza dos estudos que deveriam ser realizados e o tempo provável de duração da licença solicitada. Os pedidos de licenças para cientistas estrangeiros deveriam ser realizados por seus governos ou instituições estrangeiras, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores. As informações que deveriam constar dos pedidos dos cientistas estrangeiros eram as mesmas exigidas dos cientistas nacionais, mas com o detalhamento das zonas em que os estudos

¹⁰³ PÁDUA, José Augusto. "Natureza e Sociedade no Brasil Monárquico". Op.cit., 2009, v. III, págs. 319 e 320.

¹⁰⁴ Decreto nº 23.672 de 2 de Janeiro de 1934, art. 130. Acessado em 24/01/2014 no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>

seriam realizados. As licenças, concedidas aos cientistas, nacionais ou estrangeiros, obrigariam o cumprimento do decreto nº 22.698, de 11 de maio de 1933, Lei de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil¹⁰⁵, que será objeto de análise no próximo capítulo¹⁰⁶.

Por fim, o código instituiu a criação de um Conselho de Caça e Pesca, com sede no Rio de Janeiro e composto por 11 membros, indicados pelo ministro da Agricultura e nomeados pelo Presidente da República. Estes membros seriam representantes do Serviço de Caça e Pesca, dos pescadores, caçadores, armadores de embarcações de pesca, industriais de conservas de pescado, Marinha de Guerra, Museu Nacional e mais quatro membros de “notória competência especializada”. Este conselho ficaria incumbido de colaborar com o ministro da agricultura na aplicação dos recursos oriundos da renda de caça e pesca, zelar e promover o cumprimento do código e das leis ou regulamentos complementares, resolvendo os casos omissos e propondo emendas, emitir pareceres, promover a cooperação dos poderes públicos, instituições e institutos, empresas e sociedades particulares na defesa das riquezas piscícolas e de caça, difundir em todo o país a educação tendente à proteção à natureza, instituir prêmios de animação à piscicultura e a serviços prestados à proteção da caça e da pesca, promover anualmente a Festa da Ave e o Dia do Peixe e propugnar pela inclusão nos programas de ensino primário e secundário do estudo da fauna e flora aquáticas e terrestres, dentre outros. Tarefas semelhantes às que o Código Florestal incumbiu ao conselho dele decorrente¹⁰⁷.

O anteprojeto para a regulamentação da caça e da pesca no Brasil teve a autoria do zoólogo Cândido de Mello Leitão, do botânico Alberto José de Sampaio e do antropólogo Edgard Roquette-Pinto, todos cientistas do Museu Nacional. É preciso destacar ainda que os dois primeiros foram personagens importantes do movimento conservacionista e fortes defensores da necessidade da proteção da fauna e flora nacionais. Por sua vez, o terceiro esteve envolvido nos debates acerca da construção da nação nas primeiras décadas do século XX e na conseqüente elaboração do patrimônio nacional que, conforme veremos, teve a inclusão da natureza nesta categoria como uma de suas facetas¹⁰⁸. Estes fatos permitem

¹⁰⁵ Decreto 22.698 de 11 de maio de 1933. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

¹⁰⁶ Decreto nº 23.672 de 2 de Janeiro de 1934, arts. 146,147 e 150. Acessado em 24/01/2014 no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁰⁷ *Ibidem*, art.160 e 161.

¹⁰⁸ DUARTE, Regina Horta. A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil - 1926-1945, op.cit., 2010, pág. 27.

também estabelecer relações diretas entre a autoria do anteprojeto, os evidentes anseios de conservação da natureza e a preocupação em regulamentar atividades científicas que estiveram presentes no Código de Caça e Pesca.

No que se refere a aspectos como a aplicabilidade e o efetivo cumprimento tanto do Código Florestal quanto do Código de Caça e Pesca, como de outros decretos e leis que foram ou possam vir a ser mencionados em minha tese, faço algumas ressalvas, embora a investigação da aplicação da legislação atinente não esteja entre os meus propósitos. Todos estes dispositivos legais foram trazidos para a discussão no intuito de registrar o movimento político geral do regime varguista de garantir exclusividade aos órgãos e instâncias federais no controle, propriedade e exploração dos recursos naturais do país. É certo que houve espaços entre o legal e o usual. Em relação ao Código de Caça e Pesca, Regina Horta Duarte apontou que a sua publicação não foi acompanhada de medidas efetivas que garantissem o seu cumprimento¹⁰⁹. Os próprios cientistas que participaram de sua elaboração, e participaram de órgãos que deveriam exercer a função de fiscalização, no caso de Mello Leitão que chegou a presidir o Conselho de Caça e Pesca, constataram posteriormente que as práticas de caça e pesca pouco mudaram após o decreto do código e que o comércio gerado pela moda de utilização de penas, peles e animais empalhados, como adereços e enfeites, continuaram ditando a perseguição a muitas espécies¹¹⁰.

No que se refere ao Código Florestal, para saber se foi exitoso no que deveria ter sido seu principal objetivo basta refletirmos sobre a seguinte pergunta: garantiu a manutenção de nossas florestas? Acho difícil uma resposta que não seja negativa se analisarmos qualquer mapeamento de área florestal devastada tendo como referência comparativa o lançamento do código¹¹¹. Contudo, as críticas ao Código Florestal foram numerosas desde seu decreto, circularam pela imprensa e em outros meios e deram origem a um processo de revisão que culminou no Código Florestal de 1965. No entanto, as críticas não se resumiam à elaboração do decreto; apontavam para aspectos como falta de estrutura para fiscalização e ineficácia dos dispositivos. O próprio Conselho Florestal Federal foi acusado de ser órgão inoperante.

São muitas as causas prováveis que levaram à elaboração de tantas críticas na ocasião. Sobre a falta de estrutura para a fiscalização, parecia não haver recursos financeiros

¹⁰⁹ Ibidem, pág.71.

¹¹⁰ DUARTE, Regina Horta. Pássaros e Cientistas no Brasil. Em busca de proteção (1894-1938). *Latin American Research Review*, Vol. 41, No. 1, Fevereiro, 2006

¹¹¹ DEAN, Warren. A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira, op.cit.; CARVALHO, Ely Bergo de. O Código Florestal brasileiro de 1934: a legislação florestal nas disputas pelo território, um estudo de caso. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 417-442, jul. 2016.

disponíveis para manter todos os órgãos e departamentos necessários para efetivar o cumprimento dos dispositivos legais trazidos nestes decretos. Outra causa pode ser a excessiva burocracia e inchaço do aparelho de Estado.

Essa legislação sofreu críticas também no que se refere aos resultados de seus anseios conservacionistas. De antemão o lançamento dos códigos e decretos deram a impressão de que concretizariam medidas desejadas décadas antes pelo movimento conservacionista. No entanto, na prática, não expressavam uma mudança na maneira de pensar o desenvolvimento baseado na exploração intensa dos recursos naturais. Além disso, eram expressão de um projeto modernizador e industrializante, regido por uma lógica produtivista à qual a perspectiva conservacionista se associava¹¹².

O fomento da agricultura continuava na agenda governamental, sobretudo por meio dos ideais de racionalização da produção e de expansão das fronteiras agrícolas, e, assim como o projeto industrializante, demandava recursos naturais. O mote era transformar o país em uma potência econômica através da diversificação das atividades produtivas da nação. Todo o potencial de riquezas existente em nosso território deveria ser explorado. Tanto o planejamento agrícola quanto a guinada em prol da industrialização faziam parte de um modelo de desenvolvimento econômico largamente apoiado na exploração de recursos naturais. Havia uma visão estratégica de que era preciso conservar a natureza brasileira a partir de uma exploração calculada e racional que garantiria a manutenção desta fonte de riquezas.

Para tanto, a ciência continuou a ser requisitada para prestar sua contribuição. As reformas pelas quais passou o Ministério da Agricultura, ainda durante o governo provisório, demonstram que as novas diretrizes que deveriam ser seguidas diziam respeito ao fomento de pesquisas que aliassem o desenvolvimento às mais diversas áreas de atividades econômicas¹¹³. Assim, cabia ao governo pesquisar e organizar as inúmeras possibilidades de riqueza ofertadas pela natureza brasileira. Nesse sentido, como vimos, criou órgãos, leis, infra-estrutura e políticas de incentivo e financiamento. Este pacote de ações, e mesmo outras políticas voltadas para a conservação da natureza, mostram que o Estado estava intervindo de um modo que não prejudicava necessariamente o desenvolvimento das atividades econômicas e sim buscava organizar a produção e garantir os interesses nacionais.

¹¹² CARVALHO, Ely Bergo de. O Código Florestal brasileiro de 1934, op.cit., 2016; DUARTE, Regina Horta. A Biologia militante, op.cit., 2010, pág. 70.

¹¹³ Brasil. Ministério da Agricultura. Ministro Juarez Távora. O Ministério da Agricultura na vigência do Governo Provisório. Ano 1930-1933, pág.19.

No conjunto de dispositivos legais, como os já comentados Código Florestal, Código de Caça e Pesca e Códigos de Minas e Águas, fica bastante evidente alguns aspectos que regeram as políticas governamentais voltadas para a natureza brasileira durante o período analisado. Estas tinham um forte caráter nacionalista e um marcado viés protecionista. Quando me refiro ao protecionismo da natureza brasileira pretendo apontar as ações que buscaram garantir os interesses da nação mantendo os privilégios estatais na sua exploração. Se por um lado os interesses do Estado estavam à frente dos interesses privados, por outro, era assegurada a prioridade da exploração a brasileiros frente aos capitais estrangeiros. Através da análise dos Códigos de Minas e Águas considero possível visualizar bem claramente estas afirmações e a relação com o propósito governamental de desenvolver a industrialização no país. A partir de tais códigos vejo que os incentivos à industrialização ocorreram não somente a partir de medidas protecionistas na balança comercial ou na política financeira, mas também no manejo e aproveitamento dos recursos naturais do país.

Em análises das principais políticas econômicas do primeiro governo Vargas está evidente que foram lançadas medidas protecionistas para incentivar o desenvolvimento industrial. O rápido crescimento industrial ocorrido no período resultou da combinação de alguns fatores como a crise de 1929 e a recessão internacional que fomentou o processo de substituição interna dos bens antes exportados, o atendimento a demandas setoriais (dos industriais por proteção, dos militares para a criação de uma infraestrutura de apoio à indústria, etc) e dos esforços de um empresariado industrial que desenhava um projeto político de desenvolvimento que tinha a indústria como motor¹¹⁴.

A industrialização teria recebido um forte impulso das políticas de proteção através de novas taxas tarifárias e de medidas cambiais que regulavam as taxas de câmbio e importações. A restrição de importação de equipamentos para a instalação de fábricas concorrentes até 1938, pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, e uma linha de crédito substancial à indústria pelo Banco do Brasil durante a guerra também foram importantes subsídios para o setor. Outras políticas de desenvolvimento industrial também tiveram saldo positivo como a legislação trabalhista, regulamentação sindical e leis previdenciárias, a organização corporativista da indústria e a consolidação de uma geração de industriais que se aproximaram de Vargas e formaram uma aliança com o regime. Contudo, além do conjunto de elementos favoráveis citados acima, estava o importante papel desempenhado pelo Estado no fomento da

¹¹⁴ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4. Ed., 2011. (O Brasil Republicano, vol.2).

infraestrutura industrial, sob a forma da produção de petróleo, ferro, aço e energia hidrelétrica. Este tipo de atuação está relacionada com a implementação de medidas protecionistas na regulação da exploração de recursos naturais¹¹⁵.

As bases do crescimento industrial do período 1930-1945 foram o petróleo, a siderurgia e a energia elétrica. A partir desta premissa é possível entender uma série de dispositivos presentes nos Códigos de Minas e de Águas, como os que incentivavam a descoberta de novas jazidas e fontes de água com potencial para a geração de energia elétrica e a preocupação com a estatização destes recursos, com a substituição do regime de acesso pelo de concessão do governo¹¹⁶. Estes códigos foram decretados logo após a organização, no Ministério da Agricultura, do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) para regular a pesquisa e exploração das riquezas minerais e de aproveitamento da energia hidráulica.

Aliás, o DNPM resultou de uma reconfiguração, em 1933, do antigo Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, criado em 1907 e que até então realizava trabalhos de geologia, mineralogia e paleontologia. Com o início da Era Vargas em 1930, e a nova política para a exploração das riquezas do subsolo e do aproveitamento da energia hidráulica, as investigações científicas realizadas pelo Serviço passaram a se estender ao campo da geologia econômica, envolvendo pesquisas de depósitos exploráveis ou jazidas de várias substâncias minerais como ferro, carvão, petróleo, ouro e bauxita. Daí percebeu-se a necessidade de reorganizar “o órgão responsável pelos estudos científicos, fomento e fiscalização de um dos maiores patrimônios de riquezas nacionais”. O Departamento ficou organizado por praticamente todo o período da Era Vargas da seguinte maneira: Divisão de Fomento da Produção Mineral, Divisão de Geologia e Mineralogia, Divisão de Águas e Laboratório da Produção Mineral¹¹⁷. Existia ainda a forte preocupação de um órgão técnico-científico, como o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, em controlar o interesse estrangeiro em nossas reservas de recursos naturais estratégicos. Este órgão foi proposto e presidido por Paulo Campos Porto entre os anos de 1933 e 1939 e dele tratarei no quarto capítulo.

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ A exploração destes recursos naturais, que passaram a pertencer ao Estado, ficaram dependentes de uma concessão concedida por parte deste. O proprietário do terreno onde se encontravam esses recursos deixou de ter o direito de acesso sobre eles e passou a depender de uma concessão do Estado para que pudesse explorá-los.

¹¹⁷ Brasil. Ministério da Agricultura. Ministro Apolonio Jorge F. Salles. Relatório apresentado ao Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Vargas pelo Sr. Ministro de Estado. Ano 1930-1944, págs.357-367.

Foram necessárias ações efetivas do governo para enfrentar as dificuldades relativas à instalação de um complexo petrolífero, siderúrgico e um parque elétrico, que seria a base sustentadora do desenvolvimento pretendido. Buscando reunir os dispositivos de leis e regulamentos expedidos em diversas épocas, e que até então regulavam a indústria extrativa mineral do país, foi instituído, pelo decreto nº 24.642 de 10 de julho de 1934, o Código de Minas que vigorou até o ano de 1940. Os objetivos a serem alcançados, segundo o referido decreto, eram o aproveitamento racional das riquezas do subsolo e o desenvolvimento da indústria mineira que estaria na dependência de medidas que facilitassem, incentivassem e garantissem as iniciativas privadas nos trabalhos de pesquisa e aproveitamento dos recursos minerais¹¹⁸.

Este código instituía o regime de autorização e concessões para o aproveitamento das jazidas do domínio público e privado. Jazida é uma massa de substâncias minerais ou fósseis existentes no interior ou na superfície da terra e que pudessem ser valiosas para a indústria. Havia uma tipificação das jazidas que seriam objeto de regularização, de acordo com os minerais que as compunham. Nos preceitos legais estabelecidos por este código, inicialmente, o aproveitamento das jazidas de substâncias minerais próprias para a construção ficaria apenas a cargo dos respectivos proprietários. No entanto, caso alguma destas substâncias tivesse aplicação a qualquer ramo da indústria fabril ou às construções de interesse público, a jazida poderia ser enquadrada no regime de autorização e concessões instituídos por este código de mineração, a partir de parecer do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Outro aspecto que se destaca na análise é o que se refere à propriedade das jazidas. O 4º artigo determinava que a jazida deveria ser considerada um bem imóvel, porém, não integrante do solo em que estava encravada. Embora a propriedade da superfície abrangesse a do subsolo, isso não valeria caso se tratassem de substâncias minerais ou fósseis úteis à indústria. O direito do proprietário sobre a jazida ficaria restrito à preferência na concessão da lavra, trabalhos realizados para a extração de substâncias minerais, ou à coparticipação nos lucros de sua exploração.

O Código de Minas de 1934 também organizava a realização de pesquisas de substâncias minerais no subsolo do território nacional. Esta atividade era definida como trabalhos necessários ao descobrimento da jazida e ao conhecimento do seu valor econômico. Abrangeria os trabalhos de reconhecimento ecológico e demais investigações feitas à

¹¹⁸ Decreto nº 24.642 de 10 de Julho de 1934. Acessado em 24/01/2014 no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24642-10-julho-1934-526357-publicacaooriginal-79587-pe.html>

superfície, bem como os trabalhos no subsolo, as escavações superficiais, os furos de sonda e abertura de poços e galerias. Seguindo o regulamento, a realização de pesquisas deveria anteceder o pedido de concessão do direito de explorar a jazida. Este pedido seria então formulado com base nas informações adquiridas durante a pesquisa que também necessitaria de uma autorização prévia. As autorizações de pesquisa e concessões de lavra só poderiam ser conferidas a brasileiros e a empresas organizadas no Brasil. A autorização para a pesquisa, por sua vez implicaria o fornecimento de informações detalhadas ao governo. O art. 85 aludia ainda a uma futura lei que regularia a nacionalização progressiva das minas e jazidas minerais que fossem consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da Nação.

Mesmo tratando-se de regras para a exploração de um recurso natural esgotável, algo que não é mencionado no Código de Minas, este não apresentava preocupações quanto à conservação ou estabelecimento de reservas dos minérios a serem explorados. Pelo contrário, parecia ter como propósito assegurar a exploração de tais riquezas. Um indício que comprova esta afirmação, dentre outros, é que, segundo o art. 24, caso o pesquisador ou explorador descobrisse uma jazida, ele teria o prazo de um ano para conseguir meios de realizar a lavra. Caso não conseguisse, o Governo, seguindo parecer do Departamento Nacional da Produção Mineral, poderia decretar a disponibilidade de tal jazida “para quem a quisesse lavar”. É preciso notar também que uma importante condição, assegurada por tal código, para a manutenção do direito de concessão de uma lavra seria o permanente estado de “lavra ativa”. Com o não cumprimento deste preceito, o governo poderia colocar a mina à disposição de um novo concessionário.

Em consonância com o protecionismo característico da política de gestão dos recursos naturais, que buscava fomentar o seu aproveitamento econômico, as empresas de mineração, organizadas sob o regime estabelecido por este código, gozariam de alguns benefícios. Teriam isenção de impostos de importação para máquinas, aparelhos, ferramentas, modelos e material de consumo, que não existissem no Brasil em igualdade de condições. Pagariam ainda tarifas mínimas nas estradas de ferro, nas companhias de navegação e nos serviços de cais e baldeação nos portos, custeados ou garantidos pelo Governo, não só para o transporte dos trabalhadores, como também do material, minério, combustível e produtos manufaturados. Contudo, estes benefícios só seriam assegurados caso estivessem admitidos no serviço o mínimo de dois terços de engenheiros nacionais e três quartos de operários nacionais. Outra condição apresentada por esta lei era a manutenção de uma escola para os operários e filhos. O Código de Minas de 1934 fazia referência ainda a regras técnicas para a proteção do solo que deveriam ser organizadas pelo Departamento Nacional da Produção Mineral e que as

empresas de mineração ficariam obrigadas a executar. No entanto, em momento algum apresentava uma definição do que deveria ser entendido como “proteção do solo”.

Há um ponto em relação ao Código de Minas que precisa ser destacado: a questão da nacionalização das jazidas, o que vale também para o código de águas e a nacionalização das fontes de energia hidráulica. Tais códigos desvincularam a propriedade de jazidas e nascentes da propriedade do solo no qual estavam encravadas. Deste modo, transformaram as mesmas num bem público, de propriedade do Estado. A propriedade individual das jazidas era tida como o maior entrave ao desenvolvimento da mineração, pois deixava as riquezas minerais do subsolo à mercê de proprietários de latifúndios, que, por vezes, mal sabiam tirar proveito das possibilidades oferecidas na superfície de suas terras¹¹⁹. A inclusão no patrimônio nacional destas fontes de riquezas estratégicas para o país permitia o controle rigoroso do poder público sobre atividades que supostamente afetavam o interesse da nação.

Até as primeiras décadas do século XX, a produção do ferro no Brasil era feita em pequenas oficinas e fundições que produziam peças para ferrovias, máquinas agrícolas rudimentares e material de uso militar. Porém, desde o início deste século, já está presente na geração de engenheiros formados pela Escola de Minas de Ouro Preto¹²⁰, e entre militares do Exército especializados em engenharia de minérios, a consciência da necessidade de aproveitar a riqueza mineral através de uma grande usina siderúrgica integrada. Durante muitos anos este projeto teria sido idealizado por políticos, engenheiros, empresários e militares¹²¹.

Nos anos de 1920 começam a surgir pequenas empresas siderúrgicas que se expandiram ao longo dos anos 30. Com a guerra mundial vem à tona a necessidade de produzir minério de ferro de boa qualidade, sobretudo manganês, e a ideia de construir um grande complexo para explorar e exportar minérios foi retomada resultando na criação da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942. A esta altura o setor privado constituía um incipiente mercado de empresas siderúrgicas, mas os militares continuavam idealizando uma grande usina siderúrgica estatal que fosse capaz de sustentar um processo acelerado de

¹¹⁹ SCHWARTZMAN, Simon (org.). Estado Novo, op.cit., 1983, págs.569 e 570.

¹²⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A escola de Minas de Ouro Preto: O peso da Glória*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

¹²¹ IGLÉSIAS, Francisco. Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo. In.: Szmrecsányi, Tamás; Granziera, Rui G. (orgs.). Getúlio Vargas e a economia contemporânea, 2 edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP Editora Hucitec, 2004.

industrialização em curso. A construção civil, naval, as ferrovias e as indústrias metalúrgicas demandavam aço em proporções ainda não produzidas no país¹²².

Vargas, pressionado pelos militares para avançar na política siderúrgica, foi buscar recursos no mercado externo para a construção de uma grande usina. Em 1940 criou a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico que foi encarregada de fazer os estudos e de criar uma companhia nacional de siderurgia. Negociou, ainda, com os Estados Unidos, a obtenção de apoio para a construção de uma grande usina siderúrgica no Brasil. Assim, durante a guerra, a diplomacia brasileira acertou créditos com o governo americano, que tinha interesses nas bases militares no Nordeste e nos minérios estratégicos do país¹²³. Dos acordos entre os dois países em torno da siderurgia resultou a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, símbolo de um projeto nacional desenvolvimentista que envolveu uma aliança entre Estado, industriais e militares¹²⁴.

Quando Vargas chegou ao poder em 1930, a questão da exploração de petróleo no Brasil já vinha desde fins do século anterior. O longo trajeto histórico deste óleo mineral no Brasil foi movido pela ideia de que este seria uma riqueza que transformaria o país numa potência mundial¹²⁵. Os primeiros vestígios reais de petróleo foram encontrados no Brasil em 1892 e a primeira tentativa de exploração ocorreu em âmbito inteiramente privado. Contudo, a atividade demandava custos altos e demorava a produzir resultados. Eram fortes os obstáculos para a iniciativa privada e as atividades foram abandonadas¹²⁶. Na ocasião a extração do petróleo não era realizada em águas profundas como atualmente ocorre. O tipo de extração existente ocorria em terra a partir da perfuração de poços.

A partir daí as preocupações oficiais com a questão petrolífera foram se tornando crescentes e ficaram mais evidentes com o advento da Primeira Guerra Mundial. Este evento revelou o aumento do consumo interno, a dependência da importação, o envolvimento de contingentes militares europeus numa política de fornecimento de combustível e manobras diplomáticas lançadas pelas potências europeias buscando garantir acesso as fontes externas do óleo. Em 1919, por meio do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, o Estado tomou a frente das pesquisas em exploração de petróleo. Ao longo dos anos 20 foi acumulado muito

¹²² Ibidem.

¹²³ CAMPOS, André Luiz Vieira de. Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

¹²⁴ IGLÉSIAS, Francisco. Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo, op.cit., 2004.

¹²⁵ Para mais informações sobre os primeiros anos de exploração do petróleo no Brasil: OTOYA, Natascha de Vasconcellos. "A Fúria Moderna": uma história do petróleo brasileiro através dos arquivos do CNP - 1938-1948. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹²⁶ OTOYA, Natascha de Vasconcellos. Conexão Brasil-Namíbia: duas nações em busca de petróleo e progresso. *Revista Espacialidades* [online], v. 7, n. 1, pág.130-147, 2014.

conhecimento acerca da geologia do país, mas não eram obtidos resultados mais concretos sobre a existência de petróleo em nosso subsolo. Nos anos de 1930 explodiu a polêmica acerca da existência ou não de petróleo no Brasil. Alguns embates entre iniciativas privadas e técnicos do governo tornaram o Departamento Nacional da Produção Mineral alvo de muitas críticas. Também existiam dúvidas a respeito da capacidade de o Estado desenvolver a indústria do petróleo. Além disso, a burocracia estava sob suspeita e havia denúncias sobre o comprometimento de técnicos do governo com interesses escusos. Eram fortes as pressões da opinião pública e da imprensa, fomentadas entre outros, pelas denúncias de Monteiro Lobato. Além de escritor, Lobato era empresário do setor petrolífero e investia na descoberta de jazidas no Brasil¹²⁷.

A questão do petróleo foi adquirindo grande importância durante as primeiras décadas do século XX. Antes que o petróleo houvesse molhado a superfície do solo nacional, o que só aconteceu em 1939, já existia uma rede composta por órgãos e dispositivos legais que iriam administrar a exploração futura deste recurso mineral: Serviço Geográfico e Mineralógico do Brasil (SGMB), Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), Código de Minas e Conselho Nacional do Petróleo (CNP)¹²⁸. Além destes acrescento também o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil que apresentava forte preocupação em controlar incursões motivadas pelo interesse estrangeiro em nossas possíveis reservas deste minério.

Em meados da década de 1930 o Brasil ainda dependia em grande medida da lenha e do bagaço da cana para ativar as máquinas das indústrias, embora já se pensasse no combustível derivado do petróleo como fonte energética para a indústria. Foram criadas algumas refinarias entre 1935 e 1937, usando matéria-prima importada e estimuladas pelos incentivos governamentais para o processamento do óleo cru e do óleo combustível. Nessa mesma época Guilherme Guinle, empresário carioca, financiou a prospecção de petróleo na Bahia. Em 1938 chegou a se aliar ao grupo financeiro paulista Murray & Simonsen para aprofundar as pesquisas na área, mas o empreendimento não foi a frente por conta das medidas de estatização da exploração do petróleo lançadas pelo governo naquele ano. No ano seguinte o petróleo foi descoberto naquele Estado em uma perfuração realizada pelo DNPM¹²⁹. Destaco que, nesta ocasião, o país já se encontrava sob o regime do Estado Novo, já havia

¹²⁷ Ibidem.

¹²⁸ OTOYA, Natascha. Petróleo e progresso: uma abordagem em História ambiental. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, 2014.

¹²⁹ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência, op.cit., 2011, págs. 253 a 255.

sido decretada uma legislação nacionalista e o Conselho Nacional de Petróleo também se encontrava organizado por um decreto. Este representava os primeiros passos na administração da política do petróleo¹³⁰.

No entanto, as controvérsias em torno desta política perduraram pelos anos de 1940 e início dos anos 50. A disputa girava em torno da liderança na exploração e refino do petróleo. De um lado estavam os que defendiam que a extração e o refino deveriam ficar sob controle do Estado. De outro, os que argumentavam que estas atividades deveriam ficar com o capital privado, prioritariamente nacional. Esta batalha deu origem a uma campanha de opinião pública que ficou conhecida como “O Petróleo é Nosso”. Liderada por políticos nacionalistas conservadores, teve o apoio de militares e do movimento estudantil, e era contrária ao Estatuto do Petróleo. Este era um anteprojeto de lei que representava uma proposta de legislação que representava um “meio termo”: uma política para o petróleo que não fosse excessivamente nacionalista e nem excessivamente aberta ao capital estrangeiro. O sucesso dessa campanha e as esperanças de que Getúlio Vargas desse um direcionamento nacionalista à resolução da questão ajudaram em sua eleição para retornar à presidência da República após seis anos fora do poder.

O desenho institucional da política do petróleo só foi finalmente montado no segundo governo Vargas, quando foi criado o imposto único sobre derivados do petróleo, coordenado pelo Conselho Nacional do Petróleo. Este imposto forneceu recursos para a criação da Petrobrás, que foi aprovada pelo Congresso em setembro de 1953. Finalmente a política do petróleo passava a ter um complexo de empresas estatais para a exploração e o refino, um fundo de financiamento para operar e contava com a garantia do monopólio estatal¹³¹.

O decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934 instituiu um Código de Águas que tinha como propósito regular o uso das águas no Brasil, assunto até então, segundo este documento, regido por uma legislação obsoleta e em desacordo com as necessidades e interesses da coletividade nacional¹³². Este decreto apresentava, como planos almejados pelo poder público, o controle e incentivo do aproveitamento industrial das águas e a instauração de medidas que facilitassem e garantissem o uso racional da energia hidráulica. Neste sentido, após uma definição do que deveriam ser consideradas águas públicas, de uso comum e particulares, a lei apresentava uma parte destinada ao tema do aproveitamento das águas. Nesta eram

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ QUAGLINO, Maria Ana e DIAS, José Luciano de Mattos. A questão do petróleo no Brasil. Rio de Janeiro: CPDOC / SERINST, 1993.

¹³² Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934. Acessado em 24/01/2014 no seguinte endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm

regulamentadas o uso das águas públicas para a navegação, para a agricultura, indústria, higiene e necessidades da vida. Esse aproveitamento ficava condicionado a uma concessão que garantia apenas o direito ao uso e não algum tipo de alienação parcial. O uso das águas públicas também não poderia ocorrer com prejuízo para a navegação, sobretudo se esta servisse efetivamente ao comércio.

O Código de Águas de 1934 apresentava também uma regulamentação da indústria hidroelétrica instituindo um regime de autorizações e concessões para o aproveitamento industrial das quedas de água e outras fontes de energia hidráulica. Sendo que o aproveitamento de quedas de água de potência inferior a 50 Kw ficaria a cargo apenas do proprietário, sem depender de autorização. Todos os aproveitamentos de energia hidráulica deveriam satisfazer exigências que assegurassem os interesses da alimentação e das necessidades das populações ribeirinhas, da salubridade pública, da navegação, da irrigação, da proteção contra as inundações, da conservação e livre circulação do peixe e do escoamento e rejeição das águas. A responsabilidade de fiscalizar a produção, a transmissão, a transformação e a distribuição de energia hidroelétrica caberia ao Serviço de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura. Este órgão também deveria proceder ao estudo e avaliação da energia hidráulica do território nacional, examinar e instruir técnica e administrativamente os pedidos de concessão ou autorização, entre outras atribuições¹³³.

Os direitos de propriedade das quedas d'água instituídos pelo Código correspondente eram bem semelhantes ao modo pelo qual o Código de Minas de 1934 tratava a questão da propriedade das jazidas. As quedas-d'água e outras fontes de energia hidráulica deveriam ser consideradas como parte não integrante das terras em que se encontrassem. Deste modo, foram transformadas em propriedade pública, do Estado. Assim como no caso das jazidas, aos proprietários da queda-d'água seria assegurada apenas a preferência na autorização ou concessão para o aproveitamento industrial de sua energia ou co-participação nos lucros da exploração realizada por outro¹³⁴.

Outro aspecto no qual este Código de Águas se assemelhava ao Código de Minas se refere às autorizações ou concessões que só poderiam ser conferidas a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil. Estas empresas precisariam constituir suas administrações com maioria de diretores brasileiros, residentes no Brasil, e os poderes de gerência só poderiam ser delegados a brasileiros. Deveriam manter ainda, no mínimo, dois terços de

¹³³ Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934, arts. 140-144.

¹³⁴ Ibidem, arts.145-148.

engenheiros e três quartos de operários brasileiros. A lei previa também a nacionalização progressiva das quedas-d'água ou outras fontes de energia hidráulica julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da nação¹³⁵.

O Código de Águas de 1934 buscava estabelecer um conjunto de regras para regulamentar os usos da água e expressava uma forte preocupação em estimular a produção de energia elétrica. Nesta época, a capacidade geradora de energia elétrica estava bem abaixo da demanda de uma sociedade que se urbanizava, industrializava e expandia a fronteira agrícola. A estagnação da produção de energia elétrica prejudicava os projetos do governo de estímulo à industrialização e de diversificação da produção.

Nos anos de 1930 a oferta de energia elétrica envolvia um grupo de pequenas centrais térmicas e hidrelétricas e duas companhias estrangeiras, o grupo Light e a American & Foreign Power Company. A relação entre o Estado brasileiro e estas duas companhias era de um permanente confronto que impedia uma efetiva ação reguladora do poder público sobre as concessionárias. Porém, o Código de Águas de 1934 e a Constituição do mesmo ano redefiniram o direito de propriedade do uso da água e as relações entre o governo e as companhias estrangeiras. Um grupo de tenentes, empresários e políticos nacionalistas contrários à concentração do setor de energia sob poder dos dois grupos estrangeiros contribuíram para o estabelecimento das medidas que atingiram diretamente estas empresas fornecedoras de energia elétrica¹³⁶.

Contudo, ainda que as propostas de alteração do Código de Águas e da Constituição de 1934 fossem enérgicas e incisivas, sua implementação não foi muito efetiva e não chegou a provocar mudanças estruturais. Isso ocorreu devido às ações contrárias das duas concessionárias e à ausência de instituições fortes que regulamentassem a questão energética. Nos anos 40 acabou ocorrendo uma estagnação do setor de energia elétrica causada pela resistência das concessionárias em se adequar às demandas do governo e pela consequente paralisação dos investimentos na expansão da geração de eletricidade. Durante o Estado Novo ainda foi criado o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE) que foi incumbido de cuidar da política de energia elétrica, fiscalizar as concessionárias e realizar o planejamento do setor em médio prazo, e uma comissão técnica especial do Plano Nacional da Eletrificação, com técnicos do DNPM e do CNAEE. Ambos não tiveram nenhuma repercussão efetiva na política energética, e um novo modelo, que substituiria o sistema de concessões pela ação direta do Estado na geração e distribuição de energia elétrica, só se

¹³⁵ Ibidem, arts.195-199.

¹³⁶ Ibidem, págs.259-263.

firmaria a partir do segundo governo de Vargas. Somente nos anos 60 o Estado assumiu integralmente a produção da eletricidade e as companhias privadas estrangeiras ficaram apenas no setor de distribuição¹³⁷.

Por protecionismo da natureza tenho compreendido todas as ações capitaneadas pelo Estado no sentido de resguardar os recursos naturais brasileiros para o uso interno e as medidas visando garantir os privilégios nacionais, sobretudo estatais, no manejo da natureza. Utilizo o termo “protecionismo” numa analogia ao protecionismo econômico, também medida de forte cunho nacionalista. Trata-se de um jogo de palavras no qual substituo “proteção” da natureza por “protecionismo” da natureza para definir a política implementada pelo governo varguista. Busco demonstrar a complexidade e as características desta política de gestão da natureza que, a meu ver, não ficam claras quando enquadradas no termo “proteção”. O significado que atribuo ao protecionismo da natureza é fundamental para a compreensão de minha tese. Esta ideia-força norteou discursos e atuações de Paulo Campos Porto e motivou, em diferentes graus e arranjos, as práticas dos atores sociais envolvidos na política de proteção do patrimônio natural brasileiro durante o período analisado.

1.3- Cientistas na política de Estado

Em diversas ocasiões na história do país, homens de ciência estiveram entre aqueles que mais denunciaram os efeitos destrutivos e pouco proveitosos da exploração irracional dos recursos naturais. Especialmente durante a década de 1930, muitos desses cientistas, que se ocupavam de reflexões acerca da natureza, assumiram cargos da administração pública e/ou estiveram lotados em órgãos técnicos-científicos que pertenciam ao Estado. Compartilhavam muitos pensamentos sobre o mundo natural e atuaram juntos em órgãos consultivos e fiscalizadores. Um perfil típico entre eles era o de cientista-funcionário público, e uma crença comum era a de que somente uma intervenção do Estado poderia garantir, ao mesmo tempo, o progresso e a conservação da natureza.

Esses cientistas acreditavam que isso poderia ser feito através de medidas coercitivas e educativas, através da elaboração e implementação de leis de proteção à natureza e de projetos e práticas que despertassem na população o amor à natureza. Com a chegada de Getúlio

¹³⁷ Ibidem.

Vargas ao poder, vislumbraram o governo forte e centralizado que acreditavam ser o único capaz de proteger a natureza brasileira que defendiam como um patrimônio nacional. Atuaram como importantes colaboradores do governo e estiveram alinhados com a política varguista. A partir da participação na política de Estado, sobretudo por meio do Ministério da Agricultura, estes cientistas conservacionistas foram responsáveis por uma série de iniciativas para estabelecer medidas em prol da conservação do mundo natural no Brasil, incluindo a criação de leis referentes à regulamentação da exploração da natureza. Assim atuaram na implementação de instrumentos legais que tinham como finalidade o manejo racional dos recursos naturais¹³⁸.

Alguns representantes desse grupo de cientistas envolvidos na elaboração da política voltada para a natureza brasileira nos anos de 1930 foram Alberto Sampaio, Edgard Roquette-Pinto, Armando Magalhães Côrrea, Cândido Mello Leitão, Bertha Lutz¹³⁹, Heloísa Alberto Torres¹⁴⁰, Frederico Carlos Hoehne e Paulo Campos Porto. Quase todos estes cientistas citados exerciam suas carreiras no Museu Nacional, com exceção de Paulo Campos Porto e Frederico Carlos Hoehne. Porto, apesar de breve intervalo na década de 1940, teve sua trajetória profissional atrelada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e Hoehne, embora tenha

¹³⁸ PÁDUA, José Augusto. Um sopro de destruição, op.cit., 2004; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940, op.cit., 2009; DUARTE, Regina Horta. A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil - 1926-1945, op.cit., 2010; MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. O “agricultor progressista”, op.cit., 2012.

¹³⁹ Bertha Lutz (1894-1976) nasceu em São Paulo. Filha de Adolpho Lutz, famoso cientista brasileiro especialista em medicina, graduou-se em ciências naturais e exerceu com êxito a profissão de naturalista. Liderou o movimento feminista brasileiro nas primeiras décadas do século XX e se empenhou em estimular a educação e a profissionalização das mulheres. Ingressou no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1919, após ter sido aprovada no concurso público realizado pelo Museu para o cargo de “secretário” e com o passar dos anos assumiu a função de naturalista. Em 1939, tornou-se representante do Museu Nacional no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. Trabalhou no Museu Nacional do Rio de Janeiro por 45 anos e se aposentou em 1964, aos 70 anos. Para saber mais sobre a trajetória de Bertha Lutz: SOMBRIO, Mariana. Traços da Participação Feminina na Institucionalização de Práticas Científicas no Brasil: Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, 1939-1951. Dissertação de mestrado ((Política Científica e Tecnológica), Campinas: Unicamp, 2007; SOUSA, Lia Gomes Pinto de. Educação e Profissionalização de Mulheres. Trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

¹⁴⁰ Heloísa Alberto Torres (1895- 1977) nasceu no Rio de Janeiro e era filha de Alberto Torres, político carioca que se destacou em fins do século XIX e início do XX por suas posturas nacionalistas e abolicionistas. Ingressou no Museu Nacional como auxiliar de Roquette-Pinto aos 23 anos e tornou-se efetiva através de concurso prestado em 1925. No ano seguinte foi eleita chefe interina da Seção de Antropologia e Etnografia e chefe efetiva desde 1931. Foi diretora da instituição de 1938 a 1955. Foi membro do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil entre 1933 e 1939. Foi ainda conselheira do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e colaborou com o Conselho Nacional de Proteção aos Índios de 1955 e 1967, tendo participado da criação da Fundação Nacional do Índio. Para mais informações ver: CORRÊA, Mariza. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, 1997, V. 40 nº 1.

começado sua carreira como botânico e taxonomista no Museu Nacional, teve uma atuação destacada na administração de diferentes institutos de pesquisa no país. Porto também se diferenciava dos outros por não ter publicações, principalmente educativas, sobre a questão da proteção à natureza no Brasil. Neste sentido sua atuação se deu mais na esfera política e na formulação de propostas e projetos de ação estatal.

As trajetórias de alguns destes cientistas vêm sendo contempladas em estudos relativamente recentes realizados no âmbito ou em diálogo com a História Ambiental e/ou a História das Ciências. No entanto, as pesquisas até então realizadas acabaram por priorizar cientistas do Museu Nacional com semelhantes esferas e modos de atuação. Como trabalhos que abordaram cientistas dessa instituição cito os de José Augusto Drummond, José Luiz de Andrade Franco, Regina Horta Duarte, Carolina Marota Capanema e Valéria Silva¹⁴¹. Uma exceção dentre estas pesquisas sobre os “protetores da natureza” da década de 30 seria a dissertação de mestrado de Elenita Malta Pereira, uma biografia histórica de Henrique Luiz Roessler. Contudo, embora Roessler fosse um intelectual, não era naturalista como os outros e nem cientista¹⁴². Certamente um dos motivos que contribuíram para a esmagadora predominância de trabalhos sobre os cientistas do Museu Nacional foi o evidente papel da instituição como principal centro de irradiação das ideias de proteção da natureza. Além disso, como demonstra Duarte em seu trabalho, os cientistas ligados ao Museu Nacional adotaram uma postura de cunho mais pedagógico, dedicados à educação da população e a um maior diálogo com a sociedade em geral.

Não devemos pensar nestes homens como um grupo homogêneo pois, mesmo compartilhando espaços de atuação e muitas ideias acerca do mundo natural, por vezes foram convocados para trabalhar em diferentes projetos. Embora os preceitos conservacionistas fossem predominantes entre eles, alguns atuaram mais voltados para a conscientização da sociedade em relação à destruição da natureza do que na elaboração de projetos técnicos de manejo de recursos naturais. É importante lembrar também que, embora o governo tivesse forte interesse nos estudos acerca da aplicabilidade dos recursos naturais, a comunidade científica se dividia em relação a este posicionamento do Estado. Existiam cientistas que eram

¹⁴¹ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Frederico Carlos Hoehne: a atualidade de um pioneiro no campo da proteção à natureza do Brasil, op.cit., 2005. CAPANEMA, Carolina Marotta. A natureza no projeto de construção de um Brasil Moderno e a obra de Alberto José de Sampaio, op.cit., 2006; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940, op.cit., 2009; DUARTE, Regina Horta. A Biologia militante, op.cit., 2010; SILVA, Valéria Mara da. Educando homens para educar plantas, op.cit., 2013.

¹⁴² PEREIRA, Elenita Malta. Um protetor da natureza, op.cit., 2011.

contrários ao direcionamento de suas pesquisas de modo a contemplar projetos de aplicabilidade imediata da ciência¹⁴³.

Um exemplo de cientista que manteve relações instáveis de aproximação e de desconfiança em relação ao Governo Vargas foi o fisiologista Miguel Ozório de Almeida¹⁴⁴. Defensor da autonomia dos intelectuais e cientistas diante dos constrangimentos da política e repudiando a interferência do Estado nas instituições de pesquisa, Ozório de Almeida ocupou altos cargos na burocracia no início do estado varguista: diretor do Instituto de Biologia Animal do Ministério da Agricultura (1933-1934), diretor-geral da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (193-1935) e vice-reitor da Universidade do Distrito Federal (do final de 1935 ao início de 1936). Numa postura aparentemente ambígua, agiu de forma estratégica para conquistar apoio do governo a alguns de seus projetos, sem, contudo, deixar de apresentar suas críticas ao autoritarismo da Era Vargas. Este posicionamento de Miguel Ozório de Almeida representava uma tensão entre a necessidade de autonomia e liberdade *versus* a necessidade de apoio e financiamento¹⁴⁵; principalmente se levarmos em conta que não existiam muitas opções de carreira disponíveis aos homens de ciência das primeiras décadas do século XX, que não fossem sob as rédeas do Estado e como parte de projetos de remodelação econômica e social do país. O Estado era o principal incentivador e patrocinador das atividades científicas. Eram nas instituições científicas estatais que as pesquisas eram desenvolvidas e o conhecimento era produzido. Com a chegada da Era Vargas

¹⁴³ NOGUEIRA, Eliana, Emergência, institucionalização e estado atual da botânica brasileira: as relações nacionais e internacionais, Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), São Paulo, Unicamp, 1999, pág.49.

¹⁴⁴ Nascido em 1890, Miguel Ozório de Almeida formou-se em medicina no início do século XX, mas, durante toda sua vida, trabalhou como fisiologista experimental. Ao longo de sua trajetória, acumulou cargos em diferentes instituições do Rio de Janeiro e diversas publicações e títulos no país e no estrangeiro. Foi professor de fisiologia dos animais domésticos da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (desde 1917), membro (desde 1917) e presidente da Academia Brasileira de Ciências, membro da Academia Brasileira de Letras (desde 1935) e pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz (de 1927 a 1953). Teve participação ativa, ao lado de seus irmãos Álvaro Ozório de Almeida e Branca de Almeida Fialho, nos debates sobre a reforma do sistema educacional e científico do país conduzidos pela Associação Brasileira de Educação e pela Academia Brasileira de Ciências. Além disso, foi muito atuante no Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, criado em 1923. Durante sua carreira, o fisiologista participou de diversas sociedades científicas e intelectuais do país e do exterior e foi premiado com o Prêmio Einstein da Academia Brasileira de Ciências, em 1933, e o Prêmio Sicard da Faculté de Medicine de Paris, em 1936, pelo trabalho sobre a teoria da excitação. Integrou o projeto internacional de cooperação intelectual da Liga das Nações no entreguerras e participou da criação da Unesco, em 1946, tendo sido um dos candidatos brasileiros ao posto de chefe da seção de ciências naturais e de diretor-geral da organização. Ao final da vida, foi também um dos presidentes de honra da SBPC, criada em 1948. Para maiores informações sobre a trajetória de Miguel Ozório de Almeida ver: SOUZA, Leticia Pumar Alves de. A ciência e seus fins: internacionalismo, universalismo e autonomia na trajetória do fisiologista Miguel Ozório de Almeida (1890-1953), 2015, op.cit.

¹⁴⁵ Idem.

aumentou o anseio pela racionalização da burocracia estatal e, com isso, novos postos de trabalho e possibilidades de carreira se tornaram disponíveis para técnicos e cientistas.

É importante destacar que o Ministério da Agricultura foi o *locus* privilegiado da aliança entre ciência e Estado para a gestão e aproveitamento da natureza brasileira. Ainda nos primeiros anos do governo varguista, o Museu Nacional passou para a subordinação do Ministério da Educação. Esse fato talvez explique a atuação diferenciada dos cientistas conservacionistas desta instituição, mais focada em ações pedagógicas e de vulgarização da questão da proteção à natureza. De todo modo, justifica o meu interesse pelos cientistas e técnicos do Ministério da Agricultura, grupo do qual Paulo Campos Porto é um representante.

Neste período os técnicos e cientistas do Ministério da Agricultura foram requisitados não apenas para emitir pareceres e elaborar anteprojetos de lei, mas para a realização de pesquisas de interesse estratégico, para a elaboração de planejamentos e para a composição de órgãos fiscalizadores. A ciência tinha uma importante função na política varguista: deveria guiar a ação do governo, fornecendo uma orientação científica que colaborasse com o fomento da produção agrícola e o aproveitamento das riquezas naturais através da transformação industrial de seus produtos. Isso explica a participação desses profissionais na organização de órgãos técnico-científicos aos quais estiveram atrelados e que pretendiam a intensificação das pesquisas para a exploração dos recursos naturais.

Assim, esses homens participaram ativamente do projeto político varguista de desenvolvimento. A ciência foi fortemente acionada para auxiliar na tarefa de estimular e diversificar as atividades produtivas nacionais. Os arranjos entre ciência, Estado e manejo dos recursos naturais foram fortalecidos e reconfigurados, e, ainda durante o governo provisório, foi iniciado no Ministério da Agricultura um processo de reformas que deixou claro o papel atribuído ao conhecimento técnico-científico no projeto de governo.

A pasta ministerial foi diagnosticada como sendo, até então, um órgão rígido e inoperante devido à dependência dos serviços técnicos às diretorias burocráticas. Assim, foi elaborada uma reforma que permitisse a atuação mais ampla e intensa de órgãos técnicos. Para que o Ministério da Agricultura cumprisse o seu papel de órgão propulsor e coordenador da produção nacional foi implementada uma descentralização burocrática que deixou serviços técnicos subordinados a diretorias gerais técnicas. Foram criados dentro do Ministério novos departamentos com perfil técnico-científico. Um desses foi a Diretoria Geral de Pesquisas científicas à qual ficaram subordinados os institutos de pesquisa: Instituto Biológico Vegetal (Jardim Botânico do Rio de Janeiro), Instituto Geológico e Mineralógico do Brasil (Estação Experimental de Combustíveis e Minérios), Instituto de Química e Instituto de Meteorologia,

Hidrometria e Ecologia Agrícola. Esta diretoria foi concebida para ser “a pedra angular de toda a atividade racional do Ministério da Agricultura”. Ainda no âmbito desta reforma passou a ser obrigado, por lei, que técnicos fossem nomeados para o exercício em cargos que tivessem este perfil. Foi também prevista a regulamentação dos serviços e das profissões que diretamente se relacionassem à esfera de atuação do ministério¹⁴⁶.

Vemos, então, que o Estado foi o principal ator na promoção de tecnologias que auxiliassem a gestão de recursos naturais. Além disso, foi o maior responsável pelas pesquisas científicas e pelo desenvolvimento em prol dos interesses nacionais, do crescimento econômico, da saúde pública e do manejo de recursos naturais. Através de financiamentos, organização direta, criação de departamentos e/ou ministérios, estabelecimentos de serviços de saúde pública e outras instituições que buscavam o inventário dos recursos, o poder estatal ocupou uma função central na administração do território. Auxiliando no desempenho desta tarefa estava a crença de que a engenharia e o conhecimento científico facilitariam o controle sobre a natureza e permitiriam que recursos naturais finitos fossem utilizados sem serem esgotados garantindo o uso das gerações futuras. Foi a partir deste tipo de pensamento que se estabeleceu uma parceria entre Estado e ciência.¹⁴⁷

Em regimes autoritários, o Estado aparecia como sendo capaz de arbitrar acerca da necessidade de intervenções para a proteção da natureza. Contudo, seu principal propósito era permitir o rápido desenvolvimento econômico em direção aos interesses do poder estatal e, assim, acabava por priorizar aspectos como a imediata produção industrial em detrimento da preservação da natureza para as gerações futuras. O conservacionismo do fim do século XIX e início do século XX se aproximava das ideias de progresso através da defesa do manejo científico dos recursos naturais. Os movimentos conservacionistas surgiram relacionados a associações profissionais de biólogos, botânicos e geólogos. Embora estes reconhecessem que os recursos naturais precisavam ser protegidos, acreditavam que, através do manejo científico dos mesmos, era possível utilizá-los e garantir sua disponibilidade para as gerações futuras. Neste discurso parecia possível o múltiplo uso dos recursos naturais e a conciliação de interesses à primeira vista conflitantes de cientistas, pecuaristas, industriais, pequenos produtores, turistas, etc. Embora preocupados com a rápida deterioração dos recursos, os conservacionistas não eram pessimistas sobre o futuro. Eram otimistas em relação ao poder da ciência para garantir a conservação. Ansiavam pela expansão e não retração, construíam

¹⁴⁶ Brasil. Ministério da Agricultura. Ministro Juarez Távora. O Ministério da Agricultura na vigência do Governo Provisório. Ano 1930-1933.

¹⁴⁷ JOSEPHSON, Paul R. *Resources under regimes: technology, environment, and the state*. Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts; London, England, 2004.

possibilidades e não limitações. A gestão dos recursos naturais amparada em bases científicas levaria a um progresso eficiente e planejado¹⁴⁸.

E foi seguindo essa premissa que ocorreu a aproximação entre os interesses dos cientistas e do governo varguista. A convicção prevalecente entre ambos era a de que conhecimentos científicos eram fundamentais para a realização do planejamento e da administração estatal. Foi esse contexto que subsidiou a participação de biólogos na formulação de políticas públicas num processo, analisado por Regina Horta Duarte, conhecido por politização da biologia¹⁴⁹.

Saberes como a geografia e a agronomia foram mobilizados para subsidiar o planejamento econômico, a ação governamental na economia e os planos de desenvolvimento regional e ocasionaram a promoção de pesquisas em biogeografia e ecologia. Deste modo, resultaram em incentivos para a criação de Departamentos disciplinares nessas áreas do conhecimento e a circulação internacional de experts do campo num processo de instrumentalização estratégica da ciência. Foi um período de grande investimento em ciência e tecnologia com fomento de centros de pesquisas agrícolas que eram concebidos como incentivos ao desenvolvimento econômico¹⁵⁰

A aliança entre agricultura e ciência como política pública no projeto de desenvolvimento e crescimento econômico durante a Era Vargas buscava a organização da forma intensiva e industrializada da produção agrícola através da criação de instituições que concorreram para o desenvolvimento das ciências biológicas e consolidação de novas especialidades e disciplinas. Neste contexto, estiveram presentes, nos institutos de ciência aplicada voltados para o desenvolvimento da economia agrícola, áreas do conhecimento batizadas na ocasião como ecologia agrícola ou agricultura científica. A agenda de investigação da agricultura científica era baseada no pressuposto de que toda prática agrícola se oporia artificialmente à dinâmica natural da vegetação e que o seu papel era o de minorar os malefícios da simplificação de ecossistemas de modo a preservar a aptidão produtiva de espécies vegetais. Assim, o objetivo era ajustar o aproveitamento econômico da natureza e o estabelecimento de atividades agrícolas como modelo de desenvolvimento de forma a evitar a perturbação do equilíbrio biológico¹⁵¹.

¹⁴⁸ Idem.

¹⁴⁹ DUARTE, Regina Horta. *A Biologia militante*, op.cit., 2010.

¹⁵⁰ SÁ, Magali Romero, SÁ, Dominichi Miranda de. *A ecologia do Planalto Central do Brasil: as pesquisas de Henrique Pimenta Veloso nos anos 1940*. In: SILVA, Sandro Dutra e, SÁ, Dominichi Miranda de, SÁ, Magali Romero. *Vastos sertões*, op.cit., 2015;

¹⁵¹ Idem

No Brasil da Era Vargas o conhecimento científico inspirado no pensamento ecológico colaborava para a expansão da fronteira agrícola a partir de análises das características regionais como clima, temperatura média, tipos de solo e cobertura vegetal. Essas pesquisas eram desenvolvidas em agências estatais, sobretudo por cientistas conservacionistas, e configuravam importante agenda pública nos anos de 1940. O discurso ecológico, que abordava o mundo de maneira sistêmica, a partir da preocupação com a preservação dos equilíbrios naturais, conduzia inexoravelmente ao propósito de proteção da natureza; objetivo e consequência do gerenciamento protecionista das riquezas. Reformas tecnológicas traduziam experiências para “economizar” a natureza e resultavam em medidas conservacionistas¹⁵².

A força e as nuances conformadoras do pensamento conservacionista no Brasil do início do século XX são as chaves para a compreensão da política protecionista de gestão da natureza brasileira criada nos anos de 1930, e que contou com a ampla participação de homens de ciência em seu processo de elaboração e implementação. Deste modo, os cientistas conservacionistas eram homens do Estado que tinham convicção na política de manejo dos recursos naturais que estavam ajudando a implementar. Não podem ser pensados apenas como indivíduos que se aproveitavam do espaço político do qual gozavam para conquistar pequenas vitórias de seus projetos¹⁵³.

¹⁵² ACOT, Pascal. História da Ecologia. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pág.133.

¹⁵³ MAIA, João Marcelo Ehlert. As Ideias que Fazem o Estado Andar: Imaginação Espacial, Pensamento Brasileiro e Território no Brasil Central. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010, pp. 621 a 655.

CAPÍTULO 2 - “UM HOMEM DE VARGAS”

Quando resolvi estudar a trajetória do botânico Paulo Campos Porto em meu doutorado me dirigi à Biblioteca João Barbosa Rodrigues do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro para iniciar o trabalho de levantamento de fontes. Expliquei meu projeto numa conversa informal com funcionários da instituição na busca por mais elementos que direcionassem aqueles primeiros passos de minha pesquisa. Troquei algumas ideias, mencionei alguns pontos da trajetória do botânico sobre os quais tinha especial interesse e fiz algumas perguntas na esperança de obter pistas a partir de uma memória institucional. E de fato algumas ideias sobre Porto permaneciam vivas entre as pessoas com as quais conversei. Não fiquei surpresa, ainda não se passaram 50 anos de sua morte.

As primeiras impressões foram frustrantes. Porém, com o desenvolvimento da pesquisa foram se mostrando reveladoras de questões fundamentais para a compreensão da trajetória do botânico, que naquela ocasião me fora apresentado como “um homem de Vargas”.

Sobre Paulo Campos Porto haviam me dito que era “o político”. Isso numa comparação com seu colega Adolpho Ducke, com quem Porto tivera um conflito, e que me foi definido como “o botânico”. Naquela conversa nenhum destaque foi dado ao parentesco entre Paulo Campos Porto e João Barbosa Rodrigues. Não me lembro sequer se isso foi mencionado. No entanto, mesmo passados cinco anos, recordo a descrição de Porto como um diretor que teria sido apreciador de cerimônias e homenagens. Bem vivo em minha lembrança está o comentário, também emitido em outro local de pesquisa em conversa semelhante, de que “não havia muita coisa específica sobre o Paulo Campos Porto para pesquisa ali”. Nas duas ocasiões a fonte que foi apontada como sendo possivelmente a mais relevante para a minha pesquisa foi uma foto de Porto ao lado de Getúlio Vargas. Tal foto era da inauguração do Parque Nacional de Itatiaia.

Explicarei brevemente porque esses primeiros dados coletados em minha pesquisa pareceram frustrantes, percepção que foi logo superada. Em primeiro lugar, constatei uma realidade que eu já imaginava. Como havia realizado uma pesquisa anterior sobre o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, conhecia as dificuldades em encontrar fontes documentais sobre a história da instituição e sobre a trajetória de seus botânicos. Sabia que a instituição não contava propriamente com um arquivo documental e que não existiam acervos pessoais dos profissionais que ali trabalharam. Últimas esperanças foram perdidas, mas só constatei o óbvio. Teria que lidar com a escassez de fontes para analisar a trajetória de Paulo Campos

Porto. Neste sentido, seu perfil de homem público, afeito a homenagens e cerimônias, me permitiu que a imprensa se tornasse uma fonte de informações interessante para meu trabalho.

Em segundo lugar, ao iniciar uma pesquisa sobre a trajetória de um homem de ciência é, ao menos, motivo de estranhamento (e/ou decepção) que, na própria instituição na qual este ator desenvolveu sua carreira, a primeira lembrança sobre ele não seja acerca de seus feitos científicos e sim sobre sua atuação na administração pública. Contudo, admito que minha primeira reação foi antes resquício da visão-padrão de uma já superada historiografia das ciências que dava destaque aos “grandes vultos”, ou seja, os cientistas famosos, aqueles que deram contribuições essenciais ao progresso da ciência, os gênios rotulados como homens à frente de seu tempo. O objetivo da história não deve ser contar a vida de cientistas exemplares situados fora do complexo e contínuo fluxo de negociações entre indivíduos e contexto como se a ciência não fosse uma atividade social. Ciência (e cientistas) mantém relações estreitas e de interdependência com as esferas do político, do social, do econômico e do cultural. A partir deste entendimento, o estudo da trajetória de um homem de ciência, excepcional ou não, pode permitir a visualização e a compreensão de questões sociais¹⁵⁴.

E esse é o propósito de minha pesquisa. Assim, a definição do botânico Paulo Campos Porto como “político” e/ou sua dedicação ao universo da burocracia estatal não desmerecem sua trajetória enquanto a de um cientista a ser estudado. Antes são dados da pesquisa que fortalecem a sua atuação na política de governo enquanto questão a ser analisada. É notório que, ao longo de sua trajetória, Porto foi cada vez mais dedicando atenção à sua carreira burocrática em detrimento das atividades científicas. Durante a Era Vargas gozou de um prestígio político administrativo que garantiu a sua circulação por alguns órgãos do governo, mais exatamente no âmbito do Ministério da Agricultura, e o seu papel como um dos articuladores do projeto político de gestão da natureza. Além disso, sua atuação como homem de Estado e o perfil das instituições que dirigiu como espaços onde a ciência e as pautas estatais estavam interligadas demonstram bem as nuances do conservacionismo na ocasião.

A aproximação de Paulo Campos Porto com Vargas ficava clara nas visitas que o chefe do governo realizava à Estação Biológica e ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Contudo, todo o apoio que o JBRJ recebia do governo federal e, principalmente, do Ministério da Agricultura, era devidamente retribuído através de agradecimentos tornados públicos e de homenagens prestadas. Em 1933 Porto publicou um artigo com João Geraldo Kuhlmann, descrevendo duas espécies novas encontradas na Serra do Itatiaia: *Ormosia*

¹⁵⁴ FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Para pensar a vida de nossos cientistas tropicais. In: HEIZER, Alda.; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Ciência, Civilização e Império nos Trópicos. Rio de Janeiro: Access, 2001, pp. 235-246.

getuliana e *Anemone assisbrasiliiana*. Os autores dedicaram estas espécies, respectivamente, “ao Chefe do Governo Provisório que enriqueceu o patrimônio da Estação Biológica do Itatiaia anexando à mesma vários lotes de terra indispensáveis ao desenvolvimento dos seus serviços” e “ao Dr. Assis Brasil que, quando Ministro da Agricultura, estimulou os trabalhos do Jardim Botânico proporcionando meios para enriquecer as coleções de plantas vivas”¹⁵⁵.

Outra ocasião na qual Porto prestou homenagem a Vargas foi quando o convidou a plantar uma palmeira imperial no JBRJ. Em 1936 uma enchente provocou grandes estragos na instituição. O Ministro da Agricultura Odilon Braga¹⁵⁶ chegou a se deslocar até o local para ver a extensão do estrago. O convite realizado por Porto foi em retribuição ao crédito liberado por Vargas para as obras de restauração que se tornaram um dos marcos de sua primeira gestão no JBRJ. O prestígio de Paulo Campos Porto no Ministério da Agricultura durante a década de 1930, principalmente durante o período em que Odilon Braga esteve à frente da pasta (1934-1938), também ficou notório nas visitas que realizou à Argentina e ao Uruguai como representante do órgão¹⁵⁷. Isso ocorreu num contexto de aproximação entre as nações sul-americanas e Porto atuou quase como um agente diplomático do governo. Destaco ainda que o início do segundo governo de Vargas, em 1951, trouxe imediatamente Paulo Campos Porto de volta à direção do JBRJ da qual estava afastado desde 1939.

Provavelmente o prestígio político-administrativo de Porto decorria tanto do importante lugar ocupado pelos técnicos e cientistas no empreendimento varguista, quanto de seu capital familiar (o legado de João Barbosa Rodrigues) e relações de parentesco com importantes figuras políticas da época (era cunhado de Miguel Calmon Du Pin e Almeida

¹⁵⁵ KUHLMANN, João Geraldo, PORTO, Paulo Campos. Contribuição para a flora do Itatiaia. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, vol.VI, janeiro de 1933, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, pág. 113.

¹⁵⁶ Odilon Duarte Braga (1894-1958)- Nasceu em Guarani, MG. Advogado, iniciou seus estudos na Escola de Direito do Colégio Granbery, em Juiz de Fora (MG) e concluiu seu curso na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, em 1916. Exerceu a advocacia em diferentes municípios mineiros e foi promotor público em Ubá (MG). Foi vereador no município de Rio Pomba (MG), deputado estadual e se elegeu deputado federal por seu Estado natal em 1927. Apoiou a Revolução de 1930, mas, após a posse de Vargas, afastou-se do governo em função de divergências políticas. Em 1933 elegeu-se deputado federal constituinte pelo Estado de Minas Gerais e em 1934, após a promulgação da nova carta constitucional, foi nomeado para o Ministério da Agricultura. Em novembro de 1937 deixou o cargo por discordar da implantação da ditadura do Estado Novo. Em 1943 foi signatário do Manifesto dos Mineiros, documento divulgado pelas elites políticas do Estado de Minas Gerais, exigindo o retorno do país ao regime democrático. Foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), partido que concentrava a maioria da oposição liberal ao Estado Novo. Nas eleições presidenciais de 1950, concorreu como candidato a vice-presidente na chapa do brigadeiro Eduardo Gomes lançada pelo partido e derrotada pela chapa Getúlio Vargas-Café Filho.

¹⁵⁷ GOMES, Ângela de Castro. Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Filho¹⁵⁸, por exemplo), além de seu alinhamento com o governo. Era fato notório que Paulo Campos Porto tinha uma ampla circulação entre as elites e uma relação privilegiada com o Ministro da Agricultura, o também mineiro Odilon Braga, e com o próprio Getúlio Vargas. Durante a realização desta pesquisa ficou muito forte a suspeita de que Paulo Campos Porto tinha uma relação de proximidade com Odilon Braga. Enquanto esse ocupou o cargo de Ministro da Agricultura, atuou como espécie de “campo de possibilidades” para Porto. Busquei estabelecer o tipo de relação entre os dois. Ambos eram mineiros. Embora tenham nascido em lugares diferentes, Braga em Guarani e Campos Porto em Juiz de Fora, o primeiro foi estudar nesta cidade. O pai de Campos Porto, Joaquim Campos Porto, também era mineiro, e o avô, embora nascido no Rio de Janeiro, era de uma família de Minas Gerais e foi criado nesse Estado. Ambos circulavam entre as elites políticas do Estado. Procurei compreender a provável proximidade entre Campos Porto e Odilon Braga no âmbito do que seria uma “história de família” a narrar a história política e econômica do estado de Minas Gerais em interface com a questão do desenvolvimentismo no Brasil. Essa chave de leitura busca demonstrar como muitas famílias mineiras e as redes que construíram marcaram o panorama da política brasileira após a Proclamação da República, período no qual o estado de Minas Gerais emergiu como um dos mais importantes da nova federação brasileira. Segundo Ângela de Castro Gomes, as Minas Gerais tinham um estilo familiar de “fazer política” no qual as “famílias governamentais” mineiras se sucediam e se alternavam nas tarefas de chefia política nas esferas estadual e federal, e, a partir das relações sociais que estabeleciam, acumulavam capital político. Assim, marcas fortes do tipo de solidariedade que aproximava as elites políticas mineiras era o sentimento de “orgulho da linhagem” e de “interesse de família”. Contudo, a falta de informações pessoais sobre Paulo Campos Porto não ajudou a comprovar minhas suspeitas. Fato é a presença de Braga como peça-chave constante na chancela aos movimentos político-administrativos de Campos Porto.

Um exemplo de como Campos Porto mobilizava as suas relações e contatos pessoais para promover resultados positivos na administração pública, bem como possuía relações privilegiadas entre as elites, está numa entrevista concedida por Hugo Souza Lopes¹⁵⁹ ao

¹⁵⁸ Miguel Calmon Du Pin e Almeida Filho, nascido em 1893 no Rio de Janeiro, coronel-médico da polícia do antigo distrito federal. Filho do Desembargador Miguel Calmon Du Pin e Almeida e de Alexandrina de Albuquerque Matos, da importante família Cavalcanti Albuquerque, de Pernambuco. BAUMANN, Eneida Santana. O Arquivo da família Calmon à luz da arquivologia contemporânea. Dissertação de Mestrado (Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia), Salvador, 2011.

¹⁵⁹ Hugo de Souza Lopes (1909- 1991) - Nasceu em 1909 na cidade do Rio de Janeiro. Formado em Medicina Veterinária em 1933 pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Especializou-se em Entomologia no Instituto Oswaldo Cruz sob a orientação de Lauro Travassos de quem foi aluno e depois

CPDOC. Nesta, destacando a eficiência do diretor do IBV em disponibilizar recursos aos seus cientistas mesmo num contexto financeiro precário, o cientista narrou um episódio no qual Campos Porto adquiriu uma coleção composta de coleópteros¹⁶⁰ e de bibliografia para o instituto. Ao ser informado sobre o falecimento do proprietário da coleção que se encontrava em São Paulo, e do quanto esta era “indispensável” aos trabalhos realizados no IBV, Campos Porto teria consultado amigos sobre o valor científico da tal coleção e dias depois estava em São Paulo para a negociação. Lopes afirmou que, sem dispor no orçamento institucional do valor pedido, Campos Porto mobilizou contatos pessoais na cidade de São Paulo e obteve a quantia necessária para levar a coleção para o Rio de Janeiro¹⁶¹.

Apesar de sua constante participação na administração pública e na política de governo durante a Era Vargas, Paulo Campos Porto era uma figura dos bastidores. Embora estivesse presente na elaboração e nas articulações das iniciativas de controle e administração dos recursos naturais brasileiros, no máximo era um ator coadjuvante que emprestava seu labor técnico aos projetos sem necessariamente estar à frente ou dissertar sobre eles. Porto fazia parte dos quadros da burocracia científica, sem pretensões de ser uma liderança ou mesmo um intelectual que refletisse sobre sua função social ou apresentasse soluções para os problemas do país. Era um burocrata orgânico, ideia que explicarei mais adiante. Sendo assim, o botânico deixou poucas reflexões e fontes escritas acerca de suas estratégias de atuação, sua aproximação com a política, seu pensamento conservacionista, sua concepção de natureza, sua ideia de proteção dos recursos naturais, sua definição para patrimônio natural e sua argumentação para a urgência em defendê-lo.

Tendo em vista que foi a partir de sua atuação como homem de Estado à frente de instituições públicas que Paulo Campos Porto melhor expôs seu perfil conservacionista, e partindo da premissa de que, no Brasil, instituições e cientistas têm trajetórias imbricadas¹⁶², neste capítulo optei por um viés de análise institucional. Mesmo lidando com a escassez de fontes pretendi compreender como o direcionamento dado à sua carreira e às instituições que dirigiu expressava as diretrizes da aliança entre ciência e Estado que abrigou e configurou pensamento e ações conservacionistas durante a Era Vargas.

assistente. Foi estagiário no Instituto Oswaldo Cruz de 1931 a 1933 e trabalhou no Instituto de Biologia Vegetal de 1933 a 1937. Em 1938 retornou à pesquisa no Instituto Oswaldo Cruz. OLIVEIRA, Sebastião José de. A vida profissional de Hugo de Souza Lopes. *Mem. Inst. Oswaldo Cruz*, vol.84, suppl.4, Rio de Janeiro, 1989.

¹⁶⁰ Os coleópteros constituem uma ordem de insetos popularmente conhecidos como besouros e que inclui escaravelhos, joaninhas e gorgulhos, dentre outros. A característica mais notável dos insetos pertencentes a esta ordem é a carapaça lustrosa, muitas vezes bem colorida e que cobre e protege as asas delicadas.

¹⁶¹ LOPES, Hugo de Souza. Hugo de Souza Lopes (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, págs.35 e 36.

¹⁶² FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. Para pensar a vida de nossos cientistas tropicais, op.cit., 2001, pp. 235-246.

Como não são conhecidos pela historiografia trabalhos anteriores acerca da trajetória de Paulo Campos Porto e poucos específicos sobre as instituições das quais tratei durante o período abordado, busquei reunir o máximo de informações possíveis e que fossem relevantes para as minhas questões. Parti dos anos iniciais da carreira de Paulo Campos Porto, pois seus primeiros interesses de pesquisa e a dedicação aos trabalhos realizados em Itatiaia ajudam a explicar os desdobramentos de suas ações em prol da proteção daquela região. Encerrei a análise com a aposentadoria de Paulo Campos Porto, pois os anos finais de sua carreira são fruto de um momento no qual a racionalização da produção agrícola e o desenvolvimento da agricultura nacional deixaram de ser uma tarefa direta das ciências naturais e dos naturalistas e passou a ser incumbência das instituições voltadas para a pesquisa agrônômica. Do mesmo modo, a aliança entre ciência e Estado também apresentava novas configurações nas quais homens de ciência como Paulo Campos Porto já não detinham o prestígio político de antes.

2.1- Capital familiar e linhagem de botânicos

(...) sou filho e neto de botânicos, meu avô e meu pai longos anos dirigiram este Jardim Botânico onde me criei, e a cujo serviço votei meus entusiasmos de moço (...)

Paulo Campos Porto¹⁶³

O envolvimento de Paulo Campos Porto com uma das mais importantes instituições nacionais de produção de conhecimento sobre a flora brasileira, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, teve início ainda antes de seu ingresso no serviço público. Neto de João Barbosa Rodrigues, o nome de maior prestígio na história da instituição, afirmava ter “laços quase hereditários de ligação com o Jardim Botânico”.

Seu avô nasceu em 1842 no Rio de Janeiro. Filho de um comerciante português e de uma mãe com ascendência indígena, foi criado em Campanha, Minas Gerais, onde iniciou seus estudos em ciências e artes. Na década de 1850 retornou à capital do Império para prosseguir seus estudos. João Barbosa Rodrigues surgiu no cenário científico nacional no ano de 1870, surpreendendo com a apresentação de uma obra sobre orquídeas brasileiras, em três volumes, com descrições em latim e francês e cientificamente ilustrada por ele. Este trabalho

¹⁶³Um bronze no Jardim Botânico- O 40 aniversário de serviço público de Campos Porto. *Correio da Manhã*, 13/10/1954,

foi considerado na ocasião o mais profundo e completo sobre a família das orquídeas brasileiras. Porém, o autor era conhecido até então apenas como um professor de desenho, o que suscitou desconfiança e descrédito para sua obra. Entre os mais céticos em relação a Rodrigues estava Ladislau Netto, então diretor da seção de botânica do Museu Nacional. Barbosa Rodrigues não tinha até então nenhuma expressão no cenário científico nacional. No entanto, o desconhecido estudioso da flora nacional se tornou, no decorrer dos anos, em um dos cientistas de maior expressão no país e no exterior, e é ainda hoje aclamado por especialistas como um dos maiores botânicos do Brasil.

A transformação do botânico amador em profissional teve a influência decisiva do mecenas Guilherme Schüch Capanema que este conheceu quando cursou o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, nos primeiros anos após seu retorno ao Rio de Janeiro. Por intermédio de Capanema trabalhou como secretário e professor de desenho no Colégio Pedro II e recebeu seu apoio para seguir na carreira de botânico profissional. Capanema chegou a lhe prestar auxílio moral e financeiro em tempos difíceis quando nem a comunidade científica nem o governo lhe davam créditos.

Barbosa Rodrigues era autodidata e além da botânica, na qual era um especialista em palmeiras e orquídeas, se dedicou também a outros temas variados como a etnografia, a linguística, a arqueologia, o indigenismo, a química e a farmácia. Segundo Magali Romero Sá, autora de importante trabalho sobre a trajetória científica do botânico, ele se caracterizou essencialmente como um cientista polêmico, ambicioso e astuto¹⁶⁴. Através dos anos foram publicados vários trabalhos sobre ele, dentre os quais destaco dois. Primeiro, o livro escrito por sua neta, Dilke de Barbosa Rodrigues Salgado, filha de João Barbosa Rodrigues Júnior, no qual discute a vida e a obra do avô. Curioso é que nesta obra publicada em 1947 (poucos anos após o primeiro período em que Porto dirigiu o JBRJ), a autora aponta o seu pai (que chegou a ocupar a direção da instituição por curto período) como o único dos herdeiros que teria seguido os passos do avô. Afirma ainda que o pai teria sido contrário à ideia de “favores do poder” e teria sido perseguido pela inveja¹⁶⁵. Somado ao fato de não ter encontrado nenhuma referência de Paulo Campos Porto ao tio, considero que este seja um indício da existência de disputas familiares em torno do legado de Barbosa Rodrigues.

¹⁶⁴ SÁ, Magali Romero. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde- Manguinhos*, Vol.VIII (suplemento), 899-924, 2001.

¹⁶⁵ SALGADO, Dilke Barbosa Rodrigues. *Barbosa Rodrigues, uma glória do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1945, pág.250.

O outro trabalho que destaco é o de Flora Castaño Ferreira¹⁶⁶, nascida em 1917, bisneta de Barbosa Rodrigues e filha única de Paulo Campos Porto, que, em parceria com Scott Mori, do Jardim Botânico de Nova York, publicou artigo com material científico inédito de seu bisavô¹⁶⁷. Barbosa Rodrigues se casou três vezes e teve quatorze filhos.

Após toda a polêmica que envolveu o julgamento científico de seu trabalho sobre orquídeas, João Barbosa Rodrigues, sob o patrocínio do Barão de Capanema, foi comissionado pelo governo brasileiro para explorar o vale do Rio Amazonas e realizar o levantamento taxionômico de um determinado grupo botânico, o gênero *Palmarum*. Esta era uma importante oportunidade para firmar sua reputação enquanto naturalista. Assim, seguiu para a Amazônia em 1872 juntamente com sua família e lá promoveu intensa atividade de campo que lhe proporcionou o desenvolvimento de seu conhecimento botânico.

No início de sua carreira, principalmente na década de 1870 enquanto tentava se firmar como botânico profissional, Barbosa se envolveu em disputas nas quais pleiteava a prioridade científica de suas descobertas, como o registro de novas espécies e a patente do uso de fórmulas medicinais que aprendeu entres os indígenas na Amazônia. Após mais de uma década de esforços para ser reconhecido como pesquisador em botânica, em 1883, por influência de seu mecenas Capanema e a convite da Princesa Isabel, Barbosa foi chamado pelo governo imperial para dirigir o recém-criado Museu Botânico do Amazonas. Em 1885 contratou como secretário Joaquim Augusto Campos Porto (1855-1908), jornalista que atuava no Rio de Janeiro. Este, que era pai de Paulo Campos Porto, conheceu e se casou com Maria, uma das filhas de Barbosa Rodrigues, em Manaus durante o período em que trabalhou no Museu Botânico do Amazonas.

Barbosa dirigiu a instituição por sete anos tendo traçado a concepção básica do museu e elaborado planos ambiciosos nos quais os estudos de botânica aplicados à medicina e à indústria recebiam destaque, além da criação de um herbário e de uma revista especializada. Problemas orçamentários impediram o desenvolvimento do museu como o planejado, mas os anos à frente da instituição e, finalmente, a chancela da família imperial contribuíram para consolidar sua posição de destaque entre os estudiosos da flora nacional.

¹⁶⁶ Sobre Flora Castaño Ferreira, conhecida como Florita em Itatiaia, tenho algumas poucas informações biográficas obtidas a partir de variadas fontes. Viveu em Itatiaia entre os anos de 1980 e 1990. Neste período era artista e suas pinturas seguiam temáticas religiosas ou ambientais. Morou também nos EUA, onde parece ter falecido em 2003. Seu primeiro marido, Antonio Castaño Ferreira, com que teve uma filha chamada Bernardina, trabalhou no Jardim Botânico como ajudante na Seção de Ecologia Agrícola do Instituto de Biologia Vegetal no ano de 1936. No entanto, não sei precisar por quanto tempo Ferreira trabalhou na instituição.

¹⁶⁷ MORI, Scott e FERREIRA, Flora Castaño. A distinguished Brazilian botanist, João Barbosa Rodrigues (1842-1909). *Brittonia*, Nova York, vol.39, nº.1, pág.73-85.

Em 1890, a convite do governo republicano, assumiu a direção do JBRJ e se tornou o dirigente de maior prestígio até aquela época e provavelmente até os dias de hoje. Atualmente é conhecido nacional e internacionalmente como um dos botânicos de maior expressão que o Brasil já teve. Deixou importantes contribuições para a sistemática de orquídeas e palmeiras. Para apresentar um perfil resumido do botânico, Wanderbilt Duarte de Barros utilizou uma sentença proferida por Ihering: “Barbosa Rodrigues é, sem dúvida, a figura mais proeminente entre os naturalistas que nasceram no Brasil. Comparável ao seu grande colega Martius, ele ocupou-se, com igual sucesso da botânica, da etnografia e da arqueologia do país”¹⁶⁸.

João Barbosa Rodrigues assumiu a direção do JBRJ após décadas nas quais esta atravessou uma fase considerada uma das piores em sua trajetória, de acordo com os botânicos que lá trabalharam no período seguinte. Entre 1861 e 1890 esteve sob a subordinação do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA). Essa instituição autônoma, assim como outras semelhantes criadas neste mesmo período, surgiu como resposta política a uma série de mudanças no mundo agrícola, como o fim do tráfico de escravos, por exemplo, que aumentou a preocupação dos produtores em tirar o máximo proveito da terra.

O objetivo destes institutos era viabilizar medidas úteis para o progresso da agricultura e, através da aplicação de conhecimentos científicos, racionalizar a exploração da terra e da natureza. Ocorreu uma mudança na tradição científica do JBRJ enquanto este esteve subordinado ao IIFA. Os especialistas começaram a buscar soluções para problemas que causavam grandes prejuízos aos produtores em outros ramos da ciência que não na botânica e, assim, foram impondo novas diretrizes às atividades da instituição, que a afastavam dos propósitos de um jardim botânico¹⁶⁹.

Este período no qual o JBRJ esteve submetido a esta sociedade particular ficou marcado nas memórias institucionais, sobretudo a partir das falas dos botânicos que ingressaram em seus quadros nas décadas seguintes, como uma fase negativa em sua história. Segundo o botânico Fernando Rodrigues da Silveira, durante estes anos, os diretores, que por seus conhecimentos poderiam ter dado um engrandecimento à instituição, tiveram seus movimentos tolhidos pelo IIFA¹⁷⁰.

¹⁶⁸ *Rodriguésia*, Ano VI, n.15, junho, 1942, pág.8.

¹⁶⁹ DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. “A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império” IN: DANTES, Maria Amélia M., *Espaços da Ciência no Brasil 1800-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001.

¹⁷⁰ SILVEIRA, Fernando Rodrigues. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, *Rodriguésia*, Ano1, N.1, pág.14, 1935.

O já consagrado botânico, que estava até então na direção do Museu Botânico do Amazonas, tomou posse de seu cargo em junho de 1890, meses após sua nomeação. Durante este período entre a nomeação de Rodrigues como diretor do JBRJ e sua vinda para o Rio de Janeiro, seu cargo foi ocupado pelo vice-diretor Joaquim Augusto Campos Porto.

Ao assumir o cargo que ocuparia por cerca de vinte anos, João Barbosa Rodrigues afirmou ter encontrado a instituição como um simples jardim de recreio, agradável à vista, mas, cientificamente, em estado deplorável. Segundo ele, o grande parque, coberto de esplêndida vegetação, assemelhava-se a uma floresta, pois não havia sequer uma placa que identificasse os exemplares. Além disso, a instituição não tinha pessoal regular e não contava com arquivo, biblioteca e nem herbário, os dois últimos indispensáveis para uma instituição científica como aquela¹⁷¹.

Barbosa Rodrigues só deixou a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1909, por ocasião de sua morte. Em sua passagem pelo Jardim Botânico, imprimiu seu nome na história da instituição que, durante este período, se destacou na botânica sistemática. Sob sua direção, ocorreu incentivo à pesquisa científica com o aumento das coleções, a criação do cargo de naturalista-viajante e o incremento do intercâmbio com outras instituições científicas.

O botânico Fernando Silveira, assim como outros de sua geração, afirmou que João Barbosa Rodrigues foi o criador do JBRJ. Segundo ele, até então o que havia sido feito pela instituição foi a construção de bases para a constituição de um jardim de aclimação, algo mais limitado do que um jardim botânico. Silveira julgou impossível enumerar em um artigo todas as realizações de Rodrigues: organização do herbário e biblioteca, fundamentais para qualquer trabalho de taxonomia, obras de embelezamento, remodelações, novas aléias, além de várias publicações¹⁷². Este tipo de discurso ecoava a opinião do próprio Barbosa Rodrigues, que durante sua gestão mobilizou esforços no sentido de enaltecer sua figura, seu protagonismo e seus méritos fortalecendo a ideia de que o Jardim Botânico teria se tornado “verdadeiramente científico” apenas em 1890¹⁷³.

Neste sentido, Paulo Campos Porto deu continuidade ao empenho de seu avô reforçando a ideia de que o JBRJ era na realidade “uma obra da República” e resultante dos

¹⁷¹ RODRIGUES, João Barbosa. *Hortus Fluminensis ou Breve notícia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro: para servir de guia aos visitantes*, 1893. Rio de Janeiro, 1894, pág.11.

¹⁷² SILVEIRA, Fernando. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, op.cit., 1935.

¹⁷³ CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, op. cit., 2011, pág.29.

muitos méritos de João Barbosa Rodrigues¹⁷⁴. Ao fazer isso, Porto enaltecia a linhagem de botânicos à qual pertencia e inscrevia o seu próprio nome na história da instituição. Para ele, esse discurso servia como uma ferramenta de legitimação de seu próprio papel a desempenhar. Sobre a primeira vez que ocupou a direção da instituição, Porto afirmou ter assumido o compromisso de devolver ao JBRJ o antigo esplendor que tivera, devido à relação de afetividade que tinha com o local no qual vivia desde os seus oito meses de idade¹⁷⁵.

Durante os anos de sua primeira direção, na década de 1930, por vezes fez alusão à sua tradição familiar em botânica e à frente do Jardim Botânico. Como exemplo, posso citar entrevista que concedeu a jornal argentino por ocasião de sua visita àquele país para compromissos oficiais como representante do Ministério da Agricultura, em 1936. Ao jornal *Crítica* afirmou que sua família atuava no JBRJ há quarenta e sete anos, seu pai e seu avô tinham sido diretores e, como exemplo da vocação familiar, até sua filha estava se especializando em botânica¹⁷⁶. Criava uma espécie de genealogia no cargo. Em verdade seu pai foi o substituto de seu avô, ocupava o cargo na ausência de Barbosa Rodrigues. Joaquim Campos Porto, como já disse, chegou a assumir a direção do JBRJ, como substituto, por alguns meses no intervalo entre a nomeação de Rodrigues, que estava no Amazonas ocupando um cargo público, e sua viagem para o Rio de Janeiro.

É importante notar que, na década de 50, durante o segundo período em que Porto esteve na direção do JBRJ, a utilização deste recurso em seus discursos parece ter se recrudescido ainda mais. Este dado pode ser relacionado às constantes críticas que eram feitas à sua administração pelos jovens botânicos da instituição. De todo modo, a alusão aos “laços quase hereditários que o ligavam ao JBRJ” era um recurso mobilizado por Porto que reforçava a ideia de que estaria ocupando o cargo certo, seguindo sua linhagem. Acredito que servia também para justificar alguma deficiência em sua formação científica. Tive dificuldades para localizar informações acerca de sua formação. Obtive apenas, sem maiores detalhes, que Paulo Campos Porto teria feito seu curso superior na Universidade Livre do Rio de Janeiro¹⁷⁷. Em pesquisa sobre esta instituição encontrei a referência a um estabelecimento que teria funcionado com este nome na década de 1920 na Rua General Câmara, 240, e outro que teria se instalado em 1933 na Rua Teixeira de Freitas, 27, ambas na

¹⁷⁴ PORTO, Paulo Campos. Plantas indígenas e exóticas provenientes da Amazônia, cultivadas no Jardim botânico do Rio de Janeiro. *Rodriguésia*, ano II, N.5, junho-setembro de 1936, pág.93.

¹⁷⁵ Vive no JB desde os oito meses de idade. *A Noite* - Rio de Janeiro- 16/01/1954.

¹⁷⁶ Plantará dos gajos de ipe em el jardín de La Paz Platense - Em el Brasil es arbol de tradición. *Crítica*- Buenos Aires- 15/11/1936.

¹⁷⁷ NOMURA, Hitoshi. *Vultos da Botânica Brasileira*, 1a. ed., Mossoró, RN: Fundação Guimarães Duque, 1992, pág.126.

cidade do Rio de Janeiro. Porto não era o único homem de ciência de sua geração que era autodidata e tinha aprendido o seu ofício em família, sem frequentar um curso de formação profissional¹⁷⁸. Contudo, vivia em um período de transição, no qual cada vez mais era exigida a profissionalização do cientista. As próprias reformas do Ministério da Agricultura gradualmente passavam a exigir que os cargos técnicos fossem ocupados por profissionais competentes de formação na área. Deste modo, creio que a afirmação de seus “laços hereditários” com o JBRJ e o capital familiar que tal expressão representava ajudaram a mantê-lo à frente da instituição o tanto quanto foi possível.

Em discurso proferido em agradecimento à homenagem que recebera em comemoração aos 40 anos de serviço público, Porto afirmou que a história do Jardim Botânico se confundia com a de sua própria família, e que seu avô e seu pai dedicaram o melhor de sua inteligência para dar a esta instituição o renome que alcançou no mundo científico. Segundo ele, não fazia nada além de dar continuidade à obra de seus antepassados e antecessores¹⁷⁹. Embora tenha falado de “antepassados e antecessores” nesta ocasião, raramente fazia menção a outros diretores que não seu avô, seu pai e ele, sobretudo em discursos comemorativos. Como mencionado brevemente, não foi encontrado na pesquisa nenhum comentário acerca dos breves períodos (1909/1910- 1911/1912) nos quais seu tio João Barbosa Rodrigues Júnior esteve à frente da instituição.

Nascido em 9 de janeiro de 1889, em Juiz de Fora, Minas Gerais, Paulo de Campos Porto prestou serviços ao Ministério da Agricultura desde 1908 quando trabalhou como diarista na Comissão de Discriminação de Terras em Itatiaia e Rio Preto. Entrou oficialmente para o quadro de funcionários do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 19 de janeiro de 1914 como naturalista viajante, durante a direção do botânico inglês John C. Willis (1912-1915)¹⁸⁰. Porto assumiu o cargo de naturalista auxiliar do botânico sueco e naturalizado brasileiro Alberto Löfgren. Contudo, existem registros de espécies coletadas por Porto e levadas para o JBRJ antes mesmo de 1914¹⁸¹.

Entre os anos de 1915 e 1931, o JBRJ foi dirigido pelo médico Antônio Pacheco Leão. Este foi um período de incentivo à pesquisa científica, e no qual a instituição participou de grandes expedições, ampliou o herbário e o arboreto, e promoveu o treinamento de novos

¹⁷⁸ SILVA, Filipe Oliveira da. *Matas Folheadas: Imprensa, Práticas Letradas e Sociabilidades de Proteção à Natureza na Revista Florestal (1929-1949)*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense), Niterói: 2017.

¹⁷⁹ Completou ontem 40 anos de serviço público o diretor do Jardim Botânico. *Correio da Manhã*- 20/01/1954.

¹⁸⁰ Almanaque do Pessoal do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Tomo VII(1929). Rio de Janeiro: Tipografia do Ministério da Agricultura, 1931.

¹⁸¹ *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, n2, 1917, págs.27, 30 e 35, como exemplos dentre outros.

botânicos. Uma maior distribuição das funções científicas entre os pesquisadores da instituição foi um aspecto característico desta gestão. Diferentemente de outros momentos da história institucional, quando o diretor foi nome de maior destaque nos trabalhos realizados, Pacheco Leão se dedicou às funções administrativas que seu cargo lhe exigiu e deixou as pesquisas e demais trabalhos serem conduzidos por outros cientistas do Jardim Botânico. Paulo Campos Porto estava entre os botânicos que participaram de importantes expedições, publicaram artigos e mais se destacaram nas atividades científicas durante este período¹⁸².

Em 1920, Porto publicou *O Cambuci*, “pequena comunicação”, segundo o próprio autor, sobre a árvore frutífera que lhe dá o título, *Paivaea langsdorffii* Berg. O então jovem botânico começou este trabalho argumentando que, na rica flora brasileira, deveria ser grande o número de espécies endêmicas, aquelas limitadas a áreas restritas, onde as condições climáticas eram especialmente favoráveis ao seu desenvolvimento, assim como o Cambuci. No entanto, pouco se sabia a respeito dessas espécies devido à falta de método ou sistema nas explorações botânicas. A seu ver faltavam explorações botânicas contínuas e metódicas sobre uma área limitada com o fim de reunir dados para uma flora local completa. Isso seria consequência do reduzido número de botânicos no extenso território nacional e do fato de o maior arquivo da flora brasileira ter sido efetuado por botânicos visitantes cujo objetivo era sempre conseguir o maior número de espécies, no menor tempo e percorrendo a maior área possível. Estas críticas foram retomadas por Paulo Campos Porto em alguns outros momentos ao longo de sua carreira.

O Cambuci supostamente iniciava uma série de monografias sobre frutos indígenas de valor econômico, conhecido ou provável, que o Jardim Botânico pretendia publicar¹⁸³. Desse modo, o objetivo desta comunicação foi tornar bem conhecida a espécie que, segundo a obra, cultivada e selecionada, poderia ter grande aplicação industrial, além de seu valor ornamental e talvez medicinal, o que estava ainda em estudo. Neste trabalho, Porto discutiu a origem do nome atribuído à espécie, fez sua descrição ressaltando algumas características botânicas, relatou alguns usos populares e possíveis propriedades medicinais. Também foi identificada a área de dispersão do Cambuci e foram comentadas as experiências de germinação de sementes realizadas na Serra de Itatiaia e no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O Cambuci foi premiado com medalha de ouro na Exposição do Centenário em 1922¹⁸⁴.

¹⁸² Para mais informações sobre esse período da história institucional consultar: CASAZZA, Ingrid Fonseca. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, op.cit., 2011.

¹⁸³ Não localizei em minha pesquisa as obras que teriam dado seguimento a tal empreendimento.

¹⁸⁴ *Correio da Manhã*- 30/01/1959 ; *Diário Municipal*- Câmara do Distrito Federal- 19/04/1960.

Ainda durante seus primeiros anos como naturalista-auxiliar do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Porto participou de expedições em áreas florestais e campestres, coletando plantas para o Herbário e o Arboreto da instituição, em especial orquídeas, objeto de sua especialidade. Dentre estas, participou da Missão Biológica Belga, que entre os anos de 1922 e 1923, organizou excursões para as zonas florísticas de maior interesse científico no país para a realização de estudos. Este empreendimento contou com a participação de naturalistas do Jardim Botânico, e Paulo Campos Porto esteve presente nos trabalhos de campo realizados em regiões dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo¹⁸⁵.

A missão científica chefiada por Jean Massart foi enviada por associações científicas belgas de acordo com um desejo do rei que, em 1921, visitara o Jardim Botânico. O objetivo desta era coletar exemplares para o herbário de Bruxelas. Segundo Alda Heizer, os pesquisadores e professores, que analisaram os resultados desta viagem, a consideraram uma contribuição ao estudo da biogeografia do Brasil¹⁸⁶. O JBRJ teve importante papel na organização e definição do percurso realizado. Desde sua chegada a missão belga instalou-se numa das dependências da instituição, na qual já tinham sido disponibilizados todos os recursos necessários aos seus membros, incluindo laboratório para pesquisas, material de herbário e de conservação das coleções para estudos¹⁸⁷.

Embora não tenha encontrado registros detalhados da participação de Paulo Campos Porto na Missão Biológica Belga, esta lhe rendeu homenagens ainda nos últimos anos da carreira. Em 1959 recebeu na Embaixada da Bélgica, por proposta do governo deste país, a Comenda da Ordem Leopoldo II. Durante cerimônia foi ressaltada a sua contribuição “preciosa e desinteressada” para o estabelecimento da colaboração científica entre Brasil e Bélgica que foi iniciada em 1922 com a participação na missão comandada por Massart¹⁸⁸.

Em 1915 foi criado o periódico científico “*Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*”. Esta publicação era voltada exclusivamente para a botânica e nela eram divulgadas as pesquisas realizadas no JBRJ. Os Arquivos foram publicados entre os anos de 1915 e 1933

¹⁸⁵Participaram ainda João Geraldo Kuhlmann, Pacheco Leão, Fernando Silveira e Adolpho Ducke, que acompanhou a missão belga no Baixo-Amazonas. HEIZER, Alda Notícias sobre uma expedição: Jean Massart e a missão biológica belga ao Brasil, 1922-1923. Caminhos, Comunicações e Ciências. *História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v.15, n.3, p.849-864, 2008.

¹⁸⁶HEIZER, Alda. Notícias sobre uma expedição, op. cit., 2008.

¹⁸⁷Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1922, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, pág.67. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/contents.html>. Acessado em 27/09/2015.

¹⁸⁸Campos Porto agraciado com comenda da Ordem Leopoldo II. *Correio da Manhã*- 18/07/1959.

compondo um total de seis volumes¹⁸⁹. Durante este período foram 34 os artigos publicados neste periódico e Paulo Campos Porto (4 artigos) esteve entre os autores que mais vezes tiveram seus trabalhos divulgados nos *Arquivos*¹⁹⁰. Além disso, Porto também fez parte da comissão de redação do periódico.

No primeiro volume do periódico foi publicado o artigo de Porto, “Contribuição para o conhecimento da flora orquídea da Serra do Itatiaia”¹⁹¹. Este artigo resulta de trabalho realizado a partir de uma comissão formada em fevereiro de 1914 com o objetivo de coletar o maior número possível de orquídeas na Serra do Itatiaia. As excursões pela região duraram cerca de dez meses e foram motivadas pelo pequeno número de representantes desta família no Jardim Botânico, e também pelo fato de as pesquisas botânicas realizadas anteriormente na região terem apresentado apenas referências pontuais acerca das orquídeas. Estes cientistas, segundo Porto, estiveram interessados no estudo da massa vegetativa em seu conjunto e limitaram-se a explorar apenas o planalto e as margens da estrada que conduzia ao alto.

Por sua vez, esta comissão percorreu amplamente a região seguindo os limites traçados pela planta levantada pelo Governo Federal. Dentro deste perímetro delimitado, seguiram os cursos de ribeirões e córregos em cujas margens abundavam as orquídeas. Também percorreram as regiões de maior altitude e montaram um quadro indicativo da distribuição das orquídeas na zona explorada. Destaco um ponto no qual o autor acreditava apresentar uma solução para um ponto controverso na biologia tropical. Segundo ele, era um conceito geralmente estabelecido o de que grandes altitudes no Brasil não apresentavam uma flora epífita superior¹⁹². Ao verificarem a ocorrência deste tipo de vegetação na Serra do Itatiaia pensaram estar alterando, sob o ponto de vista ecológico, tal conceito. Porto apontou o estudo ecológico das regiões visitadas como uma orientação da Seção de Botânica e Fisiologia Vegetal do JBRJ e um meio mais certo e seguro para o conhecimento da vida vegetal. Ainda sobre este artigo, um comentário tecido pelo botânico pode ser considerado um anúncio dos esforços dispensados por ele nos anos seguintes em prol da proteção da flora regional: “O trecho que vai de Monte Serrat até a Macieira do Meio, alt.1900 mts, ainda está coberto de magníficas florestas virgens. Naturalmente essa região, pelo alto coeficiente de

¹⁸⁹ Após um intervalo de 14 anos, foi publicado, em 1947, o volume 7, já com o título modificado para “Arquivos do Jardim Botânico”, seguindo nova grafia.

¹⁹⁰ Além dele: Adolpho Ducke (10 artigos), Alberto Löfgren (6 artigos), Geraldo Kuhlmann (6 artigos) e Fernando Rodrigues da Silveira (2 artigos).

¹⁹¹ PORTO, Paulo Campos. Contribuição para o conhecimento da flora orchidacea da Serra do Itatiaia. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, 1915, Rio de Janeiro, p. 105-126.

¹⁹² A epífita é uma planta que se desenvolve sobre outra planta, usando-a como apoio e não tirando dela nenhum nutriente. Exemplos de plantas epífitas: orquídeas, bromélias e cactáceas.

umidade, é o *habitat* mais favorável das orquídeas. Seria um ato meritório do Governo resguardar essas matas do machado do colono que as ameaça continuamente”¹⁹³.

O segundo artigo do botânico publicado nos *Arquivos* foi “Um caso de hibridação natural”, em 1918¹⁹⁴. Este trabalho é sobre um exemplar que, dentre as orquídeas coletadas por Porto na encosta da Serra de Itatiaia e cultivadas no JBRJ, diferia de todas as espécies determinadas e descritas na *Flora Brasiliensis*. Para o autor as flores desta espécie apresentavam semelhança com as de outras duas espécies conhecidas. Deste modo, destacou em quais aspectos o exemplar que floresceu se assemelhava com a *Cattleya loddigesii* Lindl ou com a *Cattleya guttata* Lindl e afirmou que tudo levava a crer que se tratava de um híbrido natural de grande interesse. Fortalecendo seu argumento apresentou o fato de que as duas espécies mencionadas acima eram muito frequentes nas encostas do Itatiaia e que, por isso, poderiam ter originado a nova variedade para a qual sugeria o nome de *Cattleya itatiayae*.

Em 1922, Paulo Campos Porto publicou “Uma octomeria nova”¹⁹⁵. Tratava-se de uma pequena orquídeacea do gênero *Octomeria* encontrada sem flores pelo botânico em excursão realizada ao Morro dos Três Picos, na Serra do Itatiaia. Esta foi cultivada e floresceu no Jardim Botânico. Porém, segundo o autor, não foi possível determiná-la por não estar descrita na “Flora de Martius”¹⁹⁶ e nem em publicações posteriores. Neste trabalho a nova espécie foi descrita por Porto e seu colega, Dr. João Cornélio Peixoto, e recebeu o nome de *Octomeria fimbriata*.

A maioria dos artigos publicados por Porto foram trabalhos realizados a partir de espécies coletadas por ele na região de Itatiaia, no Rio de Janeiro. Além desses que foram comentados acima, outros trabalhos publicados nos *Arquivos* como os de Alberto Löfgren, de quem Paulo Campos Porto foi auxiliar até 1918, também são sobre exemplares coletados pelo botânico naquela região. Estes denotam a predileção de Porto pela realização de estudos nas

¹⁹³ PORTO, Paulo Campos. Contribuição para o conhecimento da flora orchidacea da Serra do Itatiaya. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, 1915, Rio de Janeiro, p. 108.

¹⁹⁴ PORTO, Paulo Campos. Um caso de hybridação natural. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, n. 2, 1918, Rio de Janeiro, pág. 65.

¹⁹⁵ PORTO, Paulo Campos. Uma octomeria nova, *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro* v. 3, 1922, Rio de Janeiro, pág. 287.

¹⁹⁶ Expressão remete a obra “Flora brasiliensis”, produzida entre 1840 e 1906 pelos editores Carl Friedrich Philipp von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban, com a participação de 65 especialistas de vários países. Mais completa obra de descrição de espécies da flora brasileira e considerada uma das maiores obras botânicas de todos os tempos. Contém a descrição de 22.767 espécies, a maioria de angiospermas brasileiras, reunidos em 15 volumes, divididos em 40 partes, com um total de 10.367 páginas. A história desta obra começa com a viagem de Spix e Martius que chegaram ao Brasil em 1817 no grupo de naturalistas e cientistas que acompanhavam a arquiduquesa Leopoldina como parte da Missão Austríaca e começaram uma viagem que durou três anos e passou por quase todos os principais tipos de vegetação do Brasil. Voltaram para Europa com grande número de exsicatas, além de espécimes zoológicos e uma coleção de artefatos das diferentes tribos de indígenas encontradas durante a viagem.

terras de Itatiaia e que estes já vinham ocorrendo desde longa data, ao menos desde 1908. Nas páginas dos *Arquivos* encontrei ainda a menção a uma espécie que, levada ao JBRJ por Porto, teria sido desenhada por João Barbosa Rodrigues, o que teria que ter ocorrido até 1909¹⁹⁷.

Durante os primeiros anos como naturalista auxiliar do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Paulo Campos Porto participou de expedições, publicou artigos e fez parte da comissão de redação dos *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, além de ter promovido a reorganização do herbário e participado de outras atividades. No entanto, ao que parece, a atividade que mais lhe tomou a atenção foi a constituição da Reserva Florestal de Itatiaia e, posteriormente, a chefia da Estação Biológica de Itatiaia.

2.2- Na propaganda da agenda governamental: o Brasil nacional e panamericano

Após o demorado processo de reformulação do Ministério da Agricultura, que, a partir de 1930, passou por um período de sucessivas mudanças com a extinção, suspensão e criação de diversos órgãos consecutivamente, o JBRJ terminou permanecendo sob a tutela da referida pasta ministerial. No entanto, o estabelecimento passou a compor o Instituto de Biologia Vegetal, criado em 1933, juntamente com a Estação Biológica de Itatiaia. Portanto, a administração do JB e da EBI ficaram a cargo do diretor do IBV, posto que foi ocupado por Paulo Campos Porto. Ao IBV, inicialmente subordinado à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas e depois ao Departamento Nacional da Produção Vegetal, coube a tarefa de realizar a pesquisa e a experimentação relativas à produção de matérias-primas e substâncias alimentícias.

O cargo de diretor do Instituto de Biologia Vegetal e a consequente direção do Jardim Botânico garantiram que Porto circulasse por alguns órgãos que reforçavam a sua participação na construção da política de gestão da natureza do governo Vargas. Embora tenha sido acionado em 1932 pelo Ministro da Agricultura Joaquim Francisco de Assis Brasil para compor a comissão que elaboraria a Lei de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, foi como representante do Instituto de Biologia Vegetal que fez parte do órgão responsável por colocá-la em prática. Porto não participou da comissão composta para a elaboração do Código Florestal de 1934, mas o superintendente do JBRJ era um membro nato do Conselho Florestal Federal, órgão instituído por este código. Do mesmo modo, teve um

¹⁹⁷ *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, n2, 1917, págs.27, 30 e 35.

lugar assegurado na Comissão Executiva do PNI. Ademais, o cargo de diretor do IBV aumentava a proximidade com o ministro da agricultura Odilon Braga e o presidente da República.

Enquanto foi diretor do IBV, Paulo Campos Porto dirigiu o JBRJ e uma importante obra de sua primeira administração foi a reorganização da instituição. Este projeto tinha como propósito deixar o JBRJ a par dos melhores congêneres existentes, e, ao mesmo tempo, preservar sua característica de jardim tropical. O trabalho havia sido iniciado por Porto ainda nos últimos anos da administração de Pacheco Leão que lhe confiou esta missão. Ao assumir a direção do estabelecimento, o botânico pôde dar continuidade ao plano que idealizara. Procurou dar ao parque a feição de um instituto de ensino fazendo com que a distribuição das plantas seguisse, o quanto fosse possível, um plano por meio do qual seriam agrupadas, primeiro, segundo as famílias, depois, segundo exigências ecológicas: plantas umbrófilas, plantas aquáticas, plantas epífitas, plantas rupestres, etc. Além disso, havia também o planejamento dos grupos regionais. Em 1935 já estavam prontos os da região amazônica e da região nordestina e iniciado o da região do cerrado¹⁹⁸. Neste sentido o JBRJ estaria seguindo uma tendência de apresentação das plantas em seu habitat.

Um dos objetivos desta nova apresentação era reforçar o aspecto do ensino da botânica para especialistas, como vimos acima, mas também para o público em geral. A distribuição mencionada não proibia a organização de grupos especiais para embelezamento ou a localização de alguma espécie rara ou notável por alguma particularidade. Contudo, mesmo nesses casos, o agrupamento obedecia a uma orientação taxonômica: pérgolas de buganvílias, o roseiral, as folhagens, etc. O objetivo era facilitar a apreciação das plantas em todos os seus aspectos desde o morfológico até o econômico. Em 1935 existiam 5.105 espécies identificadas com indicações da nacionalidade e vantagens apresentadas. O periódico institucional que trazia estas informações destacava que as espécies correspondiam a 196 famílias e formavam uma das maiores exposições de plantas vivas em um jardim. Ressaltava ainda que o valor desta coleção estava aumentado pelo fato de não serem apenas espécies nacionais, mas estrangeiras também, principalmente as utilizadas na vida econômica¹⁹⁹.

Com a remodelação do Ministério da Agricultura no início da década de 1930, a criação do Instituto de Biologia Vegetal e a consequente subordinação do Jardim Botânico e da Estação Biológica de Itatiaia a este órgão, o periódico *Arquivos do Jardim Botânico* foi substituído pelos *Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal*. Esta nova revista continuava com

¹⁹⁸ *Rodriguésia*, n.1, 1935, pág.15.

¹⁹⁹ *Rodriguésia*, n.1, 1935, pág.15.

o objetivo de divulgação dos trabalhos originais realizados pelos técnicos do Instituto ou por outros cientistas. No entanto, segundo o editorial dos novos *Arquivos*, a subordinação do IBV à Diretoria Geral de Pesquisas Científicas lhe acarretava a missão, para a qual a revista deveria contribuir, de investigar os fenômenos pertinentes à biologia orientando suas pesquisas para os assuntos relacionados com a expansão, defesa e racionalização da agricultura brasileira²⁰⁰.

Contudo, em 1935, a direção do Instituto lançou um novo periódico institucional devotando os créditos desta ideia à ação estimuladora do Ministério da Agricultura e do ministro Odilon Braga “a quem o IBV e o JB já deviam uma boa soma de benefícios”²⁰¹. Com o título de *Rodriguésia*²⁰², em homenagem ao avô do diretor do Instituto, a publicação seguia o exemplo de outros países que procuravam meios de perpetuar o nome de seus mais eminentes cientistas. Esta revista foi criada para ter saída mais frequente e orientação mais leve que os *Arquivos*, nos quais continuariam a ser publicados os trabalhos de maior vulto científico. As demais atividades do Instituto que não se enquadravam nos moldes de publicação neste periódico seriam divulgadas nas páginas de *Rodriguésia*. Seriam publicadas pequenas notas científicas, relatórios dos naturalistas da instituição, notas bibliográficas, bem como notícias e comentários relativos aos interesses do IBV. Deste modo, *Rodriguésia* deveria servir de maneira mais direta a um público amplo como estudiosos, agricultores e industriais²⁰³.

Este periódico funcionou como um informativo das atividades realizadas pelo IBV e no JBRJ num período no qual foi irregular a publicação dos relatórios desta instituição, que até então seguiam anexados aos relatórios do Ministério da Agricultura, igualmente sem regularidade. Por esse motivo *Rodriguésia* foi uma importante fonte de informações para minha pesquisa.

Ao lado dos artigos de botânica, foram publicados também trabalhos referentes à entomologia, fitopatologia, genética e ecologia agrícola. Além disso, o periódico serviu de fato para informar acerca das variadas atividades realizadas na instituição: eram noticiados os trabalhos realizados nas seções, os eventos científicos promovidos, as consultas respondidas, o material recebido pelo Instituto para identificação, as plantas e sementes oferecidas por nacionais e estrangeiros, a frequência de visitantes, etc. Nas páginas de *Rodriguésia* também

²⁰⁰ *Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal*, V1, N1, 1934.

²⁰¹ *Rodriguésia*, Ano 1, n.1, 1935, pág.1

²⁰² Para uma análise acerca dos primeiros anos de publicação da *Rodriguésia*: BEDIAGA, Begonha. Os primeiros anos da *Rodriguésia* — 1935-1938, *Rodriguésia*, 56 (87), 2005, págs1-12.

²⁰³ *Rodriguésia*, Ano 1, n.1, 1935, pág.1

eram oferecidos os cursos de extensão realizados no Jardim Botânico. Podem ser citados como exemplo: curso de fitopatologia, cursos de botânica, curso de análises estatísticas com aplicações na biologia e educação e curso de sementes.

Durante os primeiros anos da revista, 1935-1937 (em 1938 *Rodriguésia* não foi publicada), algumas frases apareceram repetitivamente em suas páginas. Estas eram ilustrativas de algumas das diretrizes que Paulo Campos Porto imprimira ao Jardim Botânico. Indicavam um enaltecimento da instituição, reforçando o seu caráter científico nivelado ao de seus congêneres. Apresentavam também esforços no sentido de divulgar a instituição e captar doações e ofertas. Seguem algumas destas frases que estiveram presentes em alguns números da publicação²⁰⁴: “O melhor jardim tropical do mundo”; “O Jardim Botânico é um instituto para a ciência e para o povo”; “O Jardim Botânico do Rio de Janeiro é um mostruário vivo e permanente da inigualável flora brasileira exposto aos olhos maravilhados de nacionais e estrangeiros que nos visitam. A contribuição do público fará conhecida a flora regional dos estados”; “O Jardim Botânico do Rio de Janeiro aguarda o auxílio de todos os brasileiros afim de que possa constantemente elevar o nome que vem mantendo no mundo entre os estabelecimentos congêneres”; “O Jardim Botânico receberá qualquer contribuição em espécie, plantas, sementes, material para laboratório, livros, afim de aumentar sua eficiência”; entre outras.

O IBV foi extinto em consequência da criação do Serviço Florestal no mesmo Decreto-lei n. 982 de 23 de dezembro de 1938. O novo órgão era composto pelas Seções de Botânica (Jardim Botânico), de Silvicultura, de Tecnologia de Produtos Florestais e de Parques Nacionais²⁰⁵. Deste modo, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro passou a ser uma das seções do recém-criado Serviço Florestal, dirigido por Francisco de Assis Iglesias²⁰⁶. Esta reforma do Ministério da Agricultura, que acabou por transformar o JBRJ em uma seção do

²⁰⁴ Alguns números nos quais tais frases aparecem: *Rodriguésia*, Ano 1, n.1, 1935; *Rodriguésia*, Ano 1, n.2, 1935; *Rodriguésia*, Ano II, n.5, 1936.

²⁰⁵ *Rodriguésia*, V4, n.12, 1939, pág.1.

²⁰⁶ Francisco de Assis Iglesias (1889- 1969)- Nascido em 6 de janeiro de 1889 na cidade de Piracicaba, São Paulo e foi engenheiro agrônomo, folclorista e homem de letras. Participou do desenvolvimento de políticas culturais e florestais no Brasil. Seu pai, era um comerciante de madeiras para construção civil, o que fornecia bons rendimentos e custeou os seus estudos. Foi aluno da Escola de Prática Agrícola Luiz de Queiroz . Em 1909 se formou e foi trabalhar no Instituto Soroterápico do Butantã. Em 1921, após uma série de viagens ao sertão no âmbito de sua participação em projeto da Seção de Botânica da Comissão de Defesa da Borracha de Joazeiro, se envolveu na criação do Serviço Florestal do Brasil, inaugurado apenas em 1925 e extinto em 1929. Era amigo de Fernando Costa que, no início dos anos 30, era Secretário de Agricultura do Estado de São Paulo e, posteriormente, substituiu Odilon Braga como Ministro da Agricultura. Com a revitalização do Serviço Florestal em 1938 foi nomeado seu diretor pelo então Ministro da Agricultura Fernando Costa. Sobre a trajetória de Francisco Assis Iglesias consultar: SILVA, Filipe Oliveira da. Matas Folheadas: Imprensa, Práticas Letradas e Sociabilidades de Proteção à Natureza na Revista Florestal (1929-1949), op.cit.,2017.

Serviço Florestal, ocorreu em um momento no qual Paulo Campos Porto estava sendo afastado de seu cargo para a realização de investigações que apurariam denúncias feitas por Adolpho Ducke. O jornal “O Globo”, de 3 de janeiro de 1939, ao noticiar o afastamento provisório de Porto da direção do JB, termina assim a reportagem:

(...) inútil será dizer que como a sua competência científica se iguala a sua dedicação ao serviço público, ao seu espírito de organização atestado pelas novas feições que tem assumido o Jardim Botânico em matéria de racionalização e ordem, todos os que se interessam por essa bela instituição e nela trabalham, estão impacientes pelo regresso daquele diretor, cuja ação exemplar tem sido de tanta utilidade para o governo, e de estímulo para os seus auxiliares²⁰⁷.

Embora tenha tomado consideráveis proporções, tendo sido noticiado e discutido pela imprensa, o episódio não ficou totalmente esclarecido em minha pesquisa. As reportagens dos jornais não apontaram diretamente o teor das denúncias feitas por Ducke e não foram encontrados outros documentos que falassem abertamente sobre estas. Em linhas gerais, Adolpho Ducke apresentou denúncias contra a administração de Paulo Campos Porto. Este pediu afastamento do cargo para não prejudicar as investigações. Foi aberto um inquérito e meses depois o processo foi arquivado pois nenhuma das acusações foi comprovada. O denunciante foi suspenso de suas funções por acusar sem provas e Paulo Campos Porto também foi suspenso por ter se excedido em sua defesa empregando linguagem violenta.

Tal episódio e seus desdobramentos chegaram a ser apontados como precipitadores da transformação do JBRJ em “uma simples seção do Serviço Florestal”, tendo este ato sido compreendido como uma diminuição para a instituição²⁰⁸. O *Jornal do Comércio*, de 12 de março de 1940, informou que Adolpho Ducke havia pedido ao chefe do governo o cancelamento da pena de 3 meses de suspensão que lhe foi imposta pelo ocorrido. Assim, o presidente da República proferiu despacho revogando as penalidades impostas a Ducke e a Paulo Campos Porto²⁰⁹. No entanto, Porto permaneceria afastado do JBRJ por mais de uma década.

A verdade é que, entre os anos de 1938 e 1939, Paulo Campos Porto se afastou, ou foi afastado, dos órgãos de que fazia parte, além do JBRJ. Em 1938 deixou de fazer parte do Conselho Florestal Federal. Contudo, em repetidas oportunidades, o botânico já havia

²⁰⁷ A direção do Jardim Botânico- uma ansiedade legítima. *O Globo*- Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1939.

²⁰⁸ Simples Seção do Serviço Florestal- Consequência inesperada de um lamentável desentendimento- Uma diminuição para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. *O Imparcial*, 4 de agosto de 1939.

²⁰⁹ *Jornal do Comércio*, 12 de março de 1940.

manifestado a opinião de que era difícil manter o seu compromisso com o referido órgão por conta das atribuições que lhe eram impostas pelos cargos que ocupava. Com a extinção do Instituto de Biologia Vegetal perdeu o cargo de diretor, o que pode justificar o afastamento da presidência do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, em 1939, pois a sua própria permanência neste órgão era como representante do primeiro.

Há dois fatos que não podemos ignorar como possíveis causas do que pode ser considerado um enfraquecimento político do botânico. Primeiro, é o afastamento do ministro da agricultura Odilon Braga. Com a instauração do golpe político de Getúlio Vargas, Odilon Braga, que se opôs veementemente a esta situação, foi afastado do governo. Paulo Campos Porto tinha uma relação de grande proximidade e um canal direto de comunicação com o então ex-ministro da agricultura e pode ter ficado sem bases de sustentação nos cargos que ocupava, todos pertencentes ao referido ministério. O outro fato é que mesmo tendo sido até então partidário do Governo Vargas (também não encontramos nenhuma manifestação sua contrária ao golpe), pode ter perdido espaço político nas mudanças administrativas ocorridas no período pós-1937.

Contudo, a partir dos resultados gerais de minha pesquisa há um terceiro fator a ser levado em consideração numa tentativa de explicar o fim do IBV. A extinção do órgão ocorreu justamente num momento da Era Vargas no qual a atenção começava a ser voltada verdadeiramente para o desenvolvimento industrial. Como demonstrei no capítulo anterior, ainda que a industrialização fosse uma das diretrizes do projeto político varguista, os esforços neste sentido se recrudesceram a partir dos últimos anos da década de 30. A partir desta perspectiva, a reformulação da pasta ministerial que extinguiu o IBV e criou o Serviço Florestal não teria nada a ver com crises internas no JBRJ ou querelas políticas envolvendo Paulo Campos Porto. Seria fruto da política de governo que demandou reformas em um dos ministérios de modo a corresponder aos interesses e prioridades do Estado.

Além disso, percebi que, após estas mudanças de 1938/1939, o JBRJ deixou de ter como objetivo o direcionamento de suas pesquisas para os assuntos imediata ou diretamente relacionados com a expansão, defesa e racionalização da agricultura brasileira. Pelo menos me parece que esta era uma das propostas da reforma, já que a partir daí passou a existir um Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas, criado em fins de 1938 para reunir em um só local os estabelecimentos de ensino e pesquisas agrícolas, do qual o JBRJ ficou de fora. Em torno da agronomia e das instituições dessa natureza passaram a ser concentrados os esforços de desenvolvimento agrícola.

Demonstrando a atuação de Paulo Campos Porto na propaganda das diretrizes do Estado, analisarei três eventos científicos promovidos por ele durante o primeiro período em que esteve à frente do JBRJ: a Primeira Reunião dos Fitopatologistas do Brasil, a Primeira Reunião dos Anatomistas de Madeiras e, finalmente, a Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica. Esses colaboraram para um perfil da instituição que evidenciava suas relações com as pautas governistas. Além disso, pontuaram como o conservacionismo esteve presente na política varguista por meio da aplicação de conhecimentos científicos para um melhor aproveitamento dos recursos naturais, nesse caso específico na promoção da indústria agrícola. Os três eventos surgiram a partir de motivações científicas, foram organizados por homens de ciência e buscavam a aproximação entre os estudiosos dedicados a cada um dos temas. Receberam todos forte apoio do Ministério da Agricultura.

Em 1935 começou a ser organizada pelo JBRJ a Primeira Reunião dos Fitopatologistas²¹⁰ do Brasil. Esta reunião foi motivada pela necessidade de maior intercâmbio entre os especialistas dedicados a esta disciplina, que enfrentava numerosos problemas relativos ao ensino, pesquisa e aplicação dos trabalhos. O objetivo era estabelecer um programa de trabalho que correspondesse às necessidades da agricultura brasileira. Desde a sua concepção o ministro da agricultura, Odilon Braga, manifestou interesse em apoiar a oportuna realização²¹¹. Assim, entre os dias 20 e 25 de janeiro de 1936, essa reunião ocorreu promovida pelo Instituto de Biologia Vegetal por iniciativa do Dr. Heitor V. da Silveira Grillo, assistente-chefe da Seção de Fitopatologia, e com o apoio do Ministro da Agricultura Odilon Braga.

Na solenidade de abertura o ministro falou em defesa de um amplo trabalho de defesa das plantas que interessavam à economia brasileira e declarou ser importante para o governo o estudo das doenças que as atingiam²¹². A importância desta questão pode ser ratificada por meio dos artigos na área de fitopatologia publicados na *Rodriguésia*, incluindo relatórios acerca de estudos sobre moléstias que afetavam determinadas espécies e foram solicitados diretamente pelo ministro.

A Primeira Reunião dos Anatomistas de Madeiras ocorreu entre os dias 21 e 28 de 1936 no JBRJ, promovida pelo IBV e a Seção Reflorestamento do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização. Foi organizada a partir do reconhecimento da necessidade de se tratar da unificação, intensificação e aplicação prática dos estudos das estruturas das

²¹⁰ Fitopatologia- Ciência que estuda a doença das plantas.

²¹¹ *Rodriguésia*, V1, N1., 1935, pág.95.

²¹² Anais da Primeira Reunião de Fitopatologistas do Brasil. *Rodriguésia*, V2, número especial, 1936.

madeiras realizados no país. A iniciativa do congresso partiu dos Drs. Fernando Romano Milanez²¹³ e Arthur de Miranda Bastos²¹⁴. O discurso de Porto na abertura do evento foi no sentido de depositar esperanças no êxito do congresso e de que este concorreria a favor de dias melhores para a exploração comercial de madeiras no Brasil.

Trabalhos foram acompanhados por madeireiros e representantes de empresas que lidavam com madeiras. Estes ofereceram cooperação para desenvolver em curto prazo o estudo da estrutura das madeiras; o objetivo era dar a estes estudos uma aplicação prática que pudesse intensificar lucrativamente o comércio exportador²¹⁵. Ao fim do evento foram estabelecidas conclusões e recomendações que giravam em torno deste propósito.

As conclusões foram a necessidade de uniformização dos métodos de estudo para facilitar a permuta do trabalho executado entre os especialistas. Por sua vez, todas as recomendações visavam estimular esta permuta. Foi sugerido buscar acordos com os interessados na indústria e comércio de madeiras para obter auxílios em espécie, em material lenhoso ou em pessoal para que o estudo anatômico pudesse ser intensificado. Também foi sugerida a criação de um serviço de identificação de madeiras no Estado do Pará, importante centro exportador desta matéria-prima²¹⁶. Merece destaque o título da conferência de encerramento do evento realizado por Antonio Reis, negociante de madeiras e representante do Centro de Materiais de Construção do Rio de Janeiro: “O que o Brasil precisa para transformar sua riqueza florestal em um objeto de exportação estável”²¹⁷.

O conferencista falou do início do comércio de exportação da madeira por volta de 1912 do Pará para outros Estados e para o exterior. Essa madeira substituía o pinho americano que era importado para construções e para a embalagem da borracha, produto de exportação. Para competir com os concorrentes, as firmas para as quais Antonio Reis trabalhava passaram a enviar seu material para exposições de madeira. Segundo ele, a partir daí ficou perceptível a necessidade da técnica na indústria e no comércio de madeiras. Conforme foram viajando pelo Brasil e pelo mundo encontraram entraves à sua atuação porque não eram capazes de responder às perguntas que lhes eram dirigidas e exigiam um conhecimento técnico especializado sobre a estrutura do lenho.

²¹³ Fernando Romano Milanez (1905-1987)- Especialista em anatomia e patologia vegetal. Ingressou no JBRJ em 1927 e foi diretor da instituição entre 1961 e 1965.

²¹⁴ Arthur de Miranda Bastos (?)- Pesquisador do JBRJ na década de 1930 e especialista em anatomia de madeiras.

²¹⁵ Anais da Primeira Reunião dos Anatomistas de Madeira. *Rodriguésia*, V3, N11, 1937, pág.305.

²¹⁶ Idem, pág.318.

²¹⁷ Ibidem, pág.349.

O comerciante afirmou que o comércio das madeiras de espécies da Amazônia precisava ser reorganizado sobre bases técnicas. Atribuiu duas causas à queda da exportação da madeira paraense ocorrida a partir de 1930: a má seleção e a falta de classificação exata do produto. Segundo o ele, o Brasil possuía uma riqueza florestal capaz de abastecer o mundo, “quase tudo que existia em essências florestais”. E esta riqueza não era adequadamente explorada no país, o que era um grave atentado contra a economia nacional. A situação no Norte ainda pior do que a do Sul do Brasil, onde existia uma organização madeireira, no Paraná.

Por fim, Antônio Reis apresentou o que considerava serem as dez medidas necessárias para transformar as riquezas florestais do Brasil num produto de exportação estável e conclamou os colegas do comércio madeireiro a colaborar com a realização desta obra de organização técnica da indústria e comércio das madeiras do Brasil que a “Reunião” prometia com os estudos propostos. Este ponto é de especial relevância para nossa argumentação. Nesta época, era destinado à ciência o papel de colaborar com o crescimento da economia e da indústria nacional a partir de estudos que levassem a uma exploração racional e efetiva dos recursos naturais. Segue um trecho da conferência no qual esta ideia está claramente colocada: “É que, meus senhores, na época atual, o progresso em qualquer indústria, só pode ser obtido com o auxílio da ciência e da técnica, ou seja com as luzes e a cooperação dos laboratórios guiando os nossos passos”²¹⁸.

A análise desta Primeira Reunião de Anatomistas de Madeira, e de falas como a do comerciante Antonio Reis, nos mostram uma aliança entre propósitos científicos e interesses comerciais. Se a indústria madeireira necessitava de orientações técnicas para promover o comércio de seus produtos, as instituições científicas necessitavam de auxílios em espécie ou em material a ser examinado para a intensificação dos estudos anatômicos. Além disso, uma demanda social que justificava os estudos realizados garantia apoio financeiro e espaço no projeto político. Como vimos, durante os anos aqui analisados, nas páginas de *Rodriguésia* era constante o discurso solicitando todo o tipo de ofertas e colaboração. Não raro o Jardim Botânico recebia doações de empresas que comerciavam flores ornamentais. Sobre esta visão da natureza enquanto recurso, reproduziremos abaixo mais um trecho da referida conferência que representava antes um pensamento que era a regra e não exceção quanto ao entendimento social da natureza:

²¹⁸ *Ibidem*, pág.351.

Não sei fazer lirismo em torno da nossa floresta. Encaro-a também, é certo, como um ornamento da nossa paisagem, um deleite do nosso espírito. Como os outros, sinto o seu perfume, a fragrância das suas flores. Tenho-lhe ouvido até os gemidos de dor. Mas, se algumas vezes lhe senti os bafejos da felicidade, em outras, dela senti as agruras das desgraças que ela me provocou. Vejo-a com os olhos da alma, mas sentindo ao mesmo tempo as naturais necessidades do estômago. Encaro a árvore como fator de primeira grandeza para a riqueza nacional, e objetivei-a como tema desta palestra, visando-a unicamente sob o prisma econômico²¹⁹.

Todo o pensamento desenvolvido por este comerciante foi ilustrativo da ideia de natureza enquanto recurso a ser racionalmente explorado para a obtenção de riquezas. Optei por trazer de maneira detalhada o que foi dito nesta fala, pois considere extremamente representativo o fato de um representante do setor madeireiro ter sido escolhido para apresentar a conferência de encerramento do evento científico. Foi representativo tanto das demandas e dos setores sociais envolvidos em sua realização, como revelador do papel social de uma instituição científica como o JBRJ naquele momento da história do país e no projeto de desenvolvimento.

A Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica foi, dos três eventos científicos mencionados, o que tomou maiores proporções e mais forte expressão da propaganda das diretrizes governamentais. Este congresso científico reuniu botânicos sul-americanos e foi realizado em 1938, entre os dias 12 e 19 de outubro, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Foi uma iniciativa de Paulo Campos Porto, então diretor do Instituto de Biologia Vegetal, e dos professores Alberto Castellanos e Fernando Rosa Mato, do Museu de História Natural de Buenos Aires e de Montevideú, respectivamente.

Um dos principais objetivos do evento era estabelecer a aproximação intelectual dos que se dedicavam à botânica no continente sul-americano e congregar seus esforços no melhor conhecimento da flora continental, bem como dos demais aspectos das ciências biológicas a ela relacionados. É interessante notar que, embora o principal objetivo fosse a troca de conhecimentos científicos e o conagraçamento de cientistas que se dedicavam a uma mesma especialidade, propostas típicas de congressos dessa natureza, produção de conhecimento em ciência básica, também foram feitas. Neste sentido, ressaltamos que a comissão organizadora da Reunião recebeu, ainda durante a fase de preparação do evento, grande apoio do Ministério da Agricultura.

Na sessão de abertura do evento o ministro Odilon Braga, da referida pasta, declarou o anseio de que os trabalhos realizados durante o congresso resultassem em contribuições não

²¹⁹ *Rodriguésia*, Ano III, n11, 1937, pág.350

apenas à ciência pura, mas, principalmente, à ciência aplicada que serviria de perto aos interesses vitais e econômicos. O mundo vegetal do continente deveria ser estudado sob todos os pontos de vista que pudessem interessar à ciência, à vida e à economia. Este fato estava em consonância com o ideal de desenvolvimento da indústria agrícola a partir do emprego de técnicas racionais e científicas. Era esperado que a realização de pesquisas agrônomicas, que pudessem ser aplicadas aos campos e às classes rurais, estabelecessem uma base científica que fornecesse orientação segura aos métodos de fomento e defesa da produção agrária²²⁰. Contudo, lembramos que esta associação entre ciência e agricultura, embora estivesse fortemente presente na política de governo durante a Era Vargas, não era propriamente uma novidade deste período.

A 1ª Reunião Sul-Americana de Botânica recebeu o total de 256 adesões e 130 trabalhos, dela participando 20 delegações estrangeiras. Além da participação dos botânicos sul-americanos, foram enviados também convites a instituições de outros continentes que corresponderam enviando representantes ao congresso. As sessões plenárias e técnicas foram realizadas na sede do Instituto de Biologia Vegetal e no Museu Nacional, e a comissão organizadora estabeleceu um programa que contemplava também excursões a zonas florísticas dos arredores do Rio de Janeiro, como Petrópolis e Cabo Frio.

Participaram da Primeira Reunião Sul-americana de Botânica as seguintes instituições: Academia Brasileira de Ciências, Academia Colombiana de Ciências Exactas, Físicas y Naturales, Asociación de Ingenieros Agronomos (Montevideo), Dirección de Agronomía del Ministerio de Ganadería y Agricultura (Uruguai), Escola Nacional de Agronomia (Rio de Janeiro – Brasil), Escola Superior de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Niterói – Brasil), Escuela de Agricultura Tropical (Bogotá – Colômbia), Facultad de Agronomía (Uruguai), Instituto de Botânica de la Facultad de Ciencias Médicas (Argentina), Instituto Central de Fomento Económico da Bahia (Salvador – Brasil), Instituto Experimental de Investigación y Fomento Agrícola (Argentina), Instituto Geológico del Uruguai, Instituto Nacional de Tecnología (Rio de Janeiro – Brasil), Instituto Oswaldo Cruz (Rio de Janeiro – Brasil), Jardim Botânico (Alemanha), Laboratório de Ciências Biológicas del Ministerio de Salud Pública (Uruguai), Museu Goeldi (Pará- Brasil), Museu de História Natural (Uruguai), Muséum D'Histoire Naturelle (Paris- França), Museu Nacional do Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Agronomia, Sociedad de Ciencias del Paraguay, Sociedad Científica Argentina, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, Sociedade Linneana de Montevideo,

²²⁰ SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo: um auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Coleção Temas Brasileiros, 24. Rio de Janeiro-Brasília: CPDOC/FGV-Universidade de Brasília, 1983.

dentre outras. Nota-se que a participação de instituições voltadas ao desenvolvimento agrícola, pesquisas agronômicas e fomento econômico ocorreu de forma expressiva.

A necessidade da realização de estudos acerca da flora sul-americana foi ressaltada e justificada por Paulo Campos Porto, devido às riquezas naturais abundantes no continente:

Diante de nós, por milhões e milhões de quilômetros quadrados se estendem as terras dadasas da América do Sul. Nelas a vida vegetal explende e tumultua. Cordilheiras, que se alongam por milhares de quilômetros, e que, sem atenção às latitudes, neves eternas coroam; rios que abrem vales imensos que outros rios portentosos recortam; regiões desoladas frígidas ou ardentes, condições climáticas as mais diversas, condicionaram uma flora que é das mais ricas do mundo e cujo estudo nos incumbe como imperativo de cidadão para com sua pátria, dever de homem para com a humanidade.²²¹

No programa geral do evento estava prevista a realização de uma sessão plenária na qual deveriam ser discutidas as seguintes indicações: parques nacionais, proteção à natureza, estudo e cultivo de plantas medicinais e fiscalização de expedições científicas. Nesta sessão, após a discussão destes temas, foram elaboradas propostas que seriam colocadas em votação.

Foram apresentadas propostas relativas à criação de um sistema de coordenação das atividades botânicas sul-americanas. Os intuítos eram assegurar maior unidade aos trabalhos de sistemática da flora sul-americana, proporcionar aos seus estudiosos maior facilidade no reconhecimento das espécies já descritas e racionalizar a documentação que deveria servir para os futuros estudos fitogeográficos das diversas regiões da América do Sul.

Paulo Campos Porto, juntamente com Alberto Castellanos, sugeriu a criação, em todas as repúblicas sul-americanas, de órgãos de fiscalização que regulamentassem as explorações em seus territórios. Segundo eles, esta proposta tinha como objetivo a defesa do patrimônio natural e científico dos países sul-americanos, pois, “tornavam-se cada vez mais frequentes as explorações em seus territórios e nem sempre com finalidade científica”²²². Aos governos caberia regulamentar tais explorações e coibir sua realização sem prévio conhecimento ou permissão por parte dos mesmos. Deste modo, evitariam a exportação de quaisquer espécimes botânicos, zoológicos, mineralógicos, paleontológicos e arqueológicos sem licença prévia. Deveriam ainda tornar obrigatório que fossem deixados nos países de origem as duplicatas de todo o material coligido e proibida a saída de exemplares únicos ou raros.

²²¹Anais da Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1938, pág.68.

²²² *Ibidem*, pág.107.

Esta questão da criação de órgãos de fiscalização e regulamentação da exploração dos territórios nacionais dos países sul-americanos foi bastante comentada na sessão em que foi apresentada. O botânico cubano Juan F. Roig Y Mesa ilustrou a questão a partir da narrativa de um incidente ocorrido em seu país. Segundo ele, durante mais de dez anos o botânico sueco Erik Lekman coletara mais de duas mil espécies da flora cubana, mas não deixou um único exemplar em Cuba. Após a morte deste botânico, os exemplares foram vendidos em Stockolmo, depois revendidos em Berlim, e Cuba nada teria conseguido daquele material²²³.

Ainda sobre a questão acima, os Profs. Alberto Castellanos e Arbeláez mencionaram que, assim como o Brasil, a Argentina e a Colômbia já possuíam legislação sobre expedições arqueológicas e paleontológicas. A proposta foi que tivessem ampliação de seu alcance. Após o debate, a proposta foi elaborada de modo a tornar obrigatório que os exploradores, depois de coligido o material, deixassem no país de origem qualquer exemplar único ou de tipo raro. Bertha Lutz, cientista do Museu Nacional, se colocou contra a proposta, pois, segundo ela, em sua instituição era possível observar a conveniência em se emprestar a estrangeiros um exemplar único, se isso fosse em prol do avanço da ciência, que deveria estar acima de todo e qualquer interesse. Após acalorada discussão entre Paulo Campos Porto e Bertha Lutz acerca deste ponto, a cientista do Museu Nacional manteve seu voto contrário, em seu nome e no da instituição que representava²²⁴.

Durante a Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica, Paulo Campos Porto propôs ainda que fosse sugerida aos governos sul-americanos a adoção de algumas medidas como a criação de jardins botânicos regionais, destinados ao estudo, aplicação e divulgação da flora nacional e das espécies aclimatadas ou aclimatáveis, a criação de estações biológicas que seriam voltadas à investigação in loco dos fatos da vida vegetal relativos às adaptações de que resultassem as associações florísticas, às alterações decorrentes da mudança de habitat e à disposição geobotânica das espécies e a criação de reservas. Estas últimas seriam representações vivas e naturais da vegetação característica de determinadas “regiões florísticas” e seriam de conservação perene e inalienáveis²²⁵. Na argumentação das propostas que apresentou, o botânico destacou trabalhos até então realizados ou planejados pelo Instituto de Biologia Vegetal no sentido da concretização das mesmas no contexto nacional.

Além das indicações mencionadas acima, também foi proposta por Paulo Campos Porto a criação de parques nacionais, “com a finalidade social de manter e perpetuar a

²²³ *Ibidem*, pág.107.

²²⁴ O posicionamento de Bertha Lutz reflete sua afinidade com o universalismo científico. Para saber mais sobre esse assunto ver: SOUZA, Letícia Pumar Alves de. A ciência e seus fins, op.cit., 2015.

²²⁵ *Anais da Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica*, op.cit., 1938, pág.109.

integridade dos monumentos naturais no conceito científico desta denominação”²²⁶. A organização do primeiro parque nacional brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia, que estava sendo empreendida pelo Instituto de Biologia Vegetal na época não deixou de ser mencionada pelo botânico²²⁷. É importante lembrar que a criação de parques nacionais no país era um dos temas de maior expressão nos debates acerca da proteção da natureza brasileira e uma das principais bandeiras defendidas pelos cientistas mobilizados em torno desta causa como Paulo Campos Porto, Alberto Sampaio e Cândido de Mello Leitão, dentre outros²²⁸.

A criação dessas áreas de proteção à natureza foi uma questão bastante discutida durante o congresso botânico. Mello Leitão, cientista do Museu Nacional e participante do evento enquanto representante da Academia Brasileira de Ciências, se manifestou afirmando que a ausência de parques nacionais no país acarretava consequências para a fauna nacional, pois determinava a extinção ou a quase extinção de várias espécies brasileiras não protegidas. Isso porque um parque nacional de reserva florística seria também um parque de proteção e preservação da fauna. Segundo ele, a Academia Brasileira de Ciências o deixou responsável por defender esta causa na Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica, e este seria, inclusive, o motivo de sua participação no evento. O cientista parabenizou ainda Paulo Campos Porto que, segundo ele, era o responsável pelo o que Brasil possuía em matéria de parques nacionais, numa clara alusão ao Parque Nacional de Itatiaia, criado no ano anterior.

Cândido de Mello Leitão apresentou aos congressistas a proposta de sugerir ao governo a criação de uma comissão, ou de comissões, para estudo de regiões que deveriam ser indicadas para a criação de parques nacionais de proteção e conservação da flora e da fauna, particularmente das espécies ameaçadas de extinção. No entanto, esta não foi uma questão recebida com unanimidade. Leonan Penna, assistente do Instituto de Biologia Vegetal, por exemplo, rebateu a proposta por considerar que a indicação de terrenos para os parques nacionais não precisaria estar sujeita a estudos fitofisionômicos mais demorados, pois os estudos já realizados deveriam atender às necessidades do momento. Já Frederico Carlos Hoehne, botânico do Museu Nacional, defendeu a proposta por acreditar que um mapa fitofisionômico era necessário para a realização de trabalho científico que garantisse em reservas biológicas todos os tipos de vegetais e animais²²⁹. Além do tema da criação de parques nacionais para a defesa de espécies da flora e fauna, outros pontos relativos à

²²⁶ Ibidem.

²²⁷ O Parque Nacional de Itatiaia será tema do próximo capítulo desta tese.

²²⁸ FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940 op.cit.* 2009.

²²⁹ *Anais da Primeira Reunião Sul-americana de Botânica*, op.cit., pág.111.

proteção da natureza, como o controle e fiscalização de sua exploração, científica ou não, foram registrados nos Anais da Primeira Reunião Sul-Americana. Um outro exemplo que pode ser citado é a proposta de solicitação aos governos dos Estados do Nordeste brasileiro da adoção de medidas de conservação das formações florestais daquela região²³⁰.

Se na política interna Paulo Campos Porto expressava o seu alinhamento com o governo a partir da agenda elaborada para o IBV, não era diferente no que se referia a sua atuação e ao papel que lhe foi atribuído no cenário internacional. Num contexto de fortalecimento do pan-americanismo, um ideal e movimento que defendia a solidariedade, aliança política e cooperação econômica, cultural e militar entre os países da América, Porto atuou quase como um diplomata. Nas viagens que realizou aos países vizinhos propagandeou os recursos econômicos e as possibilidades de gerência do governo brasileiro. Além disso, realizou tentativas de aproximação e colaboração entre os botânicos sul-americanos como evidenciou a realização da Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica.

Pensando na política externa brasileira durante os primeiros anos da Era Vargas, o país não teve problemas de reconhecimento internacional após a revolução de 1930 e buscou uma política de conciliação na América Latina. Teve uma atuação diplomática em questões regionalmente delicadas, como no reatamento de relações entre Peru e Uruguai, no conflito de fronteiras entre Peru e Colômbia (Questão de Letícia) e na Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai. Antigas rivalidades com a Argentina foram amenizadas e uma troca de visitas entre os presidentes dos dois países ocorreu numa demonstração do desejo de aproximação entre os países do continente, sobretudo buscando proteção contra possíveis agressões externas. Como prova do fortalecimento do pan-americanismo foi assinado, em 10 de outubro de 1933, por sugestão do ministro das relações exteriores argentino Saavedra Lamas, o tratado antibélico, de não agressão e conciliação. Além de Argentina e Brasil, aderiram a este tratado Chile, México, Paraguai e Uruguai²³¹.

Como um homem do Estado, Paulo Campos Porto esteve envolvido nesta política de aproximação entre as nações americanas. Participou de viagens oficiais acompanhando o ministro da agricultura Odilon Braga e como representante do governo brasileiro. Nestas viagens visitou instituições, participou de solenidades e concedeu entrevistas.

²³⁰ Ibidem, pág.189.

²³¹ D'Araujo, Maria Celina. *A Era Vargas, 1937*, op.cit, pág.53; DUMONT, Juliette, FLÉCHET. "Pelo que é nosso!": a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 203-221 – 2014; MINELLA, Jorge Lucas Simões. *Pan-Americanismo no Brasil: uma abordagem conceitual a partir do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina), 2013.

Em 1935 Paulo Campos Porto fez parte da comitiva que acompanhou o ministro da agricultura Odilon Braga em viagem para Argentina e Uruguai para acompanhar a inauguração das exposições de gado em Palermo e em Prado. Nesta ocasião visitou institutos congêneres nos dois países e também no Rio Grande do Sul. Em entrevista que o Ministro Odilon Braga concedeu ao jornal argentino *El Debate*, este afirmou que esperava uma frutífera aplicação dos conhecimentos adquiridos nos dois países visitados. Segundo Odilon Braga, o interesse não estava apenas no caráter pastoril destas regiões, pois em sua companhia viajavam pessoas capacitadas para vislumbrá-las sobre outros aspectos. Neste sentido, citou Paulo Campos Porto que estaria pensando num estudo detalhado dos jardins botânicos de Buenos Aires e Montevideú²³².

Em 1936 Paulo Campos Porto esteve na Argentina para a inauguração da exposição de orquídeas enviadas pelo governo brasileiro, que contou com a presença do presidente argentino e diversas autoridades. Estas flores foram doadas à la Sociedad de Beneficencia de la Capital para serem vendidas em benefício desta instituição. Nesta viagem, participou ainda da inauguração do Jardim de La Paz, em La Plata, e realizou estudos acerca da organização dos parques nacionais argentinos. Visitou o Parque Nacional de Nahuel-Huapy. Considerou a organização deste parque como um modelo, destacando que sua flora e fauna eram objetos de atenções especiais sem prejuízo do caráter turístico do parque. Segundo o botânico, ao retornar desta viagem, ele teria procurado o Ministério da Agricultura para mostrar a necessidade de criação de parques nacionais no Brasil²³³.

Como mencionei anteriormente, a Primeira Reunião Sul-americana de Botânica estava incluída nesse mesmo contexto de aproximação das nações americanas. Além de ter sido uma iniciativa de um cientista brasileiro em parceria com dois cientistas estrangeiros, um uruguaio e um argentino, tinha como um dos principais objetivos a realização de ações conjuntas promovidas por botânicos sul-americanos. Propostas, como a criação de uma coordenação sul-americana de pesquisa, buscavam garantir que os resultados alcançados circulassem entre os participantes de diferentes países e que os trabalhos realizados se complementassem promovendo assim o conhecimento da flora continental e suas aplicações.

Na mesma perspectiva de cooperação podemos incluir a sugestão apresentada por Paulo Campos Porto de que fossem criados órgãos fiscalizadores em cada um dos países do continente com o propósito de garantir o controle das explorações realizadas em seus

²³² Uma entrevista do Sr. Odilon Braga a "El Debate". *O Jornal*, 27 de agosto de 1935.

²³³ Correio da Manhã, 13/10/1954. Um bronze no Jardim Botânico- O 40 aniversário de serviço público de Campos Porto.

territórios e em defesa do patrimônio natural e científico dos países sul-americanos. A justificativa era de que estes cada vez mais sofriam incursões motivadas por interesses de finalidade não científica. Assim a fiscalização iniciada em um dos países teria continuidade mesmo fora de suas fronteiras constituindo uma defesa continental frente a uma possível ameaça externa, o que estava em consonância com os princípios ideológicos do pan-americanismo do período.

2.3- As coisas da natureza: esforço de guerra e marco nacional

O país está em guerra. Não seremos certamente meros espectadores. Lutaremos produzindo, e de ombro a ombro com nossos aliados. Precisamos arrancar do solo generoso e rico deste Estado armas e alimentos, para nós, para os que lutam pela liberdade.

Paulo Campos Porto²³⁴

Desde 1938 uma série de acontecimentos e incidentes parecem ter colaborado para um afastamento de Paulo Campos Porto do Ministério da Agricultura e dos órgãos a este subordinados. Embora em minha pesquisa exista uma lacuna na trajetória de Paulo Campos Porto entre os anos de 1940 e o final de 1942, quando assumiu a Secretaria de Agricultura da Bahia, tive acesso à informação de que até esta ocasião o botânico encontrava-se cedido ao Ministério das Relações Exteriores²³⁵. Porto foi nomeado para o cargo em 28 de novembro de 1942 e tomou posse em 11 de dezembro de 1942, numa cerimônia presidida pelo Interventor Federal do Estado Renato Aleixo Pinto. Este assumiu como interventor do Estado da Bahia em novembro de 1942, cargo que ocupou até 1945. No discurso que pronunciou na cerimônia de posse de Campos Porto, Aleixo Pinto justificou a escolha do botânico pelo desejo de colocar a frente da Secretaria de Agricultura “um técnico renomado” que pudesse desenvolver

²³⁴Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial do Estado da Bahia. Cidade do Salvador, 12 de dezembro de 1942, Trecho do discurso de posse como Secretário de Agricultura do Estado da Bahia, pág. 703.

²³⁵ Ibidem.

o programa necessário ao cumprimento dos propósitos do órgão. Não localizei muitas informações que estabelecessem ligações políticas que explicassem a escolha de Porto para assumir a Secretaria em Salvador. Uma suspeita seriam relações (inclusive de parentesco) com a família Calmon, tradicional família baiana pertencente à fração agrária e comercial dominante do Recôncavo Baiano, e que, na segunda metade do século XIX, participou da condução do processo de institucionalização da agronomia enquanto campo científico que levaria à recuperação da agricultura na Bahia²³⁶. Como já mencionei anteriormente, Paulo Campos Porto era cunhado de Miguel Calmon Du Pin e Almeida Filho, casado com sua irmã Olga Campos Porto.

Paulo Campos Porto assumiu as funções de seu cargo alguns meses depois da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O governo varguista, que até então adotava uma postura de neutralidade, ingressou no conflito em fins de agosto de 1942 em reação a ataques sofridos por navios mercantes e de passageiros brasileiros, e devido também à crescente pressão internacional por um posicionamento. No âmbito dos Acordos de Washington, como ficaram conhecidos uma série de acordos assinados entre 1942 e 1943 pelos governos brasileiro e norte-americano, foi acertado o fornecimento de certas matérias-primas brasileiras à indústria norte-americana como, por exemplo: ipecacuanha, aniagem, linters de algodão, timbó, babaçu, mamona, borracha manufaturada, café, cacau, castanha-do-pará, cristal de rocha, mica, rutilo, flores de piretro, cera de carnaúba, cera de urucuri²³⁷. Sendo assim, além de posteriores ações militares, neste período foi iniciada uma mobilização geral e tomadas providências para o aumento da produção agrícola e da indústria extrativa, sobretudo de matérias-primas estratégicas a serem enviadas aos países aliados²³⁸.

No Brasil buscou-se então o desenvolvimento de culturas tropicais que contribuíssem para o esforço de guerra, como timbó e seringueira. O país atuou também como fornecedor de gêneros alimentícios para os Estados Unidos. Em 15 de fevereiro de 1943 foram publicadas no Diário Oficial da União instruções de execução do acordo firmado entre o Brasil e os EUA para a produção de gêneros alimentícios. Essas estabeleciam algumas providências que deveriam ser tomadas no Norte e Nordeste brasileiros: assistência técnica para o aumento e melhoria da produção dos gêneros alimentícios de origem animal e vegetal; aumento dos

²³⁶ ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2010.

²³⁷ Verbetes Acordos de Washington. Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro Pós-1930. Consultado em 12/06/2017 em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>

²³⁸ SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*, 3 ed., Barueri, SP: Manole, 2003.

recursos das Divisões de Fomento da Produção Vegetal e Animal; elaboração de planos, assistência técnica a execução de obras de irrigação, drenagem e conservação do solo; colaboração na resolução dos problemas de beneficiamento, armazenagem, conservação e distribuição dos produtos alimentícios; assistência técnica e financeira à colonização agrícola e melhoria das condições de nutrição das populações nas áreas de execução do Acordo²³⁹. Os projetos resultantes dos Acordos de Washington ampliaram as relações comerciais com os norte-americanos e permitiram a ascensão da influência cultural e econômica dos EUA sobre o Brasil²⁴⁰.

Durante a administração de Paulo Campos Porto, a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia buscou intensificar a produção agrícola e colaborou com a organização da produção nacional. Em resposta a solicitações do Ministério da Agricultura, que visava orientar um plano de expansão agrícola nacional, foram realizados levantamentos sobre os municípios baianos produtores de feijão, milho, arroz, amendoim, mamona, mandioca, batatas e carnaúba. A pasta ministerial pedia, e obteve resposta, para que fossem indicados os municípios que poderiam aumentar imediatamente sua capacidade de produção caso fosse facilitado o transporte e assegurado um preço adequado para a aquisição²⁴¹.

Quando Porto assumiu a pasta da agricultura, uma questão séria enfrentada pelo Estado era o problema da falta de abastecimento da carne verde²⁴². A partir de um relatório apresentado pelo Secretário de Agricultura ao Interventor do Estado com os resultados de uma comissão debruçada sobre o problema de abastecimento da carne verde teve acesso a algumas causas da escassez do produto. De acordo com tal documento, a Bahia até então sempre havia dependido da importação de gado vivo vindo de outros Estados. Minas Gerais, que era o maior fornecedor, passou a priorizar outros mercados. Outros fatores que contribuíam para a escassez do produto eram a paralisação da importação de outros gêneros alimentícios de consumo habitual da população, inclusive substitutos para a carne por conta da interrupção quase completa das linhas marítimas, e o crescimento do consumo do produto. Seguindo os objetivos da Secretaria de Agricultura, durante os anos em que esteve à sua frente, Porto

²³⁹ Diário Oficial da União- Seção 1- 15/02/1943, p.2139.

²⁴⁰ NOGUEIRA, Eliana. Emergência, institucionalização e estado atual da Botânica brasileira: as relações nacionais e internacionais. Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas: SP, 1999. CAMPOS, André Luiz Vieira de. Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas, op.cit., 2006; GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. Revista Brasileira de História, vol. 29, nº 57, p.19-65, 2009.

²⁴¹ Correspondências e documentos administrativos. Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia- Seção de Arquivo Republicano- Documentação da Secretaria da Agricultura.

²⁴² *A tarde*, 8 de maio de 1943.

esteve envolvido na resolução deste problema de abastecimento da carne verde através de ações como a regulamentação do comércio de gado e a organização do mercado de carnes²⁴³.

Duas outras ações de Paulo Campos Porto à frente desta Secretaria de Agricultura foram as propostas de instalação de um parque de preservação da flora e refúgio de animais silvestres na região dos “Gerais” e de estações agropecuárias nas margens do Rio São Francisco. Contudo, não localizei em minhas pesquisas o desdobramento destes projetos. Em relação ao primeiro, tive acesso ao rascunho do Decreto n 282 de 16 de agosto de 1944 que estabelecia uma reserva de terras na região dos “Gerais” afim de ser instalado o parque e com a sua localização geográfica e limites. O quarto artigo desse decreto estabelecia que seria permitida na área da reserva, mediante regulamentação, a extração do látex da mangabeira e de outros produtos extrativos, bem como o apascentamento do gado nas pastagens nativas segundo as disposições do código florestal²⁴⁴.

As informações sobre o projeto de instalação das estações agropecuárias nas margens do Rio São Francisco foram obtidas em uma entrevista que Paulo Campos Porto concedeu ao jornal *Correio da Noite* em 1943; ocasião em que esteve no Rio de Janeiro para tratar com o governo federal de questões relativas ao Estado da Bahia. Visitou, inclusive, o Presidente Getúlio Vargas em Petrópolis. De acordo com tal reportagem, durante doze dias o interventor do Estado, os secretários de agricultura e de viação, o diretor do Departamento de Saúde e o oficial de gabinete teriam percorrido as margens do Rio São Francisco inspecionando os municípios ribeirinhos e constatado as condições de vida da população em sua grande maioria sem recursos. O interventor teria então deliberado a organização de um plano visando a melhoria das condições de vida naquela zona que também se empenhava na intensificação da produção de guerra. A organização deste projeto teria sido entregue a Paulo Campos Porto.

Durante a entrevista Porto informou que o projeto teria como objetivo combater os efeitos das enchentes e das vazantes do Rio São Francisco e amparar os que viviam naquela região atentando para os seus interesses econômicos e promovendo sua saúde, a partir de medidas educativas, sanitárias e de assistência médica. Para o cumprimento do programa elaborado pelo governo baiano seriam instaladas estações agropecuárias nos municípios de Joazeiro, Chique-Chique, Rio Branco e Carinhama.

De acordo com Porto, essas estações seriam destinadas a melhorar as condições de trabalho e da produção agropecuária da região e colaborar na defesa da saúde da população

²⁴³ Correspondências e documentos administrativos. Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia- Seção de Arquivo Republicano- Documentação da Secretaria da Agricultura.

²⁴⁴ Ibidem.

ribeirinha. Tais estações, seguindo exigências técnicas, constariam de construções residenciais, centro médico e enfermaria, instalações para beneficiamento de produtos agrícolas com depósitos para conservação de cereais, galpão de utensílios e máquinas agrícolas, abrigo para animais domésticos e banheiros carrapaticidas, estação rádio-telegráfica e escola primária de tipo rural. Embora a reportagem tenha afirmado que o plano seria iniciado em alguns dias, não localizei mais nenhuma informação sobre a concretização deste projeto²⁴⁵.

O processo de modernização do Vale do Rio São Francisco no século XX ocorreu a partir da articulação entre implantação de políticas públicas e institucionalização das ciências no Brasil. Foram implantadas um conjunto de agências e instituições públicas de desenvolvimento regional no âmbito do planejamento, gestão, pesquisa, financiamento, ensino superior e apoio técnico desde as décadas de 1940 e 1970. Durante os anos de 1940 foram implantadas a CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) e a CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). A primeira foi criada em 1945 visando a construção de um complexo energético para abastecimento de energia elétrica da região Norte e Nordeste. A criação de uma empresa para a exploração da eletricidade visava tanto a iluminação e a agricultura como a futura industrialização da região. Já a segunda foi criada em 1948 tendo como metas regularizar o curso das águas do rio, utilizar o potencial elétrico, fomentar a indústria e a agricultura, modernizar a rede de transportes, incrementar a irrigação e explorar as riquezas da região. De atuação inicial extensiva e diversificada, a entidade passou a atuar seguindo uma política de prioridades centrada no potencial hídrico e uso de grandes superfícies de solos propícios para a produção agrícola irrigada²⁴⁶.

Voltando aos anos em que Paulo Campos Porto esteve dirigindo a Secretaria de Agricultura da Bahia, uma questão interessante é que em muitos documentos consultados acerca deste período o botânico foi mencionado como agrônomo. Embora esta nomeação apareça também em outros poucos documentos analisados que não os referentes à sua atuação na Bahia, estes costumam datar da década de 40 em diante, portanto, após sua passagem pela secretaria de agricultura deste Estado. Não tenho informações de que Paulo Campos Porto tenha frequentado uma Escola Superior de Agricultura.

²⁴⁵ *Correio da Noite*, sem acesso à data exata. Acredito que a datação seja final de abril de 1943, devido à publicação semelhante fazendo alusão à entrevista concedida à imprensa carioca. *Estado da Bahia*, 29 de abril de 1943.

²⁴⁶ ARAÚJO, Nilton de Almeida. A modernização do Vale do São Francisco: um espaço para ciência e tecnologia (1950- 1983). *Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, 2012.

Contudo, durante a década de 1940 era forte o discurso que atribuía às ciências agrícolas a capacidade de constituir sólida base científica que oferecesse orientação aos métodos de fomento e defesa da produção agrária, e os agrônomos ou engenheiros agrônomos eram os profissionais capacitados para racionalizar a produção. Ocorria o processo de reconhecimento federal das ciências agrícolas que pautou sua entrada como área autônoma no campo das ciências no país. Assim, a partir de 1934 o governo federal, por meio do Ministério da Agricultura, passou a dirigir a organização e padronização do ensino superior agrícola, o registro dos diplomas de agrônomos e engenheiros agrônomos e a regulamentação da profissão. Além disso, o ensino e a pesquisa agrícola foram concentrados em instituições agronômicas. Esta mudança resultou da especialização das ciências agrícolas, que na ocasião deixavam de estar restritas às aplicações científicas oriundas das ciências naturais como a botânica²⁴⁷.

A partir daí o próprio Ministério da Agricultura passou a ter muitos de seus quadros técnicos ocupados por agrônomos. Do mesmo modo, na Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia durante o período que Porto dirigiu a pasta, além da presença do discurso acerca da importância da agronomia para o desenvolvimento agrícola, eram exigidos que muitos serviços fossem dirigidos por agrônomos ou engenheiros agrônomos²⁴⁸. A partir da documentação administrativa da Secretaria também percebi que muitos documentos haviam sido produzidos por agrônomos ou faziam menção a atuação desses profissionais.

Como traço forte de sua passagem pela administração pública na Bahia, Paulo Campos Porto se envolveu na criação do Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal. Propositamente (o dia 19 de abril, aniversário de Getúlio Vargas, foi instituído durante o Estado Novo como uma data nacional festiva publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia no dia 19 de abril de 1943 o decreto-lei n.12.729 que criou o parque fez parte das homenagens do governo baiano ao Presidente Getúlio Vargas pelas comemorações de seu aniversário. O parque instituído “com prerrogativas de monumento nacional”, deveria servir de marco à unidade nacional e ficaria diretamente subordinado à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio da Bahia, e administrado pelo Departamento de Terras e Proteção à Natureza deste mesmo órgão. Os objetivos do Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, criado numa região do município de Porto Seguro, eram rememorar o fato histórico do descobrimento do

²⁴⁷ OLIVER, Graciela de Souza. *O papel das escolas superiores de agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional*. Tese (Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

²⁴⁸ Decreto-lei nº 12629 de 31 de dezembro de 1942, art.9. Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial do Estado da Bahia, 3 de janeiro de 1943, Atos do Poder Executivo.

Brasil, preservar a flora e fauna típicas da região, segundo normas científicas, conservar as belezas naturais e promover a organização de serviços e atrativos que pudessem desenvolver o turismo²⁴⁹.

A exposição de motivos e a minuta do decreto a ser lavrado foram encaminhadas por Paulo Campos Porto ao interventor do Estado no dia 30 de março de 1943. A tramitação da proposta foi acelerada de modo que o pronunciamento do Departamento Administrativo ocorresse a tempo de o decreto ser lavrado no dia 19 de abril²⁵⁰. O Monte Pascoal, primeiro ponto das terras brasileiras que teria sido avistado no dia do “descobrimento” e localizado na região que abrigaria o parque, foi apontado como um marco da história do país e que por isso deveria receber cuidados especiais dos poderes públicos. Justificando esse argumento Paulo Campos Porto mencionou o artigo 134 da Constituição Federal de 1937 que colocava sob a proteção e cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios, os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais, particularmente dotados pela natureza, e previa os atentados contra eles cometidos, equiparando-os aos praticados contra o patrimônio nacional²⁵¹.

A outra justificativa apresentada estaria localizada “no setor das ciências naturais” que vinham indicando “atenções desveladas e um trato cuidadoso das coisas da natureza”. Neste sentido Porto mencionou que em 1934 o Instituto de Biologia Vegetal do Rio de Janeiro delineou um plano cíclico visando criar um conjunto articulado de instituições que tornasse possível o estudo racional e sistemático das ciências naturais. Foram citados como resultados os Parques Nacionais de Itatiaia, Iguaçu e Serra dos Órgãos que seriam de grande importância para a ciência e para o turismo, além de garantia de proteção aos mananciais que brotam nestas zonas e beneficiam milhares de brasileiros. As deliberações da Primeira Reunião Sul-americana de botânica também foram lembradas no que tange aos apelos para a criação de jardins botânicos regionais, estações biológicas, reservas e parques nacionais²⁵². Lembrando que a proposta de solicitação aos governos dos Estados do Nordeste brasileiro da adoção de medidas de conservação das formações florestais daquela região é uma das deliberações resultantes deste evento científico.

²⁴⁹Decreto-lei nº12.729 de 19 de abril de 1943. Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Cidade do Salvador, 19 de abril de 1943.

²⁵⁰GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In.: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, pág.66.

²⁵¹ Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Cidade do Salvador, 19 de abril de 1943. Secretaria da Agricultura- Exposição de Motivos, pág.2147.

²⁵² Ibidem.

A primeira proposta de proteção da área do parque foi feita na década de 1930 pela comissão presidida por Bernardino José de Souza e nomeada pelo governo federal com o encargo de determinar o ponto onde ocorreu o “descobrimento” do Brasil. A concretização desta proposta teria sido o Parque Monumento Nacional de Monte Pascoal, criado pelo decreto em 19 de abril de 1943. No entanto, embora a criação do parque em 1943 tenha sido noticiada pela imprensa, não localizei indícios que confirmem que este tenha sido efetivamente instalado na década de 1940²⁵³. A transformação efetiva da região no Parque Nacional de Monte Pascoal só ocorreu em 1961 através do decreto federal n.242, de 29 de novembro²⁵⁴. Nem o decreto de criação do parque nacional em 1961 faz referências à existência de um antecessor.

2.4-O burocrata orgânico

Ao buscar abordar o engajamento de Paulo Campos Porto na política varguista, me inspirei no conceito gramsciano de “intelectual orgânico”. Antonio Gramsci refletiu sobre a função dos intelectuais no interior do conjunto das relações sociais da sociedade de classes e atribuiu a estes a conservação ou a construção de projetos hegemônicos de classe²⁵⁵. Na concepção do autor, os intelectuais eram formados no interior dos grupos sociais com os quais estabeleciam uma relação “orgânica” uma vez que eram parte integrante destes grupos e tinham a função de representar seus interesses no conjunto da vida social. Além disso, os intelectuais conferiam a estes grupos, aos quais estariam organicamente conectados, homogeneidade e consciência, legitimando a existência dos mesmos²⁵⁶. Sem pretender me aprofundar na complexidade da discussão acerca dos intelectuais em Gramsci, é antes a imagem criada a partir dela, a do *intelectual orgânico* como aquele que coloca suas ideias a serviço dos interesses da classe e/ou partido ao qual pertence, o que interessa ao meu argumento. De modo análogo, penso o burocrata orgânico que busco ilustrar como alguém que, sendo um agente da administração pública, atua no seio do aparelho estatal de modo a

²⁵³ A *Tarde*, 4 de maio de 1943, *Estado da Bahia*, 19 de abril de 1943.

²⁵⁴ FERRAZ, Raul. O Prado e o Descobrimento do Brasil. Brasília: Thesaurus, 2008.

²⁵⁵ DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.

²⁵⁶ Para um conhecimento mais aprofundado do pensamento gramsciano e da formulação da ideia de *intelectual orgânico*: GRAMSCI, Antonio, 1891-1937. *Cadernos do cárcere*, volume 2 / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

conferir eficiência, sentido e legitimidade ao Estado do qual é um representante. E Paulo Campos Porto seria um exemplo perfeito desse arquétipo.

Defendendo os interesses do Estado propriamente dito (reforço aqui as diferenças entre este e os demais conceitos de nação e país), Paulo Campos Porto foi um propagandista das capacidades e das diretrizes estatais traçadas pelo governo varguista, tanto no Brasil quanto no exterior. Como exemplo, cito uma declaração dada em 1936, durante visita oficial à Argentina. Ao ser perguntado sobre a atual situação política do país, Porto respondeu com muito otimismo. Segundo ele, do ponto de vista econômico, não havia problema de desemprego e sim de falta de mão-de-obra para sanar a necessidade das indústrias. Politicamente, o governo estaria bem consolidado e seria garantidor das liberdades individuais. A liberdade de opinião seria algo possível desde que dentro do respeito exigido pelas leis²⁵⁷.

Um aspecto forte do governo varguista era o uso da propaganda política para o seu fortalecimento e legitimação. Essa propaganda era trabalhada no sentido de impor os sentimentos oficiais que, embora fossem gerados na sociedade, eram redefinidos e reproduzidos nas mensagens propagandistas do governo. O Estado organizava os movimentos de difusão através de um corpo de funcionários que controlava a manifestação das emoções políticas, principalmente os sentimentos contrários ao regime²⁵⁸. As entrevistas dadas por Paulo Campos Porto, os discursos em solenidades, as homenagens prestadas ao Estado e ao chefe faziam parte deste cenário.

Como venho procurando demonstrar ao longo desta tese, em todas as instituições públicas em que atuou, Porto representou a aliança entre ciência e gestão da natureza enquanto política pública. Foi também um porta-voz do Estado, homem de confiança do Ministro da Agricultura, e através de seus projetos institucionais ficava evidente a homogeneidade e coerência que conferia ao planejamento estatal. Paulo Campos Porto possuía total adesão ao projeto político e, tal e qual o intelectual gramsciano, Porto era um burocrata que mantinha relações orgânicas com o grupo social ao qual estava inserido, no seu caso, o Estado. Essa característica pode ser demonstrada a partir da sua circulação entre diferentes instituições públicas, algumas de caráter estratégico, e à continuidade de seu padrão de atuação.

²⁵⁷ "Plantará dos gajos de ipe en el jardin de la paz platense- En el Brasil es arbol de tradiciòn". *Crítica* (Buenos Aires)- 15 de novembro de 1936-

²⁵⁸ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva. *Rev. Bras. de Hist.*, vol.16, ns.31 e32, pp.328-352, São Paulo, 1996.

Entre os anos de 1939 e 1951, Paulo Campos Porto esteve afastado do JBRJ. O botânico que até então estava cedido pelo Ministério da Agricultura ao Ministério das Relações Exteriores, foi, como comentei no item anterior, Secretário de Agricultura do Estado da Bahia entre 1942 e 1945. Em 1948 Porto recebeu uma autorização do presidente da República para ir à Argentina representar o Ministério da Agricultura no II Congresso Sul-Americano de Botânica²⁵⁹.

Foi a volta de Getúlio Vargas à Presidência da República que pontuou o retorno de Paulo Campos Porto ao JBRJ. A volta ao cargo de diretor do JBRJ foi muito saudada. No editorial da *Rodriguésia* de 1951 a sua nomeação foi apresentada como esperança de reerguimento da “instituição”. A sua atuação à frente do Instituto de Biologia Vegetal foi lembrada como uma época de grandes realizações no setor das ciências botânicas, tanto por suas iniciativas como pelo estímulo que despertara. Foram citadas também a criação do Parque Nacional de Itatiaia, intercâmbio e vinda de naturalistas consagrados, as exposições periódicas de plantas e os congressos científicos realizados. Sua trajetória como naturalista e os cargos e funções públicas que ocupou foram brevemente comentados. Por fim, o texto, que mencionara ainda o parentesco entre Porto e o avô João Barbosa Rodrigues, destacou que, após 12 anos de separação, o naturalista retornava ao seu *habitat* natural e que muitos o esperavam, como os funcionários e amigos do JBRJ²⁶⁰.

Tal editorial poderia ter sido escrito pelo próprio Paulo Campos Porto, tamanha a semelhança com o tom empregado nos discursos que o botânico faria ao longo dessa sua segunda passagem pela direção do JBRJ. Assim como seu avô o fez, Porto empregou esforços no sentido de perpetuar seu nome na história da instituição. Sempre que pôde ressaltou suas realizações, tratou de construir e cultivar a imagem de sua primeira administração como um período áureo na história da instituição e transformou homenagens recebidas em oportunidades para cerimônias solenes, com a presença de autoridades. Atividades como exposições de plantas e comemorações do dia da árvore receberam ares festivos. Sempre que possível, existiu um pretexto para a ida do Presidente da República à instituição, fosse uma inauguração, uma homenagem recebida ou prestada a alguém ou à alguma instituição ou o plantio de uma espécie especial.

No período inicial desta sua segunda administração que se estendeu por uma década, continuou sendo um “homem de Vargas”. Getúlio Vargas, ao retornar à presidência em 1951

²⁵⁹ II Congresso Sul-Americano de Botânica- Viajarão para a Argentina dois delegados do Brasil. O Globo, 20 de setembro de 1948.

²⁶⁰ *Rodriguésia*, Ano XIV, n.26, dezembro de 1951.

através de eleições realizadas no ano anterior, não demorou mais que três meses para nomear Porto diretor do Jardim Botânico. Sua volta ao JBRJ foi noticiada não apenas nas páginas de *Rodriguésia*. Jornais de ampla circulação divulgaram o retorno do diretor e as realizações do passado e também acompanharam o que estava sendo feito na atual administração²⁶¹.

Durante o período 1951-1961 alguns jornais divulgaram notícias acerca das atividades científicas realizadas no JBRJ. De modo geral, estas reportagens traziam as seguintes informações: enriquecimento das coleções a partir da introdução constante e determinação de novas plantas, intenso intercâmbio de publicações e espécies com instituições congêneres do exterior, excursões de naturalistas ao interior do país, reorganização científica do arboreto, dentre outras. Também eram noticiados o “embelezamento” do JBRJ, a difusão de conhecimentos ligados à flora nacional, campanhas de reflorestamento e a realização de exposições periódicas de flores ornamentais²⁶². Destaque deve ser dado para uma obra promovida pela diretoria em 1954 buscando solução para o problema da escassez de água. Com o apoio da diretoria de águas e esgotos da Prefeitura do Distrito Federal, a diretoria instalou poços artesianos no parque, estabelecendo uma rede de distribuição destinada a coleções e estufas²⁶³.

Os periódicos *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro* e *Rodriguésia* mantiveram a publicação, embora sem uma periodicidade totalmente regular. Porém, durante estes anos Paulo Campos Porto teve apenas um artigo publicado nestes periódicos. Ao realizar uma comparação entre a bibliografia produzida por Porto com a de outros botânicos posso afirmar que este apresentou uma produção bem reduzida quando comparada à de seus pares. Como quase todos os trabalhos publicados por ele foram nas páginas dos periódicos institucionais, apresento abaixo uma tabela comparativa entre suas publicações e as dos seus colegas:

²⁶¹ Não me é possível mensurar o quanto o diretor e a instituição estavam presentes nos noticiários dos jornais cariocas e/ou nacionais, tanto no que se refere a este período quanto a todo o recorte cronológico desta pesquisa. Primeiro porque este seria um trabalho que demandaria um esforço enorme ao qual não me propus por não julgar essa mensuração de grande pertinência para a tese. Segundo, não tenho a noção da proporção quantitativa destas notícias no universo dos jornais justamente por trabalhar muitas vezes (não apenas) com as reportagens que compõem livros de recortes de jornais que fazem parte do acervo da Biblioteca João Barbosa Rodrigues do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Há ainda um aspecto a ser destacado nesta informação. Acredito que o conjunto destas reportagens que constituem o material de pesquisa acima mencionado tenha sido ao longo dos anos produzido pelo próprio Paulo Campos Porto ou por alguém seguindo suas orientações.

²⁶² Correio da Manhã, 09/01/1957.

²⁶³ Cinco mil novos espécimes vegetais para o Jardim Botânico- Plantas de todas as partes do globo, entre as quais vegetais carnívoro procedentes da Alemanha- Intercâmbio - *Correio da Manhã*, 21/02/ 1954; Enriquecem-se as coleções do Jardim Botânico- Novas espécies vegetais chegam àquele parque- Atividades científicas e intercâmbio com instituições congêneres- *Diário de Notícias*, 21/03/1954.

Período	Autores	Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro	Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal	Rodriguésia	Total de artigos
Anos 1915-1938	P.C. Porto	4	3	4	11
	A. Ducke	10	4	1	15
	A. Löfgren	6	-	-	6
	G. Kuhlmann	6	5	-	11
	F.R. Silveira	2	-	11	13
	A.C. Brade	-	7	8	15
	F.R. Milanez	-	6	4	10
Anos 1951-1961	P.C. Porto	-	X	1	
	C.T. Rizzini	8	X	8	16
	F.R. Milanez	4	X	3	7
	G.M. Barroso	10	X	10	20
	A.C. Brade	9	X	14	23
	P. Ochioni	1	X	1	2

Em relação à tabela acima é preciso esclarecer ainda que dos onze artigos de Porto publicados no período 1915-1938, quatro foram entre 1915 e 1933, portanto, antes que o botânico assumisse o cargo de diretor do IBV. Sendo que destes onze, cinco foram em parceria, quatro com Brade, um com Kuhlmann. Em parceria com Brade, que chegou a ser seu assistente e substituto no cargo de diretor, também fez a identificação de muitas espécies. Como publicou apenas um artigo entre 1951 e 1961 penso que seus encargos administrativos passaram a ser prioridade em sua carreira. No entanto, realizou coletas de espécimes enquanto ocupava o referido cargo.

Em 1961, alguns botânicos foram a público pedir a saída do diretor. Alegavam que Paulo Campos Porto tinha direito a aposentadoria compulsória, mas conseguia se manter no cargo por conta de injunções políticas e mesmo contra a vontade do ministro da agricultura

Romero Cabral da Costa. Paulo Occhioni²⁶⁴, Aparício Pereira Duarte²⁶⁵, Armando de Matto Filho²⁶⁶, Edmundo Pereira, Joaquim Falcão, Luis Edmundo Paes²⁶⁷, José Correia Gomes, Carlos Toledo Rizzini²⁶⁸, Vandete Falcão, Ida de Vátimo²⁶⁹ e Odete Pereira Travassos²⁷⁰, todos pesquisadores do JBRJ, pediam que as famosas vassouradas de Jânio Quadros fossem dadas na instituição. Alegavam ainda que o diretor estava com obsessão pelas inaugurações, cunhagem de medalhas de bronze, selos comemorativos e outras coisas, sem sequer manifestar o interesse de visitar um laboratório. As salas destinadas às atividades dos naturalistas encontravam-se sem as mínimas condições de trabalho. Por esses motivos os pesquisadores queriam um novo diretor, “de mentalidade arejada e botânico de fato”, preocupado com os problemas científicos e que possibilitasse um ambiente propício à pesquisa botânica²⁷¹.

De fato, é forte a impressão de que durante esta última década na direção da instituição, Porto esteve ainda mais ocupado com os aspectos extra-científicos propiciados pelo cargo que ocupava. No entanto, os conflitos entre os jovens botânicos e o diretor septuagenário também podem ser entendidos a partir de uma mudança dos próprios padrões da prática científica. Sendo na ocasião um botânico do “século passado” Porto era um representante de uma geração que aprendera na prática o seu fazer científico e que utilizava a

²⁶⁴ Paulo Occhioni (1915-2000) - Trabalhou no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e foi professor de botânica e diretor do herbário do Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²⁶⁵ Aparício Pereira Duarte (1910-1984) - Nascido em Minas Gerais, estudou no então denominado Aprendizado Agrícola, situado em Barbacena, MG, onde recebeu o diploma de chefe de culturas. Ingressou no JBRJ como fitólogo, em 1933. Foi chefe de culturas e depois foi para o Museu Nacional, como naturalista-auxiliar, entre 1945 e 1946. Retornou ao JBRJ em 1946 onde permaneceu até sua aposentadoria, em 1967.

²⁶⁶ Armando de Matto Filho (1916-?) - Nasceu na cidade do Rio de Janeiro. Foi chefe da Seção de Anatomia de Madeiras do JBRJ durante quarenta anos. Foi vice-diretor nas gestões de Ivan Fernandes e Antonio Dantas Machado (de 1980 a 1988).

²⁶⁷ Luis Edmundo Paes (?) - Natural de Campos, Estado do Rio de Janeiro. Engenheiro agrônomo pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural. Ingressou no quadro de pesquisadores de botânica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1943. Assumiu a direção da instituição entre 1968 e 1971.

²⁶⁸ Carlos Toledo Rizzini (1921 - 1992)- Nasceu em 18 de abril de 1921, em Buquira, hoje Monteiro Lobato, no Estado de São Paulo. Foi um médico, botânico e micólogo brasileiro. Formado em Medicina, exerceu a profissão durante alguns anos, mas decidiu-se pela Botânica, ingressando como naturalista, por concurso, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1946.

²⁶⁹ Ida de Vattimo Gil (1928-1993)- Nasceu no Rio de Janeiro em 6 de janeiro de 1928. Licenciou-se em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFRJ, mas posteriormente inclinou-se às Ciências Naturais, participando de cursos sobre Fitognózia Analítica Aplicada, Levantamentos Biológicos, Fisiologia Vegetal e outros. Exerceu os cargos de naturalista-auxiliar no Museu Nacional (1948-1952), auxiliar de ensino botânico na UERJ (1951), professora titular de botânica aplicada à farmácia na UFF (1968-1975) e pesquisadora do JBRJ até aposentar-se em 1982.

²⁷⁰ Odete Pereira Travassos (1923-1991). Nasceu no Rio de Janeiro em 24 de julho de 1923. Era filha do helmintologista Lauro Travassos. Formou-se em História Natural pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e aperfeiçoou-se em botânica. Ingressou no JBRJ em 1956, onde trabalhou por toda a vida.

²⁷¹ Pesquisa científica morre lenta no Jardim Botânico - *Diário de Notícias*, 07/02/61; Pesquisadores querem novo diretor no Jardim Botânico - *A Noite*, 15/02/61.

retórica para valorizar o seu trabalho e assegurar o prestígio conquistado a partir do conhecimento que produziu e das posições que ocupava. Já a geração seguinte teria experimentado uma formação especializada, fruto do processo de profissionalização do cientista²⁷².

Deste modo, sem ser uma unanimidade na instituição e recebendo críticas num tom bem diferente das saudações que lhes foram destinadas quando de seu retorno, Paulo Campos Porto deixou o cargo de diretor no ano de 1961. Faleceu em 6 de novembro de 1968. Na *Rodriguésia* publicada em 1971 meia dúzia de linhas foram destinadas a registrar o seu falecimento, de forma bastante discreta se comparada às notícias de pesar pelo falecimento de outros botânicos. Em 9 de janeiro de 1969 foi também homenageado pelo diretor do JBRJ com a inauguração de uma sala e uma aléia em seu nome²⁷³. Homenagens menos pomposas do que as que Paulo Campos Porto estivera acostumado a receber em vida. Talvez porque já não fosse mais “um homem de Vargas” e porque os anos de Vargas já tinham ficado para trás fazia algum tempo.

²⁷² SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*, op.cit., 2006.

²⁷³ *Rodriguésia*, V.26, N.38, 1971.

CAPÍTULO 3 - UM PARQUE NACIONAL PARA O BRASIL

(...) No correr da vida, formulei dois grande ideais de trabalho: o primeiro foi a criação de parques nacionais e de regiões florísticas, santuários da fauna e flora destinados a conservar os aspectos originais da natureza brasileira; o segundo foi o de reorganizar o Jardim Botânico dando-lhe feição mais educativa e aprimorando-lhe as possibilidades de pesquisa científica²⁷⁴.

Um trabalho que se propõe a analisar a trajetória de um ator histórico requer que memórias elaboradas *a posteriori* pelo próprio sujeito sejam bastante ponderadas. No trecho reproduzido acima, fala proferida em um discurso de agradecimento às homenagens recebidas nas comemorações de seu quadragésimo aniversário de serviço público, Paulo Campos Porto apresentou dois projetos que teriam sido perseguidos por ele ao longo de sua vida. Neste tipo de narrativa o sujeito fala de sua própria vida olhando para o seu passado e conferindo a este um sentido e uma organização que nem sempre foram inerentes à suas ações. O acaso e forças da conjuntura na qual atuou desaparecem nos relatos memorialísticos²⁷⁵.

No que se refere ao trecho destacado acima, a partir da análise da trajetória do botânico, é possível fazer algumas afirmações. O que o autor apresentou como seus “dois grandes ideais de trabalho” (previamente formulados) foram de fato objetivos perseguidos e em certo grau alcançados por ele. Não podemos afirmar, como o relato dá a entender, que estes objetivos tenham sido organizadamente planejados antes de suas ações e estrategicamente ocuparam uma ordem de prioridade na vida e carreira de Porto. No entanto, o seu envolvimento com as terras que futuramente constituiriam o Parque Nacional de Itatiaia (o estabelecimento da Reserva Florestal, a criação da Estação Biológica do JB e os esforços em prol do parque nacional) pode ser apontado como importante passo na concretização dos dois ideais de trabalho que Porto disse ter formulado. Contudo, tais frentes de trabalho devem ser compreendidas também a partir de suas relações com as políticas governamentais de gestão da natureza: o estudo das potencialidades; o conhecimento e ocupação do território nacional; a criação de reservas de recursos e a nacionalização da natureza brasileira. A criação da Estação Biológica subordinada ao JBRJ ampliou muito as possibilidades de pesquisa científica da instituição ao fornecer a estrutura e o apoio fundamentais para a realização de

²⁷⁴ Um bronze no Jardim Botânico- O 40 aniversário de serviço público de Campos Porto. Correio da Manhã, 13/10/1954.

²⁷⁵BOURDIEU, P. 1996. *A ilusão biográfica*, op.cit., 1996; LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*, op.cit., 1998.; LORIGA, Sabina. *O pequeno X*, op.cit., 2011.

inúmeros estudos acerca da flora local. Contudo, os resultados positivos alcançados nestes projetos requalificados como iniciativas individuais foram também tributários do espaço que estes ocupavam na agenda estatal, do fato de terem sido possibilitados por uma conjuntura que os facilitava e, dado adicional mas não central, também através de ações empreendidas por Porto enquanto um burocrata prestigiado.

O estudo e a conservação das terras de Itatiaia estiveram entre as atividades às quais Paulo Campos Porto mais se dedicou ao longo de sua carreira, sobretudo até a década de 1940. Ao menos desde 1908 atuou coletando espécies, realizando estudos e, a partir de 1914, empenhado na criação da Reserva Florestal que podia propiciar, como fez, um campo de coleta e estudo. Nos anos de 1920 e 1930 prosseguiu nos trabalhos de constituição e chefia da Estação Biológica e na articulação política em torno da criação e organização do parque nacional. Sua presença na região e o envolvimento em atividades referentes a ela foram constantes ao menos até o início da década de 1940, já após a criação do parque nacional. No entanto, poucos são os trabalhos que, ao fazer alusão à criação do Parque Nacional de Itatiaia, mencionam Campos Porto. Mesmo a existência prévia da Estação Biológica de Itatiaia e a participação do JBRJ neste processo são pouco conhecidas em seus detalhes. Na verdade, a criação do primeiro parque nacional brasileiro ainda é um ponto muito pouco estudado por nossa historiografia, mesmo a de cunho ambiental.

Especificamente sobre a criação do PNI posso apontar a dissertação de mestrado de Célia Maria de Toledo Serrano, escrita no início da década de 1990²⁷⁶. Trata-se de uma análise sociológica que tem por objetivo esboçar uma história do lugar- Itatiaia traçando o movimento de construção de sua identidade (enquanto lugar de constituição do saber científico, lugar de geografia peculiar, lugar de prática de montanhismo, etc) que culmina na “invenção” de Itatiaia como um lugar de natureza exemplar e digno de ser protegido. A perspectiva da autora é a de que lugares, em especial alguns tipos de lugares, são frutos do investimento de sentidos e valores atribuídos pela sociedade. Serrano parte das mudanças de sensibilidades e atitudes frente à natureza que levaram os norte-americanos, em fins do século XIX, a conceber a ideia da criação de parques nacionais como pedaços do território que deveriam ser perpetuados em seu estado natural. Ela tenta estabelecer conexões entre o contexto de transformações acima e a ideia de proteção à natureza no Brasil, buscando identificar as atitudes sensíveis à destruição da natureza que se manifestaram no país até a década de 1930, quando o primeiro parque nacional foi efetivamente criado. A autora discute

²⁷⁶SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.

a influência das tendências conservacionistas e preservacionistas norte-americanas no processo de concretização das ações de proteção à natureza no Brasil, reconhecendo, porém, a existência de peculiaridades nas formas nacionais de apropriação da natureza.

A partir daí analisa o processo de “invenção” do Itatiaia enquanto um lugar exemplar da natureza e sua conseqüente transformação no primeiro parque nacional brasileiro. Nesta análise acerca do processo que culmina na proteção da região, a autora inclui a implementação da Reserva Florestal, da Estação Biológica e a relação destas com a criação do Parque Nacional de Itatiaia. Serrano também destacou as muitas referências que encontrou sobre o envolvimento de Paulo Campos Porto no processo que analisou e na produção de conhecimento científico sobre a região do maciço de Itatiaia. Contudo, não se aprofundou na análise das instituições que antecederam o PNI e nem na participação do botânico. Embora a autora tenha inserido a criação do PNI no “contexto político nacionalista-populista da década de 30” não articulou este com a política protecionista varguista, cuja complexidade que busquei reconstruir, auxilia na compreensão do processo de transformação daquela região numa área protegida. Serrano sugere, a partir de pistas esparsas e depoimentos informais, que a criação do PNI possa ter tido algum caráter estratégico para o governo. Porém, aponta apenas as vantagens dessa escolha para o turismo da região e as facilidades que oferecia (“parque pronto”, terras da União). Não procurou estabelecer reflexões acerca dos motivos que levaram a ocorrer ali a concretização da ideia do primeiro parque nacional brasileiro.

Em seu estudo sobre a devastação e a preservação ambiental no Estado do Rio de Janeiro²⁷⁷, José Augusto Drummond apresenta as características de quatro parques nacionais fluminenses: o Parque Nacional de Itatiaia, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Drummond analisou o processo de devastação das florestas do Rio de Janeiro desde os usos que os indígenas fizeram dessas áreas até o estrago deixado pelas diferentes atividades econômicas que afetaram a Mata Atlântica fluminense como a produção da cana-de-açúcar, os cafezais, as pastagens e a construção de estradas. De acordo com o autor, a Mata Atlântica foi a maior extensão contínua de florestas tropicais destruídas pela espécie humana em tempos históricos e a atividade humana no Rio de Janeiro após 1600 foi decisiva nesse processo destrutivo²⁷⁸. Assim, os parques nacionais criados no Estado protegeriam o que restou da Mata Atlântica

²⁷⁷ DRUMMOND, J. A. L. *Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

²⁷⁸ Idem, pág.79.

podendo ser considerados resultados importantes da política brasileira de conservação da natureza.

De acordo com Drummond o processo de alteração humana do ambiente fluminense, iniciado pelos ameríndios do sudeste brasileiro, se acelerou a partir dos engenhos de cana-de-açúcar nos Campos dos Goitacazes e outros trechos da planície costeira em fins do século XVI, das rotas de mineração entre os portos costeiros e as Minas Gerais do século XVIII e principalmente das fazendas de café do século XIX. Estes três conjuntos de atividades teriam forjado o padrão de intensificação do uso das terras fluminenses após o século XVI e condicionado, em época recente, a seleção das áreas que constituiriam os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro²⁷⁹.

Uma interessante constatação realizada pelo autor é a de que todos os quatro parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro teriam sido em algum grau afetados pelas grandes fazendas de café²⁸⁰. Ao fazer esta afirmação, Drummond destacou o que seria uma contradição inerente aos parques nacionais fluminenses, pois, se essas áreas haviam sido concebidas para preservar as localidades em seu estado natural, as terras do Rio de Janeiro eram uns dos locais mais inadequados para localizar quatro delas²⁸¹. Segundo o autor, o RJ é o estado brasileiro mais afetado pela destruição de florestas tropicais e nenhuma outra unidade da federação sofreu ou continua a sofrer mais as consequências deste desmatamento do que este Estado.

As regiões onde foram criados os quatro parques nacionais analisados tinham um largo histórico de uso humano, mas abrigavam áreas relativamente poupadas da devastação, posteriormente convertidas em áreas de conservação. Drummond faz um histórico da ocupação humana das terras de Resende onde foi criado o primeiro parque nacional brasileiro. Resende nasceu como ponto de parada de tropa de burros que eram as trilhas do tráfico mineiro ligando o litoral às Minas Gerais. Com o declínio da produção mineira, as trilhas chamaram a atenção de ex-mineradores para as terras do Vale do Paraíba que eram boas para o cultivo de café. O autor narra o apogeu e a crise do café na região, bem como o uso posterior das terras já esgotadas pela pecuária (conversão das terras exauridas em pastagens) e

²⁷⁹ *Ibidem*, pág.85.

²⁸⁰ *Ibidem*, pág.134.

²⁸¹ *Ibidem*, pág.134. Atualmente o Estado do Rio de Janeiro abriga cinco parques nacionais: Parque Nacional de Itatiaia, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Nacional da Serra da Bocaina, Parque Nacional da Tijuca e Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. O quinto a ser criado, em 1998, foi o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Está localizado na cidade de Macaé- RJ, numa área de 14.867,28 hectares e conserva bioma marinho costeiro. Informações disponíveis em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2013/12/livro-traz-informacoes-sobre-parques-nacionais-do-rj> ; <http://www.icmbio.gov.br/parnajurubatiba/>

a instalação de núcleos coloniais que teriam sido implantados justamente em áreas relativamente poupadas ou esquecidas pela lavoura cafeeira.

De modo geral, Drummond apresenta as características naturais, o processo de ocupação humana, a criação, a administração, as atrações e a situação atual de cada um dos parques analisados. Apresenta o PNI como primeiro resultado concreto do Código Florestal de 1934, documento legal que, pela primeira vez, fez referência à existência de parques nacionais no país. O autor comenta que, no decreto de criação do Parque Nacional de Itatiaia, são enfatizadas suas finalidades científicas e que a Estação Biológica é utilizada como antecedente ou justificativa para sua implementação. No entanto, não realiza uma análise detalhada da EBI ou da criação do PNI, também não menciona a participação de Paulo Campos Porto neste processo.

Em “A descoberta do meio ambiente: Itatiaia e a política brasileira de parques nacionais” Márcio Mota Pereira tem como principal objetivo compreender como se deu a política de criação de parques nacionais no Brasil e apresenta a criação do Parque Nacional de Itatiaia como um estudo de caso²⁸². O autor inicia o trabalho apresentando um breve histórico das atividades econômicas que mais teriam acarretado a devastação ambiental no Brasil e os instrumentos criados para reduzir os danos causados. Pereira considera o período que vai de 1934 a 1939 como um dos mais representativos para a história ambiental brasileira devido às legislações e inovações governamentais apresentadas neste sentido e, dentre estas, destaca e analisa a criação dos parques nacionais, “uma das várias qualidades de unidades de conservação estabelecidas enquanto metodologia responsável por diminuir o avanço exploratório sobre um bioma específico”²⁸³.

Ao analisar o primeiro parque nacional brasileiro, Pereira busca descrever o contexto ambiental, localização geográfica, geologia, hidrografia, pluviometria, vegetação e fauna, analisando os aspectos naturais da região. O autor também utiliza como fonte memórias de naturalistas e viajantes europeus que estiveram em Itatiaia no século XIX e deixaram suas impressões e conhecimento produzido acerca da região. Apresenta ainda um histórico da ocupação das terras de Itatiaia, desde as primeiras populações indígenas que habitavam a região até a formação dos núcleos coloniais no início do século XX, bem como discute os efeitos da produção de café no Vale do Paraíba. O estudo sobre o PNI realizado por este autor

²⁸²PEREIRA, Márcio Mota. *A descoberta do meio ambiente: Itatiaia e a política brasileira de parques nacionais*. Dissertação de Mestrado- Centro de Pesquisa e Documentação de história Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2013, 149 p.

²⁸³ Idem, pág.6.

estende-se até praticamente os dias atuais, mencionando, inclusive, a problemática que envolve a existência de propriedades privadas dentro dos limites do parque.

Acerca da criação propriamente dita desta área de proteção, Pereira apresenta a Estação Biológica de Itatiaia como sua precursora. Não utilizo este caminho analítico pois, embora a EBI tenha servido de base material para a criação do parque, acredito que este tipo de afirmação simplifica demais a sua própria existência enquanto braço institucional de um órgão que tinha suas próprias especificidades e diretrizes. A EBI acarretava a proteção daquelas terras em um momento no qual a criação de parques nacionais não encontrava amparo legal, mas não deixou de realizar experiências que eram próprias do tipo de instituição à qual pertencia e que não seguiam exatamente os moldes de áreas de preservação como aquelas. É preciso lembrar, por exemplo, que foram realizadas ali experiências de aclimação de espécies exóticas de importante valor econômico, o que poderia interferir também na composição da vegetação. O autor afirma que o novo parque teria sido “inserido nas terras da antiga Estação Biológica de Itatiaia, subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro”²⁸⁴. Contudo, a EBI ainda estava em funcionamento em 1937 e assim continuou ao menos até 1941, ou seja, após a criação do parque. Em minhas pesquisas localizei uma folha de frequência dos empregados da EBI com data de maio de 1941. Desta constavam apenas seis funcionários, na categoria de “diaristas”. Ao comparar com outras a que tive acesso, relativas aos anos de 1929 e 1933, constatei que nestas anteriores o número de funcionários era bem maior, 13, e estes ocupavam categorias diferenciadas: auxiliar técnico, aprendiz e trabalhadores de primeira, segunda e terceira classes²⁸⁵.

Dentre estes poucos trabalhos que se propuseram a contar um pouco da história do Parque Nacional de Itatiaia está o livro *Itatiaia: o caminho das pedras*, do jornalista Marcos Sá Correa. Esta obra, para o grande público, não tem como objetivo específico analisar historicamente a região ou o parque nacional. Busca apresentar Itatiaia, através de suas fotos e de seu texto, a um leitor que, após as primeiras páginas da leitura, passa a compreender a importância e a especificidade daquelas montanhas cercadas de mata que compõem a paisagem da Serra da Mantiqueira e que são resquícios e recordações da Mata Atlântica, que um dia existiu e ajudou a construir a identidade do Brasil como o país gigante pela própria natureza²⁸⁶.

²⁸⁴ Ibidem, pág. 65.

²⁸⁵ Folha de frequência da Estação Biológica de Itatiaia- 1941. Documento consultado no Parque Nacional de Itatiaia.

²⁸⁶ CORREA, Marcos Sá. *Itatiaia- O caminho das pedras*. São Paulo: Metalivros, 2003.

Paulo Campos Porto considerou a criação do Parque Nacional de Itatiaia um marco em sua trajetória. O botânico mobilizou esforços que colaboraram para a concretização deste empreendimento, que em suas memórias foi transformado num projeto individual. Assim ignorava o quanto a realização de seu “ideal” resultou de uma conjuntura favorável, do lugar privilegiado que ocupava na burocracia estatal e das múltiplas facetas em jogo na criação do primeiro parque nacional brasileiro. É inegável que Porto exerceu um papel fundamental neste processo, principalmente enquanto um articulador das muitas demandas e interesses a serem contemplados com este acontecimento e é isto o que pretendo demonstrar neste capítulo. Se por um lado Porto em seus relatos idealizou suas convicções e requalificou suas ações como projeto individual, por outro lado teve sua atuação praticamente ignorada pelos poucos trabalhos que abordam de algum modo a criação do PNI. Desse modo, optei por um enquadramento historiográfico que permite lançar luzes sobre a trajetória e a agência de um indivíduo na história e, assim, auxiliar no entendimento do cenário de criação do primeiro parque nacional brasileiro.

3.1- “Não terá um dia o Brasil o seu parque nacional”?

Áreas protegidas podem ser historicamente compreendidas como parcelas do território nacional delimitadas para a conservação e/ou preservação da natureza pelo ou com o aval do Estado. Atualmente são definidas como espaços terrestres ou marinhos, demarcados territorialmente cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos naturais e/ou culturais, assim como a proteção da diversidade biológica²⁸⁷. A criação dessas áreas pode ser uma estratégia de controle do território, pois estabelece limites e dinâmicas específicos de uso e ocupação. As condições e critérios de uso normalmente estão associados à valorização dos recursos ali existentes. A criação destas áreas resultou da ampliação da percepção social sobre a necessidade de regimes especiais de proteção dos recursos naturais. De modo geral, a elaboração de um instrumento de proteção reflete as expectativas sociais de grupos

²⁸⁷MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta; GARAY, Irene. A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Ano VI, N.9 Janeiro de 2004, Salvador- BA.

interessados e os arranjos políticos e institucionais que exercem pressão ou influência sobre o Estado²⁸⁸.

Na perspectiva do Direito Ambiental são apontadas iniciativas empreendidas com a intenção de proteger, gerir ou controlar determinados recursos naturais, tanto no Período Colonial quanto no Período Imperial no Brasil. Como exemplo dessa prática o “Regimento do Pau-Brasil” editado em 1605 que estabelecia limites à prática de exploração do pau-brasil na colônia e a Carta Régia de 13 de março de 1797, decreto real que visava coibir o corte não autorizado pela coroa de determinadas espécies de árvores cuja madeira era considerada nobre e representava por isso importante recurso para a metrópole. Contudo, instrumentos como estes adotados tanto pela metrópole portuguesa quanto pelo Império em geral tinham como foco a proteção de determinados recursos naturais e não necessariamente a demarcação de áreas ou territórios específicos²⁸⁹.

Uma mudança de pensamento começou a ocorrer conforme passaram a serem melhor percebidos os efeitos do impacto da devastação de áreas extensas. Em meados do século XIX D. Pedro II ao se voltar para a Floresta da Tijuca no Rio de Janeiro com o propósito de captar água para cidade, por exemplo, constatou que o processo de desmatamento ocasionado pela expansão do plantio de café no século anterior havia comprometido os estoques hídricos da região. Assim, para recuperá-los e protegê-los o Imperador ordenou a desocupação da área e o replantio de toda a vegetação local numa ação que provavelmente deu origem à primeira área protegida do país²⁹⁰. As próximas ações mais expressivas neste sentido vieram a ocorrer já no período republicano como a criação do Parque Estadual de São Paulo em 1896 e a publicação do Mapa Florestal do Brasil em 1911. Este foi o primeiro estudo com uma descrição detalhada dos diferentes ecossistemas do país e seus estados de conservação e tinha a intenção de subsidiar as autoridades brasileiras para a criação de um conjunto de Parques Nacionais²⁹¹. Costuma ser apontado, como um dos efeitos de sua publicação, o decreto de um parque nacional no então território do Acre²⁹². No entanto, tal decreto foi engavetado antes mesmo de

²⁸⁸ Para mais informações sobre como o processo de criação e implementação de áreas protegidas surgiu e se desenvolveu no Brasil e no mundo, com os seus objetivos e principais justificativas, ver: FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. História da Conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (2): 233-270, 2015.

²⁸⁹ MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das categorias e tipologias de áreas protegidas no Brasil. *Ambiente & Sociedade* – Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006.

²⁹⁰ HEYNEMANN, Cláudia. *Floresta da Tijuca*. Natureza e civilização no Rio de Janeiro. Século XIX. Rio de Janeiro, Pref. da Cid. do Rio de Janeiro, 1995.

²⁹¹ MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das categorias e tipologias de áreas protegidas no Brasil, op.cit., 2006.

²⁹² Ver, por exemplo: MARCONDES, Sandra. *Brasil, amor à primeira vista!:* viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI. São Paulo: Petrópolis, 2005; MORSELLO, Carla. *Áreas protegidas públicas e privadas:* seleção e

ser discutido. A área a ser destinada enquanto reserva possuía seringais e sua desapropriação, além de exigir altas somas, diminuiria a arrecadação federal por conta da queda na exportação da borracha. Não existiam condições políticas para a aprovação de um projeto que poderia trazer grandes prejuízos econômicos tanto para as elites locais, quanto para o Governo Federal²⁹³.

Uma forma sistêmica de pensar a natureza passava a influenciar as estratégias formuladas para a sua proteção. Embora mais presente durante as décadas de 1940 e 1950 quando se estabeleceu enquanto disciplina científica, o pensamento ecológico, presente já havia algumas décadas, e as novas descobertas e conceitos das ciências naturais, como o ecossistema, por exemplo, mudaram o foco de preocupação que até então incidia sobre a proteção de uma espécie ou recurso natural isolado. Era preciso proteger todo o sistema nos quais estes estavam inseridos e era composto de todos os outros fatores, bióticos e abióticos, que estabeleciam inter-relações e interdependências entre si²⁹⁴. Nesta perspectiva, a criação de áreas protegidas ganhava mais força.

A ideia da criação de parques nacionais no Brasil não era uma proposta nascida em 1937. A indagação que intitula esta seção do capítulo foi publicada em um artigo do engenheiro André Rebouças, em 1876. No artigo intitulado “Parques Nacionais”, Rebouças analisou os resultados da criação do primeiro parque nacional norte-americano e argumentou a favor da criação de tal área no Brasil. Esta questão se manteve em voga na passagem do século XIX para o XX, sendo fomentada por grupos identificados com a causa da proteção à natureza. Nas primeiras décadas do século XX foram constantes os debates sobre este tema e, nesses anos, eram frequentes as referências ao artigo de Rebouças, que se tornou uma espécie de texto fundador e/ou bandeira de luta ao qual os simpatizantes da causa costumavam se remeter. De algum modo, pode-se dizer que inventaram para si uma origem, uma filiação.

A questão da criação de parques nacionais no Brasil esteve na pauta conservacionista nas primeiras décadas do século XX. Intelectuais e homens de ciência como Paulo Campos Porto estiveram empenhados no debate deste tema que tinha uma considerável circulação no meio científico e era abordado nos periódicos institucionais e em eventos como a já

manejo. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001; MEDEIROS, Rodrigo. *Evolução das categorias e tipologias de áreas protegidas no Brasil*, op.cit., 2006.

²⁹³ Para saber mais sobre esta proposta, os motivos de seu declínio e a sua constituição tanto do ponto de vista de uma política conservacionista, quanto de um possível aspecto estratégico de controle e integração do Território do Acre: VITAL, André Vasques. *Política e Saúde Pública no cativeiro dos rios: a integração nacional do território federal do Acre (Alto Purus, 1904-1920)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.

²⁹⁴ ACOT, Pascal. *História da Ecologia*, op.cit., 1990; WORSTER, Donald. *Nature's Economy: A History of Ecological Ideas*, op.cit., 1998.

mencionada Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, realizada em 1934. Entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX foram discutidas ideias acerca da criação de parques nacionais no Brasil, sobretudo em ocasiões onde a proteção da natureza estava em questão. Porém, essas manifestações não eram unânimes quanto à finalidade e localidade do que viria a ser o primeiro parque nacional do Brasil. Sobre este assunto posso comentar duas perspectivas apresentadas na Primeira Conferência de Proteção à Natureza que permitem ilustrar como não havia um consenso.

Edgard Roquette-Pinto, diretor do Museu Nacional, apresentou no evento um artigo intitulado “Parques Nacionais” que havia sido publicado por ele na Revista Nacional de Educação no ano anterior. Assim como outros, ao discutir a questão dos parques nacionais, Roquette-Pinto iniciou sua fala remetendo ao artigo de Rebouças e à indagação que abre esta seção do capítulo 4²⁹⁵. Teceu elogios ao trabalho de Rebouças que seria o patriarca do turismo no Brasil devido à apologia que fez a esta atividade.

Roquette-Pinto afirmou que, embora o projeto de Rebouças não tivesse sido realizado até então, “os estudiosos das nossas coisas” não haviam desanimado.

De 1876 a 1933 havia tempo de se haver feito algo. A interrogação de Rebouças continua. Há, porém, uma diferença. Em 76 era um voz, a primeira, já em 1933 é um coro que brada pela urgência de não continuarem os brasileiros a ser homens que “fazem ou alargam desertos (...)”²⁹⁶

Como um dos representantes deste grupo dos “estudiosos das nossas coisas”, Roquette-Pinto apresentou o que seria o seu projeto de um grande parque, útil ao mesmo tempo ao turismo e à pesquisa biológica. Sua formulação teria se dado em parceria com o “ilustre cientista norte-americano” Dr. Vail Coleman, diretor do *American Association of Museums* do qual Roquette-Pinto era membro honorário, e que auxiliou no estabelecimento das bases para o empreendimento.

A primeira das bases apresentadas estabelecia que o Governo deveria conseguir, por compra ou doação, uma faixa de terra que deveria ir do fundo da Baía de Guanabara ao topo da Serra dos Órgãos, com cerca de 20 km de largura. Argumenta que a Baía de Guanabara era uma região muito própria para certos estudos de biologia marinha e que na baixada quente e úmida para o qual seguiria o terreno do parque não seria difícil aclimatar certas espécies

²⁹⁵ Relatório da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. *Boletim do Museu Nacional*, vol. XI, nº 1, março de 1935. Págs. 54, 55, 56 e 57.

²⁹⁶ Idem.

amazônicas. Além disso, à medida que o terreno fosse ganhando o alto da Serra, o aspecto da vegetação e da fauna iria se modificar. Como atrativos o parque deveria ter estradas, além de monumentos naturais e pavilhões para observações científicas.

Na proposta apresentada por Roquette-Pinto a superintendência do parque caberia ao Museu Nacional que, por sua vez, permitiria a realização de estudos aos cientistas brasileiros ou de outras nações amigas. Em sua proposta, a *American Association of Museums* prestaria auxílio direto ao parque brasileiro, concorrendo com uma parte das despesas da manutenção dos laboratórios instalados na região. Esse auxílio deveria ocorrer por meio de doações conseguidas nos EUA. Por outro lado, anualmente a *Association* enviaria alguns cientistas ao Brasil para um estágio em tais laboratórios.

Embora a questão da criação de parques nacionais no Brasil fosse tema bastante debatido entre os que discutiam a proteção da natureza durante os anos de 1930 e quando da realização da Primeira Conferência em 1934, o assunto não foi exaustivamente tratado de maneira direta no evento. Apenas para ilustrar que não havia uma concepção única de parque nacional entre aqueles que apresentavam propostas (não somente na conferência), comentarei brevemente a ideia apresentada no evento pela Profa. Alda Pereira da Fonseca, da Instrução Municipal e representante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

No trabalho intitulado *Parque Nacional*, Fonseca defende a existência destas áreas no Rio de Janeiro e nos principais Estados do Brasil. Nesses, seria promovida a proteção à natureza e seria possível encontrar as principais essências florestais e muitos representantes da fauna nacional. A autora destacou ainda suas vantagens em prol do reflorestamento do país, como elemento estético e um atrativo ao turismo²⁹⁷. Fonseca idealizou o parque nacional brasileiro com despesas mínimas para sua constituição e manutenção. Seria constituído em curto prazo, cinco anos, utilizando como mão-de-obra o serviço de “sentenciados”, abrigados numa colônia correcional situada nos recantos da área na qual seria estabelecido o parque. Além disso, o parque nacional geraria renda a partir da criação de peixes, aves e vegetais. Os animais que habitariam o parque deveriam ser “à maneira dos parques americanos”: abrigavam poucas espécies que não davam despesas com alimentação e poderiam ser vendidos e gerar rendimento²⁹⁸.

Por fim, sobre a área para o parque que idealizava, Fonseca afirma que seriam

²⁹⁷ Relatório da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, op.cit., 1935, págs. 57- 61.

²⁹⁸ Idem, pág.59.

alguns quilômetros de extensão, onde se fizesse uma obra artística, em que não se descuidasse do menor detalhe, como obra permanente; o ideal seria uma vasta planície limitada por uma montanha coberta de vegetação, contornando pedreiras de aspectos interessantes, á maneira dos parques dos Estados Unidos²⁹⁹.

Contudo, por mais diferentes que fossem todas as propostas analisadas elas costumavam ter um ponto em comum: a inspiração na experiência norte-americana. O parque nacional norte-americano analisado por Rebouças e que disseminou pelo mundo este tipo de área como modelo de preservação do ambiente natural foi o *Yellowstone*. Este primeiro parque nacional criado no mundo data do ano de 1872.

3.2- Preserve the wilderness!

Wilderness é um ingrediente básico da cultura norte-americana. Conceito de difícil definição expressou diferentes formulações como a de lugar deserto, selvagem, desolado, desordenado, caótico, habitado por bestas, etc. Ao longo da história norte-americana ocorreram mudanças nesta concepção e foi a partir da ideia de *wilderness* que a nação foi construída com identidade e significado. Os primeiros colonizadores europeus iniciaram a elaboração da ideia de wilderness num contexto de medo e de oposição a um pressuposto de civilização. Assim, surgiram imagens como a do “oeste selvagem” e das “fronteiras” a serem conquistados por estes pioneiros. Contudo, uma mudança gradual de pensamento foi ocorrendo conforme as “fronteiras” iam sendo conquistadas. A percepção da natureza selvagem como algo a ser vencido e controlado para alcançar o progresso foi dando espaço a um entendimento de que esta deveria ser preservada e apreciada³⁰⁰. Foi esta transformação que inspirou a ideia dos parques nacionais como os locais nos quais a natureza intocada estaria protegida.

Segundo Roderick Nash, a criação do *Yellowstone National Park* teria sido a primeira medida de preservação em larga escala da natureza selvagem em prol do interesse público. Posteriormente, foi exportada e disseminada por todo mundo. No entanto, o conceito de parque nacional refletiria alguns dos valores centrais e experiências da cultura norte-americana. O autor destacou quatro fatores que explicavam a liderança dos EUA na criação de

²⁹⁹ Ibidem, pág.58.

³⁰⁰ NASH, Roderick. *Wilderness and the American Mind*. New Haven and London: Yale University Press, 4.edição, 2001.

parques nacionais³⁰¹. Na argumentação de Nash todos estes teriam sido fundamentais para o surgimento dos parques nacionais da forma em que ocorreu.

O primeiro fator destacado foi uma experiência singular com a natureza em geral, sobretudo com a natureza selvagem. Antes da invenção americana dos parques nacionais a palavra “parque” era entendida como sinônimo de “jardim”. Em ambas as concepções a natureza era supostamente ordenada, agradável e o ambiente modelado para o usufruto do homem. A ideia de um “parque selvagem” era em si mesmo contraditória. Este representava um ambiente assustador, desordenado, diferente do parque arcadiano, símbolo do controle do homem sobre a natureza.

A atitude inicial norte-americana frente ao ambiente seguiu a tendência do Velho Mundo. Os colonizadores certamente não desejavam preservar a natureza selvagem para o benefício público, como expressa o conceito inaugurador dos parques nacionais norte-americanos. A natureza selvagem, a *wilderness*, era um obstáculo ao conforto, à sobrevivência e à construção de um país civilizado. Vencê-la tinha também uma carga moral, pois esta representava a escuridão e o caos.

Depois de mais de dois séculos sem preocupações com a preservação, as ideias que levaram à criação dos parques nacionais emergiram neste próprio contexto de luta contra a natureza. Foram influenciadas pelos pressupostos do Romantismo e pelo aparecimento da valorização da natureza sublime e pitoresca numa mudança de princípios estéticos. Ou ainda, fomentadas pelo transcendentalismo que ligava natureza selvagem e religião.

Talvez o ponto mais importante para esta mudança de atitude dos norte-americanos frente à natureza foi o entendimento de que a *wilderness* era uma parte essencial de sua identidade. Nesta visão, a natureza selvagem dos EUA era encarada como o elemento característico de seu cenário. E não apenas o cenário americano, mas também o caráter que passou a ser atribuído à *wilderness*. O pioneirismo do qual os norte-americanos se orgulhavam só foi possível pela existência desta natureza selvagem a ser explorada. A apreciação da *wilderness* e a constatação de que estava desaparecendo conduziu à ideia de preservação. Ou seja, o desejo de dominação da natureza deu lugar ao de apreciação e preservação. O mesmo processo que estimulou a destruição da natureza selvagem originou a sua apreciação.

A história da expansão para o Oeste a partir da conquista das fronteiras conferiu um sentido a própria história nacional norte-americana. A tese da fronteira em movimento,

³⁰¹ NASH, Roderick. The american invention of national parks. *American Quarterly*. Vol. 22, No. 3 (Autumn, 1970), pp. 726-735.

inaugurada por Frederick Turner, ofereceu uma perspectiva analítica para a história dos EUA ao explicar como o desenvolvimento do país ocorreu do Leste em direção ao Oeste e a produção de efeitos econômicos, políticos e sociais decorrentes da ocupação destes espaços. Nessa perspectiva, a fronteira era entendida como espaço vazio, com recursos naturais disponíveis e que poderia servir para a expansão territorial. Era o lugar da *wilderness*. A fronteira não se configurava como limite geográfico. Pelo contrário, era móvel e por isso avançava na medida em que o país se desenvolvia e esse espaço era incorporado pela civilização desejada pelos pioneiros³⁰². E assim, conforme a fronteira ia sendo incorporada, a *wilderness* desaparecia. Por outro lado, era a sua existência que motivava o ímpeto expansionista norte-americano.

Roderick Nash atribui o nascimento da ideia de parque nacional a George Catlin que, em maio de 1832, chegou em Port Pierre, atual South Dakota, e constatou suas suspeitas de que a natureza estava sendo extinguida pela civilização. Estudioso e pintor de índios americanos, Catlin, que pretendia capturar “a graça e a beleza da natureza”, acompanhou os desdobramentos de uma negociação realizada por índios estabelecendo a troca de mil e quatrocentas línguas frescas de búfalos por alguns poucos galões de uísque. Daí Catlin concluiu que tanto índios quanto búfalos estavam em vias de extinção. Ao considerar os efeitos da expansão da civilização, Catlin formulou que índios, búfalos e a *wilderness* na qual habitavam poderiam não desaparecer completamente se fossem, a partir de políticas públicas, preservados em um “magnífico parque”. Seria um parque nacional no qual essa beleza selvagem poderia ser para sempre mostrada aos cidadãos refinados de todo o mundo.

Nash destaca dois pontos sobre Catlin. Primeiro, ele era um homem que compartilhava a ideologia dos pioneiros de tirar da terra a sobrevivência. Segundo, foi o pensamento de que a *wilderness* estava desaparecendo nos Estados Unidos que o levou a idealizar o parque nacional. De grandes proporções, seria composto por uma natureza selvagem e administrado pelo governo nacional para o benefício de todos. Os parques nacionais posteriormente desenvolvidos tiveram essas ideias como essência. A única diferença significativa entre estes e o esquema proposto por Catlin se refere aos indígenas que, em sua concepção, fariam parte da natureza selvagem a ser preservada.

Segundo Nash, após estas reflexões de George Catlin, os clamores pela preservação da *wilderness* foram aumentando e, quarenta anos após a sua proposta, foi criado o *Yellowstone National Park*. Em 1872, o presidente Ulysses S. Grante assinou um ato designando as terras

³⁰² TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: Dove, 1996.

ao noroeste de *Wyoming* como o *Yellowstone National Park*. Nash atenta para o fato de que as expressões utilizadas na lei não deixavam dúvidas de que deveria ser um parque de natureza selvagem e não um *garden-park*: “proporcionar a preservação/em suas condições naturais”. O objetivo era preservar toda a madeira, depósitos minerais, curiosidades naturais e maravilhas dentro do parque. Inicialmente o foco da proteção não era a *wilderness* propriamente, e sim gêiseres, fontes termais, cachoeiras e outras “curiosidades ou maravilhas”. Somente mais tarde, por volta dos anos de 1880 e 1890, as pessoas teriam se dado conta de que a *wilderness* também havia sido preservada em 1872.

O segundo fator apontado por Nash foi a existência de uma ideologia de bens públicos. Para ele o reconhecimento do valor da natureza não modificada não é o suficiente para explicar o surgimento dos parques nacionais nos EUA. De acordo com o autor, a emergência da ideia de propriedade pública da terra é um aspecto fundamental para explicar a invenção americana dos parques nacionais. O domínio público da terra tornou possível a criação do *Yellowstone National Park*. Nash localiza as raízes da propriedade comum da terra no século XVII. Os primeiros americanos teriam agido para proteger os interesses sociais no ambiente talvez como uma reação às práticas de monopólio da terra praticadas no feudalismo ou ao sistema de cercamentos.

O *Great Ponds Act* de 1641 citado por Nash reservava grandes formações de água para o uso público para pesca ou caça. Para o autor a criação do domínio público da terra após a independência teria sido determinante para fortalecer o próprio ideário democrático: toda a terra que fosse posse do governo federal estava disponível para todas as pessoas. Mesmo que a propriedade privada fosse tomando o lugar da propriedade federal, este controle inicial abria a possibilidade de que algumas terras continuassem públicas.

Nash menciona que a reserva em 1832 do *Hot Springs* em *Arkansas* é normalmente reconhecida como o começo do envolvimento federal na gestão da terra para propósitos recreativos, assegurando o interesse público em um objeto natural. Mais importante para a questão dos parques nacionais foi a subvenção federal em 1864 do *Yosemite Valley* para o Estado da *Califórnia* como um parque estadual “para uso público, resort e recreação”. No entanto, a área reservada logo perdeu seu caráter selvagem e se tornou um florescente empreendimento turístico. O *Yosemite National Park* só apareceria 26 anos depois. No entanto, a concessão de 1864 reforçou o precedente para a preservação de parte do domínio público para todas as pessoas por razões recreativas e de fruição. *Yosemite* foi um importante passo no caminho para *Yellowstone*.

O terceiro fator destacado foi a existência de uma quantidade considerável de “terra virgem” no momento em que os dois primeiros fatores comentados acima se combinaram e geraram o desejo de protegê-la. A colonização se expandiu de leste para oeste e isso possibilitou a ocupação em uma parte do país e a existência de vastas áreas de terra desocupadas em outra parte; o que fomentou um entusiasmo por essa *wilderness*. Nash argumenta que se a colonização tivesse ocorrido do oeste para o leste, possivelmente a *wilderness* teria deixado de existir antes do surgimento de um contra movimento em prol de sua preservação.

O último fator destacado por Nash que teria influenciado a invenção americana dos parques nacionais foi a capacidade de exploração de recursos naturais. Para o autor o país já havia acumulado o suficiente a ponto de reservar algumas terras devido ao seu valor não comercial. Teria sido justamente o sucesso norte-americano na exploração do ambiente que teria possibilitado a sua proteção e fomentado a ideia de parque nacional que se disseminaria como uma contribuição americana para a cultura mundial.

A experiência norte-americana serviu muitas vezes de inspiração para aqueles que defenderam a criação de parques nacionais no Brasil e o processo que levou à criação destas áreas, embora tenha suas características próprias e foi efetivado a partir de conjuntura favorável no contexto nacional, tem pontos de aproximação com os desdobramentos do pioneirismo norte-americano³⁰³. Tendo como foco o processo de criação de parques nacionais, é possível afirmar que nos dois países este esteve relacionado com políticas de gestão e controle de seus territórios.

É possível fazer uma comparação entre o Brasil e o EUA no que se refere à importância do espaço territorial como elemento constitutivo da identidade nacional. Em ambos, o alargamento de fronteiras foi fundamental nesse processo³⁰⁴. Nos EUA, a existência da *wilderness* motivou a ocupação das fronteiras e moldou a identidade do pioneirismo norte-americano. No Brasil, o projeto do Estado Novo de mudar a imagem do país e do brasileiro tinha como importante tarefa a ocupação dos espaços vazios (que podem ser entendidos como fronteiras), fundamental para a política desenvolvimentista que visava a gestão e o

³⁰³ No seguinte trabalho, a partir de comparações entre os conceitos de *wilderness* e fronteira na história norte-americana e a categoria sertão, no caso brasileiro, são discutidos pontos de aproximação entre o pioneirismo americano e o movimento de conquista dos sertões brasileiros: SILVA, Sandro Dutra e, SÁ, Dominichi Miranda de, SÁ, Magali Romero. Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura, op.cit., 2015;

³⁰⁴ Para uma análise comparativa da questão territorial fornecendo as bases para a construção de modelos de identidade nacional no Brasil e nos EUA, ver: OLIVEIRA, Lucia Lippi. Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

aproveitamento de todo o território nacional. Neste sentido, um conjunto de ações diversas, que não foram iniciadas apenas com a Era Vargas, seguiam o grande princípio de ocupação dos espaços vazios como tarefa para a construção da nação no século XX: projetos políticos de modernização e desenvolvimento, construção de infraestrutura de transportes e comunicações para circulação e integração de áreas dispersas, avanço do povoamento, o estabelecimento de “vocações regionais” para a exploração de recursos naturais, políticas de saúde pública, etc³⁰⁵.

Lucia Lippi apontou a construção da nova capital do Estado de Goiás, Goiânia, em 1941, como um importante marco na política de conquista do interior. A cidade de Volta Redonda, que passou a abrigar a Companhia Siderúrgica Nacional na década de 1940 e fica localizada no Rio de Janeiro, no Vale do Paraíba, assim como o Parque Nacional de Itatiaia, foi comparada a Goiânia. Segundo a autora, as duas cidades faziam parte da política de ocupação de novos territórios e da montagem de comunicações entre espaços anteriormente isolados, em prática desde o início dos anos 30³⁰⁶.

O segundo e o terceiro fatores apontados por Nash para explicar a criação de parques nacionais nos EUA também estiveram presentes no contexto nacional e essa comparação ajuda a compreender o desenrolar da experiência brasileira no contexto da política de protecionismo da natureza. A natureza enquanto um bem público, a ser colocado sob o controle do Estado, e a existência de “terras virgens”, no caso brasileiro, entendidas como fundos territoriais abundantes em recursos naturais disponíveis e frente de expansão da ocupação territorial, foram aspectos centrais do projeto de desenvolvimento varguista. E o processo de conhecimento, classificação e integração dessas fronteiras brasileiras teve a criação de parques nacionais como um de seus resultados, representando tanto o estabelecimento de reserva de recursos quanto uma forma de domínio efetivo sobre o território.

³⁰⁵ O livro “Vastos Sertões”, já citado nesta tese, reúne uma série de trabalhos que analisam estas diferentes ações motivadas pelo princípio de ocupação do interior para a construção da nação.

³⁰⁶ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. *Política & Sociedade*, nº 12, abril de 2008.

3.3- A criação do Parque Nacional de Itatiaia

O decreto nº 23793 de 23 de janeiro de 1934 inaugurou o primeiro Código Florestal brasileiro. Pela primeira vez no país, um dispositivo legal fazia alusão à existência de parques nacionais, estaduais ou municipais³⁰⁷. Porém, a criação do primeiro parque nacional brasileiro só se deu alguns anos após a publicação do Código Florestal de 1934 com a escolha das terras de Itatiaia para tal empreendimento.

Os anos de 1930 construíram o cenário perfeito para que o primeiro parque nacional brasileiro fosse enfim lançado. Ainda sob o efeito da Revolução de 30 havia toda uma atmosfera marcada pelo desejo de mudanças. Reformas estavam ocorrendo ou sendo desenhadas nos mais diversos planos. Politicamente estava em curso um processo de centralização administrativa que incluía a gestão da natureza através de um conjunto de instrumentos legais e de instituições que serviam a este fim. O ideal de modernização também incorporava a criação de um parque nacional, pois o Brasil estaria seguindo o exemplo de uma série de nações modernas nas quais já existiam estas áreas protegidas. O nacionalismo que caracterizava o período e o aparato ideológico que o fortalecia e justificava o autoritarismo do Estado também estavam afinados com a ideia de reservar a título de parque nacional uma área de natureza exemplar tanto no que se refere à sua beleza, quanto aos seus atributos científicos ou mesmo ao seu potencial simbólico enquanto um representante da grandiosidade da nação brasileira. Neste sentido o importante papel desempenhado por Porto foi o de articular o contexto (nacionalista, autoritário, ideológico), as demandas (científicas, sociais, políticas, econômicas, regionais e nacionais) e as condições que reuniu (cargos e relações privilegiadas) para alcançar a aprovação do projeto.

De acordo com o decreto de criação do Parque Nacional de Itatiaia, essa era a descrição da área escolhida para ser protegida e abrigar o primeiro parque nacional brasileiro:

(...) uma área de 119.439.432 metros quadrados, ou sejam, 11.943 hectares, coberta na maioria de matas primitivas, com as altitudes variando de 816 a 2.787 metros, cortada por numerosos pequenos córregos que desaguam nos rios Aiuruoca, Campo Belo e Preto, que têm ali suas nascentes, e apresentando flora inteiramente diversa da de outras montanhas do Brasil, mesmo da de outros contrafortes da Serra da Mantiqueira; área e flora já

³⁰⁷Decreto nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

estudadas, em todos os seus aspectos, por geólogos, botânicos e cientistas de toda espécie, nacionais e estrangeiros (...)³⁰⁸

Uma região sobrevivente dos muitos usos humanos que já haviam lhe sido impostos na ocasião. O trecho do decreto “coberta na maioria de matas primitivas” fornece pistas do desmatamento levado a cabo pelos carvoeiros, dos impactos ambientais gerados pelas trilhas da mineração, da devastação provocada pelas queimadas da agricultura, do esgotamento do solo causado pela lavoura cafeeira, da existência de pastos usados pela pecuária, enfim, de todos os usos e desusos que imprimiram alterações na história ambiental daquela região nos últimos trezentos anos, pelo menos.

Segundo José Augusto Drummond o Parque Nacional de Itatiaia é o mais importante do Brasil, localizado na divisa entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, em uma área de extrema raridade ecológica e paisagística³⁰⁹. Situado na Serra da Mantiqueira, abrange terras dos municípios de Itatiaia e Resende, ao sudoeste do Estado do Rio de Janeiro, e Bocaina de Minas e Itamonte, a sudoeste de Minas Gerais, onde ficam aproximadamente 60% de seu território³¹⁰.

O PNI apresenta um relevo caracterizado por montanhas e elevações rochosas, com altitude variando de 540 a 2.791 m, no seu ponto culminante, o Pico das Agulhas Negras. É justamente esta diferença de altitude de seu relevo e a variação climática consequente que permitem uma grande diversificação na fauna e flora do parque. O PNI é constituído por dois ambientes distintos: a parte baixa, sede do parque, onde predomina uma mata secundária em recomposição e a parte alta, região do Planalto do Itatiaia, onde é possível encontrarmos a maior parte da vegetação primária.

Na região do Planalto do Itatiaia, encontram-se os campos de altitude e os vales suspensos onde nascem vários rios. A área do Parque abrange nascentes de 12 importantes bacias hidrográficas regionais, que drenam para duas bacias principais: a do rio Grande, afluente do rio Paraná, e a do rio Paraíba do Sul, o mais importante do Rio de Janeiro. Dezoito espécies vegetais dos campos de altitudes são endêmicas das Agulhas Negras. A parte baixa caracteriza-se principalmente por sua densidade vegetativa e abundantes cursos d'água, com

³⁰⁸DECRETO nº 1.713 DE 1937. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

³⁰⁹DRUMMOND, J. A. L. Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997, pág.181.

³¹⁰<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/188-parque-nacional-do-itatiaia>. Acessado em 02/02/2016.

diversas áreas apropriadas para banho. Tem fácil acesso a partir da Via Dutra e recebe o maior fluxo de turistas do Parque, concentrando a maior parte da estrutura de visitação³¹¹.

Dentre os modos de ocupação humana da região que viria a abrigar o primeiro parque nacional brasileiro está a experiência dos núcleos coloniais. Curioso notar que a tentativa de instalação desses núcleos foi promovida justamente em áreas “sobreviventes”, pouco utilizadas até então para satisfazer as necessidades ou ambições humanas. A história destes núcleos coloniais teve início em 1908. Neste ano, o governo federal comprou do Sr. Henrique Irineu de Souza por cento e trinta contos de réis as fazendas: Queijaria, Central, Taquaral, Invernada, Itatiaya, Mont-Serrat e Bemfica. Nos títulos de propriedade apresentados os terrenos ou títulos figuravam com os seguintes nomes: Sítio, Saudade, Mont-Serrat e Bemfica, Itatiaya, partes das terras do Couto, Cruzes, Taquaral, Serra do Rio Preto, Santo Antônio do Rio Preto e Rio Preto, situados nos municípios limítrofes de Resende, no estado do Rio de Janeiro, e Ayuruoca, em Minas Gerais. Importante registrar que o proprietário era herdeiro do Visconde de Mauá, que, na segunda metade do século XIX, havia adquirido estas terras e obtido do governo imperial uma concessão para a exploração de carvão vegetal na região.

Após a compra, ficou resolvida pelo Serviço de Povoamento a fundação de dois núcleos coloniais nessas terras, um no vale do Rio Preto, com a denominação de Visconde de Mauá, o outro a começar na Fazenda Bemfica, com o nome de Itatiaya. A partir daí deveriam ser formadas comissões para a medição e demarcação do perímetro das terras adquiridas e para a construção de uma estrada de rodagem da cidade de Resende ao Rio Preto³¹².

Em minha pesquisa não localizei especificamente documentos sobre estas comissões e sim muitas referências sobre a participação de Paulo Campos Porto na que fora iniciada em 15/06/1908 e com término em 25/09/1909. Na verdade, só encontrei apontamentos sobre esta comissão que teria sido a do engenheiro Alberto Borba Pacca. Este fora convocado pelo diretor do Serviço do Povoamento para fazer o levantamento e demarcação de todos os terrenos adquiridos pela União. As informações mais detalhadas sobre os estudos realizados foram encontradas em um recorte de jornal que faz parte do acervo da Biblioteca João Barbosa Rodrigues do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Porém, neste não é possível identificar nem a data nem a publicação da qual foi retirado. Segundo a reportagem, os estudos feitos pelo engenheiro eram os mais completos e os mais perfeitos de

³¹¹ <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/>. Acessado em 02/02/2016.

³¹² Folha timbrada do Ministério da Agricultura, Diretoria de Pesquisas Científicas, Instituto de Biologia Vegetal. Título digitado: “Folha 74 do Relatório do Serviço de Povoamento de 1908”. Consultado no acervo da Biblioteca João Barbosa Rodrigues do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Setor de obras raras.

todos os pontos culminantes do Itatiaia, as Agulhas Negras. Dele constavam “uma planta topográfica, levantamento das aguadas e determinação das referidas Agulhas Negras e outras pedras dignas de admiração pela sua conformação e altitude”³¹³.

Contudo, a experiência colonizadora logo se revelou fracassada. As terras eram inadequadas para a cultura de subsistência e, sobretudo, para a aclimação das espécies europeias que os colonos eram incentivados pelo governo federal a cultivar como azeitonas, peras e maçãs. Falhas técnicas e falta de seleção dos colonos que, por vezes, eram totalmente alheios à agricultura também foram apontadas como causas do malogro da colonização. Aos poucos as terras foram sendo abandonadas e devastadas por lenhadores, carvoeiros e criadores de gado³¹⁴.

A esta altura muitos cientistas nacionais e estrangeiros como Homem de Mello, Orville Derby, Alberto Löfgren, Massena, Hubmayer, dentre outros, já haviam chamado atenção para o patrimônio natural abrigado naquela região montanhosa. Esta atraía o interesse de naturalistas de todo mundo por conta das características de sua flora e fauna e/ou pela beleza de seus aspectos paisagísticos. Um pequeno artigo publicado em *Rodriguésia* na década de 50, por ocasião do vigésimo aniversário do PNI, traz uma informação importante. No Congresso Internacional de Botânica ocorrido em Viena em 1905 teria sido proposta e aceita a moção da criação de parques nacionais. O objetivo destes era a preservação de quadros nos quais as características naturais de sua flora, fauna ou aspectos paisagísticos constituíssem monumentos a serem resguardados para as gerações futuras como campos de estudos ou parques de recreação. Estes deveriam ser mantidos na sua pureza e integridade biológica. Assim, segundo a publicação, a ideia da criação de parques nacionais era grata também entre os nossos naturalistas que estariam familiarizados com as pesquisas de Eugênio Warming, cientista que já estivera no país e era o fundador da nova ciência da Ecologia que encontrava nos santuários naturais o seu mais fecundo campo de estudos³¹⁵.

Ecology of plants (1896), trabalho de Warming, foi considerado o produto mais bem sucedido de um tipo de ecologia que emergiu nos fins do século XIX e cuja ênfase era dada à composição e à estrutura das comunidades que consistem em espécies diferentes. Os membros que seguiam essa tradição voltada para comunidades de plantas eram fortemente fisicalistas em suas explicações, com ênfase no papel da temperatura, da água, da luz, do nitrogênio, do fósforo, do sal e de outras substâncias e elementos químicos na distribuição dos tipos de

³¹³ Notícia recortada sem data e sem jornal. Consultado no acervo da Biblioteca João Barbosa Rodrigues do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Setor de obras raras.

³¹⁴ *Correio da Manhã*- 14/07/1957; *Rodriguésia*, dezembro de 1957, ano XX, vol.32, pág. 247.

³¹⁵ *Rodriguésia*, dezembro de 1957, ano XX, vol.32, pág. 249.

vegetação. Para Warming, diferentemente de muitos de seus predecessores, o determinante principal era a precipitação e não a temperatura. Ele chegou a essa conclusão a partir de suas pesquisas realizadas nos trópicos³¹⁶.

A geobotânica ecológica de Warming procurava mostrar como as plantas e as comunidades vegetais ajustavam suas formas e seus comportamentos aos fatores efetivamente atuantes de seu meio ambiente tais como quantidade de calor, de luz, de alimentação e de água. Aproximando a geobotânica da ecologia, Warming operava com base nas relações existentes entre as formas biológicas e o meio ambiente³¹⁷. Desse modo, para os estudos de botânica que tinham como proposta esse conjunto de formulações ecológicas, os parques nacionais, enquanto áreas protegidas nas quais seus aspectos naturais eram mantidos sem alterações, se constituíam locais ideais para a realização de pesquisas.

Na época da implantação dos núcleos coloniais em Itatiaia, Paulo Campos Porto era um assíduo frequentador daquelas matas onde herborizava e realizava estudos de sistemática na flora local. A maioria de seus trabalhos eram realizados naquela região. Provavelmente isto se devia ao fato da localidade abrigar áreas que eram *habitat* muito favorável para as orquídeas, objeto de sua especialidade. Inclusive, o botânico em um artigo sobre a flora orquídea da Serra do Itatiaia recomendou ao governo providências contra os riscos que o machado do colono trazia para os trechos de florestas virgens nos arredores da fazenda Mont-Serrat³¹⁸.

Expressando sua preocupação com a devastação em curso e protestando contra as queimadas que estavam destruindo a “pureza” da flora local e alterando o seu equilíbrio biológico, em fevereiro de 1914 Paulo Campos Porto teria endereçado ao diretor do JBRJ, J.C. Willis, um ofício que pode ser considerado a primeira formulação de uma proposta concreta para a criação do PNI. Neste documento Porto teria denunciando ao governo a depredação que presenciava *in loco* e apresentado uma proposta para a proteção daquela natureza:

Peço vênha para lembrar-vos que seria de grande alcance científico reservarem-se terrenos desnecessários ao Núcleo Itatiaia, para o estabelecimento de um Parque Nacional. A parte superior desta montanha, que fica entre a ponte do Maromba e o Alto do Itatiaia, sem prejuízo para a Colônia e com grande lucro para a ciência, prestar-se-ia, maravilhosamente, pelo seu clima e condições topográficas, à localização de um horto

³¹⁶ MAYR, Ernest. *Isto é Biologia: A ciência do mundo vivo*. Companhia das Letras, 2008, págs.293 e 294.

³¹⁷ ACOT, Pascal. *História da Ecologia*, op.cit., 1990, págs.32-35.

³¹⁸ Contribuição para o conhecimento da flora orchidacea da Serra do Itatiaya. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.*, v. 1, n. 1, 1915, Rio de Janeiro, p. 108.

dependente desse Jardim Botânico. Apresentando essa ideia chamo para ela a vossa esclarecida atenção, pois certo estou de que um parque nacional nas fraldas do Itatiaia prestaria à ciência botânica relevantíssimo serviço³¹⁹.

No mesmo ano de 1914, Paulo Campos Porto apresentou ao deputado Homero Baptista, Presidente da Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, o relato dos seus estudos em Itatiaia e um projeto para a anexação de terras daquela localidade ao JBRJ. Pouco depois o governo federal incorporou ao patrimônio desta instituição 11.943 hectares de terras que não haviam sido vendidas do total dos 48.000 hectares que foram loteados para a implantação dos núcleos coloniais³²⁰. Esta área foi denominada Reserva Florestal do Itatiaia que seria posteriormente alterada, após uma série de melhorias e ampliação dos objetivos institucionais, para Estação Biológica do Itatiaia.

Os trabalhos relativos à constituição da Reserva Florestal, sempre a cargo de Paulo Campos Porto, foram iniciados por volta dos anos de 1915. Uma das propostas era promover ali culturas de plantas úteis de altitude, principalmente a da quina, “cuja utilidade era notória e facilmente explicava o seu valor mercantil”³²¹. Em 1922 já haviam sido instaladas as principais dependências para a realização de estudos de biologia vegetal, principalmente os de aclimação e silvicultura. Nesta ocasião, eram realizados ensaios de adaptação em diversas altitudes de grande número de espécies alpestres de reconhecido valor³²².

A Reserva Florestal do Itatiaia passou a se chamar Estação de Biologia Vegetal do Jardim Botânico em 1925, o que logo foi modificado para Estação Biológica de Itatiaia. A flora alpestre indígena e exótica daquela zona estava sendo estudada e os resultados da aclimação de espécies de valor econômico e ornamental eram muito promissores³²³. Nesta época o JBRJ tinha como missão realizar trabalhos com objetivos econômicos e especulativos, diretamente relacionados com a exploração do nosso mundo vegetal que era

³¹⁹ *Rodriguésia*, ano XX, vol.32, pág. 247.

³²⁰ Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937.

³²¹ Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1919, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Ildefonso Simões Lopes, pág.44. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2016/000001.html>. Acessado em 29/09/2015.

³²² Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1920, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, pág.67. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/000073.html>. Acessado em 29/09/2015.

³²³ Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1925, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, pág. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/000073.html>. Acessado em 29/09/2015, pág. 331.

tido então como uma das maiores fontes de riqueza do país³²⁴. Durante o ano de 1927, sempre sob a chefia de Paulo Campos Porto, a Estação Biológica de Itatiaia passou por um desenvolvimento considerável. Foram iniciadas a construção do arboreto com espécies indígenas e exóticas, uma coleção entomológica e uma biblioteca especializada com grande número de publicações estrangeiras. O herbário foi enriquecido com exsicatas da flora regional e novos terrenos pertencentes ao antigo núcleo colonial foram anexados às terras da Estação. Nestas terras foram plantadas espécies europeias de altitude para estudos de aclimatação. Foi realizado ainda o conserto das estradas pertencentes à Estação e construída uma ponte de madeira sobre o Rio Maromba, num vão de 16 metros e com 1.100 metros de altitude³²⁵.

Além disso, ainda em 1927 foi construída uma casa de madeira a 1960 metros de altitude no lugar chamado Macieiras. Ali foi inaugurado o Abrigo Macieiras, existente até os dias de hoje, embora desativado até uns meses atrás devido ao precário estado de conservação. Durante seus quase 90 anos de existência, o Macieiras hospedou gerações de montanhistas e possibilitou a realização de pesquisas científicas por abrigar pesquisadores de diversas instituições nacionais e estrangeiras³²⁶.

A Estação Biológica era visitada por cientistas nacionais e estrangeiros. Em 1927 o Prof. Holt permaneceu oito meses no estabelecimento estudando a fauna regional e ao retornar aos Estados Unidos publicou o trabalho intitulado “Pássaros do Itatiaia”³²⁷. Outro visitante estrangeiro, o Dr. Tobler, diretor do jardim botânico de Dresden, visitou a Estação Biológica em 1929. O pesquisador deixou uma carta para Porto relatando a suas impressões sobre o estabelecimento:

A visita a Estação Biológica proporcionou-nos uma intensa e inesperada alegria. Não imaginara que naquele recanto do Brasil houvesse um instituto tão importante, e devo lhe dizer que, em comparação com muitos outros similares, eu o considero uma estação modelar. Espero que

³²⁴ Sobre este assunto ver: CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, 2011, op.cit.

³²⁵ Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1927, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Geminiano Lyra Castro, pág.90. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2023/000001.html>. Acessado em 29/09/2015.

³²⁶ <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/destaques-e-eventos/114-mutirao-para-a-recuperacao-do-abrigo-macieiras.html>

³²⁷ O trabalho ao qual o documento se refere é: Holt, E.G. 1928. Ornithology of Serra do Itatiaia, Brazil. Bull. Amer. Mus.Nat. Hist., 57: 251-326. Ernest Golsan Holt (1889-1983), ornitólogo americano que trabalhou por muitos anos para o U.S. Soil Conservation Service. Ernest Holt começou sua carreira como um biólogo de campo no Bureau of Biological Survey (1912-1917). Viajou para o Brasil e para a Venezuela no final da década de 20 para a realização de estudos e coleta de plantas e animais selvagens. Fontes: <http://plants.jstor.org/stable/history/10.5555/al.ap.person.bm000033133>, <http://www.pwrc.usgs.gov/resshow/perry/bios/holternest.htm>

esta estação constituirá um importantíssimo ponto de apoio para as investigações botânicas. Compreendi, desde logo, que foi o senhor o único e verdadeiro “pai” daquele belíssimo estabelecimento, pelo qual eu o felicito calorosamente, bem como ao seu país³²⁸.

As obras de constituição da Estação Biológica de Itatiaia já estavam concluídas em 1929. O Jornal do Brasil do dia 16 de julho deste mesmo ano informou sobre a ida do Presidente Washington Luis ao estabelecimento para a cerimônia de sua instalação³²⁹. Contudo, a Estação Biológica já estava em funcionamento fazia alguns anos. Em 1954, sobre a Fundação da Estação Biológica de Itatiaia, Porto, exaltando seu protagonismo e valorizando seus esforços pessoais, afirmou:

“(...) Consegui, Deus sabe à custa de quantas penas, fundar a Estação Biológica do Itatiaia, em 1929, no governo Washington Luiz. Fundei-a fora da lei e quase contra ela. Fundei-a praticamente sem recurso ou amparo oficiais, o que me forçou a apelar para amigos a fim de que não interrompessem por falta de recurso, os trabalhos de caracterização zoológica e florística da região”³³⁰.

Quando disse que fundou a Estação “fora da lei” quis remeter ao fato de que nesta ocasião ainda não tínhamos um Código Florestal ou legislação similar que regulamentasse ou respaldasse a criação de áreas de proteção à natureza no Brasil. Contudo, criar uma estação biológica vinculada a uma tradicional instituição científica, o Jardim Botânico, possibilitou, em algum grau, a conservação daquelas matas e a realização de estudos sobre a natureza local. No entanto, este fato acarretou a falta de recursos orçamentários para a implantação do projeto.

Paulo Campos Porto era um defensor da criação de regiões florísticas destinadas a conservar os aspectos originais da natureza brasileira e a criação da Reserva Florestal de Itatiaia tivera como um de seus propósitos a proteção da natureza local. No entanto, desde o início as terras da Reserva serviram a experiências de aclimação tanto de espécies indígenas como exóticas, incluindo a introdução de espécies europeias. Deste fato podemos concluir que não era um objetivo desta instituição a manutenção absoluta das características primitivas da flora local. A introdução de espécies exóticas e mesmo estrangeiras poderia provocar

³²⁸ *O Jornal*, 9/10/1929, “A Estação Biológica de Itatiaia”.

³²⁹ Foi instalada a Estação Biológica do Itatiaia- A excursão do Sr. Presidente da República. *Jornal do Brasil*, 16/07/1929,

³³⁰ Um bronze no Jardim Botânico- O 40 aniversário de serviço público de Campos Porto. *Correio da Manhã*, 13/10/1954.

transformações nos aspectos originais daquela flora local. No entanto, estas alterações, se provocadas, seriam fruto do labor científico ali realizado e, portanto, permitidas. Porém, alguns terrenos foram mantidos com a floresta virgem para que servissem de depositário fiel da flora existente.

O propósito aqui não é apresentar a Estação Biológica de Itatiaia como uma precursora do primeiro parque nacional brasileiro. Pretendo apresentar a relação entre ambas e mostrar a atuação do botânico Paulo Campos Porto neste movimento que fez com que uma região de natureza a ser preservada fosse protegida enquanto reserva florestal, posteriormente transformada e conservada enquanto uma estação biológica pertencente a importante instituto científico e, por fim, abrigasse um parque nacional. Como o próprio decreto de criação do Parque Nacional de Itatiaia indicou, esta região escolhida para ser o primeiro parque nacional brasileiro, já estava sendo estudada em muitos de seus aspectos. Deste modo, é possível afirmar que os estudos científicos ali realizados por Porto e outros pesquisadores do JBRJ, ao menos desde 1908, destacaram as especificidades e potencialidades da natureza local e forneceram poderosos argumentos em prol da necessidade de sua preservação.

Ainda sobre a Estação Biológica de Itatiaia, José Augusto Drummond comenta que, embora as fontes não mencionem explicitamente, é possível que esta e as expedições regulares que promoveu tenham contribuído para inibir a ocupação humana da região. Além disso, os estudos realizados pelas equipes do JBRJ na Serra do Itatiaia teriam proporcionado ao governo um conhecimento de primeira-mão da área, o que, na visão do autor, deve ter contribuído para sua escolha como parque nacional. Porém, o autor afirma que a EBI teria existido ao menos entre 1908 e 1928³³¹. Na verdade, este órgão do JBRJ existiu entre 1925 e 1939/40. O que teve início por volta de 1908 foram justamente as pesquisas de Paulo Campos Porto na região que em 1914 abrigou a Reserva Florestal subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Aliás, assim como a EBI, o Parque Nacional de Itatiaia também esteve atrelado a esta instituição até 1939/40 quando passou para a jurisdição do Serviço Florestal que passou a administrar também o JBRJ.

Acerca da contribuição da EBI para a proteção da natureza regional posso comentar ainda algumas fontes localizadas pela pesquisa. Analisando uma documentação composta de orçamentos para o fornecimento de material para a construção da ponte sobre o Rio Maromba (1927) apresentados por diferentes firmas a Paulo Campos Porto, chefe da Estação Biológica, há uma proposta que despertou especial atenção. Acompanhando a relação do material a ser

³³¹ DRUMMOND, J. A. L. Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro, op.cit., 1997, pág.161.

fornecido, os valores e as informações referentes ao prazo de entrega havia uma carta do proponente solicitando autorização para utilizar alguma madeira existente no terreno da própria “Reserva”, caso sua proposta de fornecimento fosse aceita. Como justificativa argumentava que a madeira comprada no Rio de Janeiro era muitas vezes defeituosa ou mesmo corroída pela ação do tempo. Também alegava que não poderia se responsabilizar por possíveis avarias que a madeira viesse a sofrer no transporte do Rio até a “Reserva”, tendo em vista o mau estado de parte da estrada que teria que trafegar. Em 15 de agosto de 1927, Porto decidiu que esta proposta não poderia ser levada em consideração por alguns motivos, dentre os quais estava a derrubada de árvores na Estação Biológica³³².

Em março de 1929 foi instituído um regulamento concernente a polícia e conservação das águas, fauna e flora da Estação Biológica do Itatiaia. O chefe da EBI ficou responsável por fazer com que este regulamento fosse cumprido e a este caberia também a aplicação das multas. As disposições regulavam desde a entrada nas florestas da EBI, que dependeria de autorização prévia, até a permanência naquelas dependências. Segundo o regulamento, o ideal seria que sempre que possível qualquer pessoa que entrasse nas terras da Estação fosse acompanhada por vigias. O policiamento e inspeção das florestas caberia aos guardas florestais da Estação Biológica. Ficou considerada contravenção florestal todo e qualquer atentado contra os elementos da floresta que fosse prejudicial à sua existência e à sua utilidade. O regulamento estabelecia penas de prisão e multa àqueles que não seguissem as regras vigentes. Em alguns casos, como no de incêndios propositais, a pena era de acordo com o Código Penal³³³.

Contudo, não foram localizadas fontes que dessem conta se a aplicação deste código de fato ocorreu. Porém, a partir de outros dados coletados, como, por exemplo, uma folha de frequência dos funcionários da EBI no ano de 1929, posso concluir que esta não deve ter ocorrido como o pretendido. Contando apenas com 13 funcionários e sofrendo com recursos orçamentários escassos, conforme constantemente relatado, é bem pouco provável que a instituição tivesse meios de prover a fiscalização necessária para a aplicação absoluta do regulamento.

Enquanto chefe da Reserva Florestal e da Estação Biológica de Itatiaia, Paulo Campos Porto acionou o prestígio que possuía em prol dos interesses à frente do estabelecimento

³³² Proposta e carta apresentada por Joviano Miranda para o fornecimento de madeira para construção de ponte. Datas: 15-07-1927/29-07-1927. Documentos consultados no Parque Nacional de Itatiaia.

³³³ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Regulamento concernente à polícia e conservação das águas, flora e fauna da Estação Biológica do Itatiaia. Portaria de 2 de março de 1929. Documento consultado na Biblioteca do Parque Nacional de Itatiaia.

científico. Conseguiu concretizar e dar notoriedade a EBI a partir da ida do presidente Washington Luis para a cerimônia de instalação de um órgão que funcionava e se autodenominava como tal já havia alguns anos. Durante o governo provisório, em 1931, recebeu também na EBI a visita de Getúlio Vargas acompanhado de grande comitiva que incluía a presença de três ministros: Assis Brasil, Leite de Castro e José Américo³³⁴. Assim como nas visitas de Vargas ao Jardim Botânico, Campos Porto solicitamente apresentou as dependências do estabelecimento, ministrou informações sobre o serviço realizado e garantiu que o ilustre convidado, para registrar sua visita, plantasse ali uma árvore. Além disso, ofereceu um almoço no edifício central da Estação Biológica³³⁵.

Nos primeiros meses de 1937 Paulo Campos Porto submeteu ao Conselho Florestal Federal um estudo que lhe foi solicitado pelo Ministro da Agricultura Odilon Braga para localizar o primeiro parque nacional na região do Itatiaia³³⁶. Após exame, o CFF aprovou por unanimidade o plano executado pelos técnicos do Ministério da Agricultura, sob a chefia de Paulo Campos Porto para a localização na região de Itatiaia do primeiro parque nacional brasileiro destinado à flora nacional³³⁷. É importante reforçar que Campos Porto era um dos membros do Conselho Florestal nesta ocasião (1934-1938), o que acredito que tenha contribuído para a escolha daquelas terras e a aprovação do projeto. A partir daí, em menos de três meses foi decretada a criação do PNI. Todavia, não foi aclamado de maneira unânime. Recebeu críticas de contrários ao governo que alegavam que Vargas estaria “gozando e se divertindo em seus últimos dias na presidência”, pois teria ido a Itatiaia inaugurar o primeiro parque nacional onde só existiam as terras da Estação Biológica³³⁸.

Por um lado estes críticos tinham razão. Vargas e sua grande comitiva foram a Itatiaia para a solenidade da criação do PNI, não em seus últimos dias de governo como pensavam, mas, às vésperas do golpe que lhe manteria por mais oito anos no poder, para festejar apenas uma ideia. Durante algum tempo após a pedra inaugural o que continuou existindo e funcionando ali foi a EBI e a estrutura que esta conseguira construir e manter³³⁹. Contudo, com a criação do PNI, havia sido instituída uma comissão, subordinada ao Ministério da Agricultura, que ficaria responsável por elaborar o plano a ser executado para a organização

³³⁴ *Diário da Noite*- 12/10/1931.

³³⁵ *Idem*.

³³⁶ *Ibidem*.

³³⁷ *Folha do Norte*- Belém- PA- 21/04/1937.

³³⁸ *O Dia*- Curitiba- PR- 01/07/1937.

³³⁹ Até o ano de 1943 o parque foi administrado por uma comissão organizadora que, durante este período, chegou a realizar obras de melhorias de estradas, abrigos e infraestrutura. Contudo, uma estruturação efetiva só foi ocorrer durante o período em que Wanderbilt Duarte de Barros assumiu a administração (1943-1957).

definitiva do parque. Esta foi nomeada em julho de 1937 e era composta pelo diretor do Serviço de Estradas de Rodagem do Ministério de Viação e Obras Públicas, Yedo Fiuza, pelo diretor do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural do Ministério da Justiça, Lourival Fontes, e pelo superintendente do JBRJ do Ministério da Agricultura, membro nato do CFF, cargo na época ocupado por Paulo Campos Porto³⁴⁰.

Meses depois, em dezembro de 1937, a imprensa noticiou que esta comissão havia apresentado o trabalho concluído³⁴¹. Para que o parque fosse ao mesmo tempo grande centro de atração de turismo e reserva florestal e animal apresentou algumas sugestões: construção e conservação da rede ferroviária interna e sua entrosagem com as estradas troncos nacionais; criação, manutenção e incentivo das correntes turísticas e estudo, defesa e conservação da flora e fauna regionais. Além dessas sugestões, de acordo com o projeto apresentado pela comissão, o ministro da agricultura deveria abrir crédito para as despesas com o seguinte: levantamento topográfico dos 120 km de área do parque, construção de uma estrada de rodagem de primeira classe para acesso ao planalto do Itatiaia, construção da rede ferroviária interna, construção de um posto central de administração e 10 postos de guarda, construção de cercas no perímetro do parque, construção de um edifício para hotel no planalto, com campos de jogos, de pousos e para cabanas de excursionistas, construção de uma usina elétrica, estações telefônica e radiotelegráficas e para as desapropriações decretadas³⁴².

O jornal *Correio da Manhã*, de 8 de março de 1938, trazia a denúncia de que apesar da inauguração festiva, com a presença de Vargas, ministros e outras autoridades, o PNI não teria experimentado até então nenhum desenvolvimento. Só o que existia neste sentido era a pedra do lançamento da construção e um projeto estacionário³⁴³. Ratificando a denúncia acima, podemos citar a notícia publicada no *Diário da Noite* de 28 de março de 1938. Esta dizia que a Comissão Executiva do PNI, Paulo Campos Porto, Angelo Murgel (do Gabinete de Engenharia e Arquitetura) e De Vicenzi (da Diretoria de Expediente e Contabilidade) apresentou ao Ministro da Agricultura Fernando Costa, no cargo desde novembro de 1937, plano para organização e instalação do parque³⁴⁴. Bom notar que a referida comissão, embora continuasse com a participação de Paulo Campos Porto, tinha uma formação diferente da que

³⁴⁰ *Gazeta de Notícias*- Fortaleza- CE- 17/07/1937

³⁴¹ *Estado de Minas* - Belo Horizonte - MG - 10/12/1937; *Gazeta Comercial* - Juiz de Fora - MG - 12/12/1937; *Jornal do Brasil*- RJ- 10/12/1937.

³⁴² *Estado de Minas* - Belo Horizonte- MG - 10/12/1937.

³⁴³ *Correio da Manhã*- RJ - 8/03/1938.

³⁴⁴ *Diário da Noite*- RJ- 28/03/1938.

apresentara em dezembro de 1937, um plano a ser executado para a organização definitiva do PNI.

No lento processo de constituição do PNI, cerca de nove meses depois dos festejos de sua criação, Vargas assinou um decreto organizando-o e colocando a direção a cargo do superintendente do JBRJ. Ficou instituída a cobrança de taxas de ingresso e acampamento e que o governo poderia arrendar os imóveis de serventia pública. Sob a jurisdição da comissão diretora do parque ficariam todos os lotes urbanos e rurais do ex-núcleo colonial do Itatiaia e as terras devolutas do ex- núcleo colonial Visconde de Mauá. Estas terras poderiam ser arrendadas para construção de hotéis, pousos, postos de reabastecimentos e outras instalações que favorecessem o movimento turístico na região³⁴⁵. Quase dois meses depois da assinatura deste decreto, o *Correio da Manhã* de 11 de maio de 1938, informou que tomaram posse os membros da comissão executiva do PNI nomeados pelo presidente. Nota-se que esta comissão era formada por Lourival Fontes (Diretor do Departamento Nacional de Propaganda), Paulo Campos Porto (Diretor do Jardim Botânico) e Yedo Fiuza (Inspetor das Estradas de Rodagem), repetindo, portanto, a composição da comissão nomeada em julho de 1937 para elaborar o plano a ser executado para a organização definitiva do parque. No entanto, de acordo com as instruções do presidente, o órgão deveria limitar-se neste exercício à execução das obras de melhoramento das estradas existentes em Itatiaia e aos estudos topográficos considerados de maior urgência³⁴⁶.

Dando sequência ao excessivamente lento e burocrático processo de constituição do PNI, em outubro de 1938 foi publicada no Diário Oficial uma portaria do Ministério da Agricultura expedindo instruções para a execução das obras iniciais de organização do parque, mais de um ano após a sua criação. As instruções constantes desta portaria eram referentes basicamente ao emprego do crédito especial destinado à demorada empreitada. Este deveria ser empregado no custeio das seguintes despesas: aquisição de material, pagamento dos salários devido ao pessoal admitido para obras, levantamento aereofotogramétrico da área do parque e estudos topográficos para locação do traçado da estrada de rodagem que passando pelo planalto do Itatiaia ligaria a Estação ferroviária Barão Homem de Melo a sede do extinto Núcleo Colonial Visconde de Mauá, no Estado de Minas Gerais. Além disso, este crédito serviria também para custear o levantamento topográfico dos lotes e partes de lotes declarados de utilidade pública. Estes terrenos ficavam sujeitos à desapropriação e, caso os proprietários estivessem dispostos a vendê-los ao governo pelos preços estipulados, a incorporação dessas

³⁴⁵ *Diário de Notícias*- RJ – 30/03/1938.

³⁴⁶ *Correio da Manhã*- RJ- 11/05/1938.

terras ao Parque Nacional do Itatiaia ocorreria por aquisição direta. Não ficou explícito nesta portaria de onde sairia o crédito para a aquisição direta destes lotes.

Outra possibilidade para a incorporação ao PNI dos lotes declarados de utilidade pública seria a permuta de lotes acordada entre a Comissão do Parque Nacional do Itatiaia e os proprietários. No ato da troca deveria existir perfeita equivalência no valor das terras permutadas e os interesses da Fazenda Pública deveriam ser privilegiados durante a negociação. Em nenhuma hipótese o governo poderia receber área inferior a que daria em troca. Caberia a Comissão notificar a todos os proprietários dos lotes e partes dos lotes declarados de utilidade pública a possibilidade e as condições de permuta³⁴⁷.

Cabe recordar neste ponto que esta questão das terras a serem incorporadas aos domínios do PNI é objeto de uma enorme querela ainda não resolvida até os dias de hoje. O problema começou em 1908 quando o governo comprou aquelas terras do comendador Henrique Irineu Evangelista de Souza. Os cerca de 48000 hectares arrematados pelo Ministério da Agricultura logo começaram a ser retalhados. Com a intenção da implantação dos núcleos coloniais foram vendidos terrenos a imigrantes europeus que ficavam encarregados de aclimatar macieiras, pereiras e outras árvores frutíferas de latitudes temperadas nas encostas altas e frias da Mantiqueira³⁴⁸.

Embora os núcleos coloniais e o plantio das espécies europeias não tenham vingado, os colonos estabeleceram raízes e usufruíram das terras que legalmente os pertenciam de variadas formas. Tentaram o plantio de outras espécies, criaram animais, fundaram hotéis e dividiram seus lotes, o que multiplicou as propriedades privadas.

O decreto que criou o PNI assegurava a desapropriação das terras privadas dentro do perímetro do parque:

Considerando que, tendo sido alienados a particulares pequenos lotes de terras encravados nas que foram conservadas na posse e domínio pleno da União, torna-se imprescindível que tais lotes voltem a esse domínio para que as terras ocupadas pelo parque não sofram soluções de continuidade prejudiciais aos seus objetivos³⁴⁹.

De acordo com um dos artigos do decreto, os pequenos lotes particulares que ainda se encontravam em meio as terras de domínio da União seriam incorporados³⁵⁰. Porém, havia um

³⁴⁷ *Diário Oficial*- 22/10/1938- Pág.21273

³⁴⁸ Correa, Marcos Sá. Itatiaia, op. cit., 2003, pág.42.

³⁴⁹ Decreto n. 1713 de 1937. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

³⁵⁰ Idem.

ponto do decreto que parecia abrir brecha para a continuidade da propriedade privada na região do parque. Eram as linhas que se referiam à reserva das terras devolutas do domínio da União existentes nas proximidades do parque e que fossem necessárias para a localização de hotéis e instalações que facilitassem o movimento turístico na região³⁵¹. O processo de desapropriação das terras não era tão simples como indicara o decreto tendo em vista que nunca fora concluído.

O processo de instalação definitiva do PNI foi longo e configurou os seus primeiros anos de existência. Enquanto seus idealizadores estavam imersos em um mar de burocracias sem fim, com questões fundiárias a serem resolvidas e obras de infraestrutura necessárias à preservação daquela natureza não estavam sendo totalmente asseguradas. Existem registros de que, nesta época, a indústria de carvão vegetal estava estabelecida na região. Esta seria uma indústria rendosa e os comerciantes continuavam comprando matas na região para serem transformadas em carvão. Uma publicação de dezembro de 1938 denunciou que as matas vizinhas do PNI estavam sendo queimadas pela firma italiana Fiori & Biondi. Esta estaria aproveitando a obra de construção de uma rodovia ligando o Rio a Areias e Queluz, importante para o fomento do turismo, para estender às margens da mesma a indústria de carvão vegetal³⁵².

Como vimos, a ideia da criação de um parque nacional no Brasil não era recente em 1937. O que favoreceu então a criação do primeiro parque nacional brasileiro às vésperas do golpe do Estado Novo e nas terras de Itatiaia?

Frederico Freitas analisou a política conservacionista do Regime Vargas e discutiu, a partir da criação dos primeiros parques nacionais no Brasil, a importância das questões de integração e dominação territorial neste empreendimento. Segundo o autor entre os anos de 1930 e 1960 a criação de parques nacionais no Brasil revela um padrão comum. Em geral os parques foram criados em áreas de floresta densa e apresentaram aspectos naturais que deveriam ser monumentalizados como cachoeiras, canyons, montanhas, ilhas, etc. Os parques eram símbolos nacionais e como tal preservavam aspectos naturais extraordinários. A visitação era um dos elementos considerados na concepção dos parques e, nesse ponto, o Parque Nacional do Iguacu, numa área remota e isolada, se diferenciava dos demais. Freitas demonstra que a criação do Parque Nacional do Iguacu não pode ser compreendida sem levar em conta os esforços do estado brasileiro para colonizar o interior do país e nacionalizar suas

³⁵¹ *Ibidem.*

³⁵² *O Radical*- Rio de Janeiro- 8 de dezembro de 1938.

fronteiras³⁵³. Sendo assim, também fazia parte da política protecionista em relação à natureza na medida em que foi empregada para garantir ao Estado o controle daquele território e suas possibilidades.

O autor atribuiu a criação desse parque mais a preocupações geopolíticas do que a circulação de ideias de conservação da natureza. Assim explicou a criação do parque numa região isolada, pouco visitada e de difícil acesso. O parque garantiria a nacionalização de um monumento natural simbólico, as quedas de Iguazú, e o desenvolvimento da localidade através do turismo. Para Freitas o processo de criação do Parque Nacional do Iguazú nas décadas de 30 e 40 é representativo das tentativas do regime varguista de controlar a terra e o território no Brasil³⁵⁴.

O Parque Nacional de Itatiaia não estava situado numa região de fronteira em disputa, como o Parque Nacional de Iguazú que se situa na divisa entre o Brasil e a Argentina, e foi criado após o país vizinho ter inaugurado o seu congêneres na parte do território que lhe pertencia. Contudo, o Parque Nacional de Itatiaia foi criado entre o Rio de Janeiro e São Paulo, as duas maiores aglomerações urbanas na época ocupando assim uma posição estratégica tanto politicamente quanto no que se refere ao desenvolvimento da indústria turística na região. Esta era uma região na qual a presença do governo federal vinha num interesse crescente. Havia uma mudança no eixo de desenvolvimento prioritário que antes era entre Minas Gerais e Rio de Janeiro e passara a ser entre Rio de Janeiro e São Paulo.

A década de 1870 assistiu a decadência da cafeicultura do Vale do Paraíba e consequentemente a fuga de capitais para o oeste paulista onde a lavoura encontrou terras mais férteis³⁵⁵. Isso significou em parte uma perda do prestígio político regional que até então abrigara as elites políticas e econômicas que desempenharam relevante papel na sustentação do Império Brasileiro. A partir daí a região se voltou para sua vocação tradicional que era a pecuária³⁵⁶. No entanto, com a proclamação da República e a prestigiosa projeção no cenário nacional que alguns pecuaristas vale-paraibanos gozavam foi iniciado um processo de revitalização econômica do Vale do Paraíba que culminaria na industrialização regional iniciada com a criação da usina siderúrgica de Volta Redonda em 1942.

³⁵³ FREITAS, Frederico. A Park for the borderlands: the creation of the Iguazú National Park in Southern Brazil, 1880-1940. *Iberoamericana*, v7, n2, p.65-88, 2014.

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ Para mais informações sobre o auge e o declínio da cafeicultura na região ver: WHATELY, Maria Celina. O café em Resende no século XIX, Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

³⁵⁶ Sobre a pecuária na região: BARCELLOS, M. C.. São José do Campo Bello - Povoamento e Pecuária [Série Origens]. 1. ed. Itatiaia, RJ: Instituto Campo Bello, 2012. v. 1. 135p .BARCELLOS, Marcos Cotrim de (org.). Centenário de A Fazenda Moderna: edição comemorativa 1913-2013, Itatiaia: Instituto Campo Bello, 2013.

A própria instalação dos núcleos coloniais, comentada anteriormente, fez parte deste empreendimento, pois ajudou a promover o crescimento populacional de Campo Bello, denominado Itatiaia em 1943. Algumas frentes de trabalho foram abertas já nos anos de 1920 como as construções do Depósito de Convalescentes de Campo Bello, do Sanatório Militar em Benfica, da Usina Campo Bello, da Vila Belos Prados, do cinema, da ponte do Maromba e mesmo da Estação Biológica. Como marcos do processo de revitalização econômica, acelerado durante o período Vargas, podem ser apontados a abertura da rodovia Presidente Dutra (1935-1951), a construção da Escola Militar inaugurada em 1944 e mesmo o planejamento iniciado na década de 30 de construção de uma hidrelétrica, além do parque nacional em 1937.

A criação do PNI tem uma importante participação na consolidação do turismo como indústria local. As primeiras pensões começaram a surgir nos terrenos do núcleo colonial emancipado em 1916. Já na década de 1920 adquiriram terrenos na região Josef Simon, que após tentativas de dedicar-se a agricultura terminou por germinar o Hotel Simon; Leonard Walter, agricultor que cultivava pereiras e macieiras e estabeleceu uma pensão de veraneio e Robert Donati que construiu um hotel inaugurado em 1931 com o nome Hotel Repouso Itatiaia. Estes estiveram entre os primeiros grandes hotéis localizados dentro do PNI. Depois foram surgindo os hotéis-fazenda como opção turística ao lado das pensões da serra e de Penedo.

No texto *A defesa do nosso patrimônio florestal e sua importância econômica*, publicado no Boletim do Ministério da Agricultura, no subtítulo *O Parque Nacional de Itatiaia*, está evidente como o parque nacional e sua localização favoreciam a questão turística:

Localizado na Mantiqueira, em um dos trechos da serra que reúne características fisiográficas próprias e incomuns, a porção de montanha reconhecida como Itatiaia, o Parque Nacional está a meio caminho das duas maiores aglomerações urbanas do Brasil, as contidas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Dista do Rio a sede do Parque 4 horas e de São Paulo 6 horas, podendo ser atingido por via férrea, através da estação de Barão Homem de Melo ou das rodovias Rio-São Paulo e Rio Caxambú. Além desse particular, Volta Redonda, onde se adensará elevada população, fica a poucas horas do Parque e a Escola Militar de Resende, estabelecida num dos flancos da serra, está apenas a minutos da sede do Itatiaia. Esses centros de trabalho e de estudo, sem dúvida, atrairão a atenção do país e ainda isto beneficiará o Parque Nacional. De outra parte, na face norte do Itatiaia as excelentes cidades hidro-climáticas de São Lourenço, Caxambu, Cambuquira e Lambarí, servidas agora por rodovia que liga através da fronteira do Parque

com o Rio e São Paulo, poderão favorecer o turismo da grande reserva serrana³⁵⁷.

De fato, o incremento ao turismo é fator presente na idealização de um parque nacional e no que se refere ao PNI foi argumento fortemente utilizado em defesa de sua concretização aparecendo explicitamente como justificativa em seu decreto de criação.

Ao analisar os limites encontrados pelo governo brasileiro na aplicação da legislação conservacionista que estava sendo criada na década de 30, Freitas abordou a questão do controle das terras pelo poder federal. Muitas terras públicas estavam sob o controle de governos estaduais e municipais, e até 1941 não existiam instrumentos legais que possibilitassem a expropriação de terras de interesse público. Segundo o autor, embora este não fosse um obstáculo intransponível, sobretudo a partir de 1941, o governo Vargas teria optado por evitar conflitos com governos locais e criar parques nacionais e outras áreas de proteção em terras públicas sob as quais já exercesse controle³⁵⁸. Neste sentido, um parque nacional nas terras da EBI era um bom negócio. Aquelas terras, com exceção de alguns terrenos particulares isolados, já eram públicas, geridas pelo governo federal sob a administração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, órgão do Ministério da Agricultura. A estrutura material e organizacional da Estação Biológica de Itatiaia também contava pontos a seu favor, pois permitiria a sua transformação em parque nacional sem onerar ainda mais o Estado. O artigo 3º do decreto de criação estabelecia que o quadro do pessoal fixo do parque nacional seria organizado com o pessoal do Jardim Botânico, portanto, da Estação Biológica. Ratificando que os recursos orçamentários destinados para a concretização do empreendimento não deveriam ser abundantes, sobretudo se comparados aos empregados posteriormente na organização do Parque Nacional de Iguazu analisado por Frederico Freitas, segue trecho do decreto:

Considerando que, por se tratar de terras do patrimônio nacional, onde existem benfeitorias e pessoal técnico especializado, que integram a atual Estação Biológica de Itatiaia, dependência do Jardim Botânico, a localização na dita Estação de um Parque Nacional poderá ser realizada com grande economia para os cofres da União e iniciais vantagens para as realizações científicas e turísticas a serem encetadas³⁵⁹;

³⁵⁷ *Boletim do Ministério da Agricultura*, 1943: 95.

³⁵⁸ FREITAS, Frederico Santos Soares de. The Organic Territory: The Vargas Regime and the Environmental Legislation Boom in Brazil, 1930-1945. Paper presented at the Second World Congress of Environmental History. Panel: "Facist and Pseudo-facist Regimes and Nature. A Global Perspective", 12/07/2014.

³⁵⁹ Decreto nº 1713 de 1937. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

Estes foram alguns dos motivos que teriam favorecido a escolha das terras de Itatiaia para abrigar o primeiro parque nacional do Brasil e ajudado a compor o cenário de sua criação: a localização privilegiada numa região de especial interesse do governo e de indústria turística em desenvolvimento, terras que já pertenciam a União e estavam sob o domínio administrativo do governo federal e a existência de uma estrutura material e institucional que permitiria economia aos cofres públicos. Contudo, a criação de parques nacionais era na ocasião uma forte expressão do movimento conservacionista no Brasil e atendia a demanda dos cientistas que eram um grupo politicamente forte e atuante no governo. Neste sentido a opção pelas terras de Itatiaia ganhava ainda mais força, pois era de longa data que esta despertava o interesse de naturalistas que, inclusive, advogavam a urgência de sua proteção.

Cientistas nacionais e estrangeiros, instituições como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Museu Nacional, todos realizavam pesquisas nas terras da Estação Biológica. Por outro lado, estes homens de ciência, como Paulo Campos Porto, que tinham grande interesse na região faziam parte do governo. Ocupavam cargos públicos de grande expressão por vezes relacionados às instituições científicas às quais estavam atrelados e que eram chamadas a participar do projeto político de nação que se buscava implantar. Seria uma nação forte, parte do “concerto das nações civilizadas”, na qual a ciência ocupava um papel importante de prestar auxílio técnico e racional aos projetos e planos do governo.

As justificativas baseadas na importância científica da região aparecem não só no decreto de criação do parque, mas praticamente em todos os discursos por meio dos quais esta é noticiada, discutida ou apenas mencionada. Não existem indícios de que o apelo científico tenha sido tão forte na criação do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e no Parque Nacional do Iguaçu, inaugurados cerca de dois anos depois do PNI. Contudo, a importância científica dos aspectos naturais que compõem uma região é um forte argumento para sua transformação em parque nacional e este modelo de área protegida amplamente destinada à realização de estudos, como ocorreu em Itatiaia, serviu de inspiração para outros parques nacionais brasileiros.

Célia Maria de Toledo Serrano afirma que os argumentos em favor da criação do PNI, apoiados em sua relevância científica, seguem uma linha um pouco diferente da adotada nos debates em prol da criação dos primeiros parques nacionais nos EUA. Lá, ao menos no princípio, a questão da importância científica estava ausente na discussão. Na argumentação empregada no contexto norte-americano predominava a sensibilidade e a reverência à

monumentalidade de certos lugares da natureza³⁶⁰. Uma reportagem do *Correio da Manhã*, publicada próxima a data da inauguração do PNI, também registrou esta distinção afirmando que o parque brasileiro tinha fins “essencialmente científicos” diferentemente dos parques nacionais estrangeiros que possuíam “mais finalidades turísticas do que científicas”³⁶¹.

Embora sublinhe o peso do aspecto científico na criação do PNI, Serrano afirma que o interesse do governo federal em Itatiaia não se dava apenas em função de seus atributos biológicos ou de lazer. Em sua pesquisa, a autora teve acesso a histórias preservadas pela tradição oral sobre os primeiros tempos do parque nacional que dão conta de uma função estratégica atribuída à localidade durante o movimento constitucionalista de 1932. O planalto teria servido de posto de observação do movimento das tropas paulistas no Vale do Paraíba. Segundo ela, estes relatos contam também que a abertura de uma estrada dando acesso ao planalto teria se dado em função de um possível plano de fuga de Vargas, envolvendo uma barragem construída no Brejo da Lapa para pouso de hidroaviões. Serrano não confirma categoricamente estas informações por falta de fontes, mas a elas acrescenta a existência de evidências como as ruínas da barragem e o testemunho de pessoas que participaram da construção da estrada³⁶².

Por fim, mas não menos importante, um outro aspecto da criação do PNI é a importância simbólica que teve para o governo de Getúlio Vargas. Seguindo a praxe do Governo Varguista a inauguração do parque nacional, poucos meses antes do golpe de 37, foi realizada com muita pompa. Acompanhado de numerosa comitiva da qual participaram ministros de Estado e outras autoridades, Vargas festejou um grande feito de seu governo que era a tão almejada criação do primeiro parque nacional brasileiro, seguindo o exemplo de muitos outros países que o antecederam. A cerimônia foi marcada por discursos, atos simbólicos como a colocação da pedra inaugural do PNI e a utilização excessiva de expressões que reafirmavam a grandeza do feito e de um governo “de realizações excepcionais que tiveram que esperar por Vargas para acontecerem”. O Governo Varguista “difícilmente seria igualado e jamais seria excedido”³⁶³. Abaixo segue um trecho do discurso do Sr. Odilon Braga, Ministro da Agricultura, no ato inaugural do PNI e que ilustra bem nossas afirmações:

³⁶⁰ SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*, op.cit., 1993, pág. 146.

³⁶¹ *Correio da Manhã*, 16 de junho de 1937, pág.3.

³⁶² SERRANO, Célia Maria de Toledo. *A invenção do Itatiaia*, op.cit., 1993, pág.153.

³⁶³ *Minas Gerais- Belo Horizonte- MG- 17/07/37*.

Tantas vezes benemérito, pela administração que V. Excia. tem realizado, Sr. Presidente, cabe-lhe, por acréscimo, neste instante, o privilégio sem par de instituir o primeiro de nossos parques nacionais. Um olhar em derredor e para as alturas das Agulhas Negras, basta para nos convencer que o Parque de Itatiaia faz honra aos dos Estados Unidos, do Canadá, da Índia e da Nova Zelândia, até aqui considerados de maior formosura e valia. A posteridade agradecida, que lhe há de conferir, Sr. Getúlio Vargas, um lugar separado entre os altíssimos padrões de governo do país, fará de certo do ato de sua criação uma das agulhas culminantes da cordilheira de eminências da sua obra imorredoura³⁶⁴.

Havia um fato que colaborava ainda mais para reforçar o aspecto simbólico da criação do PNI e fortalecer as representações glorificantes da escolha daquelas terras: as Agulhas Negras, uma das montanhas da Serra da Mantiqueira e situada dentro dos limites do parque era considerada em 1937 o ponto mais alto do Brasil. Sendo assim, o primeiro parque nacional brasileiro não foi instalado numa região qualquer. Inaugurado pelo maior presidente que o país tivera, além de toda a sua grandeza natural, ocupava o ponto culminante do país. A inauguração ocorreu em um momento propício porque, desde que tomou o poder em 1930, Getúlio Vargas liderou um movimento de centralização político-administrativa que incluía a construção do imaginário nacionalista de modo muito semelhante ao fascismo europeu. Era exaltado o Brasil Grande, a Pátria mãe, a raça forte e a natureza exuberante³⁶⁵. As narrativas sobre a criação do primeiro parque nacional do país colaboraram com a construção deste imaginário de super nação. Durante a Era Vargas, principalmente a partir do Estado Novo, era forte o entrelaçamento da política com ações simbólicas. Ocorria um “espetáculo do poder” através do qual a produção de imagens, a manipulação de símbolos e o quadro cerimonial se relacionavam com o imaginário coletivo. Assim, símbolos, como o primeiro parque nacional brasileiro no ponto culminante do país, estimulavam a produção de sentimentos favoráveis ao regime e a ideia de que este construiria um Brasil novo e próspero³⁶⁶.

A construção de uma identidade nacional coletiva, que reivindicava a integração racial e o reforço da unidade territorial, moral, cultural e política, já era uma preocupação no período que antecedeu o varguismo, mas, ganhava mais ênfase nesse contexto. Essa questão ideológica também tinha relações com a política protecionista da natureza, na qual incluiu a criação de parques nacionais, na medida em que necessitava do reforço da integração

³⁶⁴ Minas Gerais- Belo Horizonte- MG- 17/07/37.

³⁶⁵ BARCELLOS, Marcos Cotrim. *História Breve de Itatiaia*. 1. ed. Itatiaia - RJ: Instituto Campo Bello, 2014. v. 1., pág.61.

³⁶⁶ CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva. *Rev. Bras. de Hist.*, v.16, nº 31 e 32, págs. 328-352, 1996.

territorial. O conhecimento e controle do território nacional e a conquista dos espaços vazios fazia parte do movimento de valorização do campo/natureza/interior como depositário das energias da nação e elemento fundamental para a integração econômica, política e cultural³⁶⁷.

³⁶⁷ Ibidem.

CAPÍTULO 4- A NATUREZA COMO PATRIMÔNIO NACIONAL

(...) venho depositar nas suas mãos os resultados obtidos, esperando que o CFEACB seja cada vez mais garantia de conservar o patrimônio da civilização nacional³⁶⁸.

(...) tendo em vista a defesa do patrimônio natural e científico dos países sul-americanos e considerando que se tornam cada vez mais frequentes as explorações em seus territórios, nem sempre com finalidade científica, e julgando que aos governos cabe regulamentar tais explorações, sugere sejam criados em todas as repúblicas sul-americanas órgãos de fiscalização de tais explorações (...) ³⁶⁹

Estes trechos acima são apenas dois dos muitos encontrados em toda a documentação analisada que fazem referência ao patrimônio nacional. Patrimônio científico, patrimônio natural, patrimônio nacional, todas estas foram expressões constantemente utilizadas por Paulo Campos Porto, principalmente durante a sua atuação no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil (CFEACB), órgão responsável por fiscalizar as expedições nacionais, de iniciativa particular e as estrangeiras, de qualquer natureza, empreendidas em território nacional. Porto participou de todo o processo de constituição do CFEACB desde a formulação do decreto que o originou. Por muitas vezes, nos primeiros documentos produzidos, o órgão apareceu denominado como Conselho de Fiscalização do Patrimônio Artístico e Científico do Brasil. Isso denota a própria certeza de seus membros de estarem a serviço da proteção do patrimônio nacional. Contudo, é preciso pensar o que fazia parte deste patrimônio nacional o qual o Conselho pretendia proteger.

Embora já aparecesse de maneira pontual na fala de intelectuais nas décadas anteriores, foi nos anos de 1930 que encontramos um esforço maior no sentido da elaboração de um patrimônio nacional. Esta questão esteve muito presente também no discurso científico. Mais do que isto, a ideia de patrimônio nacional, e a inclusão do mundo natural nesta categoria, perpassa todas as concepções de natureza que analiso – como objeto de ciência,

³⁶⁸ Trecho de um rascunho de uma correspondência de Paulo Campos Porto ao Ministro da Agricultura. Data de março de 1937.

³⁶⁹ Trecho de proposta apresentada por Paulo Campos Porto e Alberto Castellanos na Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica sugerindo a criação de órgãos semelhantes ao CFEACB nas outras repúblicas sul-americanas. Anais da Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica, pág.107.

fonte de riquezas, símbolo nacional - e justifica o processo de proteção e/ou regularização de sua exploração.

Enquanto objeto científico o mundo natural brasileiro foi defendido por Paulo Campos Porto, e seus pares, como patrimônio nacional. Em ocasiões como os encontros do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, a partir de 1933, e a Primeira Reunião Sul-americana de Botânica, realizada em 1938, por exemplo, o argumento destes homens de ciência era o de que a natureza brasileira, rica e diversificada, deveria ser estudada por cientistas nacionais e que o conhecimento produzido e os objetos reunidos deveriam formar as coleções científicas de instituições nacionais.

No que se refere ao entendimento do mundo natural brasileiro como fonte de riquezas, tratava-se da sua compreensão como recurso material. Esta se desdobrava na valorização de uma natureza rica em possibilidades que deveriam ser exploradas nacionalmente, seja via o desenvolvimento agrícola, ou via o fornecimento de matéria-prima para uma indústria em formação. A ideia era a de que o potencial da natureza brasileira era um grande diferencial, de dimensões únicas, e que seria um patrimônio nacional capaz de assegurar o desenvolvimento econômico do país.

A concepção simbólica da natureza podia ser compreendida a partir da tomada de elementos exuberantes da flora e fauna nacionais como símbolos da natureza brasileira e dos inúmeros adjetivos positivos que estavam sendo a ela atribuídos neste período. Deste modo, uma densa floresta representava a diversidade e grandeza da natureza brasileira, uma espécie exótica e desconhecida era um trunfo para nossa ciência, e uma região de terras férteis era símbolo de um solo nacional promissor para a indústria agrícola. A dimensão simbólica da valorização da natureza enquanto patrimônio nacional podia ser também ilustrada a partir do estabelecimento dos monumentos naturais e da vinculação de sítios e paisagens a fatos da história nacional.

As décadas de 1920, 1930 e 1940 estiveram associadas ao empenho em prol da construção da nação brasileira. Neste empreendimento, o patrimônio representava as bases concretas de sustentação da identidade nacional e conferia objetividade à nação através de sua materialização em objetos, prédios e monumentos sobre os quais era depositada uma imensa carga simbólica. A ideia de patrimônio nacional no contexto brasileiro foi pontuada pela criação do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. Este órgão ficou responsável por “regulamentar a proteção dos bens nacionais cuja conservação fosse de interesse público devido à sua vinculação a fatos da história do Brasil,

por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, ou por serem monumentos naturais, sítios ou paisagens que importasse conservar e proteger”³⁷⁰.

Para o SPHAN, a natureza, ou melhor, os monumentos naturais, bem como sítios ou paisagens, poderiam compor o patrimônio histórico e artístico nacional. Contudo, esse órgão não apresentava qualquer preocupação ou mencionava a existência de um patrimônio natural e/ou patrimônio científico. Já o CFEACB apresentava desde sua criação em 1933 uma visão mais abrangente do que seria o patrimônio nacional no qual estavam incluídos todos os bens naturais de interesse nacional, não somente o histórico e artístico. Não incluía apenas os que poderiam ser considerados monumentos naturais e/ou fossem sítios ou paisagens a serem protegidos devido “a feição notável com que tinham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” ou os vinculados a fatos da história do Brasil. Critérios de classificação bastante relativos, é verdade. Podemos pensar que o CFEACB e o SPHAN, após 1937, tiveram uma atuação complementar no sentido da proteção de todos os bens que compunham o patrimônio nacional, inclusive no que tange aos bens naturais e suas mais distintas dimensões. No entanto, esta aparente complementaridade não impediu os supostos conflitos de atribuições que, segundo os membros do Conselho, passaram a existir após a criação do SPHAN e exigiam uma reformulação do CFEACB.

No CFEACB Paulo Campos Porto expressou e defendeu a ideia de que o conhecimento sobre a natureza do país deveria ser produzido pelos cientistas nacionais que complementariam, assim, os inventários até então realizados por naturalistas estrangeiros. Esse argumento corresponde à percepção da natureza enquanto patrimônio científico nacional e se refletiu na crítica às expedições realizadas por estrangeiros em nosso território, que ao fim levariam para os seus países de origem todo o material coletado e os resultados do trabalho. A bandeira erguida por Paulo Campos Porto e outros cientistas brasileiros acerca da necessidade de defesa da natureza enquanto patrimônio científico nacional pode ser entendida como uma forma de resguardar e preservar a autoria sobre os seus objetos de estudo e ter a primazia na parceria com pesquisadores estrangeiros. Além disso, era uma marca de suas participações no projeto político e a função exercida de guardiões e conhecedores dos bens naturais do país e suas potencialidades.

Os poucos trabalhos destinados a pensar a constituição do patrimônio natural brasileiro costumam apontar os anos de 1970 e 1980 como o período no qual efetivamente foram lançadas políticas públicas voltadas para a proteção deste tipo de patrimônio. Isto seria

³⁷⁰ Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Consultado em 3/08/2016.

resultante tanto da ampliação do conceito de patrimônio quanto do surgimento de movimentos ambientalistas em escala global e do aumento das pressões no que se refere à busca de medidas para conter a degradação ambiental.

Proponho uma perspectiva que desvincula a formulação deste tipo de política de uma concepção única de patrimônio e do exclusivismo do SPHAN em sua elaboração e implantação. A partir daí, e sobretudo, partindo da noção de patrimônio formulada pelos atores que analiso, busco mostrar que existiram políticas públicas efetivas voltadas ao patrimônio natural desde a década de 1930, que é o momento unanimemente apontado por esta mesma historiografia como o inaugurador desta concepção de patrimônio. No entanto, estas foram fomentadas pela perspectiva utilitarista na concepção do patrimônio natural. Não foram medidas de proteção à natureza como costuma ser apontado e sim medidas protecionistas em relação aos recursos naturais, fruto dos interesses nacionalistas, das perspectivas conservacionistas que prevaleciam em nossa política de governo e de uma concepção ampla de patrimônio nacional não restrita apenas ao que se entendia como patrimônio cultural.

4.1- A construção da ideia de patrimônio nacional no Brasil

Iniciar uma discussão acerca da noção de patrimônio me parece uma tarefa bastante difícil. Em parte, esta dificuldade se deve ao próprio conceito de patrimônio, sua complexidade, dinâmica e especificidades históricas e espaciais. Porém, pretendo entender este conceito a partir do lugar que ocupa no debate que proponho e no plano de ação dos atores que analiso: o de tema central na elaboração do projeto político de proteção, gestão, demarcação e modernização do território brasileiro, incluindo a perspectiva de construção da nacionalidade.

Para além do significado mais difuso deste léxico que é o de “posse” e de todas as tipologias que foram a ele acrescentados no decorrer de sua existência e, principalmente, nas últimas décadas (cultural, natural, genético, imaterial, etc), começaremos pela noção de patrimônio que atribuiu sentido e fundou as práticas de proteção do patrimônio nacional no mundo ocidental entre os séculos XIX e o XX. Sendo assim, sem pretender uma análise histórica deste conceito e seguindo a bibliografia dedicada a esta temática, o meu ponto de partida para a discussão é o patrimônio histórico e os monumentos deste mesmo tipo.

A expressão “patrimônio histórico” designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos³⁷¹.

Os monumentos históricos, um dos tipos de bens que constituem o patrimônio, são objetos do passado convertidos em testemunhos. Outra função destes bens é a de ilustrar o sentimento nacional através do estabelecimento de laços com um passado ao qual devemos a nossa identidade. Deste modo, os monumentos históricos nos ligam ao passado tanto por meio de uma memória objetiva e racional através da história quanto por meio de uma aproximação afetiva através das recordações que provocam a manutenção de sentimentos morais, de pertencimento, de devoção e de respeito compartilhados. Uma característica importante dos monumentos históricos é o fato de dirigirem-se igualmente a todos os homens, independentemente dos grupos sociais que o ergueram³⁷².

Françoise Choay, em suas reflexões acerca do culto ao patrimônio e de suas relações com a história, a memória e o tempo, aponta a chegada da era industrial como o momento de consagração do monumento histórico. A tomada de consciência da chegada de uma nova era e suas consequências teria despertado a necessidade de proteção dos monumentos históricos. Com a revolução industrial, a dinâmica de funcionamento do mundo e as redes de relações que o compunham passaram a ser organizadas pela máquina, e isso provocou transformações sociais que teriam causado uma espécie de ruptura no tempo. Segundo a autora, a institucionalização das práticas de proteção ao patrimônio histórico surgiu como uma resposta às modificações e ameaças advindas da era industrial. A transformação dos modos de vida e a organização espacial das sociedades urbanas europeias tornaram obsoletos os tecidos urbanos antigos. Os monumentos ali inseridos se tornaram obstáculos que precisavam ser destruídos para dar lugar a um novo modo de urbanização. A partir daí, a proteção ao patrimônio se tornou uma necessidade e as particularidades nacionais deram origem a diferentes legislações de proteção aos monumentos históricos³⁷³.

Para Márcia Regina Romeiro Chuva, foi também a perspectiva de pertencimento a um novo tempo que despertou o anseio de conservar um patrimônio ameaçado de perda. Segundo a autora, a virada do século XIX para o XX foi marcada pela ideia de progresso no sentido de “evolução para um mundo melhor” e pelo sentimento nacional. Nações emergiam e eram

³⁷¹CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução: Castro, Teresa. Lisboa: Edições 70, 2006, pág.11.

³⁷² Idem.

³⁷³ Ibidem.

construídas histórias nacionais que se materializavam em patrimônios nacionais a serem protegidos da destruição, como legado de um tempo passado às gerações futuras³⁷⁴. A autora usa como exemplo a França da Revolução Francesa. Ali, a ideia de nação era sentida como algo absolutamente novo, que significava uma ruptura com a visão de mundo até então existente, e a criação do novo calendário revolucionário ilustra esta afirmação.

O período pós-Revolução Francesa também pode ser utilizado para exemplificar uma outra característica conformadora da noção de patrimônio nacional. Neste período foi forte a preocupação com a conservação de objetos materiais pertencentes a todo o grupo-nação e que conformariam uma “herança nacional”. Embora a intenção fosse resgatar um passado nacional, havia a seleção de um passado ao qual os franceses gostariam de ser identificados naquele momento. No período 1789-1800, todas as marcas do Antigo Regime estavam sendo apagadas e as origens da nação estavam sendo remetidas às antiguidades nacionais. Deste modo, a história nacional francesa seria recontada e a Idade Média valorizada como a origem autêntica da nação em detrimento de um tempo que se queria esquecido³⁷⁵.

De modo geral, os estudos sobre o patrimônio remetem aos elementos culturais e as suas origens são identificadas nas revoluções industrial e francesa, fomentadas por movimentos nacionalistas e valores românticos. Nessas leituras os bens patrimoniais seriam aqueles que desempenhariam a função de monumentos históricos. Nas análises sobre a construção da ideia de patrimônio nacional no Brasil é majoritária a interpretação de que esta foi fomentada pela instituição do nacionalismo enquanto projeto político durante a Era Vargas e recrudescida com o início do Estado Novo. Nesta época, uma aproximação entre intelectuais e o Estado estimulou debates sobre a definição de uma identidade nacional.

A criação de uma história nacional e a elaboração de autoimagens representativas desta história também faziam parte deste processo de construção da nação. Uma biografia da nação era elaborada através da eleição de fatos fundadores da nacionalidade que passavam então a constituir a memória histórica coletiva que reforçava a coesão social. Por outro lado, as autoimagens, construídas, reproduzidas, multiplicadas e reafirmadas, eram representações que buscavam materializar as nações e suas histórias. Assim, as práticas de preservação cultural faziam parte do amplo processo de construção da nação, podendo ser compreendidas

³⁷⁴ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. “Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)”. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, pág.43.

³⁷⁵ Idem, pág.47.

como um dos meios de construção de autoimagens ou de materialização de uma história nacional no espaço³⁷⁶.

Essa discussão sobre a temática patrimonial foi mobilizada em meu trabalho a partir da presença constante de referências ao patrimônio nacional na trajetória de Paulo Campos Porto, ponto de partida para a elaboração da tese. Tal assunto chegou a mobilizar e/ou pautar ações empreendidas em algumas das instituições nas quais atuou, como o CFEACB, por exemplo. Esteve presente, inclusive, no discurso oficial do Ministério da Agricultura durante a Era Vargas. Em um dos relatórios apresentados ao Presidente da República por esta pasta ministerial, a expressão “patrimônio nacional” foi empregada para mencionar que em sua defesa haviam sido decretadas leis básicas como códigos florestal, de caça e pesca, de minas e de águas³⁷⁷. Está claro nesta sentença que o patrimônio nacional a ser protegido com tais decretos eram elementos de nossa natureza. Neste tipo de discurso a ideia de natureza enquanto patrimônio nacional não fazia parte de um processo de construção de uma imagem para a nação. Contudo, colaborava para a construção da nação brasileira na medida em que era concebida como a base material, no sentido econômico, do sustento e elaboração do país que se queria construir. Este exemplo reforça minha percepção de que os atores históricos com os quais trabalho conceberam um patrimônio nacional que não era necessariamente ou somente aquele que remetia ao passado. Talvez por este motivo não encontro na literatura sobre a elaboração do patrimônio nacional muitos elementos que contribuem para a análise deste discurso. Sendo assim, precisei refletir sobre novas perspectivas analíticas em torno dos diversos aspectos das práticas patrimoniais.

As primeiras décadas do século XX traziam ideais de desenvolvimento, urbanização, modernização, racionalização da produção e industrialização. Muito se falava em superar o atraso em relação aos países capitalistas avançados. Durante a Era Vargas a principal meta do governo foi transformar o Brasil num país desenvolvido do ponto de vista econômico.³⁷⁸ Sendo assim, o patrimônio nacional, concebido pelos homens que davam pés a estas ideias e faziam o Estado “andar”³⁷⁹, estava voltado para um futuro que se queria construir para o país. Os bens que compunham este patrimônio a ser protegido, segundo esta fração da elite

³⁷⁶ Ibidem.

³⁷⁷ Brasil. Ministério da Agricultura. Ministro Apolonio Jorge F. Salles. Relatório apresentado ao Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Vargas pelo Sr. Ministro de Estado. Ano 1930-1944.

³⁷⁸ Capelato, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil Republicano*; v.2, 4 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pág.119.

³⁷⁹ Maia, João Marcelo Ehlert. *As Ideias que Fazem o Estado Andar*, op.cit., 2010.

intelectual e política, eram os que garantiriam ao país um lugar privilegiado no concerto das nações.

Essa reflexão sobre o sentido do patrimônio nacional, elaborado por homens como Paulo Campos Porto e pelas instituições que representaram, é fundamental para a compreensão dos resultados e dos propósitos das políticas públicas de proteção do patrimônio que engendraram. Estes atores eram agentes inscritos em redes estatais, que realizavam atividades burocráticas e administrativas num contexto de forte centralização política. No entanto, operavam práticas que não devem ser compreendidas apenas como resultantes de ordenamentos emitidos por um Estado visto como um ator abstrato e superpoderoso. Estas práticas que constituem a autoridade estatal tomam forma em contextos concretos e são construídas cotidianamente em uma dinâmica sobre a qual atuam as significações elaboradas pelos seus agentes. A partir do corpus documental burocrático (relatórios, pareceres, publicações oficiais, cartas de funcionários, etc) é possível perceber o processo de construção cotidiana da força estatal e a dinâmica de articulação de um repertório cultural a um conjunto de práticas³⁸⁰.

Embora a historiografia dedicada ao estudo do patrimônio nacional não costume incluir o CFEACB em suas análises e apresente uma institucionalização da proteção do patrimônio brasileiro a partir da criação do SPHAN, é preciso reconhecer que este órgão apresentou um conceito de patrimônio nacional anterior e mais abrangente. Enquanto o SPHAN esteve voltado para a gestão e preservação do patrimônio cultural, o CFEACB, sem excluir este tipo de bem patrimonial, associava o tema do patrimônio a questões que incluíam a natureza brasileira, a ciência nacional, o controle do território, a exploração geológica, entre outros.

4.2- As atividades do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil

No dia 11 de fevereiro de 2014 foi noticiado em um dos telejornais noturnos de um canal da TV aberta o caso da venda pela internet de fósseis encontrados em território brasileiro. Um dos argumentos utilizados na defesa de que este material não poderia estar sendo comercializado desta forma era o de que a saída clandestina destes objetos atrapalharia

³⁸⁰ Idem.

pesquisas científicas em desenvolvimento no país. Um cientista que participou da reportagem afirmou que fósseis não se tratam apenas de esqueletos de dinossauros. Segundo ele, outros materiais podem estar fossilizados e a sua existência permite a realização de estudos das mais diversas ordens. Na referida reportagem foram citadas como exemplos pesquisas sobre mudanças climáticas.

A partir de uma busca pela internet constatei que o tipo de prática relatada acima é bem mais comum do que imaginava. Em diferentes matérias são apresentadas denúncias de que a fiscalização é burlada e a herança histórica, cultural e científica do país, transformada em mercadoria³⁸¹. É importante destacar que, segundo reportagens consultadas, a venda de fósseis não é permitida pelas leis brasileiras. Desde 1942, quando foi publicado o primeiro decreto-lei sobre bens culturais paleontológicos do país, é proibida a exploração, a venda e a saída do país de depósitos fósseis. Esses objetos, inclusive, não podem ser comprados nem por brasileiros, pois configuram patrimônio nacional. A extração, a comercialização, o transporte e a exportação dos fósseis sem autorização configura crime³⁸².

No entanto, questões envolvendo o controle do material científico coletado no país são ainda mais complexas e envolvem também o conhecimento produzido a partir deste e, principalmente, o aproveitamento industrial dos recursos genéticos nacionais. A crescente cooperação internacional em ciência e tecnologia produz efeitos distintos nas diferentes áreas do conhecimento e nos países envolvidos em uma parceria. William Gama e Léa Velho mostram que, em estudos de biodiversidade e das suas aplicações tecnológicas e econômicas, quase sempre é fundamental o envolvimento de países em desenvolvimento, pois é nessas localidades que estão concentrados os recursos genéticos desconhecidos e inexplorados. Este é o caso do Brasil, país de abundante biodiversidade e para o qual são positivos os recursos financeiros, humanos e materiais proporcionados pela cooperação internacional na realização de pesquisas. No entanto, os autores mencionados acima, analisando sobretudo as parcerias

³⁸¹ Correio Braziliense, 4 de fevereiro de 2014. Acessada em 14/02/2014: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2014/02/04/interna_ciencia_saude,411044/loja-francesa-anuncia-fossil-de-pterossauro-brasileiro-por-r-600-mil.shtml; Portal EBC, 7 de outubro de 2013. Acessada em 14/02/2014: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/10/pf-desarticula-esquema-internacional-de-venda-de-fosseis>; Em.com.br, 5 de fevereiro de 2014. Acessada em 14/02/2014: http://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2014/02/05/interna_tecnologia,495118/fosseis-brasileiros-estao-a-merce-da-sorte.shtml; Bol notícias, 19 de setembro de 2013. Acessada em 14/02/2014: <http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/ciencia/2013/09/19/espanha-entrega-ao-brasil-fosseis-que-foram-tirados-do-pais-ilegalmente.htm>

³⁸² Correio Braziliense, 4 de fevereiro de 2014. Acessada em 14/02/2014: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2014/02/04/interna_ciencia_saude,411044/loja-francesa-anuncia-fossil-de-pterossauro-brasileiro-por-r-600-mil.shtml

científicas para estudo da região amazônica, apontam para os efeitos negativos desta cooperação que envolve países como o Brasil e países avançados no estudo de nossos recursos biogenéticos.

Segundo eles, a relação de cooperação estabelecida termina sendo assimétrica, pois há uma dominação dos parceiros estrangeiros no que se refere ao controle da agenda de pesquisa, uso dos recursos disponíveis e apropriação dos resultados gerados. Os objetivos estratégicos dos centros de pesquisa locais não são priorizados, assim como as demandas atreladas à realidade nacional. Deste modo, torna-se um desafio garantir a participação brasileira no conhecimento gerado sobre seus próprios recursos e suas aplicações³⁸³.

A participação de cientistas brasileiros nos projetos de pesquisa estrangeiros e o controle da saída indiscriminada de material de interesse científico coletado no Brasil, resguardadas as especificidades de cada contexto histórico, é uma preocupação antiga da comunidade científica nacional. Na década de 1930 Paulo Campos Porto participou ativamente do debate sobre o conhecimento produzido acerca das riquezas naturais do território que serviu de base para a formulação da lei de controle das expedições que circulavam no Brasil. Em outubro de 1932, foi formada uma comissão que deveria se reunir para elaborar um projeto de lei que estabelecesse normas a serem observadas pelas expedições estrangeiras ou nacionais de iniciativa particular que pretendessem percorrer o país. Paulo de Campos Porto, naturalista do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Paulo Ferreira de Souza, inspetor geral do Serviço Florestal e Alberto José de Sampaio, botânico do Museu Nacional, foram indicados pelo Ministério da Agricultura e pelo Ministério da Educação e Saúde Pública para formarem esta comissão³⁸⁴.

Na apresentação do projeto de lei para regular as missões científicas no Brasil a referida comissão informava que a iniciativa de tal empreendimento havia partido do Inspetor de Fronteiras, General Candido Mariano da Silva Rondon³⁸⁵, que, em entrevista a vários

³⁸³ Gama, William; Velho, Léa. A cooperação científica internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, 19 (54): 205-224, 2005.

³⁸⁴ LISBOA, Araci Gomes. *O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil: Ciência, Patrimônio e Controle*. Universidade Federal Fluminense- Dissertação de mestrado, 2004.

³⁸⁵ Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), mato-grossense, órfão e de família humilde, encontrou na carreira militar uma perspectiva de futuro profissional. Foi aluno da Escola Militar da Praia Vermelha do Rio de Janeiro, tornou-se militar e bacharel em matemática, ciências físicas e naturais em 1890. Na Escola Militar, foi também professor de astronomia e mecânica e aderiu ao positivismo que orientaria diversas de suas posições, como a visão benemerita e útil da ciência e a perspectiva protecionista e tutelar no tratamento da questão indígena. Com a República foi criada a Comissão Construtora da Linha Telegráfica que ligaria Mato Grosso a Goiás, e Rondon começou a atuar nessa comissão em 1891. Seus trabalhos estenderam-se até 1898, e, entre 1900 e 1906, Rondon ainda participou da construção da linha telegráfica entre Cuiabá e Corumbá. Em 1907, Rondon assumiu a liderança da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas

jornais do Rio, teria declarado que o assunto estava em estudo nos Ministérios da Guerra e das Relações Exteriores. A comissão esclarecia também que era uma tendência geral da época que todos os governos colocassem os bens naturais de seu país sob a égide do monopólio do Estado, visando tanto à proteção destes bens como à regulamentação de seu estudo. Porém, cada país teria suas próprias condições e as contingências especiais estabelecidas pelo Brasil girariam em torno dos índios e seus artefatos, peças arqueológicas, minérios, animais, plantas raras e Estações Biológicas. A partir da análise de várias cópias e rascunhos contendo algumas modificações, foi possível observar alguns pontos do processo de elaboração do projeto de lei e do regulamento interno do Serviço/Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil. Além de exemplos baseados em leis francesas, era notório, acompanhando as correções realizadas no documento digitado, que estas visaram à diminuição da centralização do Museu Nacional³⁸⁶. As passagens riscadas do projeto afirmavam a autoridade central do Museu Nacional e foi suprimida uma tentativa de diminuir o predomínio dessa instituição que estava sendo transferida do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio para o Ministério da Educação e Saúde Pública³⁸⁷.

Contudo, a análise da documentação do CFEACB mostra que o Museu Nacional apresentou colaborações durante o processo de regulamentação do órgão e costumava ser um dos principais beneficiários de sua atuação. Foram recebidas sugestões para a elaboração da lei de fiscalização das expedições ao interior do país e, nas sugestões que apresentou, o Museu Nacional se declarou interessado especialmente em espécimes naturais para coleções científicas, no solo, na flora e na fauna, em artefatos sertanejos e indígenas e na proteção à

(CLTEMA), que foi rebatizada como Comissão Rondon numa homenagem pelos trabalhos realizados, denominação que acabou sendo estendida a todas as demais atividades de construção de infraestrutura de comunicações realizadas entre 1900 e 1930 e que contaram com a participação do militar. Durante todo o período das viagens exploratórias da Comissão Rondon, que deve ser compreendida no âmbito do projeto republicano de modernização, ocupação e integração do interior do país, foram realizadas pesquisas científicas que tinham como propósito ampliar o conhecimento sobre o país. Contudo, a CLTEMA (1907-1915), que contou com a participação sistemática de naturalistas do Museu Nacional, sobretudo, a partir de 1910, tinha um caráter estratégico mais evidente e seus membros tiveram como objetivo declarado realizar um “inventário científico” das riquezas naturais do país. Sobre a Comissão Rondon: SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. *Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915)*, op.cit., 2008. MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ; Fapesp. 1998. DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006. LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. No rastro do desconhecido. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v.11, p.18-23. ago. 2006, SÁ, Dominichi Miranda de ; CASAZZA, Ingrid Fonseca. O País das Amazonas e naturalistas brasileiros: a natureza amazônica nas viagens científicas da Comissão Rondon e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1907-1931). *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 5, p. 95-109, 2012.

³⁸⁶ Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.01.

³⁸⁷ LISBOA, Araci Gomes. *O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil*, op.cit., 2004, pág.61.

natureza e aos monumentos naturais de toda ordem. Em relação a estes últimos, foram destacados, como exemplos de monumentos naturais de especial interesse: sambaquis e jazidas em geral, megalitos, cavernas e sumidouros em geral, florestas protetoras e mananciais em geral, elementos nobres ou de interesse científico, a flora e a fauna, sítios e paisagens, viveiros naturais de plantas raras, refúgios de espécies raras da fauna, aldeamentos dos índios, pequenas indústrias rurais, indígenas e sertanejas, dentre outros. Também foi sugerida a proibição, com imputação de penalidades, da “destruição de viveiro natural de planta, colher cepas inteiras de plantas cespitosas, sem deixar uma parte da cepa no próprio local e qualquer dano a monumentos naturais, artísticos, históricos ou legendários”³⁸⁸.

Concretizando as propostas e argumentos apresentados pela comissão, o decreto 22.698 de 11 de maio de 1933 incumbiu o Ministério da Agricultura de “fiscalizar as expedições nacionais, de iniciativa particular e as estrangeiras, de qualquer natureza, empreendidas em território nacional”. Este decreto visava sanar a necessidade de coibir os abusos ou prejuízos que estas expedições poderiam causar. A proteção dos monumentos naturais, históricos e artísticos do país era uma meta a ser alcançada. O decreto estabelecia ainda que nenhum espécime botânico, zoológico, mineralógico e paleontológico poderia ser transportado para fora do país caso não existissem similares em algum dos institutos científicos do Ministério da Agricultura ou no Museu Nacional.

Além disso, todo o material científico coletado deveria ser dividido com o Governo Brasileiro em partes iguais e deveria ser fornecida também uma cópia autenticada dos relatórios, plantas ou filmes realizados³⁸⁹.

O decreto nº 23.311 de 31 de outubro de 1933 criou, na Diretoria de Pesquisas Científicas do Ministério da Agricultura, o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. A este órgão, que ficou subordinado ao gabinete do Ministro da Agricultura após a extinção da Diretoria de Pesquisas Científicas, em 1933, caberia a implementação do decreto que estabeleceu a fiscalização das expedições³⁹⁰. Segundo regulamento publicado no decreto nº 24.337 de 5 de junho de 1934³⁹¹, o Conselho deveria ser composto de sete membros designados pelo Ministro da Agricultura, sendo um representante

³⁸⁸ Sugestões do Museu Nacional para a regulamentação da lei de expedições particulares ao interior do país. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.01.

³⁸⁹ Decreto 22.698 de 11 de maio de 1933. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

³⁹⁰ Decreto 23.311 de 31 de outubro de 1933. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

³⁹¹ <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=26491> Consultado em 3/08/2016

de cada um dos órgãos a seguir: Departamento Nacional da Produção Vegetal, Departamento Nacional da Produção Mineral, Departamento Nacional da Produção Animal, Museu Nacional, Museu Histórico Nacional, Escola Nacional de Belas Artes e Serviço Geográfico Militar. Estes representantes deveriam ser, de acordo com o órgão que representavam, especialistas em botânica sistemática, geologia, mineralogia, paleontologia, zoologia sistemática, antropologia, etnografia e objetos históricos, arte antiga e tradicional, topografia e cinematografia. Através desta composição desejada para o Conselho, órgãos representados e especialidades requeridas, podemos perceber a abrangência e heterogeneidade do tipo de patrimônio que se pretendia proteger. O regulamento interno deste órgão sofreria revisões periódicas e seria eventualmente discutido em reuniões ao longo de seus anos de funcionamento.

O CFEACB foi um órgão governamental criado para corresponder à demanda de representantes de instituições nacionais que cobravam do governo brasileiro uma atuação mais eficaz em relação às expedições que estariam levando para fora do país informações e objetos de cultura material, colocando em jogo a produção do conhecimento científico nacional. Além de pretender normatizar o controle das expedições, o Conselho tinha uma função estratégica para o Estado: através do mapeamento das expedições, controlava o espaço geográfico brasileiro e as potencialidades econômicas do território nacional³⁹². Para as instituições científicas nele representadas era um meio de aumentar suas coleções e garantir informações privilegiadas acerca do conhecimento produzido nas pesquisas sobre o patrimônio científico da nação.

Paulo Campos Porto, assistente chefe do Instituto de Biologia Vegetal, foi designado em 23 de outubro de 1933 pelo Ministro da Agricultura Juarez Távora para ser presidente do CFEACB, cargo que exerceria até o final de julho de 1939. Cabia ao presidente, além de convocar e presidir as reuniões, distribuir os pedidos de licença e demais papéis entre os membros do conselho e assinar e fazer expedir toda correspondência. Deveria organizar também as instruções a serem observadas pelo representante do governo brasileiro que acompanharia cada expedição, entre outras incumbências³⁹³.

Todavia, o processo de elaboração e publicação do decreto que estabeleceu a fiscalização das expedições, a criação e organização do CFEACB e, enfim, o início das atividades deste órgão, durou alguns meses. Paulo Campos Porto esteve envolvido em todas

³⁹² LISBOA, Araci Gomes. *O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil*, op.cit., 2004, pág.104.

³⁹³ Decreto 24.337 de 5 de junho de 1934. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

estas fases do empreendimento e presidiu a primeira reunião do conselho, ocorrida em 11 de julho de 1934. Esta contou, segundo registro, com a presença dos seguintes conselheiros: Armando Ribeiro (Serviço Geográfico do Exército), Djalma Guimarães (Instituto Geológico e Mineralógico), Flexa Ribeiro (Escola Nacional de Belas Artes), Lauro Travassos (Departamento Nacional de Produção Animal), Menezes de Oliva (Museu Histórico Nacional), Carlos Marinho de Paula Barros (Ministério da Fazenda) e Renato Barbosa Rodrigues Pereira (Ministério das Relações Exteriores). A partir de um documento datado do dia 18 de julho de 1934 e enviado por Campos Porto ao diretor de expediente e contabilidade, do qual constava, para fins de registro, os decretos de nomeação dos membros do CFEACB, podemos concluir que os nomes citados acima, mais a antropóloga Heloísa Alberto Torres (Museu Nacional) foram os primeiros conselheiros, em uma composição não exatamente igual à prevista pelo decreto nº 24337. Ainda durante a organização do conselho e antes de uma reformulação sofrida já em junho de 1934, Cândido de Mello Leitão, como representante do Museu Nacional, ao lado de Heloísa Alberto Torres, chegou a integrar o conselho³⁹⁴.

No trecho do relatório institucional do ano de 1935, assinado por Campos Porto, e que será reproduzido a seguir, é possível perceber os propósitos da fiscalização das expedições e o aspecto “controlador” pretendido pelo conselho. Além disso, denota o interesse científico a partir da defesa dos objetos de estudo para produção de conhecimento, bem como a proteção do que é entendido como “riquezas do solo”:

(...) destina-se o CFEACB, como indica o próprio nome, a fiscalização, ou melhor, ao “controle”(grifo original), das expedições artísticas e científicas que porventura se realizem em território nacional, e isso com o fim de evitar o desaparecimento ou o desmembramento dos nossos materiais e coleções etnográficas, históricos, zoológicos e botânicos, assim como o das riquezas do solo etc... Até aqui, porém, não tem este conselho se limitado apenas à fiscalização das expedições. Não, além disso, que é sua finalidade precípua, e que visa evitar os atentados ao diversos patrimônios acima referidos, o conselho a que tenho a honra de presidir, pôs mais longe a sua mira e buscou, de um lado, promover um melhor conhecimento da nossa terra (...)³⁹⁵

Como podemos perceber no trecho acima é recorrente na documentação produzida durante o período inicial do Conselho, sobretudo em documentos assinados por Paulo Campos Porto, o discurso institucional da defesa dos “diversos patrimônios” da nação. É

³⁹⁴ Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.06.

³⁹⁵ Relatório do ano de 1935. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.17.

neste ponto que ocorreu a aproximação entre as propostas deste órgão e do SPHAN, criado em 1937. A criação deste é usada como justificativa para a realização de uma reforma no regulamento do CFEACB visando à sua transformação num serviço de fiscalização técnico-científico. Isto porque, de acordo com os argumentos mobilizados, seus regulamentos colidiam em alguns pontos e davam espaço a variadas interpretações que eram prejudiciais às práticas fiscalizadoras. Um aspecto que pode ser citado como ponto de colisão entre os interesses dos dois órgãos é o que se refere aos objetos pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica e ameríndia. Estes já tinham a sua proteção pretendida pelo CFEACB. Porém, o decreto que organizou o SPHAN os colocou como sujeitos a tombamento e à inscrição em um dos quatro livros, o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Assim, estes objetos ficariam sob os cuidados do SPHAN, podendo invadir uma das esferas de atuação do Conselho. Embora esta tenha sido a argumentação dos conselheiros, é preciso ponderar que, para estar sob a égide do SPHAN, “a coisa” precisava ter sido tombada, enquanto o Conselho pretendia a proteção de todos os objetos desta natureza independente de seu caráter de excepcionalidade. Deste modo, ao menos neste tipo de exemplo, o choque de atribuições pode ser relativizado. Contudo, os conflitos de competência que, através da análise da documentação, parecia ser um problema constante para a atuação do Conselho, não ocorria apenas entre este e o SPHAN. Como exemplo, há correspondências trocadas com os Ministérios da Guerra e de Viação e Obras Públicas relatando e debatendo situações nas quais a atuação do Conselho estaria em choque com as esferas de ação dessas pastas ministeriais³⁹⁶.

Durante os anos em que Paulo Campos Porto foi o presidente do Conselho (1933-1939) as reuniões realizadas ocorreram no Instituto de Biologia Vegetal e através da análise das atas podemos compreender alguns pontos de sua dinâmica de funcionamento. Todos os pedidos de licença eram distribuídos entre os membros do Conselho de acordo com a especialidade de cada um e a natureza da solicitação³⁹⁷. Após este primeiro passo, era aguardada a apresentação do parecer acerca do assunto. Este parecer era emitido pelo membro designado, especialista na matéria a ser julgada, e a partir daí submetido à aprovação do

³⁹⁶ Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.1.14.

³⁹⁷ Segue a lista dos conselheiros e suas respectivas especialidades ou representações que orientavam suas escolhas como parecerista: Dr. Djalma Guimarães- geologia, mineralogia, e paleontologia; Profa. Heloisa Alberto Torres- antropologia e etnografia; Prof. Dr. Mello Leitão- zoologia sistemática- Prof. Flexa Ribeiro - arte antiga e tradicional; Dr. Menezes de Oliva- objetos históricos; Coronel Armando Ribeiro- topografia e cinematografia; Coronel Renato Barboza Rodrigues Pereira- Representante do Ministério das Relações Exteriores; Dr. Carlos Marinho de Paula Barros- representante do Ministério da Fazenda.

conselho. Os membros do Conselho presentes na reunião se posicionavam e o pedido de licença era deferido ou não.

Praticamente todas as licenças concedidas ficavam condicionadas à participação de uma pessoa indicada pelo Conselho na expedição ou submissão da mesma a uma instituição científica nacional. Na ata da 47ª reunião do Conselho, realizada em 30 de janeiro de 1936, por exemplo, foi lido o parecer do presidente Paulo Campos Porto sobre o pedido de licença do cidadão norte-americano Julius Collins que iria ao Brasil comissionado pelo governo de seu país para realizar estudos botânicos. O parecer concluía pelo deferimento do pedido e foi aprovado pelo Conselho, ficando a fiscalização desta expedição a cargo do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Nesta mesma reunião foi discutido o pedido de licença do cidadão britânico John Blaker Dalrymple, da firma Elder Dalrymple Production Limited para realizar no Brasil filmes educacionais. O parecer do conselheiro Armando Ribeiro concluía a favor do deferimento do pedido e foi aprovado pelo Conselho. A fiscalização da expedição e a censura dos filmes ficaram a cargo do Delegado do Conselho no Estado do Pará. O expedicionário também ficou obrigado a fazer a entrega das cópias ao delegado³⁹⁸.

O CFEACB tinha uma atuação intensa na tentativa de impedir a realização de trabalhos exploratórios por expedições não licenciadas. Frequentemente Paulo Campos Porto estava a enviar, por intermédio do Ministro da Agricultura, e aos demais ministros de estado, ofícios e regulamentos lembrando as finalidades do conselho. O objetivo era impedir que fossem concedidas licenças para excursões, expedições, caçadas e quaisquer outras atividades que se relacionassem com os propósitos do Conselho sem que este fosse previamente ouvido. No entanto, esta postura parece não ter impedido a realização de expedições sem consentimento do Conselho e não eram raros os relatos de incidentes envolvendo expedições que não seguiram o protocolo indicado pela lei que fiscalizava a realização de empreendimentos desta natureza.

Em março de 1935 o CFEACB tomou conhecimento, pelos jornais da capital, de que estava sendo organizada, na França, uma expedição científica com destino ao interior do território nacional com o objetivo de colher documentos cinematográficos da natureza brasileira e todos os espécimes possíveis, sobretudo vivos, da rica fauna brasileira. Estes seriam destinados aos museus de Paris e de Londres. Essa expedição seria chefiada pelos

³⁹⁸ Ata da quadragésima sétima reunião do conselho, Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.10.

senhores Marques de Basily-Sanpieri, Conde Richard La Falaise e a jornalista Madame Rayliane, enviada especial dos jornais parisienses³⁹⁹.

Conhecedor destes fatos, Porto levou ao conhecimento do Senhor Consul da Republica Francesa a lei sobre as expedições estrangeiras de caráter científico e artístico em território nacional e alguns exemplares do regulamento do Conselho. De acordo com o que foi relatado em ata de reunião, depois de tomadas essas providências, o presidente foi convidado para um encontro no gabinete do Ministro da Agricultura Odilon Braga para que explicasse ao Consul Buarque de Macedo e ao Sr. La Falaise sobre os meios de conseguirem a licença necessária para a dita expedição. Porém, os expedicionários declararam em tal encontro que não pretendiam mais realizar uma expedição científica e sim uma excursão puramente recreativa e partiram em seguida para Goiás. Sendo assim, o presidente do Conselho telegrafou ao Chefe de Polícia do Estado de Goiás solicitando que fosse impedida, por parte de tal expedição, qualquer exploração de caráter científico. Foi então informado da separação dos expedicionários e de que o Marques de Basily teria prosseguido unicamente com seus empregados⁴⁰⁰.

O Conselho seguiu de perto o itinerário e a ação do Sr. Basily. Após tomar ciência de que este havia chegado a São Paulo trazendo animais e material etnográfico, realizou uma ação conjunta com o Serviço de Caça e Pesca para apreender o material recolhido durante a expedição, pois não estava o Sr. Basily licenciado por nenhum dos dois serviços. O material foi apreendido na presença de Paulo Campos Porto, do conselheiro Lauro Travassos, da conselheira Heloisa Alberto Torres, do diretor do Serviço de Caça e Pesca, Ascanio de Faria, e do presidente do Conselho de Caça e Pesca, Mello Leitão. O auto de infração foi lavrado, os animais foram levados ao jardim zoológico e o material etnográfico depositado na Diretoria do Serviço de Caça e Pesca, sendo posteriormente recolhido ao Museu Nacional⁴⁰¹.

O episódio narrado acima permite destacar dois aspectos da atuação do Conselho. Primeiro, a imprensa funcionou algumas vezes como informante acerca da ocorrência ou organização de expedições que percorreriam o território nacional. Segundo, o desfecho da situação aponta uma ação para a qual se associaram também mais dois órgãos estatais: o Serviço de Caça e Pesca e o Conselho de Caça e Pesca. Estes dois órgãos foram homenageados pelo Conselho devido à colaboração prestada na apreensão do material

³⁹⁹ Ata da quadragésima segunda reunião do conselho, Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.10.

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ Ibidem.

científico da expedição Basily-Sanpieri pois teriam “prestigiado o Conselho na defesa do patrimônio artístico e científico nacional”⁴⁰².

Apesar de toda a preocupação em impedir a saída de material científico do país e de controlar o conhecimento produzido a partir destes objetos, ocorreram exceções no cumprimento do regulamento. A boa reputação da instituição científica, o intuito de manter boas relações e permutas, assim como o interesse na produção de conhecimento e pertencimento a uma mesma comunidade científica, poderiam levar o Conselho a adotar uma conduta que não era padrão em relação ao material coletado por expedições estrangeiras. Foi o caso de um pedido apresentado por dois expedicionários americanos que solicitaram licença para exportar o material paleontológico por eles coletado no Estado do Rio Grande do Sul para a Universidade de Harvard. Os argumentos apresentados foram o de que não havia especialistas na matéria no Brasil e que, após a realização de estudos e classificação, as duplicatas seriam devolvidas.

Paulo Campos Porto foi favorável a confiar o material científico àqueles expedicionários devido à “seriedade e alto patrocínio daquele instituto”. Os conselheiros Flexa Ribeiro e Heloísa Alberto Torres concordaram com o presidente, assim como outros membros do Conselho. Foi ressaltado que tal decisão só deveria ser tomada em casos extraordinários como aquele e que a instituição científica a qual seria remetido o material fosse de total confiança, o que era uma garantia ao cumprimento do tratado. Apesar disso, Campos Porto julgou necessário convocar uma reunião extraordinária para ouvir o parecer do conselheiro Djalma Guimarães, especialista no assunto⁴⁰³.

Segundo Djalma Guimarães o caso da expedição da Universidade de Harvard era omissa no regulamento e por isso os espécimes de fósseis de animais coletados no Rio Grande do Sul poderiam ser remetidos àquela universidade para estudo e reconstituição. De acordo com Guimarães não era possível fazer uma seleção de peças fósseis em campo de modo a estabelecer as duplicatas. Assim, estas poderiam ser devolvidas após o metucioso estudo de gabinete que permitiria a reconstituição de todo o esqueleto fóssil de um determinado espécime e a dedução das duplicatas. Este parecer foi aprovado por unanimidade pelo Conselho que resolveu pela autorização para a exportação do material coletado. Foi estabelecido que os expedicionários assumiriam e assinariam em nome da Universidade de Harvard o termo de compromisso de devolução das peças em duplicata, devendo ser feito um

⁴⁰² Ata da quadragésima quarta reunião do conselho, Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.10.

⁴⁰³ Ata da septuagésima primeira reunião do conselho, Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.10.

arrolamento minucioso do material a ser exportado. Dos exemplares únicos deveriam ser entregues ao governo brasileiro reproduções diretas. Ficou resolvido ainda que os trabalhos que viessem a ser feitos sobre o material coletado deveriam ser cedidos ao Conselho traduções para o português⁴⁰⁴.

Uma característica das ações do CFEACB era a especial atenção dedicada ao material recolhido pelas expedições que deveria estar em total acordo com as diretrizes estabelecidas pelo decreto e poderia ser confiscado por inteiro ou em partes. O material confiscado era enviado para a instituição científica indicada pelo Conselho e enriquecia suas coleções. Mesmo no que tange às expedições licenciadas previamente, estas teriam o material recolhido inspecionado por uma pessoa designada pelo CFEACB. Este material que era incorporado ao acervo das instituições científicas nacionais, após ter sido apreendido ou entregue pelos expedicionários de acordo com o caráter legal ou não da excursão e seu enquadramento no regulamento, era apontado como um dos resultados mais importantes do trabalho realizado pelo CFEACB. Este é um indício que fortalece minha argumentação acerca da mobilização de cientistas, dentre os quais destaco Paulo Campos Porto, em prol do controle do conhecimento que era produzido sobre o país e a prioridade da ciência nacional na realização de estudos acerca da natureza brasileira, de nosso passado e cultura material.

Nos relatórios anuais das atividades realizadas entre 1933 e 1938 pelo Conselho, e também em outros documentos, foram enaltecidos os números que representavam o material coletado e incorporado ao acervo de instituições científicas como o Museu Nacional, o Museu Goeldi, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo. O relatório apresentado no ano de 1938 dava conta de que, em função do dispositivo de lei que permitia a fiscalização das expedições científicas, havia sido incorporado até então o seguinte material botânico ao JBRJ: 409 espécimes de plantas secas coletadas no interior do país pelo botânico do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América do Norte, Jason Swallen; 127 espécimes de plantas secas, colecionadas pelo botânico W.A. Archer, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América do Norte e 145 exemplares de plantas secas coletadas no Paraná pelo botânico G. Tessman, do Jardim Botânico de Berlim-Dahlem⁴⁰⁵.

Sobre o aspecto do funcionamento efetivo do órgão é preciso considerar que este apresentava propostas bem ambiciosas se levarmos em consideração as próprias condições materiais de sua existência. No entanto, ações como a existência de delegados regionais do

⁴⁰⁴ Ata da septuagésima segunda reunião do conselho, Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.10.

⁴⁰⁵ Relatório de atividades apresentado em 1938, Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.17.

Conselho nos mais diferentes Estados da Federação e o trabalho realizado em cooperação com diversos órgãos da administração pública indicam a articulação em prol de seu funcionamento. A própria circulação dos membros do Conselho por esses outros órgãos facilitou a realização de redes que fortaleceram as ações de fiscalização das expedições. O discurso empregado por Paulo Campos Porto, em um rascunho do que seria o relatório das atividades realizadas durante o ano de 1936, é o de que os feitos, embora parecessem pouco expressivos, eram representativos para a proteção do patrimônio da nação:

9- O relatório, como vossa excelência vê, não apresenta grandes cifras de feitos realizados. Não. Mas o que certamente ressalta é o “que” conseguimos e o “modo” pelo qual conseguimos.

10- Enriqueceram-se os museus, institutos científicos oficiais receberam grande cópia de material científico sem ônus para o Governo. E os bens culturais cuja dispersão foi evitada. É o passado que fica de pé.

11- Hoje, Senhor Ministro, o CFEACB conta com o auxílio e com a simpatia de todos os brasileiros, desde a capital da república até a cidade mais longínqua da fronteira ou do interior do país. Todos, os mais humildes, lhe compreendem o alcance. Assim, conseguiu o Conselho que muitos dos elementos constitutivos da civilização de um povo já não possam mais ser exportados do país, sem a crítica e a permissão do Conselho⁴⁰⁶.

A extensão do território nacional dificultava as ações do CFEACB e, neste sentido, a colaboração prestada pelos delegados regionais concorria para o relativo sucesso do empreendimento. Embora realizando um trabalho voluntário, sem qualquer remuneração, estes delegados ficavam responsáveis pela fiscalização das expedições que percorriam seus Estados. Eram também por vezes designados para acompanhar expedicionários durante as viagens, poderiam inspecionar o material coletado e a sua remessa ao exterior, dentre outras funções. Os delegados regionais também deixavam o Conselho, sediado na capital federal, a par do que ocorria no interior do país e era de sua competência, por exemplo, a inspeção de expedições não licenciadas. Todo este trabalho era fundamental para a garantia da atuação do Conselho para além da capital federal. Principalmente, se levarmos em consideração que os conselheiros que compunham o CFEACB eram funcionários estatais que ocupavam cargos em outras instituições públicas e, por vezes, exerciam também funções administrativas.

Este era o caso de Campos Porto que, como já vimos, enquanto respondia como presidente do Conselho de Fiscalização das Expedições, era também diretor do Instituto de Biologia Vegetal, conseqüentemente dirigia o JBRJ e a Estação Biológica de Itatiaia, e ainda

⁴⁰⁶ Rascunho de correspondência datada de março de 1937 e endereçada ao Ministro Odilon Braga, Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências-MAST, CFE.T.1.17.

fazia parte do Conselho Florestal Federal. A lista a seguir apresenta os nomes dos delegados regionais atuantes em 1934: Afrânio Amaral (São Paulo), Carlos Estevão de Oliveira (Pará), Estevão de Mendonça (Mato-Grosso), Henrique Mello Barreto (Minas Gerais), Leovigildo Paiva (Rio Grande do Sul), Augusto Cesar Leite (Sergipe), Mario Mello (Pernambuco), Mauro Gouvêa (Paraíba), João Braulino de Carvalho (Maranhão), Câmara Cascudo (Rio Grande do Norte), Carlos Studdart Filho (Ceará), José Francisco de Araújo Lima (Amazonas), Alberico Fraga (Bahia). Além destes, os seguintes sub-delegados: Olivério Pinto (São Paulo), Assonas Figueiredo (Pernambuco), Francisco Conceição Menezes (Bahia), Antônio Fernandes de Souza (Mato Grosso) e Oscar Monte de Almeida (Minas Gerais)⁴⁰⁷.

Embora seja razoável considerar que nem todos os delegados regionais tenham atuado com uma mesma intensidade, o trabalho realizado por estes era importante para as atividades do Conselho. Com data de agosto de 1936, encontrei uma espécie de ofício que, devido à existência de diversas cópias endereçadas a diferentes delegados no acervo pesquisado, concluí ter sido remetida a todos eles. Este documento parecia ter o propósito de agradecer os delegados pelo trabalho prestado e deixá-los cientes da totalidade das atividades do órgão ao qual pertenciam por adesão voluntária, uma vez que não recebiam vencimentos por isto:

É com o maior prazer que o CFEACB, do qual sois patriótico e dedicado colaborador, vem vos informar das suas atividades durante o ano p.p. (...) O conselho está certo e seguro que poderá continuar a contar com o vosso valioso auxílio e a vossa dedicada vigilância pelo patrimônio cultural do nosso país⁴⁰⁸.

Este documento ainda exibia um quadro de distribuição das expedições segundo objetivos e nacionalidade, informando as que haviam sido realizadas, as que tiveram as licenças negadas e as impugnadas. Descrevia também o material que havia sido incorporado ao acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro. No entanto, alguns números apresentados devem ser ponderados como, por exemplo, a informação de que em março de 1937 existiam 13 expedições científicas atuando no Brasil. Os relatórios referentes aos anos de 1938 e 1939 informavam, respectivamente, a ocorrência de nove e dezessete expedições durante todo um ano. Uma espécie de ofício com data de 1936, ao que parece indicando resultados obtidos pelo Conselho até então, apontou a realização de trinta e duas expedições. Contudo, este mesmo documento apresenta outros números que dão margem a reflexões e permitem pensar

⁴⁰⁷ Relatório do conselho- ano de 1934, Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.17.

⁴⁰⁸ Ofícios endereçados aos delegados regionais do conselho, Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.17.

que possivelmente muitas expedições eram realizadas sem que o órgão fiscalizador sequer tomasse conhecimento. Para ilustrar essa argumentação citarei um exemplo. Segundo apontado no documento, foram realizadas apenas quatro expedições botânicas durante o período aludido. No caso da realização de expedições para estudos de botânica era comum a realização de excursões para a exploração da flora compostas por apenas dois pesquisadores ou menos. O botânico Adolpho Ducke, nos anos de 1920, percorreu a região amazônica para a realização de estudos científicos tendo ido sozinho a algumas localidades nas quais contratou guias locais que o auxiliassem⁴⁰⁹. Esta questão talvez tornasse muito complicada a fiscalização e conhecimento de todas as explorações realizadas num território nacional tão vasto como o brasileiro. Provavelmente, em razão da grande extensão territorial e de fronteiras do Brasil, muita coisa conseguia escapar à vigilância do governo. Pensando em sanar parte desse inconveniente, Paulo Campos Porto propôs, na Primeira Reunião Sul Americana de Botânica em 1938, como já ressaltamos, que em todas as repúblicas sul americanas fossem criados órgãos congêneres ao CFEACB. O intuito era que todos os países que possuíssem órgãos como este promovessem uma fiscalização continuada que ultrapassasse as fronteiras nacionais e abrangesse assim uma maior extensão territorial cobrindo todas as áreas, mesmo as de domínio nacional menos efetivo⁴¹⁰.

Campos Porto foi presidente do CFEACB até o final de julho de 1939. Em outubro deste mesmo ano, poucos meses após a sua saída, os conselheiros que compunham o órgão pediram demissão de seus cargos: Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Armando Ribeiro, Lauro Travassos, Carlos Marinho Paula Barros, Gerson de Faria Alvim, Menezes de Oliva e Heloísa Alberto Torres. Ao que tudo indica a troca da presidência foi um primeiro passo na remodelação do referido órgão e os conselheiros demissionários justificaram sua saída como um meio de facilitar ao governo a reforma do conselho e a implementação de seu novo regulamento.

Segundo eles, a publicação do decreto nº4450, de 27 de julho de 1939, veio criar uma situação anômala para o conselho, pois esta lei modificava dispositivos do regulamento já revogado anteriormente e não do regulamento em vigor até a presente data. Deste modo, o referido decreto levantava dúvidas acerca da legalidade das deliberações do conselho e perturbava a sua eficiência. Por este motivo, os conselheiros resolveram nomear uma

⁴⁰⁹ CASAZZA, Ingrid Fonseca. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011, págs. 93 a 101.

⁴¹⁰ Ata da 151 reunião, 17 de agosto de 39. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.11.

comissão composta de três de seus membros para elaborar um projeto de regulamento a ser apresentado ao governo, a exemplo do que era feito durante a presidência de Campos Porto. Porém, os demissionários ressaltaram que, durante a discussão de tal projeto, as opiniões da maioria do Conselho divergiram da de seu novo presidente, Francisco Iglesias, sendo algumas não suscetíveis de ajustamento. A justificativa apresentada pelos conselheiros que solicitavam desligamento do CFEACB era de que suas saídas evitariam prolongadas discussões que adiariam a normalização dos trabalhos. Um dos pontos da aludida reforma e, que incomodou bastante os integrantes do órgão, foi o que colocava fim à obrigatoriedade da composição do CFEACB por técnicos. Os diversos departamentos e institutos passavam a poder ser representados até por oficiais administrativos. A argumentação utilizada pelos conselheiros contrários à reforma era a de que o CFEACB fora criado como um serviço composto de especialistas e técnicos nos diferentes ramos de história natural e antropologia, em belas artes e em história nacional acompanhados por um representante do Ministério das Relações Exteriores e um do Ministério da Fazenda. Para eles o antigo regulamento garantia que os membros do conselho não atuassem como simples representantes dos institutos, mas essencialmente como técnicos especializados⁴¹¹.

A saída de Campos Porto do Conselho, de todo modo, foi mais complexa do que deixa transparecer a justificativa da remodelação do órgão. De maneira simplificada, esta teria ocorrido em decorrência da publicação do já mencionado decreto nº4450 de 27 de julho de 1939, pois este introduzia uma mudança no regulamento do CFEACB: passava a presidência do órgão ao diretor do Serviço Florestal. Contudo, alguns outros membros do Conselho, como Heloísa Alberto Torres, insistiram na ideia de que esta modificação traduzia a intenção de afastar Campos Porto. Na época o cargo de diretor do Serviço Florestal era ocupado por Francisco de Assis Iglesias que assumiu assim a presidência do conselho.

Embora ocupasse até então o cargo de presidente, Porto participava do CFEACB como representante do Instituto de Biologia Vegetal. Esse órgão, como já vimos, foi extinto em 1938 por ocasião da reforma realizada no Ministério da Agricultura. Com a referida reforma o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, até então dirigido pelo botânico, foi incorporado ao recém-criado Serviço Florestal passando a constituir uma de suas seções, a seção botânica, e Porto foi também afastado de seu cargo de diretor. Porém, em 1938, durante os meses que antecederam estas reformas no Ministério da Agricultura, Campos Porto esteve

⁴¹¹ Atas da 150 e 151 reuniões, 3 e 17 de agosto de 39. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.11.

afastado de seus cargos de direção nos serviços desta pasta ministerial. Inicialmente seu afastamento se deu para a realização das investigações decorrentes de inquérito administrativo que respondia após denúncia realizada por Adolpho Ducke. Contudo, mesmo com o fim do inquérito que se revelou infundado, Porto permaneceu afastado. Primeiro, cumprindo uma espécie de punição pela má conduta adotada durante uma acareação com o acusador e depois por um prolongamento não justificado. Talvez este prolongamento estivesse apenas aguardando a reforma no Ministério da Agricultura que forneceria os argumentos necessários para o afastamento definitivo do botânico.

Através da análise das atas das reuniões do CFEACB foi possível perceber que o impedimento de Paulo Campos Porto no que se refere à atuação neste órgão teve início em janeiro de 1939, mas seus pareceres continuaram a ser lidos nos encontros que se seguiram. O botânico voltou a presidir as reuniões no dia 13 de julho de 1939, porém, no encontro seguinte, em 3 de agosto, ocorreu seu afastamento definitivo. Embora não tenha conseguido em minha pesquisa esclarecer completamente esses afastamentos de Paulo Campos Porto, outro indício reforça a ideia de que a situação tenha sido mais complexa do que aparentava a princípio. Durante o impedimento temporário do presidente do Conselho, na reunião realizada no dia 13 de abril de 1939, o conselheiro Lauro Travassos⁴¹², amigo de Campos Porto, propôs que o CFEACB intercedesse junto ao Presidente da República no sentido de buscar uma solução para o caso de afastamento e a proposta foi aprovada⁴¹³. No entanto, dias depois Lauro Travassos declarou que, por conta de informações que obtivera, julgava conveniente retirar ou adiar a proposta para ocasião mais oportuna. Foi apoiado por conselheiros como Heloisa Alberto Torres e Flexa Ribeiro. Interessante registrar que, da ata desta mesma reunião, constou a notícia de que o inquérito ao qual Paulo Campos Porto respondia, provavelmente o iniciado após as denúncias de Adolpho Ducke, chegara ao fim e com o resultado positivo para o mesmo. Esse fato, somado à postura adotada por Lauro Travassos de recuo da proposta de intercessão junto ao Presidente, leva a crer que este inquérito sobre sua

⁴¹² Lauro Pereira Travassos (1890-1970)- Nasceu em Angra dos Reis, RJ. Formado em medicina, doutorou-se em 1813 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro defendendo tese sobre Helminologia. Foi professor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e da Escola Nacional de Veterinária. Desde os tempos de estudante de medicina frequentou o Instituto de Manguinhos ao qual esteve vinculado durante toda sua carreira. Foi um “discípulo de Oswaldo Cruz” e dedicou-se também a orientação de jovens cientistas.

⁴¹³ Ata da 139 reunião, 13 de abril de 1939. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.11.

administração no JBRJ não contribuiu para o seu afastamento temporário e/ou definitivo das reuniões do Conselho ⁴¹⁴

A verdade é que entre os anos de 1939 e 1942, quando Paulo Campos Porto assumiu a Secretaria de Agricultura da Bahia, em comparação com os anos anteriores, parece que foi “tirado de cena”. Araci Gomes Lisboa, ao apontar um episódio que, segundo ela, poderia ter colaborado com a autoexoneração dos membros do Conselho, nos fornece pistas para compreender o desgaste político de Paulo Campos Porto na presidência do órgão. Em fevereiro de 1937, o CFEACB havia interceptado todo o material coletado pela Fundação Rockefeller⁴¹⁵ que estava sendo exportado para os EUA. O Conselho resolveu autorizar apenas a saída do material ligado diretamente ao estudo da febre amarela já que a expedição da qual participava a instituição norte-americana estava sendo realizada em parceria com o

⁴¹⁴ Ata da 140 reunião, 20 de abril de 39. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1. 11.

⁴¹⁵ Organização filantrópica norte-americana que desde o início do século atuou no Brasil no combate a doenças e na formação de profissionais de saúde. A Fundação Rockefeller operava fora de seu país de origem a partir de sua Divisão de Saúde Internacional que acordava um serviço cooperativo com um governo tendo como objetivo principal fomentar ações exemplares e ajudar a fundar de maneira cooperativa com as autoridades locais (seja regionais ou nacionais), estruturas permanentes de saúde pública após o fim da empreitada filantrópica. No Brasil, desde o início dos anos 1920, a Fundação Rockefeller, com apoio do governo e técnicos brasileiros, teve papel central no combate a febre amarela com a descoberta do agente causal, o combate ao vetor urbano *Aedes aegypti*, a descoberta do ciclo silvestre e de seu vetor, o mosquito do gênero *Haemagogus*, e a elaboração de uma vacina para a prevenção da doença. Apesar de não ter renovado o contrato com o governo brasileiro em 1939, levando o Brasil a criar o Serviço Nacional de Febre Amarela em 1940, a Fundação Rockefeller sustentou e manteve o controle do laboratório em Manguinhos até 1946, que se denominava Serviço de Estudos e Pesquisas sobre Febre Amarela. A Fundação Rockefeller desempenhou um papel importante no país no que se refere à criação de bases para uma política de saúde pública, através de campanhas para doenças específicas, englobando tanto os governos da Primeira República quanto o Governo Vargas. O balanço de sua ampla atuação no Governo Vargas apresenta como resultados a eliminação do *Aedes Aegypti* em grande parte do território brasileiro, a eliminação do *Anopheles gambiae* no Nordeste e a produção e distribuição maciça de uma vacina contra a febre amarela. Sobre a atuação da Fundação Rockefeller: Cueto, Marcos. “Los ciclos de Irradicación: la Fundación Rockefeller y la salud pública latinoamericana, 1918-1940”. Cueto, Marcos. Salud, Cultura y Sociedad en America Latina. Lima: Instituto de Estudios Peruanos/Organización Panamericana de la Salud, 1996; FARLEY, John. To Cast Out Disease: a history of the international Health Division of the Rockefeller Foundation (1913-1951). Oxford: Oxford University Press, 2004. BENCHIMOL, Jaime Larry, Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001); LÖWY, Ilana. Vírus, mosquitos e modernidade – a febre amarela no Brasil entre a ciência e a política. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006; FARIA, Lina Rodrigues de. A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol.9(3): 561-90, set.-dez. 2002; ANDRADE, Rômulo de Paula. A amazônia vai ressurgir! Saúde e Saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2007. MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. A Campanha Continental para a erradicação do *Aedes aegypti* da OPAS e a Cooperação Internacional em Saúde nas Américas (1918-1968), (Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2013); BARRETO, Danielle Cristina dos Santos. Uma trajetória familiar na ciência: Evandro Chagas (1905-1940) e o estudo das endemias rurais no Brasil. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2012; ANAYA, Gabriel Lopes. *Anopheles Gambiae*: do invasor silencioso ao “feroz mosquito africano” no Brasil (1930-1940) Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.

Serviço de Febre Amarela do Ministério da Educação e Saúde Pública. O desdobrar desta situação envolveu a troca de correspondências entre Paulo Campos Porto, Fred Soper⁴¹⁶, a embaixada dos EUA no Brasil e os ministros da agricultura e da educação. Ao longo do ano de 1938 esta situação e os apelos de Fred Soper para que o material científico fosse liberado foram discutidos em reuniões do CFEACB, que apresentou uma solução definitiva em junho de 1939. Após o exame do material que se encontrava no Museu Nacional, o conselheiro Lauro Travassos separou o que interessava a este museu e colocou o restante à disposição do conselho que autorizou a exportação⁴¹⁷.

Respondendo aos apelos anteriormente enviados por Fred Soper solicitando a devolução do material coletado, o CFEACB insistia na ideia de que não se tratava de impedir que a Fundação Rockefeller exercesse plenamente suas funções fazendo coleta de animais necessários a seus estudos. Era apenas a aplicação dos dispositivos legais que visavam à defesa do patrimônio científico nacional. Rebatiam o argumento de que a exportação do material era necessária para a realização da identificação das espécies afirmando que havia técnicos brasileiros capazes de levar a fim esse trabalho. Caso a Fundação Rockefeller continuasse julgando de maior utilidade exportar o material da fauna brasileira para que as

⁴¹⁶ Frederick Lowe Soper (1893-1977) - Nascido no Kansas, EUA, formou-se em medicina e iniciou seus trabalhos na Fundação Rockefeller em janeiro de 1920, após um treinamento rápido em parasitologia na Universidade Johns Hopkins. Entre 1920 e 1942 trabalhou em campanhas contra a ancilostomíase, a febre amarela e a malária na América do Sul, sobretudo no Paraguai e no Brasil, como membro da Divisão de Saúde Internacional da Fundação Rockefeller. Em 1927, inclusive, ele foi nomeado chefe do Escritório Regional da Fundação Rockefeller, localizado no Rio de Janeiro. Em 1930, tornou-se também Diretor do Serviço Cooperativo de Febre Amarela, agência administrada conjuntamente pelo governo brasileiro e a organização filantrópica norte-americana, cujo objetivo era combater a doença no país. Além de liderar a Campanha Mundial de Erradicação da Febre Amarela, a partir dos anos 1930, durante a sua permanência no país, Soper também foi o responsável pela coordenação do trabalho de combate ao mosquito de origem africana, *Anopheles gambiae*, vetor da malária, que havia infestado os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte na década de 1930. As atividades de combate ao *Anopheles gambiae* no Nordeste brasileiro o convenceram de que ele tinha desenvolvido as técnicas e os métodos necessários para alcançar a completa eliminação das duas doenças através da erradicação dos seus vetores, convertendo-se, assim, no principal proponente do conceito de erradicação das espécies nas décadas de 1930 e 1940. Soper foi também ator crucial na Campanha Continental de Erradicação do *Aedes aegypti*. Seu peso político, portanto, aos olhos do governo Vargas, era muito maior que o de Campos Porto. Para saber mais sobre sua vida e carreira: MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. A erradicação do *aedes aegypti*: febre amarela, Fred Soper e saúde pública nas Américas (1918-1968). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016; BARRETO, Danielle Cristina dos Santos. Uma trajetória familiar na ciência: Evandro Chagas (1905-1940) e o estudo das endemias rurais no Brasil, op.cit., 2012; ANAYA, Gabriel Lopes. *Anopheles Gambiae*: do invasor silencioso ao “feroz mosquito africano” no Brasil (1930-1940), op.cit., 2016; SOPER, Fred. “El Aedes aegypti y la fiebre amarilla”. Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana, 64 (3): 187-96, 1968; SOPER, Fred; DUFFY, John. Ventures in World Health: the memories of Fred Lowe Soper. Washington. D.C.: PAHO, 1977; WASERMAN, M. Fred L. Soper, embajador de la salud. *Américas*, outubro de 1975, pp. 30-39; CUETO, Marcos. *O Valor da Saúde: História da Organização Pan-Americana da Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007; STEPAN, Nancy Leys. *Eradiation: ridding the world of diseases forever?* London: Reaktion Books, 2011.

⁴¹⁷ Ata da 144ª reunião, 1 de junho de 39. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T..1.11.

determinações fossem feitas por especialistas estrangeiros, precisaria requerer a licença e se submeter às leis do país, mesmo que a exportação fosse feita pelo Serviço de Febre Amarela. Além disso, os membros do Conselho buscavam fazer valer os artigos do regulamento que proibiam a exportação de material científico sem autorização expressa do governo ou sem que houvesse similares nos institutos científicos nacionais. Havia um parecer do conselheiro Lauro Travassos que trazia anexo um relatório do especialista que fora encarregado de fazer a identificação dos batráquios, material que constava do conjunto que fora apreendido. Neste relatório era apontada a raridade de alguns exemplares, sendo um deles o segundo exemplar até então conhecido. Por isso, o pedido para que o mesmo fosse incorporado à coleção do Museu Nacional⁴¹⁸.

Nas ações do CFEACB referentes ao trato com a Fundação Rockefeller havia uma preocupação constante em evitar que esta burlasse a lei estando amparada pelas “regalias” das quais gozava⁴¹⁹. Como vemos, o CFEACB protagonizou conflitos e cedeu muitas vezes na fiscalização das expedições promovidas pela instituição norte-americana. O jornal *O Globo* do dia 2 de junho de 1939 noticiou uma oferta de 1300 “espécies” diferentes de mosquitos do Brasil feita pela Fundação Rockefeller ao Museu de História Natural de Nova York. O fato foi discutido em uma das reuniões do CFEACB, pois o órgão não teria sido notificado dessa exportação e não havia nenhum artigo no contrato firmado entre o governo do Brasil e a Fundação Rockefeller que autorizasse a exportação de material científico sem a aprovação do Conselho. Por fim, neste caso só restou ao CFEACB a opção de solicitar que não fosse mais exportado material científico a não ser por intermédio de instituto científico nacional e com prévia autorização deste órgão⁴²⁰.

Disputas envolvendo a Fundação Rockefeller e cientistas nacionais não eram incomuns. Neste período do incidente envolvendo Campos Porto e o CFEACB, encontrava-se no auge da rivalidade as controvérsias entre Fred Soper e Evandro Chagas acerca do combate da malária no Brasil, e que em 1940 acabaram por colocar um ponto final numa parceria científica estabelecida entre eles. Em fins dos anos de 1930, a malária se tornou um problema de novas proporções no Brasil. A chegada do mosquito africano *Anopheles gambiae* aumentou

⁴¹⁸Atas da 125ª e 126ª reuniões, 24 de novembro e 1 de dezembro de 1938. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.10.

⁴¹⁹ Ata da 146ª reunião, 30 de junho de 39. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.11.

⁴²⁰ Ata da 147ª reunião, 6 de julho de 39. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.11.

a letalidade da doença e ocasionou a criação de um novo departamento denominado Serviço de Malária do Nordeste, destinado a enfrentar o vetor sob a direção da Fundação Rockefeller.

A fundação do Serviço de Malária do Nordeste destinado à eliminação do *A. gambiae* no Nordeste brasileiro, ocorreu em um contexto no qual a Divisão de Saúde Internacional da Fundação Rockefeller já estava bem estabelecida no Brasil, tendo atuado sobre doenças como ancilostomose e febre amarela. Especialmente pelas ações em andamento contra a segunda doença citada, também transmitida por mosquitos, havia toda uma infraestrutura e pessoal estava disponível para que as ações contra o *A. gambiae* fossem executadas. Havia também uma aproximação entre Fred Soper e Getúlio Vargas que fortalecia a aliança entre a Fundação Rockefeller e o governo brasileiro e proporcionava oportunidades para ambos os lados. Embora tenham existido momentos de tensão, como as críticas de nacionalistas brasileiros, que, em 1937,, no âmbito do Estado Novo, questionavam a intervenção excessiva dos especialistas norte-americanos nos problemas de saúde pública do Brasil, as vantagens eram reais e inquestionável a constatação de que os custos de funcionamento do Serviço da Febre Amarela eram menos elevados sob a gestão norte-americana do que sob a gestão do Departamento Nacional de Saúde Pública.

Desde o início do Serviço de Malária do Nordeste foi definido de que se trataria de um serviço anti-gambiae, coordenado por Fred Soper, com uma estrutura organizacional herdada do Serviço de Febre Amarela. Este tipo de abordagem sofreu críticas de pesquisadores brasileiros que eram contrários ao fato de o Serviço não incluir em suas atividades oficiais a medicação dos doentes de malária e nem a realização de pesquisas epidemiológicas. A opção em focar nos ataques ao mosquito invasor e a decisão de não trabalhar com a medicação dos doentes era tomada como uma maneira de concentrar os esforços no extermínio do mosquito. Contudo, essa forma de ação abriu espaço para que Evandro Chagas trabalhasse em um projeto paralelo envolvendo estudos sobre o efeito de medicamentos nos doentes acometidos pela malária transmitida pelo *A. gambiae*, bem como um importante estudo sobre o uso de inseticidas no interior das casas.

Durante os anos de 1936-1940, Evandro Chagas realizou uma série de investigações científicas pelo interior do país. Em 1936, chefiou uma comissão de estudos do IOC sobre a leishmaniose visceral americana que, segundo ele, constituía uma nova enfermidade do continente americano, diferente da leishmaniose visceral descrita em outras regiões. Por meio de acordos com o governo do Pará, fundou, em fins de 1936, o Instituto de Patologia Experimental do Norte, atualmente denominado Instituto Evandro Chagas, localizado em Belém. A partir de suas relações familiares, conseguiu angariar o apoio financeiro, e com a

visibilidade alcançada por suas pesquisas, obteve do governo federal um subsídio que lhe possibilitou ampliar suas atividades no Instituto Oswaldo Cruz. Deste modo, surgiu o Serviço de Estudos de Grandes Endemias, uma organização científica voltada para a investigação e o combate das principais doenças endêmicas em diversas regiões do país.

Quando a nova epidemia de malária estorou no Ceará e no Rio Grande do Norte como consequência da chegada do *A. gambiae*, despertou também a atenção de pesquisadores brasileiros, em especial Evandro Chagas, que se encontrava em plena atividade de pesquisa sobre a leishmaniose visceral no Ceará. Ele testemunhou o avanço do mosquito invasor em julho de 1938 enquanto trabalhava em pesquisas em uma das regiões mais atingidas. Na ocasião concluiu que a melhor maneira de proceder em relação ao novo alastramento do mosquito seria a utilização da organização do Serviço de Febre Amarela e da Fundação Rockefeller para evitar uma difusão do inseto em proporções ainda maiores. Apontou também a necessidade de um serviço federal centralizado e uma campanha contra o mosquito da periferia da zona infestada para o centro. Assim, Evandro Chagas foi, em um primeiro momento, importante aliado de Soper. O pensamento do cientista brasileiro estava em consonância com a proposta do norte-americano ainda que posteriormente tenha se desenvolvido uma forte rivalidade em relação às abordagens do Serviço de Malária do Nordeste e do Serviço de Estudos de Grandes Endemias.

Deste modo, Evandro Chagas realizou trabalhos de maneira paralela com o Serviço de Malária do Nordeste. Os moldes da cooperação com a Fundação Rockefeller foram sendo desenhados a partir de 1938 quando Evandro Chagas começou a organizar seus projetos de pesquisa concernentes ao *A. gambiae*, chegando mesmo a criticar a forma pela qual estava sendo defendido um serviço exclusivamente anti-*gambiae*. Ao final deste mesmo ano já criticava Soper e sua intransigência em condicionar o acordo com o Governo ao aceite de um Serviço dedicado exclusivamente a combater o *A.gambiae*. Evandro Chagas possuía seus próprios planos de pesquisa em relação ao mosquito e, até 1940, pretendia se dedicar ao experimento de inseticidas no interior das casas e estudos sobre a administração de medicamentos aos doentes.

Enquanto o foco do Serviço de Malária do Nordeste era a eliminação dos locais de reprodução, o Serviço de Estudos de Grandes Endemias Rurais desenvolvia estudos sobre o tratamento dos doentes e o combate à forma alada do mosquito. Contudo, Evandro Chagas participou ativamente do início do Serviço de Malária do Nordeste e contribuiu com dados que ajudaram a entender e rastrear a movimentação do mosquito invasor no Ceará. O acordo entre eles previa uma abordagem paralela e interdependente.

No entanto, as discordâncias entre Evandro Chagas e Fred Soper estiveram presentes em todo período em que ocorreu a parceria científica. O primeiro enquadrava os problemas da região, atingida pelo mosquito invasor no Ceará, mais como uma questão marcada pela precariedade de vida da população, do que por considerar o *A. gambiae* como o condicionante central que provocou os devastadores efeitos da epidemia de malária ocorrida em 1938. Se no início do acordo de cooperação e dos trabalhos de pesquisa a atmosfera que triunfava era a de cooperação entre os dois Serviços, com o avanço das pesquisas as críticas passaram a ser cada vez mais contundentes dos dois lados, o que culminou com o fim do intercâmbio de recursos e conhecimento gerados no âmbito da parceria científica que foi desfeita em 1940⁴²¹.

Não encontrei indícios que confirmem uma relação direta entre o episódio da apreensão do material coletado pela Fundação Rockefeller e sua repercussão com a substituição dos membros do conselho. No entanto, é corrente nas pesquisas históricas que tratam da atuação da Fundação Rockefeller no Brasil a observação acerca da forte relação política entre Vargas e Fred Soper, construída ao longo dos anos de 1930. Essa relação é importante para compreender a autonomia dada à Fundação e mesmo as “regalias das quais gozava”. A própria maneira velada e cuidadosa com a qual a querela se desenvolveu, tendo sido tratada de maneira vaga durante as reuniões do Conselho mesmo pelos membros que eram partidários da atuação de Paulo Campos Porto, e ainda, os registros subtendidos e pouco comprometedores deixados em ata, fortalecem minha suspeita. Campos Porto se envolveu e colocou o CFEACB em um embate de forças amplamente desiguais. Acredito que este incidente e seus desdobramentos contribuíram para o papel de coadjuvante que desempenhou nos anos seguintes. Esta hipótese torna-se ainda mais forte ao pensar que o episódio relatado se deu em um momento de progressiva aproximação política com os EUA. Assim, a extinção do Instituto de Biologia Vegetal, a transformação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro em uma seção de outro órgão e o afastamento de Campos Porto do CFEACB, podem ter sido fomentados por questões políticas.

Na década de 1930 a preocupação com a proteção de bens culturais apropriáveis como signos nacionais levou à criação de órgãos que gerenciassem este patrimônio nacional. Sob esta perspectiva, a criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil em 1933 no Ministério da Agricultura pode ser compreendida como

⁴²¹ Para acompanhar de maneira detalhada as disputas e controvérsias entre Evandro Chagas e Fred Soper no âmbito do Serviço de Malária do Nordeste ver: BARRETO, Danielle Cristina dos Santos. *Uma trajetória familiar na ciência*, op.cit., 2012; ANAYA, Gabriel Lopes. *Anopheles Gambiae*, op.cit., 2016; STEPAN, Nancy Leys. The National and the International in Public Health: Carlos Chagas and the Rockefeller Foundation in Brazil, 1917-1930s. *Hispanic American Historical Review* 91:3. 2011.

resultante de um processo de estatização da proteção destes bens culturais⁴²². Contudo, poucas vezes na historiografia é feita a associação entre a criação deste órgão e o contexto acima mencionado⁴²³. Mas há um aspecto da atuação deste órgão que costuma ser omitido mesmo nas análises que o incluem numa política governamental de definição e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional: a preocupação com a proteção de bens nacionais a partir de aspectos não culturais.

Paulo Campos Porto e os outros membros do CFEACB, sobretudo os que eram diretamente vinculados a instituições científicas, tinham a defesa dos interesses da ciência nacional como importante meta a ser alcançada com a atuação do conselho. No entanto, numa articulação com um dos projetos políticos do governo Vargas já comentado aqui, que era a nacionalização dos recursos naturais brasileiros, a análise dos documentos do conselho revela também a forte preocupação com a proteção das riquezas de nosso solo no sentido de seus usos econômicos. O projeto de governo implementado pretendia que o progresso almejado para o país fosse edificado sobre uma sólida base econômica construída a partir das “riquezas da terra e recursos das minas”⁴²⁴. A intensificação das pesquisas e o incremento da indústria mineira, por exemplo, eram objetivos perseguidos, mas acarretavam a necessidade do controle e fiscalização das atividades exploratórias. Assim, o CFEACB atuava de modo a garantir a primazia nacional na exploração científica de nosso mundo natural.

Durante o período em que Paulo Campos Porto foi presidente do Conselho ocorreram algumas tentativas estrangeiras de realização de atividades exploratórias motivadas por interesses que extrapolavam a produção do conhecimento científico. Este tipo de iniciativa era comumente colocado sobre suspeição. A autorização e fiscalização ocorria de forma criteriosa controlando a exploração dos recursos naturais. Era comum que a permissão nesses casos ficasse condicionada ao acompanhamento de um representante do Conselho durante as atividades da expedição. Na pesquisa localizei registros de casos sobre investigações de minas de ouro e jazidas de petróleo. Nestas situações o CFEACB procurou coibir os

⁴²² DIAS, Carla da Costa e LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Museu Nacional e a construção do Patrimônio Histórico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.34, 2012. Poucos trabalhos apresentam diferentes ângulos de pesquisa sobre a história da constituição do patrimônio histórico e artístico nacional. Este que usei como referência mostra a interação constante entre o Museu Nacional, na esfera da antropologia, e o SPHAN, relacionando a formação de coleções científicas e sua exibição em exposições à constituição do patrimônio histórico e artístico nacional.

⁴²³ Exemplos: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e Expedições Vigeadas: Os Etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998; LISBOA, Araci Gomes. *O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil*, op.cit., 2004; DIAS, Carla da Costa e LIMA, Antônio Carlos de Souza. *O Museu Nacional e a construção do Patrimônio Histórico Nacional*, op.cit.

⁴²⁴ SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo*, op.cit., 1983, pág.477.

empreendimentos não licenciados e observar o regulamento imposto pelo Código de Minas de 1934, sobretudo o dispositivo que permitia a autorização para pesquisas de jazidas minerais em território nacional apenas a brasileiros ou companhias organizadas no Brasil que poderiam ser constituídas de estrangeiros.

Apontarei um exemplo da preocupação do CFEACB em distinguir o perfil das atividades exploratórias a serem licenciadas (se de cunho científico ou não) e também de sua atuação auxiliando no cumprimento do Código de Minas. Em junho de 1939 foi discutido o pedido da companhia brasileira de petróleo Ipiranga S.A. para que o geólogo Train T. Serghiesco pudesse percorrer os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná com o objetivo de localizar áreas mais favoráveis para pesquisas de jazidas de petróleo. Foi julgado que o pedido não seria de caráter puramente científico por se tratar de trabalho de prospecção. Deste modo, fugia às atribuições do conselho e se enquadrava no Código de Minas de 1934⁴²⁵.

O caso da expedição espanhola comandada pelo capitão Iglesias foi bastante emblemático da preocupação em cercear as excursões estrangeiras de “pseudo interesse científico” que não teriam como fim estudar o território nacional e sim explorá-lo. Toda a polêmica envolvendo a organização desta expedição espanhola é divulgada pela imprensa que, ao lado de algumas instituições, como o Centro Carioca, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e de personalidades, como Cândido Rondon e Roquette-Pinto, discutiram publicamente o perfil e os verdadeiros propósitos deste empreendimento.

O Diário da Noite do dia 26 de março de 1934 publicou uma reportagem intitulada “A exploração às nascentes do Amazonas - O Centro Carioca protesta perante o Ministro da Agricultura contra a vinda ao Brasil da Expedição Iglesias”. Tal publicação noticiava a vinda ao Brasil de “estranha” expedição espanhola que pretendia percorrer as nascentes do Rio Amazonas e era composta de quatro aviadores, quatro oficiais de marinha, quatro engenheiros, seis naturalistas, três médicos, um antropologista, dois cartógrafos, dois operadores cinematográficos, quatro mecânicos e doze marinheiros. Seriam um total de quarenta e quatro “exploradores” com quatro aeroplanos, bombas de dinamite, três postos de rádio, embarcações com metralhadoras e outros apetrechos necessários ao bom desempenho da missão. A reportagem trazia o protesto que o Centro Carioca, através de um telegrama enviado pelo seu presidente Sr. Benevenuto Berna, apresentou ao Ministro da Agricultura acerca da vinda da referida expedição. Segundo este, a missão espanhola do capitão Iglesias

⁴²⁵Ata da 146ª reunião, 30 de junho de 1939. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.11.

anunciava aportar no Brasil com o objetivo de incursionar e desvendar imensos tesouros do *hinterland* de “nossa querida pátria” e por isso solicitavam que se fizesse cumprir o decreto do governo provisório que proibia e regularizava essas “audazes caravanas forasteiras”⁴²⁶.

Como resposta a esta preocupação, segundo a publicação o Ministro da Agricultura Juarez Távora teria afirmado que até o momento não havia a necessidade de o governo tomar providências relativas à visita da expedição do capitão Iglesias às nascentes do Rio Amazonas pois estas não estavam localizadas no território nacional. De acordo com o Ministro, caso esta expedição ou qualquer outra intencionasse entrar no território nacional teria que solicitar ao governo o parecer do CFEACB sobre a conveniência do empreendimento. Como os consulados e embaixadas haviam sido notificados da existência do decreto que regulamentava as expedições em território brasileiro “tudo fazia crer que nenhuma percorreria o *hinterland* do país sem primeiro solicitar as necessárias licenças”. Juarez Távora ainda afirmou que Paulo Campos Porto havia declarado que o CFEACB não recebera nenhuma comunicação oficial sobre esta expedição, mas que solicitaria informações ao Ministério das Relações Exteriores. Isso seria uma garantia de que caso a Expedição Iglesias viesse ao Brasil, “o governo estaria atento para acautelar os altos interesses nacionais”⁴²⁷.

Embora sua fala para a imprensa deixe entrever que Juarez Távora não estava receoso com a organização da referida missão, uma correspondência enviada a ele por Paulo Campos Porto com a mesma data da reportagem revela atmosfera de desconfiança. O presidente do CFEACB informava que, no dia anterior, os jornais da Capital haviam publicado notícias acerca de uma grande expedição que estava sendo organizada na Espanha com o fim de explorar o Alto Amazonas. Segundo ele, de acordo com as informações recebidas, tal missão parecia ser vasta e com objetivos diversos. Por não conhecer sua principal motivação e considerando a organização divulgada, acreditava que tal empreendimento não seria de interesse nacional para o Brasil. Paulo Campos Porto sugeriu ainda que, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, fossem solicitadas ao Embaixador do Brasil na Espanha informações detalhadas da tal expedição e que seus organizadores fossem esclarecidos acerca dos dispositivos do decreto que regulava as expedições estrangeiras no país.

Durante o processo de análise e julgamento dos pedidos de licença encaminhados ao CFEACB havia uma recorrente preocupação com as incursões à bacia amazônica. Esse dado por si só colocava a expedição Iglesias sobre suspeição. A desconfiança dos nacionalistas era

⁴²⁶ *Diário da noite*, 26 de março de 1934, Rio de Janeiro. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST. CFE.T.2.007.

⁴²⁷ Idem.

provocada pela intenção da expedição em percorrer uma região que, segundo eles, despertava a cobiça de estrangeiros. Além disso, um outro fato pesava negativamente contra o empreendimento: a questão do armamentismo. O aparato bélico que fora divulgado como componente da expedição espanhola despertou críticas de homens como Roquette-Pinto⁴²⁸ e Cândido Rondon que chegou a declarar ao jornal *O Globo* que este fato “fazia crer no propósito de desobstrução a bala e dinamite de qualquer obstáculo que os habitantes das zonas a serem percorridas pudessem oferecer⁴²⁹. Alguns documentos e outras reportagens de jornal acerca deste assunto sugeriam que o armamento da expedição poderia ter como propósito o ataque aos indígenas.

O trecho reproduzido abaixo, e publicado no jornal *Vanguarda* em 29 de outubro de 1935, representa bem o teor das críticas apresentadas em outros documentos e periódicos acerca da expedição espanhola organizada pelo capitão Iglesias. Interessante destacar que poderia ser apontado como exemplo da argumentação que pautava a atuação do CFEACB e do tom das cobranças acerca do trabalho realizado por este órgão:

O Sr. Iglesias poderá prestar reais serviços à ciência, mas é preciso que não se entregue ao estrangeiro o segredo das terras, rios e montanhas de uma região sobre a qual convergem as vistas cobiçosas dos estrangeiros. Basta de displicência e de alheamento dos nossos governos aos problemas que jogam com o futuro do país, com a sua integridade territorial⁴³⁰.

Estes protestos (em defesa do patrimônio etnológico, histórico e natural) veiculados pela imprensa contra a referida expedição duraram pelo menos entre 1934 e 1936, considerando as fontes de pesquisa que analisei. De modo geral, as notícias que divulgam esta expedição e os pareceres contrários à sua realização sempre colocam uma questão que pode ser resumida da seguinte maneira: o interesse científico e os benefícios para a humanidade são apenas uma justificativa e não podem estar acima dos interesses nacionais. A ideia era de que estas expedições sempre apresentavam estes nobres propósitos, mas acabavam por levar para o estrangeiro as riquezas do país (etnográfica, fauna, flora, etc) e por isso era preciso analisá-las sempre com desconfiança.

⁴²⁸ *O Globo*, 28 de março de 1934. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.2.007.

⁴²⁹ *O Globo*, 27 de março de 1934. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.2.007.

⁴³⁰ *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1935. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.2.007.

A partir de correspondência do CFEACB endereçada ao presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Sr. Dr José Torres de Oliveira, foi possível esclarecer sobre o surgimento da expedição do capitão Iglesias. Este projeto seria mais de dois anos anterior ao decreto que criou o CFEACB. Ainda em abril de 1931, Iglesias teria procurado um representante do governo brasileiro em Madrid e solicitado apoio para a realização de expedição científica que operaria na Amazônia. Em 1932 o governo brasileiro teria autorizado este empreendimento. A partir das notícias divulgadas pela imprensa acerca da expedição Iglesias em 1934, Paulo Campos Porto, presidente do CFEACB, solicitou que fosse comunicado ao governo espanhol as novas condições para expedicionários⁴³¹. Porém, em março de 1936, foi divulgado o fim da Expedição Iglesias. Segundo notícia publicada no *Jornal do Comércio*, o conselho de ministros em Madrid teria resolvido dissolver o comitê organizador da expedição às nascentes do Amazonas. Foi informado que o navio “Artabro”, que até então iria conduzir a missão, passaria a ser utilizado em pesquisas científicas no Golfo da Guiné e que os aparelhos da missão seriam entregues a diversos estabelecimentos de ensino⁴³².

O fim desta expedição foi apontado como “uma vitória da imprensa”⁴³³. Todo este episódio serve de exemplo de como a imprensa também colaborava com o funcionamento do Conselho. Ao noticiar sobre estrangeiros em atividades expedicionárias nos mais diferentes Estados do país complementava o trabalho de fiscais e delegados do Conselho que era o de manter informada a sede do órgão, no Rio de Janeiro⁴³⁴. Por fim, a repercussão da campanha gerada contra a expedição mostra como os empreendimentos desta natureza eram encarados a partir de uma atmosfera de desconfiança nacionalista.

O CFEACB foi um projeto dirigido por intelectuais da ciência buscando a proteção não somente do patrimônio histórico e artístico nacional, como também do patrimônio natural. A natureza que compunha este tipo de patrimônio deveria ser resguardada enquanto patrimônio em suas múltiplas dimensões e valores, sendo a perspectiva de controle das riquezas naturais uma das principais metas. A preocupação de impedir a livre circulação de missões estrangeiras por regiões ricas em minérios, que ainda não eram de pleno

⁴³¹ Correspondência ao Sr. Dr. José Torres de Oliveira, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1935. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.2.007.

⁴³² *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 25 de março de 1936. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.2.007.

⁴³³ *A nação*, Rio de Janeiro, 28 de março de 1936. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.2.007.

⁴³⁴ GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e Expedições Vigiadas*, op.cit., 1998.

conhecimento e/ou efetivo domínio do Estado, exemplifica esta questão. Este órgão pretendia que os interesses do Estado fossem priorizados e que a vida científica nacional fosse beneficiada através de suas ações controladoras. Assim, o CFEACB estava voltado para a fiscalização e/ou proteção de todo um patrimônio nacional que se estendia pelos domínios da cultura, da economia e da ciência⁴³⁵.

4.3- A criação do SPHAN e a inclusão da natureza na política oficial para o patrimônio

As práticas de preservação do patrimônio nacional brasileiro, analisadas pela historiografia dedicada a este assunto, são aquelas que, implementadas a partir da década de 1930, colaboraram de algum modo com a busca pela biografia da nação e com a elaboração de sua autoimagem. Essas práticas materializavam a história que se queria contar e preservar ao elegerem os monumentos históricos que deveriam ser protegidos e restaurados por compor o patrimônio nacional. Esta ação de atribuição de um caráter simbólico a um bem que passaria a ser representativo da nacionalidade e protegido enquanto um patrimônio nacional coube ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- SPHAN.

Este órgão estatal, criado em 1937, atuou na construção, divulgação, compartilhamento e preservação de uma memória nacional. Segundo o decreto que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, constituía este patrimônio o conjunto dos bens móveis existentes no país e cuja conservação fosse de interesse público, ou por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, ou por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. Equiparavam-se a estes bens e também eram sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importasse conservar e proteger pela feição notável com que tinham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. Os bens tombados seriam inscritos nos Livros do Tombo, pertencentes ao SPHAN, a partir da ordem do diretor do órgão⁴³⁶. Estes livros eram os seguintes: 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no qual deveriam ser inscritas as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular; 2) Livro do Tombo Histórico, para as coisas de interesse histórico e as

⁴³⁵ LISBOA, Araci Gomes. A natureza como patrimônio. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005. Acessado em 17/07/2013 no seguinte endereço eletrônico: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0143.pdf>

⁴³⁶ Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

obras de arte histórica; 3) Livro do Tombo das Belas Artes, para as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira e 4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas, para as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras⁴³⁷.

Durante o Estado Novo foi ampla a participação de intelectuais no aparelho de governo⁴³⁸. No SPHAN, assim como em outros órgãos, intelectuais se aproximavam do governo porque, além de compartilhar com este a intenção de inaugurar um país moderno com uma memória histórica baseada em suas próprias tradições, viam a “ida para a repartição” como uma oportunidade⁴³⁹. O Estado era tido por estes intelectuais como o lugar da renovação e participar dele poderia ser uma possibilidade de aplicar na realidade as ideias que discutiam, almejavam em seus projetos ou colocavam em prática nas páginas de seus livros.

A aproximação dos intelectuais que estiveram ligados à temática patrimonialista e/ou vieram a constituir os quadros do SPHAN com o ideário modernista, e a associação que fizeram entre as noções de modernidade e tradição, caracterizaram as ações de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional implementadas no Brasil. De sua ligação com o modernismo carregaram o intuito de construir uma nação moderna representada por símbolos próprios que fizessem referência às tradições brasileiras que a sustentava e, desta associação entre modernidade e tradição, resultou a busca por um padrão de identidade que fosse autêntico, histórico, popular, tradicional e, por isto, moderno, o que terminou por determinar a escolha de certo tipo de bem para representar a nação. A época colonial passou a ser valorizada e concebida como as raízes autenticamente brasileiras. A partir desta busca pelas tradições, pelo redescobrimento do Brasil e pelo resgate de uma memória colonial, as representações acerca do Brasil das minas e das bandeiras ganharam força como símbolos da brasilidade. As cidades históricas mineiras foram então redescobertas nesta época por uma intelectualidade que em suas viagens ao interior do país reviviam o espírito bandeirante. Deste modo, estas cidades foram eleitas como os monumentos que deveriam compor o patrimônio da recém-construída nação cuja história seria recontada a partir de sua existência.

⁴³⁷ Idem.

⁴³⁸ Para ver mais sobre o tema: MICELI, S. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979; MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001; OLIVEIRA, L.L. (Coord.). *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980; BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos - Os anos 20*, Rio de Janeiro, v.6, nº 11, p.24-39, 1993; FONSECA, Cristina M. O. As ideias que trabalham nas instituições. In: *Saúde no Governo Vargas (1930-1945)*, op.cit., 2007.

⁴³⁹ CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na Repartição*, 2 ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2000, pág.23.

Este não foi um processo livre de tensões e na intelectualidade que esteve envolvida com esta temática no órgão que ficou responsável pela política de patrimonialização não havia uma homogeneidade de ideias. Mesmo os herdeiros diretos do movimento modernista pertenciam a diferentes correntes no interior deste. Sendo assim, os debates em torno da criação da nação e as ações de constituição do patrimônio nacional ocorreram em meio a disputas, alianças e cisões em torno da conquista de uma hegemonia e coesão.

Porém, algumas características foram predominantes nos primeiros anos de funcionamento do SPHAN. Uma delas é a presença maciça de arquitetos no quadro institucional. Segundo Lauro Cavalcanti, o SPHAN começou a funcionar contando, além de seu diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, com uma secretária, Judite Martins, e os arquitetos Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, José de Sousa Reis, Paulo Thedim Barreto, Renato Soeiro e Alcides Rocha Miranda. Destes sete arquitetos apenas Paulo Thedim Barreto não teria pertencido ao movimento modernista. Uma outra característica estabelecida no SPHAN: a prioridade dos bens de “pedra e cal”, com ênfase na arquitetura setecentista mineira⁴⁴⁰.

Examinando os cinco primeiros exemplares da *Revista do Patrimônio*, publicação do SPHAN, Cavalcanti confirmou o perfil de um Patrimônio que privilegiava os bens de pedra e cal, sobretudo religiosos de Minas e Rio de Janeiro. Dentre os artigos da revista predominavam os sobre arquitetura, arte e história que chegavam a 84% da totalidade. Os restantes eram dedicados à etnografia, museologia e história natural, nesta ordem. Mais da metade dos artigos de arquitetura, arte e história abordavam temas religiosos e 58% tratavam da Região Sudeste.

Embora na prática tenha existido um predomínio de determinado tipo de bem nos processos de tombamento do patrimônio nacional, o decreto-lei n.25/1937, que criou o SPHAN, era abrangente na definição dos bens que poderiam compor o patrimônio histórico e artístico nacional. De acordo com esta lei, poderia pertencer ao patrimônio histórico e artístico nacional quaisquer tipos de bem móvel ou imóvel, incluindo monumentos naturais, sítios ou paisagens⁴⁴¹. No entanto, foram poucos os tombamentos de monumentos naturais durante as primeiras décadas de existência do SPHAN.

A inclusão da natureza na política de proteção do patrimônio nacional a ser promovida pelo SPHAN provavelmente ocorreu devido ao papel de articulador de uma identidade nacional pretendida pelos idealizadores deste órgão. Embora não houvesse consenso entre os

⁴⁴⁰ Idem, pág.21.

⁴⁴¹ Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

diversos grupos envolvidos nos debates acerca da construção da nação e da temática patrimonial, havia correntes que elegiam a natureza como um dos símbolos da nação. Alguns intelectuais ligados a vertentes do modernismo, como Plínio Salgado, Ronald de Carvalho, o chamado grupo verde-amarelo, e os regionalistas ligados a Gilberto Freyre, viram a predominância do meio geográfico, aspectos da natureza e especificidades regionais como fatores definidores da identidade nacional⁴⁴².

Elementos da natureza já eram apontados como definidores da identidade brasileira a longa data. Gilmar Arruda remete ao movimento romântico brasileiro de meados do século XIX que seguia uma tendência de glorificação da nação através de sua natureza. Num processo de definição de uma imagem para a nação, intelectuais e suas leituras do ambiente colaboravam na produção de uma noção de identidade para o território a partir dos elementos naturais como montanhas, vegetação, fauna ou hidrografia. O autor demonstra que a natureza é usada para a construção de singularidades e identidades regionais ou nacionais em larga medida em muitos lugares no mundo e foi importante também nos processo de definição das fronteiras dos Estados-nação⁴⁴³. Lilia Schwarcz aponta para um esforço do Império brasileiro em construir uma nacionalidade a partir de um projeto romântico de busca e exaltação das originalidades locais. Nesse processo de valorização do território imperial, representações positivas teriam sido elaboradas a partir de vários de nossos elementos naturais como os rios numerosos, a vegetação abundante e o solo virgem. A descrição da natureza local que destacava o aspecto exótico e singular da vegetação acabou por criar a duradoura imagem do Brasil como país tropical⁴⁴⁴.

Embora os monumentos naturais, bem como sítios e paisagens, estivessem agora sujeitos a tombamento, conforme o artigo 1 do decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, durante a Era Vargas foi pequeno o número de bens tombados que podem ser considerados deste tipo⁴⁴⁵. Em 30 de maio de 1938 foi tombado o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Ilha da Boa Viagem. Datam ainda de 30 de junho de 1938, exatamente um mês depois, os seguintes tombamentos: Praias de Paquetá, Morros do Distrito Federal, Passeio Público, Quinta da Boa Vista, Jardins e Morro do Valongo. Alguns aspectos da inclusão destes bens no

⁴⁴²CHUVA, Márcia Regina Romeiro. "Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)", op.cit., 2009, pág.104.

⁴⁴³ARRUDA, Gilmar. "Minha terra tem palmeiras: paisagem, patrimônio e identidade nacional". IN: FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S.; RAMBELLI, G. (Orgs.) *Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, 2009. v. 1.

⁴⁴⁴SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nacionalidade e Patrimônio: o Segundo Reinado brasileiro e seu modelo tropical exótico. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.34, 2012, págs.337- 360.

⁴⁴⁵ Isso fazendo uso da ideia coloquial de natureza, sem nos aprofundarmos numa discussão filológica dos conceitos de natureza e cultura para a classificação destes bens.

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional são interessantes. Examinando estes processos de tombamento não encontramos quaisquer justificativas ou argumentação para a sua escolha, apenas a ordem do diretor do SPHAN para que fosse feita a sua inclusão nos Livros do Tombo. Este fato talvez não seja muito significativo uma vez que nesta época era comum este procedimento, mesmo em processos relativos ao tombamento de outros tipos de bens. Porém, um outro aspecto chama a atenção: todos os tombamentos de “bens naturais” realizados durante décadas foram feitos em apenas dois dias. A maior parte deles no dia 30 de junho de 1938, em um único processo, um tombamento em bloco.

Ainda sobre a inclusão da natureza no projeto político do órgão durante as primeiras décadas de sua existência foi publicado um único artigo sobre a relação entre natureza e patrimônio cultural na *Revista do SPHAN*, que tratava do patrimônio cultural brasileiro, divulgando e noticiando a seu respeito. O artigo “A natureza e os monumentos culturais”⁴⁴⁶, do antropólogo Raimundo Lopes, membro do conselho consultivo, foi publicado no número 1 da *Revista do SPHAN*. Segundo Márcia Regina Romeiro Chuva, o artigo foi publicado, pois este número da revista pretendia abordar uma ampla diversidade temática, não repetida com tanta frequência posteriormente⁴⁴⁷.

Importante registrar que a tese contida neste texto já havia sido apresentada pelo autor na Primeira Conferência de Proteção a Natureza em 1934 quando ele estabeleceu conexões entre a proteção à natureza e a conservação de “reliquias do passado”⁴⁴⁸. O autor reconhece que três anos após a primeira publicação, a necessidade de proteger “as riquezas culturais” do país teria se tornado convicção geral. Com a criação do CFEACB e a então recente organização do SPHAN os poderes públicos teriam assegurado ao país a proteção aos monumentos históricos e as obras de arte, inclusive as indígenas. Contudo, para Lopes era preciso evidenciar ainda mais a ligação entre proteção à natureza e a restauração dos monumentos históricos e outros testemunhos de nossa civilização, ambos movidos por uma finalidade social. A proteção de uma planta, um animal ou um tipo de paisagem envolveria interesses econômicos, turísticos, artísticos, cívicos e até religiosos. A natureza era protegida em prol da cultura. Por outro lado, o amparo aos monumentos da cultura também poderia se reverter em proteção à natureza. Na tese de Lopes o aspecto culminante da proteção e da

⁴⁴⁶ LOPES, Raimundo. A natureza e os monumentos culturais. *Revista do SPHAN*, n.1, 1937.

⁴⁴⁷ CHUVA, Márcia Regina Romeiro. “Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)”, op.cit., 2009, op.cit., pág.269.

⁴⁴⁸ Boletim do Museu Nacional, vol.XI, n1, março de 1935.

compreensão da natureza era a proteção ao índio, apontado como fator de conservação da flora e fauna devido a sua identificação com a natureza⁴⁴⁹.

O tombamento de monumentos naturais não foi uma prática de muito fôlego ou tema de constantes discussões no SPHAN. No entanto, sua inscrição na política oficial de patrimonialização é um fator significativo e é importante compreender como esta ocorreu. No anteprojeto apresentado, em 1936, por Mário de Andrade a pedido do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para a organização de um serviço voltado para a preservação do patrimônio, no qual propõe a criação do Span (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional), havia uma preocupação exclusiva com os aspectos culturais em detrimento de qualquer preocupação com as áreas naturais. Este anteprojeto, no qual não havia qualquer menção a paisagens naturais como um bem de valor patrimonial, foi em seguida modificado e finalmente implementado através do decreto-lei nº 25 de 1937⁴⁵⁰.

O decreto-lei foi mais abrangente que o anteprojeto, pois incluiu a possibilidade de se considerar a natureza também como um bem patrimonial. Este previa o tombamento de paisagens que tivessem uma feição notável, dotadas pela natureza ou pela agência humana. Deste modo, o valor de patrimônio poderia ser atribuído a uma paisagem tanto por suas características naturais, quanto por suas características culturais. Mesmo uma paisagem não transformada pelo homem poderia ser identificada como um bem passível de tombamento caso lhe houvesse sido atribuído um valor entendido como uma feição notável. No entanto, a ação do SPHAN durante suas primeiras décadas pouco explorou esta possibilidade. A atuação sobre a paisagem se deu principalmente a partir de concepções oriundas do paisagismo e com uma concepção da paisagem como panorama, ou ambiência de bens arquitetônicos de interesse patrimonial. Foram poucos os tombamentos que visavam as áreas naturais ou aspectos que revelassem relações entre o natural e o cultural⁴⁵¹. Ainda assim, um estudo, publicado em 1984 sobre a ação do órgão direcionada para o patrimônio natural, mostrou que de uma forma geral os estudos de tombamento enfatizavam apenas o caráter cultural dos bens a serem tombados⁴⁵².

Um esboço de normas para a documentação e regulamentação do tombamento de monumentos naturais, sítios e paisagens pelo SPHAN também nos ajuda a compreender os bens que estava sendo elaborados enquanto tal. Segundo o documento, poderiam ser

⁴⁴⁹ LOPES, Raimundo. A natureza e os monumentos culturais, op.cit., 1937.

⁴⁵⁰ RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

⁴⁵¹ Idem, pág.72.

⁴⁵² ANDRADE, Antônio Luiz Dias. O tombamento na preservação de áreas naturais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.19, 1984, págs.40-44.

considerados monumentos naturais “sítios naturais que tivessem relação com quaisquer monumentos artificiais, coisas históricas e artísticas em geral; os que se notabilizassem por sua conexão com lendas, contos e cantos populares, ou como obras literárias ou científicas e aqueles cuja beleza natural seja objeto de celebridade ou curiosidade turística, onomástica, tradicional, etc”. Não seriam considerados como monumentos naturais os lugares que fossem dotados de beleza natural, mas não tivessem uma “feição notável que importasse conservar”, não fossem “de excepcional valor” e nem “cuja conservação fosse de interesse público”. As paisagens belas ou interessantes à apreciação pessoal, mas não excepcionais nem notáveis sob o ponto de vista do interesse público, não precisavam da proteção do SPHAN pois estavam contempladas na legislação florestal e congêneres, de acordo com o esboço⁴⁵³. O uso de palavras e variáveis como “monumento”, “notável” e “excepcional”, não só nesse esboço como também no decreto 25/1937, é revelador do intuito de garantir a proteção sob a esfera do SPHAN somente aos bens cujas características e significado fossem relevantes face a sua excepcionalidade⁴⁵⁴, o que tornou a proposta bem pouco clara.

Contudo, o decreto de criação do SPHAN e as ações implementadas por este órgão não inauguraram ou detiveram a exclusividade do entendimento da natureza enquanto patrimônio nacional e nem da proteção de bens naturais. Além do decreto de criação e das atividades do CFEACB, que previam a defesa da natureza enquanto um patrimônio nacional, este entendimento do mundo natural brasileiro também estava presente em outras medidas e dispositivos legais anteriores a criação do SPHAN. O 9º artigo do Código Florestal de 1934 assegurava que os parques nacionais, estaduais ou municipais, constituiriam monumentos públicos naturais, trechos do país nos quais a composição florística primitiva seria perpetuada devido às suas circunstâncias peculiares⁴⁵⁵. A Constituição Federal de 1934, em seu décimo artigo, já pregava que competia à União e aos Estados proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico⁴⁵⁶. O artigo 134 da Constituição Federal de 1937 equiparou os monumentos naturais aos históricos e artísticos. Segundo esta lei, ambos gozavam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios e os atentados cometidos contra eles eram semelhantes aos cometidos contra o patrimônio

⁴⁵³ Monumentos naturais, sítios e paisagens- (Esboço de normas para a documentação e regulamentação do tombamento de tais monumentos pelo SPHAN e as apreciações do seu Conselho Consultivo). Museu Nacional- Seção de Memória e Arquivo Histórico- Coleção Heloisa Alberto Torres. BR.MN.HAT.O- Caixa 11.

⁴⁵⁴ ANDRADE, Antônio Luiz Dias. *O tombamento na preservação de áreas naturais*, op.cit., pág.42.

⁴⁵⁵ Decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

⁴⁵⁶ Constituição Federal de 1934.

nacional⁴⁵⁷. Esta constituição foi promulgada em 10 de novembro de 1937, antes do decreto de criação do SPHAN, publicado em 30 de novembro de 1937⁴⁵⁸. Com data de 14 de junho de 1937, o decreto de criação do Parque Nacional de Itatiaia protegeu as terras da região, que passaram a pertencer ao patrimônio nacional e ser administradas de acordo com o regime implantado pelo Código Florestal de 23 de janeiro de 1934 para os monumentos públicos deste tipo⁴⁵⁹.

De modo geral, a política de governo durante o período varguista tinha como propósito a defesa da natureza brasileira enquanto patrimônio nacional como explicitado no seguinte trecho do relatório do Ministério da Agricultura: “(...) leis básicas foram decretadas em defesa do patrimônio nacional, como códigos florestal, de caça e pesca, de minas e de águas”⁴⁶⁰. No entanto, é preciso reconhecer, como o próprio texto citado insinua, que neste período a defesa do patrimônio natural brasileiro ocorreu muito mais por meio de outras iniciativas que buscaram a sua proteção e a regulamentação de sua exploração, do que através de sua inscrição em um dos Livros do Tombo. Além disto, esta parece ter ocorrido principalmente no âmbito do Ministério da Agricultura, *locus* da proteção da natureza em todos os sentidos que lhe foram atribuídos, sobretudo quanto ao seu aspecto de recurso e riqueza nacional, e não no SPHAN, órgão do Ministério da Educação, e que na prática apresentava uma abrangência ainda limitada da ideia de patrimônio nacional.

4.4- A proteção do patrimônio natural

A compreensão da natureza ora como um bem cultural ora quanto recurso natural desencadeou o desenvolvimento de duas políticas públicas federais paralelas de proteção do patrimônio natural– cultural e ambiental. Roncaglio, que tem como foco de análise os anos 70 e 80, período no qual considera terem sido implantadas políticas federais mais especificamente voltadas para a proteção do patrimônio natural no Brasil, aponta que estas foram levadas a cabo respectivamente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

⁴⁵⁷Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro 1937, art. 134. Acessado em 22/01/2014 no seguinte endereço eletrônico: <http://bd.camara.gov.br>

⁴⁵⁸Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937.

⁴⁵⁹Decreto Nº 1.713, de 14 de junho de 1937. Mais informações: http://www.amigosdoitatiaia.org.br/nucleo_colonial_itatiaya.htm, endereço eletrônico acessado em 29/03/2011.

⁴⁶⁰ Brasil. Ministério da Agricultura. Ministro Apolonio Jorge F. Salles. Relatório apresentado ao Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Vargas pelo Sr. Ministro de Estado. Ano 1930-1944. Na pag6

Nacional (IPHAN) e pelo Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF)⁴⁶¹. Todavia, como venho analisando, os anos de 1930 não foram apenas o momento de emergência mais sistematizada de interesse pelo patrimônio natural no Brasil. Nesta década foram lançadas uma série de medidas legais buscando a proteção deste tipo de patrimônio, ainda que amparadas por diferentes sentidos atribuídos à natureza.

De modo geral, os trabalhos sobre patrimônio que abordam a questão do patrimônio natural identificam a concretização de políticas públicas para sua proteção a partir do final da década de 1960, mas, principalmente, na década de 1980. Esta mudança seria fruto de uma gradual ampliação no entendimento de patrimônio ocorrida no contexto internacional e pelo surgimento dos movimentos ambientalistas que demonstraram a urgência em frear a degradação do meio ambiente e fomentaram as pressões pela proteção do patrimônio natural. Internamente, teria se processado um reforço na regulamentação do patrimônio a partir da criação de novas leis, como a Lei dos Sambaquis de 1961; processo que culminou com a promulgação da Constituição de 1988 e ampliou o entendimento sobre os bens que deveriam ser protegidos no país. Esses trabalhos costumam afirmar também que mundialmente a consolidação da ideia de patrimônio natural só ocorreu em 1972 na Convenção do Patrimônio Mundial e Natural, mas que no Brasil, assim como em outros países, esta ideia já se fazia presente desde a década de 1930 em uma “legislação ambiental”⁴⁶². Assim, entre as décadas de 1930 e 1950, a preocupação com a preservação de áreas naturais teria originado algumas ações oriundas de iniciativas externas ao SPHAN, como a criação de parques nacionais e florestas protegidas, a promulgação do código de florestas, de águas e de minas e a criação da

⁴⁶¹ RONCAGLIO, Cynthia. *O Emblema do Patrimônio Natural no Brasil: a natureza como artefato cultural*. Tese apresentada junto ao Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, com habilitação em Metodologia e Epistemologia Ambiental, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2007.

⁴⁶² SCIFONI, Simone. A construção do patrimônio natural. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2006; RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio, op.cit., 2007; RONCAGLIO, Cynthia. *O Emblema do Patrimônio Natural no Brasil: a natureza como artefato cultural*, op. cit., Curitiba: 2007; RIBEIRO, Wagner Costa; Zanirato, Silvia Helena. O patrimônio natural sob proteção. A construção de um ordenamento jurídico. IN.: FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S.; RAMBELLI, G. (Orgs.) . Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume, 2009. v. 1; DELPHIN, Carlos Fernando de Moura. O patrimônio natural no Brasil. IN.: FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S.; RAMBELLI, G. (Orgs.) . Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais, op.cit., 2009.

Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza⁴⁶³, em 1958. E assim teria se dado a proteção ao patrimônio natural durante este período⁴⁶⁴.

Além de discordar que políticas federais mais especificamente voltadas para a proteção do patrimônio natural no país só tenham sido implantadas a partir dos anos 70, considero insuficientes algumas interpretações acerca do patrimônio natural no Brasil. A primeira delas é a que afirma que durante a primeira metade do século XX a proteção a este tipo de patrimônio teria ocorrido de fato a partir de uma “legislação ambiental”. O problema desta leitura é que ela ignora o aspecto protecionista dos dispositivos legais aos quais se refere e não problematiza a motivação de sua criação. Outro ponto que considero incompleto é a afirmação de que o fortalecimento da proteção do patrimônio natural ocorreu nos anos 70/80 em decorrência de uma ampliação do conceito de patrimônio. Isso porque nos anos de 1930 o CFEACB apresentava um forte intento de proteger o patrimônio natural do Brasil motivado por um conceito de patrimônio nacional mais abrangente do que o apresentado pelo SPHAN na ocasião. É preciso buscarmos uma compreensão da construção da natureza brasileira enquanto patrimônio nacional (e das ações decorrentes deste entendimento) que não esteja limitada por sua elaboração no SPHAN/IPHAN e/ou por um único sentido de patrimônio.

Ao afirmar que a noção de patrimônio é historicamente construída, Márcia Chuva propõe uma reflexão que se distanciasse de uma linha de continuidade em que bens culturais de diferentes naturezas e tipos foram sendo agregados até o ponto no qual praticamente tudo pode ser patrimonializado⁴⁶⁵.

Quero sugerir a complexidade desse processo, fortemente inserido no campo político e também acadêmico-científico, considerando que a partir dos anos 30, enquanto as ações de preservação do patrimônio eram introduzidas no âmbito das políticas públicas, concomitantemente, ia se constituindo uma série de novos campos de conhecimento, fruto de divisões e especializações e de lutas por autonomia, com a criação das primeiras universidades brasileiras, como a Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, ou a Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro. Nesse percurso de construção, há diferentes concepções de patrimônio em jogo, em campos de ação que se cruzam (ou não) na trajetória histórico-política dessas

⁴⁶³ Sobre a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza ver: FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil (1958-1992). *Textos de História (UnB)*, v. 17, p. 59-84, 2009; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Nature Protection: the FBCN and Conservation Initiatives in Brazil, 1958-1992. *HALAC*, v. 2, p. 338-367, 2013.

⁴⁶⁴ RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*, op.cit., 2007, pág. 101.

⁴⁶⁵ CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.34, 2012, pág.148.

concepções, com a demarcação de questões e a constituição de temas tornados clássicos em cada um desses campos, até a estabilização de nichos e a consolidação de visões hegemônicas, inclusive com a separação de categorias por cada um deles. Quero dizer com isso que, embora diferentes grupos estivessem preocupados em conhecer e preservar a cultura brasileira e em construir uma identidade nacional as relações entre eles apontaram para tensões e disputas que, ao longo do tempo, definiriam as noções apropriadas pelas áreas de conhecimento que se estruturavam, tornando-se aparentemente nativas a tais campos. Bom exemplo são as associações correntes feitas entre patrimônio histórico e artístico e arquitetura, cultura popular e antropologia⁴⁶⁶.

Pensando na atuação do CFEACB e dos cientistas conservacionistas, grupo que neste trabalho está representado por Paulo Campos Porto, poderíamos completar o exemplo dado pela autora com a associação entre saber biológico e patrimônio natural. No entanto, é preciso atentarmos para a complexidade da proteção deste patrimônio natural lembrando que mesmo quando promovida por este grupo de cientistas que participava da burocracia estatal, era motivada por diferentes sentidos atribuídos à conservação dos bens naturais. A ideia de patrimônio natural brasileiro foi fomentada no mesmo contexto nacionalista que originou o movimento de preservação do patrimônio cultural, nos anos de 1930. Na realidade, a natureza também era compreendida enquanto um bem cultural articulador de uma identidade para a nação, estando, portanto, inserida nas políticas públicas elaboradas para a proteção do patrimônio cultural. Porém, nas primeiras décadas do século XX o entendimento da natureza enquanto recurso e a sua valorização enquanto um bem patrimonial, capaz de alavancar o desenvolvimento econômico do país, também originou outras ações e políticas voltadas para a sua proteção.

Portanto, identifico dois movimentos de valorização do patrimônio natural na primeira metade do século XX no Brasil. A primeira, resultante da ideia de patrimônio natural derivada do patrimônio cultural. Nesta perspectiva, o discurso predominante era o da monumentalidade, expressão de grandiosidade e beleza, pressupondo a intocabilidade⁴⁶⁷. O patrimônio natural era composto por áreas protegidas e monumentos naturais. Questões culturais determinavam a escolha destes bens que comumente eram áreas onde se desenrolaram fatos importantes da história do país. Scifoni compreende os primeiros tombamentos de bens naturais - Ilha da Boa Viagem, Praias de Paquetá, Jardim Botânico e Morros do Rio de Janeiro (“Morros do Distrito Federal”) – como resultados da valorização de paisagens expressivas, muitas dessas, “cenários envolventes de edificações de interesse

⁴⁶⁶ Idem, pág.149.

⁴⁶⁷ SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*, op.cit., São Paulo: 2006., pág.43

histórico”. Segundo a autora, em alguns destes tombamentos natureza e história apareciam de maneira indissociável⁴⁶⁸.

O segundo movimento de valorização da natureza enquanto patrimônio é o que tem especial relação com as questões desenvolvidas nesta tese. Este foi protagonizado por homens de ciência como Paulo Campos Porto que participaram ativamente da construção de um projeto político que tinha como cerne o desenvolvimento econômico do país amparado no aproveitamento e nacionalização de nossos recursos naturais. Em seus diferentes espaços de atuação, que de modo geral eram instituições científicas ou órgãos técnicos científicos comandados pelo Ministério da Agricultura, estes cientistas e técnicos promoveram a patrimonialização da natureza. Sob este prisma, nossa natureza foi defendida e seus usos controlados. O discurso sobre o patrimônio natural afirmava o sentido de posse, de pertencimento. Os minérios estratégicos, as fontes de água e suas potencialidades, as jazidas petrolíferas a serem descobertas, a fauna e flora ricas e com possibilidades de aproveitamento a serem reveladas pela ciência nacional, enfim, qualquer objeto da natureza brasileira pertencia à nação e deveria estar sob o controle e administração do Estado. Por sua vez, este deveria garantir que o uso racional desta “herança”, amparado em preceitos científicos e na crença no conservacionismo, atenderia aos interesses nacionais e asseguraria o futuro grandioso para o país e para as próximas gerações.

Este segundo movimento que localizei na década de 1930 foi identificado por Cynthia Roncaglio apenas no final dos anos 60. Tal abordagem, termo utilizado pela autora, não teria nascido com a intenção específica de proteger a natureza enquanto patrimônio, mas sim enquanto recurso. Para Roncaglio a concepção da natureza na perspectiva da política conservacionista compreenderia a exploração racional da natureza como recurso. O uso racional implicava o uso econômico que garantia estoques desses recursos para o uso futuro das gerações e para a qualidade da vida humana. Esta concepção sobre o patrimônio natural foi, segundo a autora, inaugurada com a criação do IBDF e sua visão era a de delinear no território brasileiro as amostras e reservas de recursos para a ciência e para a utilização humana a longo prazo. Talvez, para a política desenvolvida pelo IBDF, o termo *patrimônio* tivesse o sentido mais habitual e comum de “riqueza”, significando o conjunto dos recursos naturais – mares, lagos, rios, animais, vegetais, minerais – e representando as posses, a herança natural da nação⁴⁶⁹. Interessante notar que a interpretação de Roncaglio para a

⁴⁶⁸ Idem, pág.98.

⁴⁶⁹ RONCAGLIO, Cynthia. *O Emblema do Patrimônio Natural no Brasil*, op. cit., Curitiba: 2007, pág.175.

política levada a cabo pelo IBDF na década de 60 expressa a atuação do Ministério da Agricultura e de instituições como o CFEACB nos anos de 1930.

É claro que em algumas ocasiões as ideias que davam corpo a estes dois movimentos que aponteí se combinavam. Além disso, esta concepção da natureza enquanto patrimônio nacional, a partir de sua valorização enquanto base material para o crescimento econômico do país, não é totalmente apartada de aspectos culturais. Isso porque está relacionada com as formas pelas as quais os homens compreendem e interagem com a natureza que os cerca. No caso em questão foi forjada a partir dos modos pelo qual as elites dirigentes (política, intelectual e científica) do Brasil, com algumas poucas diferenças contextuais, historicamente conceberam a natureza. Ou seja, enquanto recurso material a ser explorado para o progresso da nação.

As medidas e instrumentos legais (os códigos de minas, águas, florestal e caça e pesca) que costumam ser apontados como iniciativas que responderam pela proteção do patrimônio natural, numa época em que o órgão destinado a organizar a proteção do patrimônio cultural brasileiro não dava muita atenção a este tipo de bem, em alguma medida cumpriram este papel. A partir de seu caráter protecionista, já discutido em outro capítulo, estes serviram à proteção da natureza enquanto patrimônio da nação. Se por um lado, não buscaram transformar a natureza em monumento a ser preservado em seu aspecto primitivo, intocável, por outro, buscaram a sua conservação, a partir da regulamentação de sua exploração. Garantir a conservação das águas, dos minérios e de espécies da fauna, significava zelar pela não extinção das riquezas do país. Sendo assim, é possível concluirmos que todas as leis e iniciativas de proteção à natureza discutidos articulavam um mesmo entendimento do mundo natural brasileiro como patrimônio, embora este não fosse idêntico ao elaborado pelo SPHAN. Mesmo quando um bem natural não era tombado, a proteção legal era um indicativo da sua inclusão no patrimônio da nação.

Há outro ponto sob o qual os dispositivos legais mencionados acima, e outros decretados na década de 1930, colaboraram não só para a proteção do patrimônio natural brasileiro, mas para toda a política de preservação do patrimônio nacional: a sujeição da propriedade privada aos interesses da coletividade. A constituição de 1934 foi um dispositivo essencial para a proteção do patrimônio no Brasil. A determinação apresentada no artigo 113 na qual o direito de propriedade não poderia ser exercido “contra o interesse social e coletivo” possibilitou a alienação do bem e a efetiva proteção legal do patrimônio⁴⁷⁰. A constituição de

⁴⁷⁰Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, art.113.

1937 reafirmou a sujeição do instituto de propriedade ao interesse coletivo. Embora esta tenha permanecido como um direito individual, continuava sujeita ao controle do Estado⁴⁷¹.

Como vimos no capítulo 1, os códigos de minas e águas traziam a questão da propriedade estatal do subsolo. Neles estava prevista a nacionalização de fontes e jazidas encontradas em terrenos particulares. Deste modo, eram assegurados os interesses nacionais no controle e aproveitamento dos recursos minerais estratégicos. O código florestal de 1934 considerou a floresta como de interesse comum a todos os habitantes do país e fixou a possibilidade da criação de áreas de preservação permanente mesmo em propriedades privadas. Esta questão da propriedade estatal para a garantia dos interesses nacionais e coletivos teve uma influência direta na criação de reservas naturais. O decreto de criação do Parque Nacional de Itatiaia, por exemplo, determinou a desapropriação de lotes particulares para a criação da área protegida⁴⁷².

Sendo assim, a política de proteção à natureza efetivada nos anos de 1930 e nas décadas seguintes não ocorreu a partir do tombamento ou monumentalização de bens naturais e nem pela inclusão da natureza enquanto patrimônio cultural. Embora a patrimonialização da natureza, a partir de sua relação com a construção da nação e elaboração de uma memória e identidade para o país, estivesse presente no contexto brasileiro, esta não foi a perspectiva sobre a qual se deu principalmente sua proteção. Neste sentido, a proteção da natureza enquanto patrimônio nacional foi forjada muito mais pelo seu valor utilitário.

A perspectiva da ruptura com uma visão de mundo até então socialmente compartilhada e o sentimento do início de um novo tempo são considerados como um ponto de partida para o despertar de uma necessidade coletiva de proteger um patrimônio que uma nação escolheu preservar. Embora com marcantes especificidades espaciais, o movimento de preservação dos monumentos das nações e da construção do patrimônio nacional surgiu de profundas transformações sociais que culminaram na elaboração de ações que resguardassem os objetos da memória, da identidade e da história nacional. Nos EUA, por exemplo, país de história muito mais recente que os Estados Nacionais europeus, esse mesmo movimento culminou na ideia de preservação dos monumentos naturais. Isto porque a nação americana não exibia antigos monumentos históricos, símbolos de sua identidade e história. Os bens eleitos como os representantes da identidade nacional norte-americana foram, pois, os bens

⁴⁷¹Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro 1937. Acessado em 22/01/2014 no seguinte endereço eletrônico: <http://bd.camara.gov.br>

⁴⁷²Decreto nº 1713 de 1937, art.2º. Consultado em 08/2011 no seguinte endereço eletrônico: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

naturais⁴⁷³. É claro que esta “escolha” tem raízes profundas na identificação que os norte-americanos fazem com sua natureza selvagem ao qual atribuem o pioneirismo característico do povo que construiu e habita o país⁴⁷⁴.

Ratificando a questão de uma ruptura como ponto de partida para a preservação do patrimônio nacional, pode-se citar a percepção de que a urbanização e a industrialização aceleraram os usos e a degradação da natureza que gerou a preocupação em preservar intocada a *wilderness* que restara⁴⁷⁵. E, contraditoriamente, foi o fato de terem sido bem sucedidos na utilização de sua natureza para a geração de riquezas que permitiu que os EUA destinassem parte de seus bens naturais que restaram intocados para a implantação de sua política de preservação do patrimônio natural⁴⁷⁶.

No Brasil, embora a proteção do patrimônio natural tenha surgido concomitantemente à do patrimônio cultural, ainda que tenha sido efetivada por instrumentos diferenciados como demonstro neste trabalho, sua lógica não foi a mesma do contexto norte-americano. Foram os decretos e medidas implantadas no contexto de concretização da regulamentação federal dos recursos minerais, florestais e hídricos do país que levaram a cabo a defesa do patrimônio natural. O movimento de proteção da natureza brasileira, fortemente apoiado em princípios protecionistas, era justamente o de otimizar a exploração dos recursos naturais em prol da aceleração da industrialização e da geração de riquezas para o país.

Concluindo este capítulo, há ainda um ponto que gostaria de trazer para a discussão. Este se refere às interpretações que entendem que ocorreu um fortalecimento da proteção do patrimônio natural após os anos 60 e que este esteve diretamente ligado a um redirecionamento das preocupações de ordem mundial com os recursos naturais do planeta. Outra causa apontada seria um avanço para uma concepção mais abrangente de patrimônio resultante do fim da dicotomia entre natureza e cultura, o entendimento de sua complementariedade e de uma progressiva associação entre patrimônio cultural e natureza em escala internacional⁴⁷⁷. Esses dois fenômenos de fato ocorreram e provocaram transformações nas práticas de proteção do patrimônio natural. Contudo, tais interpretações partem de um conceito anterior de patrimônio composto basicamente pelos monumentos nacionais considerados por critérios estéticos ou históricos, que explicitavam a importância que uma

⁴⁷³ CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*, op.cit., 2006, pág.13.

⁴⁷⁴ NASH, Roderick. *Wilderness and the American Mind*. op.cit., 2001.

⁴⁷⁵ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

⁴⁷⁶ NASH, Roderick. *Wilderness and the American Mind*, op.cit., 2001.

⁴⁷⁷ ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262 – 2006.

obra ou um objeto adquiria diante do desenvolvimento da arte ou da história⁴⁷⁸. Esse tipo de leitura ignora que, mesmo antes das tais alterações na categoria patrimônio, já havia concepções em disputa e/ou em coexistência muito mais abrangentes que a versão aparentemente hegemônica do patrimônio cultural.

A conservação do patrimônio natural à luz da ciência, a valorização decorrente de sua beleza, de suas possibilidades e diversidade biológica, bem como a preocupação em deixar este legado às gerações futuras, não chega a ser uma novidade dos dias atuais. Estes aspectos já estavam na pauta do grupo de cientistas conservacionistas que atuou na construção de um projeto político que incluía a defesa e nacionalização da natureza brasileira e trabalhou pela sua implantação no âmbito do Ministério da Agricultura.

O Ministério da Agricultura dos anos varguistas e as instituições a ele subordinadas tinham os quadros técnicos formados predominantemente por profissionais das ciências agrárias e biológicas e tratou a natureza como um recurso. A máxima desta pasta ministerial era a aplicação da racionalidade técnico-científica para o melhor e mais eficiente aproveitamento dos recursos naturais, buscando assegurar, inclusive, a continuidade de suas possibilidades de utilização. E claramente era este o papel que o órgão desempenhara no projeto político que se consolidava. A verdade é que se levarmos em conta aspectos como a predominância e persistência da perspectiva utilitária na valorização e patrimonialização da natureza constataremos que, mesmo após as transformações do pós-anos 60, encontramos muito mais permanências do que mudanças na lógica das políticas de preservação do patrimônio natural.

⁴⁷⁸ Idem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A chegada de Getúlio Vargas ao poder não modificou a principal meta do Ministério da Agricultura, que era promover um melhor aproveitamento dos recursos naturais, com o auxílio da ciência. Pelo contrário, toda potencialidade da natureza brasileira deveria ser conhecida e administrada pelo Estado. Neste sentido, era necessário promover o conhecimento do território, empreendimento fundamental para a sua ocupação e para a elaboração do planejamento estatal.

A industrialização e a produção de energia foram somadas à agricultura como atividades produtivas que promoveriam o crescimento econômico do país se fossem realizadas de maneira intensa, porém, racional. Para garantir que isso ocorresse foi criada uma legislação voltada para a regulamentação da exploração dos recursos naturais do país e foram fundados órgãos destinados à sua fiscalização e aplicação. Esses dispositivos legais e outras iniciativas conservacionistas do período, que ficaram conhecidos como as medidas de proteção à natureza implementadas pelo Governo Vargas, objetivavam a nacionalização dos recursos naturais do país e a primazia estatal no seu aproveitamento. Busquei analisar essas medidas e demonstrar que apresentavam um forte aspecto protecionista. Defini como protecionismo da natureza as ações capitaneadas pelo Estado no sentido de fomentar a exploração e resguardar os recursos naturais brasileiros para o uso interno e as medidas visando garantir os privilégios nacionais, sobretudo estatais, no manejo da natureza. O termo “protecionismo” foi utilizado numa analogia ao protecionismo econômico, também medida de forte cunho nacionalista.

Desse modo, o que considero uma política de gestão da natureza elaborada e implementada durante a Era Vargas era conformada por duas frentes: 1- planos de conhecimento, ocupação e integração do território nacional e 2- ações de protecionismo da natureza. Ambas em prol do máximo aproveitamento dos recursos naturais para promover o desenvolvimento. Característica forte nas duas frentes que destaquei: ampla participação de cientistas no processo de elaboração, implementação e fiscalização dos projetos que ficaram a cargo, principalmente, de instituições técnico-científicas federais. Sendo assim, técnicos e cientistas que ocupavam postos da burocracia estatal exerceram papéis centrais nessa política varguista de gestão de recursos naturais.

O objetivo deste trabalho foi, tomando a trajetória do botânico Paulo Campos Porto como via de acesso privilegiada, compreender a política de gestão da natureza implementada

pelo Governo Vargas. Ainda mais central em minha proposta era discutir a participação da ciência nesse projeto estatal e, nesse ponto, a trajetória de Campos Porto, cientista e burocrata orgânico do governo varguista, foi muito reveladora. A hipótese que busquei comprovar foi a de que, a partir da aproximação entre o conservacionismo e os ideais desenvolvimentistas, homens de ciência, como Campos Porto, estiveram afinados com o projeto varguista e participaram de toda a política voltada para a natureza e que visava, principalmente, o protecionismo dos recursos naturais brasileiros. Desse modo, estes estiveram empenhados na realização da dupla tarefa destinada à ciência: revelar o potencial de aproveitamento da natureza brasileira e orientar o manejo racional desses recursos naturais.

A análise da trajetória de Paulo Campos Porto foi um recurso importante para compreender a participação da ciência e mesmo as nuances conformadoras da política que denominei de gestão da natureza porque ele circulou por diferentes instituições subordinadas ao Ministério da Agricultura e que, embora fossem todas direcionadas por preceitos conservacionistas, apresentavam diferentes formas de manejo da natureza. O JBRJ era uma instituição científica historicamente representativa de uma aliança entre ciência e Estado para o fomento da agricultura no Brasil. Desde sua criação teve como objetivo o desenvolvimento de trabalhos nos quais os recursos florestais do país fossem utilizados para promover o crescimento econômico e, nessa perspectiva, a partir do advento da República esteve empenhado na realização de estudos sobre a configuração natural do território nacional. Já o Parque Nacional de Itatiaia, embora tenha sido originado a partir do envolvimento de diversos atores e múltiplos interesses que incluíam políticos e econômicos, tinha como propósito a manutenção das características primitivas da natureza de uma região e o estabelecimento de uma reserva florestal para fins científicos, turísticos e de apreciação estética. A criação de parques nacionais representava a concretização dos ideais preservacionistas que os norte-americanos divulgaram entre todas as nações que se pretendiam “civilizadas”. Contudo, tanto nos EUA quanto no Brasil, estas áreas protegidas emergiram num contexto de uma política de administração do território nacional. Aqui representaram uma forma de ocupação dos espaços vazios que o Estado pretendia integrar.

O comando da Secretária Estadual de Agricultura do Estado da Bahia foi entregue a Paulo Campos Porto para que promovesse a organização racional da produção agrícola. Esse caso foi exemplar da crença do período de que a ocupação de cargos burocráticos estratégicos por técnicos gabaritados apresentaria resultados mais eficazes na produção. Além disso, a racionalização da exploração dos recursos naturais e a aplicação de técnicas científicas no trabalho produtivo eram máximas da pauta conservacionista e fundamentais para o

desenvolvimento pretendido. A partir da atuação de Paulo Campos Porto no CFEACB que pretendia proteger o patrimônio nacional, principalmente o patrimônio natural, foi possível analisar o que representou a inclusão da natureza nessa categoria. A partir dos mecanismos efetivamente adotados para a proteção do patrimônio natural, a atuação do CFEACB e a política protecionista lançada para a defesa dos recursos naturais, concluí que a perspectiva material, em detrimento da cultural, prevaleceu na valorização desse patrimônio.

O que todas estas instituições acima tinham em comum era o pertencimento à política protecionista voltada para a gestão da natureza brasileira e atrelada ao projeto de desenvolvimento. A inclusão e valorização da natureza enquanto patrimônio nacional ocorreu na medida em que esta foi entendida enquanto um bem material fundamental, o esteio para esse desenvolvimentismo. E foi assim que um governo que tinha o crescimento econômico e a industrialização como principais metas protegeu a natureza, o patrimônio natural brasileiro, principal fonte de riquezas para o país. A mesma ótica permitiu que cientistas afirmassem ter o objetivo de proteger a natureza enquanto trabalhavam em projetos de intensificação dos seus usos. A proteção, ou melhor, o protecionismo, fazia parte do mesmo planejamento que fomentava a utilização dos recursos. Portanto, a proteção da natureza não foi um ideal que se perdeu ou foi derrotado pela maré desenvolvimentista. Na verdade, a defesa e nacionalização das riquezas fazia parte do projeto em questão.

Entendo que meu trabalho tenha resultado menos em uma trajetória científica e mais numa análise da participação da ciência e de cientistas na construção da proteção a natureza como uma política pública desenvolvimentista durante a Era Vargas. Contudo, sei que esse resultado é fruto de meus interesses cognitivos e epistemológicos que encaminharam minhas questões de pesquisa fazendo com que a passagem para a compreensão do coletivo fosse sempre o objetivo final. A análise da trajetória profissional foi utilizada desde o início da elaboração do projeto de pesquisa como ferramenta para a elucidação do contexto mais amplo que pretendi compreender. O interesse na participação da ciência nas etapas de elaboração, implementação e fiscalização da política de gestão da natureza da Era Vargas e, portanto, do projeto desenvolvimentista, foi o que motivou esta tese.

A percepção da existência durante as décadas de 1930 e 1940 do que considerei uma política para a natureza foi um estímulo à pesquisa. Não pretendo com isso qualificar o empreendimento varguista, mas sim demonstrar a existência de um projeto nacionalista de gerenciamento da natureza que foi posto em prática de maneira integrada e tendo como atores instituições científicas como o JBRJ. No que se referia à construção de uma agenda estatal para o crescimento do país era importante, e incontornável, que a natureza fosse

compreendida enquanto recurso. Porém, era preciso que isso fosse feito a partir de um planejamento, cientificamente informado, que incluísse, no mesmo processo de elaboração, políticas conservacionistas que não se resumissem a algumas poucas iniciativas preservacionistas isoladas e desconexas.

Desse modo, alguns resultados apresentados nesse trabalho ajudam a pensar questões contemporâneas acerca do manejo da natureza brasileira. Dentre esses, destaco o papel desempenhado por instituições científicas federais em um projeto de desenvolvimento nacional e a compreensão das particularidades do processo que resultou na criação do primeiro parque nacional brasileiro. Esse último ponto lança luzes sobre a política atual de gerenciamento de áreas protegidas.

Por fim, a batalha pulsante nas terras altas da Mantiqueira até os dias de hoje, consequência de um mal gerenciamento das terras públicas e de um processo de desapropriação pouco eficiente, de certo modo expressa um confronto entre diferentes percepções de natureza e o dilema entre as ideias de conservação e desenvolvimento. De um lado estão os representantes do PNI, órgão do Estado, respaldados pela autoridade científica e legitimados pelo discurso da urgência da preservação da natureza. Contrário a estes, encontramos os proprietários das terras em disputa com a União, apoiados por representantes de uma ordem tradicional e sensibilidades preocupadas com a formação de uma consciência ambiental que não exclua os interesses locais e sua população. Este conflito existente na região reforça uma série de questionamentos que cercam a criação de áreas protegidas, incluindo os parques nacionais, e outras políticas de proteção à natureza. A quem estes interessam? Do que ou de quem a natureza é protegida? No caso do PNI, a sua criação satisfazia homens de ciência que enxergavam ali um campo de inumeráveis possibilidades de pesquisas e atendia a uma demanda política por representações coletivas da identidade nacional que ocupariam uma posição estratégica no Estado autoritário. No entanto, assim como em muitos outros casos, as populações que habitavam a região não tiveram seus direitos de propriedade considerados ou foram sequer ouvidas. Pequenos agricultores que haviam adquirido as terras dos antigos colonos, e principalmente estes que já não faziam parte dos planos do governo, representavam em última instância o perigo do qual aquela natureza deveria ser protegida. Por outro lado, o turismo em larga escala, principal atividade que seria estimulada na região após a criação do parque nacional, poderia se tornar tão ou mais agressivo à conservação da natureza do que a presença destes proprietários no interior da área protegida.

O antropólogo Philippe Descola apresenta uma interessante discussão sobre a criação de áreas protegidas questionando a que público esta natureza e seus benefícios pertencem. Segundo o autor, as políticas internacionais de proteção ambiental estão baseadas em uma concepção muito específica de natureza que teria surgido na Europa durante o Iluminismo e não é compartilhada por todas as pessoas no planeta. Para Descola a preservação da biodiversidade só pode ser possível se considerar a pluralidade dos entendimentos sobre a natureza.

Embora Philippe Descola aborde principalmente disputas que envolvem atores com princípios cosmológicos bastante diferentes, o que não se assemelha ao caso que narrei, o autor chama atenção para conflitos de propriedade que decorrem da criação de reservas naturais e áreas protegidas. O antropólogo menciona grupos sociais que habitavam a região onde foi criado o primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, apesar de ter sido dito na ocasião de sua criação que não havia ali populações indígenas. Além disso, cita um grupo de aproximadamente 400 indígenas que vivia permanentemente dentro do perímetro do parque e cerca de 10 anos após a sua criação foi levado para outra região. Fatos como estes evidenciam que grupos humanos podem ocupar posições opostas quando a preservação da natureza está em questão. De um lado populações locais que são condenadas a abandonar as terras das quais usufruíram durante séculos para satisfazer o desejo de elites das cidades e mesmo ecologistas militantes que anseiam proteger as belezas sublimes e as reservas de biodiversidade presentes em algumas paisagens. Alguns usos da natureza são considerados mais legítimos e nobres do que outros, pois supostamente representariam valores universalistas para a conservação. No entanto, os grupos locais tendem a se colocar enquanto defensores daquela natureza da qual normalmente possuem um maior grau de dependência direta. O autor nos mostra que conflitos como este giram em torno de duas questões: Quem é o dono da natureza? Para quem ela deve ser protegida?

No caso analisado ocorreu uma vitória dos interesses políticos e científicos. Provavelmente o impacto que a maior visibilidade para a região e todo o movimento turístico consequente não era de fato menor que o gerado por aquelas famílias que habitavam a região a ser transformada em parque nacional. E isso não foi levado em conta. No que se refere aos interesses científicos, não é costume ponderar que mesmo a realização de pesquisas e de experiências podem ocasionar alterações ambientais nos mais diversos graus. Os cientistas parecem possuir uma espécie de “licença para matar” que os isenta de qualquer questionamento acerca de possíveis efeitos que podem causar ao meio ambiente. Sendo assim, é certo que qualquer prejuízo que propósitos científicos pudessem acarretar seriam tidos como

menores ou mais perdoáveis do que os ocasionados por populações que faziam uso de ‘métodos irracionais’, ‘rotineiros’ e ‘não-científicos’ de utilização da terra e de interação com aquele meio ambiente.

Além disso, os cientistas e as instituições científicas envolvidas na criação do PNI não devem ser analisados a partir de uma ótica que os enxerga como representantes de uma Ciência imaculada, possuidora de valores superiores e universais, e sim como agentes do Estado, atuando em prol de projetos políticos e econômicos.

Constituir parque nacional pode ter feito diferença na proteção daquelas matas, mas podia não ser a única opção para a sua defesa ou o modo empregado em sua realização poderia não ser o único disponível tanto no momento de sua criação quanto nas décadas que se seguiram. Uma relativização do modelo de parque nacional poderia ser algo possível também. Certamente grupos como os proprietários que disputam suas terras com o PNI argumentam neste sentido. No entanto, este é o tipo de resposta que meu trabalho não se atreve a apresentar em um exercício contrafactual. Porém, Philippe Descola e a antropologia nos apresentam um caminho no qual direcionar essas reflexões, que seria o de conjugar valores universais com perspectivas locais buscando a superação de um ambientalismo simplista baseado numa versão universalista de conservação. A mesma postura crítica deve ser adotada em relação aos modelos universalistas de desenvolvimento. Todo o debate atualmente existente sobre a implementação da agenda 2030 e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) tornam essa reflexão imperativa em escala global⁴⁷⁹.

⁴⁷⁹ Sobre a agenda 2030 e os ODS, incluindo acesso ao documento final, ver: <http://www.agenda2030.com.br/aagenda2030.php>; <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

REFERÊNCIAS

Fontes:

Legislação

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>

Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro 1937, art. 134. Acessado em 22/01/2014 no seguinte endereço eletrônico: <http://bd.camara.gov.br>

Decreto nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934. Código Florestal. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

Decreto nº 23.672 de 2 de Janeiro de 1934. Código de Caça e Pesca. Acessado em 24/01/2014 no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23672-2-janeiro-1934-498613-publicacaooriginal-1-pe.html>

Decreto nº 22.698 de 11 de maio de 1933. Lei de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

Decreto nº 24.642 de 10 de Julho de 1934. Código de Minas. Acessado em 24/01/2014 no seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24642-10-julho-1934-526357-publicacaooriginal-79587-pe.html>

Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1934. Código de Águas. Acessado em 24/01/2014 no seguinte endereço eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm

Decreto-lei nº 12.629 de 31 de dezembro de 1942, art.9. Estados Unidos do Brasil. Diário Oficial do Estado da Bahia, 3 de janeiro de 1943, Atos do Poder Executivo.

Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937. Cria o Parque Nacional de Itatiaia. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon>. Consultado em 08/2011.

Decreto- lei nº25, de 30 de novembro de 1937. Cria o SPHAN. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Consultado em 3/08/2016.

Decreto 23.311 de 31 de outubro de 1933. Cria o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Consultado em 08/2011 na seguinte página na internet: <http://www6.senado.gov.br/sicon>.

Decreto nº 24.337 de 5 de junho de 1934. Regulamento do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=26491> Consultado em 3/08/2016.

Relatórios Ministeriais

Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1922, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/000005.html>

Brasil. Ministério da Agricultura. Ministro Juarez Távora. O Ministério da Agricultura na vigência do Governo Provisório. Ano 1930-1933. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2012/>

Brasil. Ministério da Agricultura. Ministro Apolonio Jorge F. Salles. Relatório apresentado ao Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Vargas pelo Sr. Ministro de Estado. Ano 1930-1944. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2013/>

Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1919, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Ildefonso Simões Lopes, pág.44. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2016/000001.html>. Acessado em 29/09/2015.

Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1920, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, pág.67. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/000073.html>. Acessado em 29/09/2015.

Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1925, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, pág. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2018/000073.html>. Acessado em 29/09/2015, pág. 331.

Brasil- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Relatório do ano de 1927, apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro Geminiano Lyra Castro, pág.90. Relatório consultado no seguinte endereço eletrônico: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2023/000001.html>. Acessado em 29/09/2015.

Reportagens em periódicos

Um bronze no Jardim Botânico- O 40 aniversário de serviço público de Campos Porto. *Correio da Manhã*, 13/10/1954.

Vive no JB desde os oito meses de idade. *A Noite* - Rio de Janeiro- 16/01/1954.

Plantará dos gajos de ipe em el jardín de La Paz Platense - Em el Brasil es arbol de tradición. *Crítica*- Buenos Aires- 15/11/1936.

Completo ontem 40 anos de serviço público o diretor do Jardim Botânico. *Correio da Manhã*- 20/01/1954.

Correio da Manhã- 30/01/1959.

Diário Municipal- Câmara do Distrito Federal- 19/04/1960.

Campos Porto agraciado com comenda da Ordem Leopoldo II. *Correio da Manhã*- 18/07/1959.

A direção do Jardim Botânico- uma ansiedade legítima. *O Globo*- Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1939.

Simplex Seção do Serviço Florestal- Consequência inesperada de um lamentável desentendimento- Uma diminuição para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. *O Imparcial*, 4 de agosto de 1939.

Jornal do Comércio, 12 de março de 1940.

Uma entrevista do Sr. Odilon Braga a “El Debate”. *O Jornal*, 27 de agosto de 1935.

A tarde, 8 de maio de 1943.

Estado da Bahia, 29 de abril de 1943.

A Tarde, 4 de maio de 1943.

Estado da Bahia, 19 de abril de 1943.

Diário da Noite- 12/10/1931.

II Congresso Sul-Americano de Botânica- Viajarão para a Argentina dois delegados do Brasil. *O Globo*, 20 de setembro de 1948.

Cinco mil novos espécimes vegetais para o Jardim Botânico- Plantas de todas as partes do globo, entre as quais vegetais carnívoro procedentes da Alemanha- Intercâmbio - *Correio da Manhã*, 21/02/ 1954.

Enriquecem-se as coleções do Jardim Botânico- Novas espécies vegetais chegam àquele parque- Atividades científicas e intercâmbio com instituições congêneres- *Diário de Notícias*, 21/03/1954.

Pesquisa científica morre lenta no Jardim Botânico. *Diário de Notícias*, 07/02/61.

Pesquisadores querem novo diretor no Jardim Botânico. *A Noite*, 15/02/61.

A Estação Biológica de Itatiaia. *O Jornal*, 9/10/1929.

Foi instalada a Estação Biológica do Itatiaia- A excursão do Sr. Presidente da República. *Jornal do Brasil*, 16/07/1929.

Folha do Norte- Belém- PA- 21/04/1937.

O Dia- Curitiba- PR- 01/07/1937.

Gazeta de Notícias- Fortaleza- CE- 17/07/1937.

Estado de Minas - Belo Horizonte - MG - 10/12/1937.

Gazeta Comercial - Juiz de Fora – MG -12/12/1937.

Jornal do Brasil- RJ- 10/12/1937.

Estado de Minas - Belo Horizonte- MG – 10/12/1937.

Correio da Manhã- RJ – 8/03/1938.

Diário da Noite- RJ- 28/03/1938.

Diário de Notícias- RJ – 30/03/1938.

Correio da Manhã- RJ- 11/05/1938.

O Radical- Rio de Janeiro- 8 de dezembro de 1938.

Correio da Manhã, 16 de junho de 1937.

Minas Gerais- Belo Horizonte- MG- 17/07/1937.

Diário da noite- RJ, 26/03/1934.

O Globo, 28/03/1934.

O Globo, 27/03/1934.

Vanguarda, RJ – 29/10/1935.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 25/03/1936.

A nação, Rio de Janeiro, 28/03/1936.

Periódicos

Diário Oficial da União- 22/10/1938- Pág.21273.

Diário Oficial da União- 15/02/1943- Seção 1.

Rodriguésia (1935-1971)

Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1915-1933)

Arquivos do Instituto de Biologia Vegetal (1933-1938)

Boletim do Ministério da Agricultura (1915-1939)

Artigos científicos:

PORTO, Paulo Campos. Plantas indígenas e exóticas provenientes da Amazônia, cultivadas no Jardim botânico do Rio de Janeiro. *Rodriguésia*, ano II, N.5, junho-setembro de 1936, pág.93.

PORTO, Paulo Campos. Contribuição para o conhecimento da flora orchidacea da Serra do Itatiaia. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, 1915, Rio de Janeiro, p. 105-126.

PORTO, Paulo Campos. Um caso de hybridação natural. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, n. 2, 1918, Rio de Janeiro, pág. 65.

PORTO, Paulo Campos. Uma octomeria nova, *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, v. 3, 1922, Rio de Janeiro, pág.287.

KUHLMANN, João Geraldo, PORTO, Paulo Campos. Contribuição para a flora do Itatiaia. *Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*, vol.VI, janeiro de 1933, Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, pág. 113.

Anais de eventos científicos

Relatório da Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza. *Boletim do Museu Nacional*, vol. XI, nº 1, março de 1935. Págs. 54, 55, 56 e 57.

Anais da Primeira Reunião de Fitopatologistas do Brasil. *Rodriguésia*, V2, número especial, 1936.

Anais da Primeira Reunião dos Anatomistas de Madeira. *Rodriguésia*, V3, N11, 1937, pág.305.

Anais da Primeira Reunião Sul-Americana de Botânica. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1938.

Documentos administrativos (correspondências, ofícios, atas de reuniões, relatórios, etc)

Correspondências e documentos administrativos. Acervo do Arquivo Público do Estado da Bahia- Seção de Arquivo Republicano- Documentação da Secretaria da Agricultura.

Folha de frequência da Estação Biológica de Itatiaia- 1941. Documento consultado no Parque Nacional de Itatiaia.

Proposta e carta apresentada por Joviano Miranda para o fornecimento de madeira para construção de ponte. Datas: 15-07-1927/29-07-1927. Documento consultado no Parque Nacional de Itatiaia.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Regulamento concernente à polícia e conservação das águas, flora e fauna da Estação Biológica do Itatiaia. Portaria de 2 de março de 1929. Documento consultado na Biblioteca do Parque Nacional de Itatiaia.

Correspondência de Paulo Campos Porto ao Ministro da Agricultura. Data de março de 1937. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST.

Cópias e rascunhos do projeto da Lei de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil e do regulamento interno do Serviço/Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST. CFE.T.1.01.

Sugestões do Museu Nacional para a regulamentação da lei de expedições particulares ao interior do país. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.01.

Ofício com data de 18 de julho de 1934 e enviado por Campos Porto ao diretor de expediente e contabilidade. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.06.

Relatório do ano de 1935. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.17.

Correspondências. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.14.

Relatório de atividades apresentado em 1938. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.17.

Rascunho de correspondência com data de março de 1937 e endereçada ao Ministro Odilon Braga. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.17.

Relatório do Conselho do ano de 1934. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.17.

Ofícios endereçados aos delegados regionais do Conselho. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil- Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.17.

Atas das reuniões do Conselho (Da 1ª a 151ª reunião). Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.1.10, CFE.T.1.11.

Correspondência ao Sr. Dr. José Torres de Oliveira, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1935. Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil - Arquivo de História das Ciências- MAST, CFE.T.2.007.

Documentos diversos

Monumentos naturais, sítios e paisagens- (Esboço de normas para a documentação e regulamentação do tombamento de tais monumentos pelo SPHAN e as apreciações do seu Conselho Consultivo). Museu Nacional- Seção de Memória e Arquivo Histórico- Coleção Heloísa Alberto Torres. BR.MN.HAT.O- Caixa 11.

Almanaque do Pessoal do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio- Tomo VII(1929). Rio de Janeiro: Tipografia do Ministério da Agricultura, 1931.

Fontes digitais:

Verbete Alberto Löfgren. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Consultado em 11/06/2017 em <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/lofgalb.htm>

Verbete Acordos de Washington. Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro Pós-1930. Consultado em 12/06/2017 em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/washington-acordos-de>

<http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/destaques-e-eventos/114-mutirao-para-a-recuperacao-do-abrigo-macieiras.html>

<http://plants.jstor.org/stable/history/10.5555/al.ap.person.bm000033133>

<http://www.pwrc.usgs.gov/resshow/perry/bios/holternest.htm>

Correio Braziliense, 4 de fevereiro de 2014. Acessada em 14/02/2014: http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2014/02/04/interna_ciencia_saude,411044/loja-francesa-anuncia-fossil-de-pterossauro-brasileiro-por-r-600-mil.shtml

Portal EBC, 7 de outubro de 2013. Acessada em 14/02/2014: <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/10/pf-desarticula-esquema-internacional-de-venda-de-fosseis;>

Em.com.br, 5 de fevereiro de 2014. Acessada em 14/02/2014:
http://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2014/02/05/interna_tecnologia,495118/fosseis-brasileiros-estao-a-merce-da-sorte.shtml;

Bol notícias, 19 de setembro de 2013. Acessada em 14/02/2014:
<http://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/ciencia/2013/09/19/espanha-entrega-ao-brasil-fosseis-que-foram-tirados-do-pais-ilegalmente.htm>

http://www.amigosdoitatiaia.org.br/nucleo_colonial_itatiaya.htm, endereço eletrônico acessado em 29/03/2011.

<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2013/12/livro-traz-informacoes-sobre-parques-nacionais-do-rj>

<http://www.icmbio.gov.br/parnajurubatiba/>

<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/188-parque-nacional-do-itatiaia>. Acessado em 02/02/2016.

<http://www.agenda2030.com.br/aagenda2030.php>

<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

Bibliografia:

ABREU, Marcelo de Paiva. Principais mudanças e inovações na política econômica entre 1930 e 1937. In.: Szmrecsányi, Tamás; Granziera, Rui G. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*, 2 edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP Editora Hucitec, 2004.

_____. 1990. “Crise, crescimento e modernização autoritária, 1930-1945”. In: Abreu, Marcelo P. *A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus.

ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ANAYA, Gabriel Lopes. *Anopheles Gambiae*: do invasor silencioso ao “feroz mosquito africano” no Brasil (1930-1940) Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.

ANDRADE, Rômulo de Paula. *A Amazônia vai ressurgir! Saúde e saneamento na Amazônia no Primeiro Governo Vargas (1930-1945)*./ Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2007.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias. O tombamento na preservação de áreas naturais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.19, 1984

- ARANHA, Patrícia Marinho. *O esquadramento do noroeste do Brasil: o saber geográfico e os engenheiros militares da Comissão Rondon (1907-1915)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde Saúde)-Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2011.
- ARAÚJO, Nilton de Almeida. *Pioneirismo e Hegemonia: a construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Niterói: RJ, 2010.
- _____. A modernização do Vale do São Francisco: um espaço para ciência e tecnologia (1950- 1983). *Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, 2012
- ARRUDA, Gilmar. Minha terra tem palmeiras: paisagem, patrimônio e identidade nacional. IN: FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S.; RAMBELLI, G. (Orgs.) . *Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, 2009. v. 1.
- BARCELLOS, Marcos Cotrim de. São José do Campo Bello - *Povoamento e Pecuária* [Série Origens]. 1. ed. Itatiaia, RJ: Instituto Campo Bello, 2012. v. 1. 135p.
- _____. *Centenário de A Fazenda Moderna: edição comemorativa 1913-2013*, Itatiaia: Instituto Campo Bello, 2013.
- _____. *História Breve de Itatiaia*. 1. ed. Itatiaia - RJ: Instituto Campo Bello, 2014. v. 1.
- BARRETO, Danielle Cristina dos Santos. *Uma trajetória familiar na ciência: Evandro Chagas (1905-1940) e o estudo das endemias rurais no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2012;
- BAUMANN, Eneida Santana. *O Arquivo da família Calmon à luz da arquivologia contemporânea*. Dissertação de Mestrado (Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia), Salvador, 2011.
- BEDIAGA, Begonha. Marcado pela própria natureza: o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura e as ciências agrícolas (1860 a 1891). Tese (doutorado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- _____. Os primeiros anos da Rodriguésia — 1935-1938, *Rodriguésia*, 56 (87), 2005, págs1-12.
- BENCHIMOL, Jaime Larry, *Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada* (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001).

- BHERING, Marcos Jungmann. *Positivismo e modernização: políticas e institutos científicos de agricultura no Brasil (1909-1935)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz, 2008.
- BIAGIOLI, Mario. Galileu cortesão. A prática da ciência na cultura do Absolutismo. Porto: Porto Editora, 2005.
- BOMENY, Helena. Novos talentos, vícios antigos: os renovadores e a política educacional. *Estudos Históricos* - Os anos 20, Rio de Janeiro, v.6, nº 11, p.24-39, 1993.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: M.M. FERREIRA e J. AMADO (orgs.), *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996;
- CAMPOS, André Luiz Vieira de. *Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- CAMARGO, Áspasia. “A Revolução das elites: conflitos regionais e centralização política” In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1988
- CAPANEMA, Carolina Marotta. Representações sobre natureza, território e sociedade: Alberto Sampaio e a fitogeografia no Brasil. *Revista Alpha (Patos de Minas)*, Patos de Minas, v. 5, n.5, p. 242-251, 2004.
- _____. *A natureza no projeto de construção de um Brasil Moderno e a obra de Alberto José de Sampaio*. Dissertação de Mestrado em História das Ciências. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda Política e Construção da Identidade Nacional Coletiva. *Rev. Bras. de Hist*, vol.16, ns.31 e32, pp.328-352, São Paulo, 1996.
- _____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil Republicano*; v.2, 4 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CAPILÉ, Bruno. *A mais santa das causas: a Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (1869-1891)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. (História, Dissertação de mestrado).
- CARSON, Rachel. *Silent Spring*. Cambridge, Massachussets: Riverside Press, 1962.
- CARVALHO, José Murilo de. “Forças Armadas e política. 1930-1945”. *A Revolução de 30*. Seminário Internacional. Brasília: UnB, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. *A escola de Minas de Ouro Preto: O peso da Glória*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

- CARVALHO, Ely Bergo de. O Código Florestal brasileiro de 1934: a legislação florestal nas disputas pelo território, um estudo de caso. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 417-442, jul. 2016.
- CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um lugar de ciência (1915-1931)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.
- CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na Repartição*, 2 ed., Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2000.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução: Castro, Teresa. Lisboa: Edições 70, 2006.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- _____. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.34, 2012, pág.148.
- CORRÊA, Mariza. Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, 1997, V. 40 n° 1.
- CORREA FILHO, Virgílio. Alberto Löfgren. *Revista Brasileira de Geografia*, v.12, n.2, abril-junho de 1950, p.288-290.
- CORREA, Marcos Sá. Itatiaia- O caminho das pedras. São Paulo: Metalivros, 2003.
- CUETO, Marcos. Los ciclos de Irradicación: la Fundación Rockefeller y la salud pública latinoamericana, 1918-1940. In CUETO, Marcos. *Salud, Cultura y Sociedad en America Latina.Lima*. Instituto de Estudios Peruanos/Organización Panamericana de la Salud, 1996.
- _____. *O Valor da Saúde: História da Organização Pan-Americana da Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- DANTES, Maria Amélia M. “Fases da implantação da ciência no Brasil”, *Quiipu*, México, 2 (5): 265-75, 1988.
- DANTES, Maria Amélia M. (org.). Introdução. In: *Espaços da ciência no Brasil. 1800-1930*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, pp. 13-22.
- D´ARAÚJO, Maria Celina. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 1997.
- D´ARAÚJO, Maria Celina (org.), *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Editora FGV, 1999.

- D'ARAUJO, Maria Celina (org.). A nova política do Brasil. Vargas, Getúlio, 1883-1954. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.793 p. – (Série perfis parlamentares ; n. 62).
- DELPHIN, Carlos Fernando de Moura. O patrimônio natural no Brasil. IN.: FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S.; RAMBELLI, G. (Orgs.) . *Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume, 2009. v. 1, 2009.
- DELGADO, Lucília, FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano- o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006.
- DIAS, Maria Odila da Silva. “Aspectos da Ilustração no Brasil”, in: *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, pp. 39-126.
- DIAS, Carla da Costa e LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Museu Nacional e a construção do Patrimônio Histórico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.34, 2012.
- DOMINGUES, Ângela.: ‘Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 823-38, 2001.
- DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. *Ciência um caso de política: Ciências Naturais e agricultura no Brasil Império*. Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- _____. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e as Ciências Naturais no Brasil Império. IN: *Espaços da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2001;
- DRUMMOND, José Augusto. Por que estudar a história ambiental do Brasil? - ensaio temático. *Varia História* (UFMG. Impresso), Belo Horizonte, n. 26, p. 13-32, jan. 2002.
- _____. História Ambiental: Temas, Fontes e Linhas de Pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. Iv, n. 8, p. 177-197, 1991;
- _____. Devastação e Preservação Ambiental no Rio de Janeiro. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.
- DUARTE, Regina Horta. *Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938*. Latin American ResearchReview, Austin, Texas, EUA, 41 (01): 03-26, 2006.

- _____. *A Biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil - 1926-1945*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.
- _____. Coleções de aranhas, redes científicas e política: a teia da vida de Cândido de Mello Leitão (1886-1948). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 5, p. 417-433, 2010.
- _____. Nação, Natureza e Território - Cândido de Mello Leitão e a Biologia no Brasil. *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, MT, v. 1, n.1, p. 141-156, 2000.
- _____. Biologia e sociedade no Brasil dos anos 1930: práticas de escrita e divulgação científica em Cândido de Mello Leitão. In: FIGUEIREDO, B.G. & CONDE, M.L.L. (Orgs.). *Ciência, História e Teoria*. Belo Horizonte: Argumentum, 2005.
- DUMONT, Juliette, FLÉCHET. “Pelo que é nosso!”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 67, p. 203-221 – 2014
- DUNLAP, Thomas R. *DDT: Scientists, Citizens, and Public Policy*, Princeton, N.J., 1981.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun. 2014.
- ELIAS, Norbert. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- FARIA, Lina Rodrigues de. A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, vol.9(3): 561-90, set.-dez. 2002
- FARLEY, John. *To Cast Out Disease: a history of the international Health Division of the Rockefeller Foundation (1913-1951)*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*, vol.3: Sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981 (Coleção História Geral da Civilização Brasileira, tomo III).
- FERRAZ, Raul. *O Prado e o Descobrimento do Brasil*. Brasília: Thesaurus, 2008.
- FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Para pensar a vida de nossos cientistas tropicais. In: HEIZER, Alda.; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, pp. 235-246.
- FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. Ciência & Tecnologia no Brasil: um tema sempre atual. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 110-121.

- FONSECA, Cristina Oliveira. *Saúde no Governo Vargas (1930-1945): Dualidade Institucional de um bem público*, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007 (Coleção História e Saúde).
- FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Preocupações com a proteção à natureza e com o uso dos recursos naturais na Primeira República brasileira. *Textos de História*, Brasília, 12 (01/02): 145 -165, 2004.
- _____. A primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza e a questão da identidade nacional. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, nº 26, pp. 77-96, 2002.
- _____; DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920 – 1940*. Rio de Janeiro; Fiocruz; 2009;
- _____; DRUMMOND, José Augusto. Frederico Carlos Hoehne: viagens, ciência e proteção à natureza. *Orquidario* (Rio de Janeiro), v. 26, p. 41-50, 2012.
- _____; DRUMMOND, José Augusto. A. Cândido de Mello Leitão: as ciências biológicas e a valorização da natureza e da diversidade da vida. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 14, p. 1265-1290, 2007.
- _____; DRUMMOND, José Augusto. Alberto José Sampaio: Um Botânico Brasileiro e o seu Programa de Proteção à Natureza. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 33, p. 129-159, 2005.
- _____; DRUMMOND, José Augusto. Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. Nº 3, p. 1033-1059, 2005.
- _____; DRUMMOND, José Augusto. Frederico Carlos Hoehne: a atualidade de um pioneiro no campo da proteção à natureza do Brasil. *Ambient. soc.* [online], v.8, n.1, p.141-166, 2005.
- _____; DRUMMOND, José Augusto. O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil (1958-1992). *Textos de Historia* (UnB), v. 17, p. 59-84, 2009.
- _____; DRUMMOND, José Augusto. Nature Protection: the FBCN and Conservation Initiatives in Brazil, 1958-1992. *HALAC*, v. 2, p. 338-367, 2013.
- _____; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. História da Conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (2): 233-270, 2015.

- FREITAS, Frederico. *A Park for the borderlands: the creation of the Iguaçu National Park in Southern Brazil, 1880-1940*. Iberoamericana, v7, n2, p.65-88, 2014.
- _____. The Organic Territory: The Vargas Regime and the Environmental Legislation Boom in Brazil, 1930-1945. Paper presented at the Second World Congress of Environmental History. Panel: “Facist and Pseudo-fascist Regimes and Nature. A Global Perspective”, 12/07/2014.
- GALLINI, Stefania, Invitación a la historia ambiental, Cuadernos digitales (Costa Rica) v.6 (2002), n.18. On line: <http://ns.fcs.ucr.ac.cr/~historia/cuadernos/c18-his.html>
- GAMA, William; Velho, Léa. A cooperação científica internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, 19 (54): 205-224, 2005.
- GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. *Revista Brasileira de História*, vol. 29, nº 57, p.19-65, 2009.
- GOMES, Ângela de Castro. Memória, política e tradição familiar: os Pinheiro das Minas Gerais. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GOMES, Angela de Castro (coord.). *Regionalismo e centralização política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- _____. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In.: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999
- GORGES, Júlia Lima. *Ciência, turismo e proteção à natureza: a experiência do Parque Nacional de Itatiaia (1943-1957)*. Dissertação de Mestrado em conclusão no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS/Fiocruz), Rio de Janeiro, 2017.
- GRAMSCI, Antonio, 1891-1937. *Cadernos do cárcere*, volume 2 / Antonio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. - 2a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e Expedições Vigeadas: Os Etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998;
- HEIZER, Alda. O Jardim Botânico de Barbosa Rodrigues na Exposição Nacional de 1908. *Fênix (Uberlândia)*, V.4, p.03-16, 2007.

- _____. Notícias sobre uma expedição: Jean Massart e a missão biológica belga ao Brasil, 1922-1923. *Caminhos, Comunicações e Ciências. História, Ciências, Saúde, Manguinhos*, v.15, n.3, p.849-864, 2008.
- HEYNEMANN, Cláudia. *Floresta da Tijuca*. Natureza e civilização no Rio de Janeiro. Século XIX. Rio de Janeiro, Pref. da Cid. do Rio de Janeiro, 1995.
- HOLT, E.G. 1928. Ornithology of Serra do Itatiaia, Brazil. *Bull. Amer. Mus.Nat. Hist.*, 57: 251-326.
- IGLÉSIAS, Francisco. Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo. IN.; SZMRECSÁNYI, Tamás; Granziera, Rui G. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*, 2 edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP Editora Hucitec, 2004.
- JOSEPHSON, Paul R. *Resources under regimes: technology, environment, and the state*. Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts; London, England, 2004.
- KURY, Lorelai B. A filosofia das viagens: Vandelli e a história natural. In: *O Gabinete de Curiosidades de Domenico Vandelli*. Rio de Janeiro: Dantes Editora, 2008, pp. 73-82.
- KURY, Lorelai Brilhante. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861). A ciência imperial e a musa cabocla. IN: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, pág. 29-54.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília A. Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 4. Ed., 2011. (*O Brasil Republicano*, vol.2).
- LEVI, G. 1996. Os usos da biografia. In: M.M. FERREIRA e J. AMADO (orgs.), *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- LEVINE, Robert. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001;
- LIGNANI, Leonardo. *Toxicologia dos agrotóxicos: ciência, ambientalismo e saúde internacional na trajetória de Waldemar Ferreira de Almeida (1939-1991)*. Tese de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (PPGHCS/Fiocruz).

- LIMA, Nísia Trindade Lima; SÁ, Dominichi Miranda de. (Org.). *Antropologia brasiliiana: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.
- LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. No rastro do desconhecido. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v.11, p.18-23. ago. 2006
- LISBOA, Araci Gomes. *O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil: Ciência, Patrimônio e Controle*. Universidade Federal Fluminense- Dissertação de mestrado, 2004.
- _____. A natureza como patrimônio. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz*. Londrina: ANPUH, 2005. Acessado em 17/07/2013 no seguinte endereço eletrônico: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0143.pdf>
- LOPES, Maria Margaret. Pesquisa científica é no museu. *Revista de História da Biblioteca Nacional – especial História da Ciência*, Ano 05 (especial 01): 59-63, 2010.
- _____. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- LOPES, Hugo de Souza. Hugo de Souza Lopes (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, págs.35 e 36.
- LOPES, Raimundo. A natureza e os monumentos culturais. *Revista do SPHAN*, n.1, 1937.
- LORIGA, Sabina. O pequeno X. Da biografia à história. Tradução: Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- _____. A biografia como problema. In REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 225-249.
- LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade – a febre amarela no Brasil entre a ciência e a política*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006;
- MAIA, João Marcelo Ehlert. As Ideias que Fazem o Estado Andar: Imaginação Espacial, Pensamento Brasileiro e Território no Brasil Central. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010.
- MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ; Fapesp. 1998.

- MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. *A erradicação do aedes aegypti: febre amarela, Fred Soper e saúde pública nas Américas (1918-1968)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016.
- _____. *A Campanha Continental para a erradicação do Aedes aegypti da OPAS e a Cooperação Internacional em Saúde nas Américas (1918-1968)*, (Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2013).
- MARCONDES, Sandra. *Brasil, amor à primeira vista!/: viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI*. São Paulo: Petrópolis, 2005;
- MAYR, Ernest. *Isto é Biologia: A ciência do mundo vivo*. Companhia das Letras, 2008, págs.293 e 294.
- MEDEIROS, Rodrigo; IRVING, Marta; GARAY, Irene. *A proteção da natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção*. Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano VI, N.9 Janeiro de 2004, Salvador- BA.
- _____. *Evolução das categorias e tipologias de áreas protegidas no Brasil. Ambiente & Sociedade – Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006*.
- MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. *O “agricultor progressista”: ciência e proteção à natureza nas revistas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1897-1932)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012.
- MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- _____. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MILLER, Richard. *Under the Cloud: The Decades of Nuclear Testing*, New York, 1986.
- MINELLA, Jorge Lucas Simões. *Pan-Americanismo no Brasil: uma abordagem conceitual a partir do Estado Novo*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina), 2013.
- MORSELLO, Carla. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001;
- MORI, Scott e FERREIRA, Flora Castaño. *A distinguished Brazilian botanist, João Barbosa Rodrigues (1842-1909)*. *Brittonia*, Nova York, vol.39, nº.1, pág.73-85.
- NOMURA, Hitoshi. *Vultos da Botânica Brasileira*. 1ª. Ed. Mossoró, RN: Fundação Guimarães Duque, 1992.
- NASH, Roderick. *Wilderness and the American Mind*. 4th ed. New Haven: Yale University Press, 2001.

- _____. The american invention of national parks. *American Quarterly*. Vol. 22, No. 3 (Autumn, 1970), pp. 726-735.
- NOGUEIRA, Eliana. *Emergência, institucionalização e estado atual da botânica brasileira: as relações nacionais e internacionais*, Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica), São Paulo, Unicamp, 1999.
- OLIVEIRA, Sebastião José de. A vida profissional de Hugo de Souza Lopes. *Mem. Inst. Oswaldo Cruz*, vol.84, suppl.4, Rio de Janeiro, 1989.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos*. Política & Sociedade, nº 12, abril de 2008.
- _____. Vargas, os intelectuais e as raízes da ordem. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.), *As Instituições Brasileiras da Era Vargas*, Rio de Janeiro: EdUERJ/Editora FGV, 1999, 1999;
- _____, VELLOSO, Monica Pimenta, GOMES, Angela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1982.
- _____. (Coord.). *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1980;
- OLIVER, Graciela de Souza. *O papel das escolas superiores de agricultura na institucionalização das ciências agrícolas no Brasil, 1930-1950: práticas acadêmicas, currículos e formação profissional*. Tese (Doutorado em Ensino e História de Ciências da Terra). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.
- OTOYA, Natascha de Vasconcellos. *"A Fúria Moderna": uma história do petróleo brasileiro através dos arquivos do CNP - 1938-1948*. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- _____. Conexão Brasil-Namíbia: duas nações em busca de petróleo e progresso. *Revista Espacialidades* [online], v. 7, n. 1, pág.130-147, 2014.
- _____. Petróleo e progresso: uma abordagem em História ambiental. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014.
- PACHECO, Christiane Assis. *Semeando memórias no jardim: documentos e memórias do Jardim Botânico do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

- _____. As Bases Teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 24, p. 81-101, 2010.
- _____. "Natureza e Sociedade no Brasil Monárquico". In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). *O Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. III, p. 313-365.
- PEREIRA, Elenita Malta. *Um protetor da natureza: Trajetória e memória de Henrique Luiz Roesler*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- _____. *A ética do convívio ecossustentável: Uma biografia de José Lutzenberger*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- PEREIRA, Márcio Mota. *A descoberta do meio ambiente: Itatiaia e a política brasileira de parques nacionais*. Dissertação de Mestrado- Centro de Pesquisa e Documentação de história Contemporânea do Brasil/ Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2013, 149 p.
- PERKINS, John. *Insects, Experts, and the Insecticide Crisis: The Quest for New Pest Management Strategies*. New York, 1982.
- QUAGLINO, Maria Ana e DIAS, José Luciano de Mattos. *A questão do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC / SERINST, 1993.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *A Invenção da Diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- _____. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.
- RIBEIRO, Wagner Costa; Zanirato, Silvia Helena. O patrimônio natural sob proteção. A construção de um ordenamento jurídico. IN.: FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S.; RAMBELLI, G. (Orgs.) . Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume, 2009. v. 1;
- RODRIGUES, João Barbosa. Hortus Fluminensis ou Breve notícia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro: para servir de guia aos visitantes, 1893. Rio de Janeiro, 1894.
- RONCAGLIO, Cynthia. *O Emblema do Patrimônio Natural no Brasil: a natureza como artefato cultural*. Tese apresentada junto ao Doutorado em Meio Ambiente e

- Desenvolvimento, com habilitação em Metodologia e Epistemologia Ambiental, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2007.
- SÁ, Dominichi Miranda de. A Ciência como Profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935), Coleção História e Saúde, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- _____, SÁ, Magali Romero, LIMA, Nísia Trindade. “Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915)”. História, ciências, Saúde – Manguinhos, v. 15, p. 779-810, 2008;
- _____; CASAZZA, Ingrid Fonseca. *O País das Amazonas e naturalistas brasileiros: a natureza amazônica nas viagens científicas da Comissão Rondon e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1907-1931)*. Revista Brasileira de História da Ciência, v. 5, p. 95-109, 2012.
- SÁ, Magali Romero, SÁ, Dominichi Miranda de. A ecologia do Planalto Central do Brasil: as pesquisas de Henrique Pimenta Veloso nos anos 1940. In: SILVA, Sandro Dutra e, SÁ, Dominichi Miranda de, SÁ, Magali Romero. *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*, 1ª.ed.- Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- _____. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. História, Ciências, Saúde- Manguinhos, Vol.VIII (suplemento), 899-924, 2001.
- SALGADO, Dilke Barbosa Rodrigues. *Barbosa Rodrigues, uma glória do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1945, pág.250.
- SAMPAIO, Alberto José. *Biogeografia Dinâmica*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1935.
- SANJAD, Nelson. *A Coruja de Minerva: O museu paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde)- Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo: um auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Coleção Temas Brasileiros, 24. Rio de Janeiro-Brasília: CPDOC/FGV- Universidade de Brasília, 1983.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nacionalidade e Patrimônio: o Segundo Reinado brasileiro e seu modelo tropical exótico. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.34, 2012, págs.337- 360.
- SCIFONI, Simone. *A construção do patrimônio natural*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2006;

- SERRANO, Célia Maria de Toledo. A invenção do Itatiaia. Universidade Estadual de Campinas- Dissertação de mestrado, Campinas: 1993.
- SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*, 3 ed., Barueri, SP: Manole, 2003.
- SILVA, André Felipe Cândido da. Ciência nos cafezais: a campanha contra a broca do café em São Paulo (1924-1929). Dissertação de mestrado- Casa de Oswaldo Cruz- Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.
- SILVA, Valéria Mara da. Educando homens para educar plantas: orquidofilia e ciência no Brasil (1937-1949). Tese de doutorado(Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais), Belo Horizonte, 2013.
- SILVA, Sandro Dutra e, TAVARES, Giovana Galvão, SÁ, Dominichi Miranda de, FRANCO, José Luiz de Andrade . A construção simbólica do Oeste brasileiro (1930-1940). In: SILVA, Sandro Dutra e, SÁ, Dominichi Miranda de, SÁ, Magali Romero. *Vastos sertões: história e natureza na ciência e na literatura*, 1ª.ed.- Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- SILVA, Filipe Oliveira da. *Matas Folheadas: Imprensa, Práticas Letradas e Sociabilidades de Proteção à Natureza na Revista Florestal (1929-1949)*. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense), Niterói: 2017.
- SILVEIRA, Fernando Rodrigues. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, *Rodriguésia*, Ano1, N.1, pág.14, 1935.
- SOMBRIO, Mariana. *Traços da Participação Feminina na Institucionalização de Práticas Científicas no Brasil: Bertha Lutz e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil, 1939-1951*. Dissertação de mestrado ((Política Científica e Tecnológica), Campinas: Unicamp, 2007.
- SOPER, Fred. “El Aedes aegypti y la fiebre amarilla”. *Boletín de la Oficina Sanitaria Panamericana*, 64 (3): 187-96, 1968;
- , Fred; DUFFY, John. *Ventures in World Health: the memories of Fred Lowe Soper*. Washington. D.C.: PAHO, 1977.
- SOUSA, Lia Gomes Pinto de. *Educação e Profissionalização de Mulheres. Trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009.

- SOUZA, Letícia Pumar Alves de. A ciência e seus fins: internacionalismo, universalismo e autonomia na trajetória do fisiologista Miguel Ozório de Almeida (1890-1953), Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.
- STEPAN, Nancy Leys. *Eradication: ridding the world of diseases forever?* London: Reaktion Books, 2011.
- _____. The National and the International in Public Health: Carlos Chagas and the Rockefeller Foundation in Brazil, 1917-1930s. *Hispanic American Historical Review* 91:3. 2011.
- SZMRECSÁNYI, Tamás; Granziera, Rui G. (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*, 2 edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP Editora Hucitec, 2004;
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudança de atitudes na Inglaterra (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: Dove, 1996.
- URBAN, Teresa. *Saudade do Matão: lembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: Ed. UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza/Fundação MacArthur, 1998.
- VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi, VELLOSO, Monica Pimenta, GOMES, Angela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1982.
- VITAL, André Vasques. *Política e Saúde Pública no cativeiro dos rios: a integração nacional do território federal do Acre (Alto Purus, 1904-1920)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.
- VIANNA, Luiz Werneck. O Estado Novo e a “ampliação autoritária” da República. IN: CARVALHO, Maria Alice Rezende de (org.). *República no Catete*, Rio de Janeiro, Museu da República, 2001.
- WASERMAN, M. “Fred L. Soper, embajador de la salud”. *Américas*, outubro de 1975, pp. 30-39;

- WELTMAN, Wanda Latmann. *A Educação do Jeca: Ciência, Divulgação Científica e Agropecuária na Revista Chácaras e Quintais (1909-1948)*. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008.
- WHATELY, Maria Celina. *O café em Resende no século XIX*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- WORSTER, Donald. Para fazer uma história ambiental. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n.8, p.198-215, 1991.
- _____. *Nature's Economy: A history of Ecological Ideas*. New York: Cambridge University Press, 1977.
- _____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade* - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 200, pág.27.
- _____. *A river running west: the life of John Wesley Powell*. New York: Oxford University Press, 2001.
- _____. *A passion for nature: The life of John Muir*. New York: Oxford University Press, 2008.
- _____. *Living in Nature: Biography and Environmental History*. In: MYLLYNTAUS, Timo. *Thinking though the Environment*. Cambridge, The White Horse Press, 2011.
- ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 251-262 – 2006.